



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, SAÚDE E TECNOLOGIA - CCSST
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO – PPGCOM**

NAYARA CRISTINA SILVA FERREIRA

**NEGRITUDE POR CONVENIÊNCIA OU LEGITIMIDADE?
Uma análise cultural das parlamentares federais negras brasileiras**

**LINHA DE PESQUISA 2:
Rotinas, Práticas Profissionais e Processos Sociopolíticos**

**IMPERATRIZ – MA
2025**

NAYARA CRISTINA SILVA FERREIRA

NEGRITUDE POR CONVENIÊNCIA OU LEGITIMIDADE?
Uma análise cultural das parlamentares federais negras brasileiras

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do grau de Mestra em Comunicação.

Linha de Pesquisa 2: Rotinas, Práticas Profissionais e Processos Sociopolíticos

Orientadora: Prof^a. Dra. Letícia Conceição Martins Cardoso

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Ferreira, Nayara Cristina Silva.

NEGRITUDE POR CONVENIÊNCIA OU LEGITIMIDADE? Uma análise cultural das parlamentares federais negras brasileiras / Nayara Cristina Silva Ferreira. - 2025.
225 p.

Orientador(a): Letícia Conceição Martins Cardoso.
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Comunicação/ccim, Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz (ma), 2025.

1. Parlamentares Federais Negras. 2. Identidades. 3. Representação. 4. Mediações. 5. Feminismo Decolonial. I. Cardoso, Letícia Conceição Martins. II. Título.

NAYARA CRISTINA SILVA FERREIRA

NEGRITUDE POR CONVENIÊNCIA OU LEGITIMIDADE?
Uma análise cultural das parlamentares federais negras brasileiras

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do grau de Mestre em Comunicação.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Letícia Conceição Martins Cardoso (Presidente da Banca – Orientadora)

Universidade Federal do Maranhão - PPGCOM/UFMA

Prof^a. Dra. Thaisa Cristina Bueno (Membro interno)

Universidade Federal do Maranhão - PPGCOM/UFMA

Prof^a. Dra. Renata Nascimento da Silva (Membro Externo)

Universidade Federal do Mato Grosso - UFMT

Para o meu amado sobrinho, Danúbio Chagas Ferreira (in memoriam)
e para todas as mulheres pretas.

AGRADECIMENTOS

Fazer os agradecimentos foi a última etapa deste trabalho. Hesitei o máximo que pude para redigí-los, acredito que, inconscientemente, tive medo de esquecer ou minimizar a contribuição de alguém. Dilemas de uma canceriana típica, que tem receio de desagradar. Agradecer é, para mim, reconhecer. E aqui faço um singelo reconhecimento de pessoas e instituições que contribuíram com uma importante transformação em minha vida, que foi além da elaboração (trabalhosa e difícil) desta dissertação. Sou imensamente grata:

Aos meus pais, Domingos e Luiza, por sempre incentivarem os filhos e filhas a estudar. Mesmo com pouca instrução, vocês souberam como poucos a importância do acesso à educação, enxergando-a como ferramenta de transformação. Obrigada, mamuska, por lutar para que tivéssemos uma creche em nosso bairro, para que eu pudesse estudar. Seu esforço valeu à pena e sua caçula será Mestra em breve;

Ao meu companheiro, meu amor, Wellington Borges, sem o qual eu não teria ingressado no mestrado. A vida acadêmica, além da faculdade, nunca foi uma opção para mim. Não por falta de capacidade, mas porque parecia algo distante da minha realidade, entretanto, você me fez ver que este era um espaço para ser ocupado por nós também. O que era um sonho seu, tornou-se uma realidade conjunta. Assim, dois pretos, de origem humilde, jornalistas graduados por meio do Prouni, chegaram, pela primeira vez, a uma universidade pública federal. Obrigada, por ser meu maior incentivador, por não me deixar desistir, por acreditar no meu potencial, mesmo quando eu mesma duvido. Obrigada por me proporcionar tantos momentos felizes e siga sem limites, pois quem tem limete é município;

Ao meu amigo Jhonnatan Oliveira, o maior presente que o Mestrado me deu. Parceiro em todos os momentos, dos mais difíceis aos mais alegres. Junto com Wellington, formamos um trio unido e potente, que tem compartilhado vivências e aprendizados. Foram dois anos de estudo, mas também de momentos regados a sorrisos, choros (principalmente meus), bebidas, sinucas e fofocas. Migles, seu apoio e incentivo me ajudaram em tantos momentos, desde os de ordem técnica, pois sou uma pessoa madura, que não tem Mobral em Informática, até aqueles de insegurança e incertezas. Você não é apenas um rostinho bonito, é lindo,

inteligente, bondoso, prestativo, divertido e solidário. Conte sempre comigo, pois estarei sempre ao seu lado para lhe dizer: “Calma, Maria do Bairro”.

Ao meu irmão Isley Ferreira, que é um exemplo de dedicação, esforço e superação. Obrigada, por seu carinho e cuidado. Também, às minhas irmãs, Alice, Olga e Ivani; e ao meu irmão Domingos, que torcem por mim, me incentivam e cuidam dos nossos pais. Ainda aos meus sobrinhos e sobrinhas, que amo tanto e me motivam a ser uma pessoa melhor;

À Câmara Municipal de Parauapebas, que autorizou o exercício de minhas atividades remotamente, possibilitando assim que eu mudasse para Imperatriz (MA), para cursar o Mestrado em Comunicação;

À Josiane Quintino, colega de trabalho e amiga, por sua grande parceira e apoio em tantos momentos desafiadores neste período em que estou em regime de teletrabalho. Joselita, quando eu crescer quero ter sua agilidade, competência e eficiência;

À Laila Melo, amiga que o jornalismo me deu e que foi uma grande incentivadora do meu ingresso e permanência na vida acadêmica. Flor, sua parceria e incentivo foram e são muito importantes na minha jornada;

À Profª. Dra. Michelly Santos de Carvalho com quem fiz o estágio de docência. Sua gentileza e doação são inspiradoras. Você é um exemplo prático de que a educação antirracista é possível;

Ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMA de Imperatriz e o corpo docente, que torna possível a realização do Mestrado em Comunicação. Destaco aqui as professoras e professores com quem tive contato direto no PPGCOM e no curso de jornalismo: Elaine Javorski, Thaisa Bueno, José Carlos Messias, Isabele Mitozo, Larissa Leda Fonseca Rocha, Izani Mustafá, Camilla Quesada Tavares, Domingos Alves de Almeida, Ricardo Costa Alvarenga, Leila Sousa e Marta Alencar, além da minha orientadora Letícia Cardoso;

Ao Grupo de Estudos Culturais no Maranhão (Gecult-MA), ao Observatório de Experiências Expandidas em Comunicação (ObEEC/UFMA) e ao Núcleo Interdisciplinar de Estudo, Pesquisa e Extensão em Comunicação, Gênero e Pesquisa Maria Firmina dos Reis (Núcleo

Maria Firmina), que contribuíram com a minha aprendizagem e constituição da minha vida acadêmica;

À Prof^a. Dra. Thaisa Cristina Bueno e à Prof^a. Dra. Renata Nascimento da Silva, que participaram da minha banca de qualificação e participarão da banca de defesa. Obrigada pelo olhar atento de ambas. Suas correções, indagações e sugestões foram essenciais para que eu conseguisse realizar essa pesquisa;

À minha orientadora Dra. Letícia Conceição Martins Cardoso, por ter me guiado nesta jornada, com um olhar amplo, diverso e crítico. Obrigada por ter escolhido minha pesquisa, obrigada por ter me escolhido e enxergado o potencial desta investigação. Este foi um período de muita aprendizagem e transformação, todos os nossos encontros causaram alguma mudança em mim, me instigaram e me levaram a diversos questionamentos, afinal, todas as práticas têm significados. Tudo isso, ao mesmo tempo em que fortaleci minha fé e me converti ao barberianismo. Graças a você, me tornei discípula de Jesús Martín-Barbero. Obrigada!

RESUMO

Esta dissertação tem como principal objetivo desenvolver uma análise cultural sobre as identidades e representações das parlamentares federais negras brasileiras. O parlamento federal é formado pela Câmara Federal, com 513 cadeiras, e o Senado Federal, com 81 assentos, totalizando 594 vagas legislativas. Nas últimas eleições gerais, realizadas em 2022, 540 vagas estavam em disputa e apenas 29 mulheres negras (13 pretas e 16 pardas) foram eleitas para ocupá-las. O resultado da disputa eleitoral demonstra que a paridade política entre homens e mulheres está longe de ser alcançada e dentre as mulheres que assumem cargos políticos, a igualdade racial é algo distante. Paralelamente a esta realidade, frente à expansão das redes sociais digitais e à influência que têm na sociedade contemporânea, escolhemos o *Instagram* para realizar parte de nossa análise, que envolve as relações estabelecidas pelas deputadas e senadoras, tendo em vista que a rede social tem se destacado na utilização por políticos, frente a outras plataformas. A partir do questionamento de como as parlamentares federais negras se apropriam do *Instagram* para a construção de suas identidades, temos como objetivo específico compreender a construção das identidades e representações destas políticas negras na plataforma. Para realizar a análise proposta, a abordagem metodológica acionada é o protocolo teórico-metodológico das mediações (Martín-Barbero, 2009), que permite compreender o processo de comunicação construído nas relações estabelecidas e nos sentidos produzidos pelas parlamentares de forma abrangente, ultrapassando a interpretação conteudista e tecnicista. A análise cultural realizada pela perspectiva das mediações trata o processo comunicacional em suas dimensões sociais, institucionais, econômicas e técnicas, observando as práticas de forma empírica no contexto cultural em que estão inseridas. Neste caso, para estudar as lógicas de produção-circulação-consumo das parlamentares negras no *Instagram* foi necessário contextualizar o processo histórico-social-cultural de formação da sociedade brasileira, profundamente marcado pelo racismo estrutural (Almeida, 2019) e pelo patriarcado colonialista, o que nos leva a dialogar com teóricas feministas negras (Carneiro, 2019); (Ribeiro, 2018); (Kilomba, 2020); (bell hooks, 2020) e decoloniais (Lugones, 2014); (Gonzalez, 2020), por isso entendemos se tratar de uma abordagem analítica do contexto cultural, com vistas à desconstrução colonial dessas relações. Também foram chaves analíticas as categorias teóricas de identidade e representação (Hall, 2006); (Munanga, 1990). De caráter qualitativo, nossa pesquisa visa também refletir sobre a baixa representatividade das mulheres negras e sobre a apropriação indevida da identidade negra no Congresso Nacional, o que demandou coleta de dados empíricos, tanto nas páginas do *Instagram* das parlamentares quanto nos sites institucionais da Câmara e do Senado sobre a produção legislativa das deputadas e senadoras, e por meio de entrevistas com parlamentares que se disponibilizaram a dialogar sobre suas trajetórias, atuação legislativa e utilização da plataforma, o que complementou nossas interpretações. Constatamos que a luta pelos direitos, especificamente, das mulheres negras e de combate ao racismo está presente nas pautas defendidas, predominantemente, por parlamentares autodeclaradas pretas e integrantes de partidos de esquerda. Em contrapartida, as filiadas a partidos de direita, majoritariamente autodeclaradas pardas, são mais conservadoras e estão a serviço do patriarcado. Ademais, entre as pardas, há evidente apropriação eleitoreira da raça. Deste modo, pretendemos contribuir para o debate sobre a presença e representatividade efetiva das mulheres negras na política nacional.

Palavras-chaves: Parlamentares federais negras; Identidades; Representação; Mediações; Feminismo decolonial.

ABSTRACT

The main objective of this dissertation is to develop a cultural analysis of the identities and representations of Black Brazilian Congresswomen. The federal parliament is composed of the Chamber of Deputies, with 513 seats, and the Federal Senate, with 81 seats, totaling 594 legislative positions. In the most recent general elections, in 2022, 540 seats were up for grabs, and only 29 Black women (13 Black and 16 Brown [mixed race]) were elected to fill them. The outcome of the electoral dispute shows that political parity between men and women is far from being achieved, and among the women holding political positions, racial equality is still distant. In parallel to this reality, considering the expansion of digital social networks and their influence on contemporary society, we chose Instagram to carry out part of our analysis, which involves the relationships established by the female lawmakers, as the social network has become particularly prominent among politicians compared to other platforms. Based on the question of how Black federal lawmakers appropriate Instagram to construct their identities, our specific objective is to understand the construction of these Black politicians' identities and representations on the platform. To conduct the proposed analysis, the methodological approach used is the theoretical-methodological protocol of mediations (Martín-Barbero, 2009), which allows us to understand the communication process built within the relationships established and the meanings produced by the lawmakers in a comprehensive way, going beyond content-based and technical interpretations. The cultural analysis from the perspective of mediations addresses the communicational process in its social, institutional, economic, and technical dimensions, observing practices empirically in the cultural context in which they are embedded. In this case, to study the production-circulation-consumption logic of Black lawmakers on Instagram, it was necessary to contextualize the historical-social-cultural process of the formation of Brazilian society, deeply marked by structural racism (Almeida, 2019) and colonial patriarchy, which led us to engage with Black feminist theorists (Carneiro, 2019; Ribeiro, 2018; Kilomba, 2020; bell hooks, 2020) and decolonial theorists (Lugones, 2014; Gonzalez, 2020). Therefore, we understand this as an analytical approach to the cultural context, aiming at the decolonization of these relations. Key analytical categories also included theoretical concepts of identity and representation (Hall, 2006; Munanga, 1990). Our qualitative research also aims to reflect on the low representation of Black women and the improper appropriation of Black identity in the National Congress, which required the collection of empirical data from both the lawmakers' Instagram pages and the institutional websites of the Chamber and Senate regarding the legislative production of female lawmakers, as well as interviews with lawmakers who agreed to discuss their trajectories, legislative work, and use of the platform, which complemented our interpretations. We found that the fight for the rights of Black women and against racism is present in the agendas predominantly defended by self-identified Black lawmakers and members of left-wing parties. In contrast, those affiliated with right-wing parties, mostly self-identified as Brown, are more conservative and serve the patriarchy. Furthermore, among the Brown lawmakers, there is a clear electoral appropriation of race. Thus, we aim to contribute to the debate on the presence and effective representation of Black women in national politics.

Keywords: Black Federal Congresswomen; Identities; Representation; Mediations; Decolonial Feminism.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Deputados (as) Federais eleitos (as) em 2022.....	5
Tabela 2 - Senadores (as) Federais eleitos (as) em 2022	6
Tabela 3 - Perfil das deputadas federais autodeclaradas pretas.....	29
Tabela 4 - Perfil das deputadas federais autodeclaradas pardas	36
Tabela 5 - Perfil das senadoras federais autodeclaradas pardas	45
Tabela 6 - Exemplo de <i>Feed</i> do <i>Instagram</i>	73
Tabela 7 - Exemplo de <i>Story</i> do <i>Instagram</i>	73
Tabela 8 - Exemplo de <i>Reels</i> do <i>Instagram</i>	74
Tabela 9 - Exemplo de Destaques do <i>Instagram</i>	74
Tabela 10 - Exemplo de <i>Threads</i> do <i>Instagram</i>	75
Tabela 11 - Balanço das publicações feitas no <i>Instagram</i> das parlamentares em 08/03/2024 e 20/11/2024.....	155
Tabela 12 - Dados da planilha Banco de Dados – PLs das parlamentares federais negras. Exemplo: PL da deputada Alice Portugal (PCdoB/BA)	163
Tabela 13 - Dados da planilha Banco de Dados – PLs das parlamentares federais negras. Exemplo: PL da deputada Benedita da Silva PT/RJ	163
Tabela 14 - Balanço das proposições das parlamentares federais negras em 2023	165
Tabela 15 - Relação de projetos aprovados.....	169
Tabela 16 - Parlamentares pardas lidas como brancas pela autora.....	180
Tabela 17 - Seleção de fotos de Cristiane Lopes (União/RO).....	182

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Segundo Mapa das Mediações (Lopes, 2018, p.17)	20
Figura 2 - Mapa Teórico-Metodológico da dissertação	24
Figura 3 - <i>Print de post do Instagram</i> de Benedita da Silva publicado em 08/03/2024.....	78
Figura 4 - <i>Print de post do Instagram</i> de Benedita da Silva publicado em 20/11/2024.....	80
Figura 5 - <i>Print de post do Instagram</i> de Carol Dartora (PT/PR) publicado em 08/03/2024..	81
Figura 6 - <i>Print de post do Instagram</i> de Carol Dartora (PT/PR) publicado em 20/11/2024..	83
Figura 7 - <i>Print de post do Instagram</i> de Daiana Santos (PCdoB/RS) publicado em 08/03/2024.....	84
Figura 8 - <i>Print de post do Instagram</i> de Daiana Santos (PCdoB/RS) publicado em 20/11/2024.....	85
Figura 9 - <i>Print de post do Instagram</i> de Dandara Tonantzin (PT/MG) publicado em 08/03/2024.....	86
Figura 10 - <i>Print de post do Instagram</i> de Dandara Tonantzin (PT/MG) publicado em 20/11/2024.....	88
Figura 11 - <i>Print de post do Instagram</i> de Dayany Bittencourt (União/CE) publicado em 08/03/2024.....	89
Figura 12 - <i>Print de post do Instagram</i> de Dayany Bittencourt (União/CE) publicado em 20/11/2024.....	91
Figura 13 - <i>Print de post do Instagram</i> de Denise Pessôa (PT/RS) publicado em 08/03/2024	92
Figura 14 - <i>Print de post do Instagram</i> de Denise Pessôa (PT/RS) publicado em 20/11/2024	93
Figura 15 - <i>Print de post do Instagram</i> de Dilvanda Faro (PT/PA) publicado em 08/03/2024	95
Figura 16 - <i>Print de post do Instagram</i> de Dilvanda Faro (PT/PA) publicado em 20/11/2024	96
Figura 17 - <i>Print de post do Instagram</i> de Erika Hilton (PSOL/SP) publicado em 08/03/2024	98
Figura 18 - <i>Print de post do Instagram</i> de Erika Hilton (PSOL/SP) publicado em 20/11/2024	99
Figura 19 - <i>Print de post do Instagram</i> de Jack Rocha (PT/ES) publicado em 08/03/2024..	102
Figura 20 - <i>Print de post do Instagram</i> de Jack Rocha (PT/ES) publicado em 20/11/2024..	103
Figura 21 - <i>Print de post do Instagram</i> de Silvia Cristina (PL-PP/RO) publicado em 08/03/2024.....	104
Figura 22 - <i>Print de post do Instagram</i> de Silvia Cristina (PL-PP/RO) publicado em 20/11/2024.....	106

Figura 23 - <i>Print de post do Instagram de Talíria Petrone (PSOL/RJ) publicado em 08/03/2024.....</i>	107
Figura 24 - <i>Print de post do Instagram de Talíria Petrone (PSOL/RJ) publicado em 20/11/2024.....</i>	109
Figura 25 - <i>Print de post do Instagram de Alice Portugal (PCdoB/BA) publicado em 08/03/2024.....</i>	111
Figura 26 - <i>Print de post do Instagram de Alice Portugal (PCdoB/BA) publicado em 20/11/2024.....</i>	112
Figura 27 - <i>Print de post do Instagram de Amanda Gentil (PP/MA) publicado em 08/03/2024</i>	114
Figura 28 - <i>Print de post do Instagram de Andreia Siqueira (MDB/PA) publicado em 08/03/2024.....</i>	115
Figura 29 - <i>Print de post do Instagram de Andreia Siqueira (MDB/PA) publicado em 20/11/2024.....</i>	116
Figura 30 - <i>Print de post do Instagram de Antônia Lúcia (Republicanos/AC) publicado em 08/03/2024.....</i>	118
Figura 31 - <i>Print de post do Instagram de Antônia Lúcia (Republicanos/AC) publicado em 20/11/2024.....</i>	119
Figura 32 - <i>Print de post do Instagram de Cristiane Lopes (União/RO) publicado em 08/03/2024.....</i>	120
Figura 33 - <i>Print de post do Instagram de Delegada Ione Barbosa (Avante/MG) publicado em 08/03/2024.....</i>	121
Figura 34 - <i>Print de post do Instagram de Detinha (PL/MA) publicado em 08/03/2024.....</i>	123
Figura 35 - <i>Print de post do Instagram de Helena Lima (MDB/RR) publicado em 08/03/2024.</i>	125
Figura 36 - <i>Print de post do Instagram de Helena Lima (MDB/RR) publicado em 20/11/2024</i>	126
Figura 37 - <i>Print de post do Instagram de Ivoneide Caetano (PT/BA) publicado em 08/03/2024.....</i>	128
Figura 38 - <i>Print de post do Instagram de Ivoneide Caetano (PT/BA) publicado em 20/11/2024.....</i>	129
Figura 39 - <i>Print de post do Instagram de Laura Carneiro (PSD/RJ) publicado em 08/03/2024</i>	130

Figura 40 - <i>Print de post do Instagram</i> de Laura Carneiro (PSD/RJ) publicado em 20/11/2024	131
Figura 41 - <i>Print de post do Instagram</i> de Lídice da Mata (PSB/BA) publicado em 08/03/2024.....	133
Figura 42 - <i>Print de post do Instagram</i> de Lídice da Mata (PSB/BA) publicado em 20/11/2024.....	135
Figura 43 - <i>Print de post do Instagram</i> de Maria Rosas (Republicanos/SP) publicado em 08/03/2024.....	136
Figura 44 - <i>Print de post do Instagram</i> de Meire Serafim (União/AC) publicado em 08/03/2024.....	139
Figura 45 - <i>Print de post do Instagram</i> de Meire Serafim (União/AC) publicado em 20/11/2024.....	140
Figura 46 - <i>Print de post do Instagram</i> de Nely Aquino (Podemos/MG) publicado em 08/03/2024.....	141
Figura 47 - <i>Print de post do Instagram</i> de Nely Aquino (Podemos/MG) publicado em 20/11/2024.....	143
Figura 48 - <i>Print de post do Instagram</i> de Renilce Nicodemos (MDB/PA) publicado em 08/03/2024.....	144
Figura 49 - <i>Print de post do Instagram</i> de Renilce Nicodemos (MDB/PA) publicado em 20/11/2024.....	146
Figura 50 - <i>Print de post do Instagram</i> de Silvyne Alves (União/GO) publicado em 08/03/2024	147
Figura 51 - <i>Print de post do Instagram</i> de Silvyne Alves (União/GO) publicado em 20/11/2024.....	149
Figura 52 - <i>Print de post do Instagram</i> de Ana Paula Lobato (PDT/MA) publicado em 08/03/2024.....	150
Figura 53 - <i>Print de post do Instagram</i> de Ana Paula Lobato (PDT/MA) publicado em 20/11/2024.....	152
Figura 54 - <i>Print de post do Instagram</i> de Eliziane Gama (PSD/MA) publicado em 08/03/2024.....	153
Figura 55 - <i>Print de post do Instagram</i> de Eliziane Gama (PSD/MA) publicado em 08/03/2024.....	154

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Autodeclaração racial das deputadas federais	26
Gráfico 2 - Autodeclaração racial das senadoras federais.....	27

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Deputadas federais autodeclaradas pretas	27
Quadro 2 - Deputadas federais autodeclaradas pardas	35
Quadro 3 - Senadoras federais autodeclaradas pardas	44

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	4
1.1 Aproximação pessoal com o objeto de pesquisa: como descobri-me negra.....	11
2 PERCURSO METODOLÓGICO E AS ESCOLHAS DE PESQUISA	15
2.1 Mapa das mediações: o caminho escolhido para compreender	19
2.2 As mediações no estudo do processo comunicacional das parlamentares negras	21
2.3 Retrato das mulheres parlamentares negras: identificando as protagonistas da pesquisa	25
2.4 Técnicas metodológicas: conhecendo o campo empírico da pesquisa	47
3 GÊNERO, RAÇA E IDENTIDADE NA POLÍTICA BRASILEIRA	51
3.1 A mulher na política: entendendo a separação entre a esfera pública e a esfera privada	53
3.2 Esfera da exclusão: o não lugar da mulher negra na política brasileira	55
3.3 A formação de uma identidade negra brasileira	61
3.4 Sobre tornar-se mulher negra no Brasil	65
4 APROPRIAÇÕES DO INSTAGRAM PARA FINS POLÍTICOS	67
4.1 Redes sociais e plataformação da <i>internet</i>	67
4.2 Racismo algoritmo: a discriminação racial em ambientes virtuais	71
4.3 A estrutura atual do <i>Instagram</i>	72
5 ENTRE A CELEBRAÇÃO E A LUTA: DISCURSOS DAS PARLAMENTARES NEGRAS NO INSTAGRAM NO 8 DE MARÇO E NO 20 DE NOVEMBRO	77
5.1 Publicações das deputadas federais autodeclaradas pretas: Dias de luta, mobilização e resistência	78
5.2 Publicações das deputadas e senadoras autodeclaradas pardas: Comemoração e apagamento das lutas históricas.....	111
5.3 Sentidos produzidos: um balanço das publicações.....	155
6 REPRESENTATIVIDADE NOS PROJETOS DE LEI: A MULHER NEGRA ESTÁ EM PAUTA?	161
6.1 Omissão e apagamento: a mulher negra não é prioridade	165
7 ENTRE O PATRIARCADO RACISTA E A DECOLONIALIDADE FEMINISTA: AS IDENTIDADES DO LEGISLATIVO FEMININO NEGRO	172
7.1 Institucionalidades e sociabilidades: modos de acesso das mulheres negras ao Poder Legislativo	172
7.2 Tecnicidades e ritualidades: estratégias discursivas das parlamentares negras	175
7.2.1 A cor em negociação na política.....	178
7.2.2 O patriarcado como traço das identidades das parlamentares.....	183
7.3 Para quem são as leis elaboradas pelas parlamentares negras?	184
7.4 Como as parlamentares negras utilizam o <i>Instagram</i> ?	185
CONSIDERAÇÕES FINAIS	189
REFERÊNCIAS.....	194
APÊNDICE 1 – Roteiro de entrevista das parlamentares federais negras	200
APÊNDICE 2 – Email de solicitação de entrevistas	203
APÊNDICE 3 – Quantitativo de seguidores das parlamentares federais	204

1 INTRODUÇÃO

"Eu nasci uma mulher negra. Tentaram me fazer homem e branco, mas eu não compactuei com isso. Soltei minha voz e gritei bem alto para continuar sendo mulher negra".

Benedita da Silva (2024)

Em um país como o Brasil, onde as estruturas de poder ainda refletem um histórico de exclusão racial e de gênero, a presença de mulheres negras no parlamento federal brasileiro representa um avanço, mas também um grande desafio. Se, por um lado, a ocupação desse espaço significa a superação de barreiras em um cenário político historicamente dominado por homens brancos, por outro, levanta questões sobre a forma como essas parlamentares constroem suas trajetórias e narrativas públicas para conseguir chegar a este ambiente de poder. Quem são essas mulheres e quais estratégias utilizam para alcançar e se manter nesse campo restrito? Suas atuações refletem um compromisso genuíno com as pautas feministas e raciais, ou há um uso estratégico da identidade negra para viabilizar sua ascensão política?

Diante das inúmeras barreiras impostas às mulheres negras na sociedade brasileira, esta dissertação busca desenvolver uma análise cultural sobre as identidades e representações das parlamentares federais negras brasileiras, acionando o protocolo teórico-metodológico das mediações (Martín-Barbero, 2009). Assim, investigamos se a negritude tem sido utilizada como um instrumento de conveniência, para ter acesso a esse espaço de poder ou como um compromisso verdadeiro com a luta por igualdade de direitos e enfrentamento ao racismo, rompendo com essa bolha na política, dominada por homens brancos. Em outras palavras, a raça tem sido usada por conveniência ou representatividade? Nossa inquietação inicial é pensar sobre o lugar da mulher negra na política nacional.

A paridade política entre homens e mulheres está longe de ser alcançada e dentre as mulheres que assumem cargos políticos, a igualdade racial é algo distante. O resultado das últimas eleições gerais, realizadas em 2022, comprova bem essa desigualdade. O Congresso Nacional brasileiro, que é composto pela Câmara Federal e o Senado Federal, possui no total 594 cadeiras parlamentares, das quais 540 estavam em disputa no referido pleito e apenas 29 mulheres negras (pretas e pardas) foram eleitas para ocupá-las.

A Câmara Federal brasileira possui 513 lugares e de acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) foram eleitos em 2022 apenas 136 (26,51%) parlamentares

autodeclarados negros, sendo 107 (20,85%) homens e 29 (5,65%) mulheres negras (13 pretas e 16 pardas), como é possível ver na Tabela 1.

Tabela 1 - Deputados (as) Federais eleitos (as) em 2022

Cor/Raça	Quantidade	Gênero		
Branca	368	Masculino – 310		
		Feminino – 58		
Negra	136	Pretos - 27		Masculino - 14
				Feminino - 13
		Pardos - 109		Masculino - 93
				Feminino - 16
Indígena	5	Masculino – 1		
		Feminino – 4		
Amarela	3	Masculino – 3		
Não declarou	1	Masculino – 1		
Total Geral	513			

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados do TSE (2022).

Duas das eleitas para a Câmara Federal licenciaram-se logo no início do mandato. Marina Silva (Rede/SP) assumiu o Ministério do Meio Ambiente do Governo Federal, em sua vaga tomou posse Luciene Cavalcante¹ (Psol-SP), que é autodeclarada branca. E Rosângela Gomes (Republicanos/RJ) assumiu a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, no Rio de Janeiro, a vaga dela foi ocupada por um homem, Luis Carlos Gomes (Republicanos-RJ).

Em contrapartida, Reginete Bispo² (PT/RS), autodeclarada preta, assumiu a vaga do deputado federal Paulo Pimenta, que se licenciou para assumir a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. Do final do primeiro semestre até o fim de 2023 mais cinco parlamentares negras que eram suplentes tomaram posse na Câmara Federal, sendo quatro pardas e uma preta.

Priscila Costa³ (PL-CE), autodeclarada parda, chegou a assumir a vaga de Yury do Paredão (PL-CE), que esteve licenciado do mandato para tratar de assuntos pessoais. Ely Santos⁴ (Republicanos/SP), autodeclarada parda, ocupou a vaga deixada por Milton Vieira (Republicanos/SP), licenciado para assumir o cargo de Secretário Municipal de Habitação, na cidade de São Paulo (SP). Gisela Simona⁵ (UNIAO-MT), autodeclarada preta, é suplente de Fábio Garcia (UNIÃO-MT), licenciado para ocupar o cargo de secretário-chefe da Casa Civil

¹ Data da posse na Câmara Federal: 03/02/2023.

² Data da posse na Câmara Federal: 03/02/2023.

³ Data da posse na Câmara Federal: 30/06/2023. Afastou-se em 27/10/2023.

⁴ Data da posse na Câmara Federal: 05/07/2023.

⁵ Data da posse na Câmara Federal: 07/07/2023.

do Governo de Mato Grosso. Eliane Braz⁶ (PSD-CE), autodeclarada parda, esteve na vaga de Célio Studart (PSD), no período em que este comandou a Secretaria de Proteção Animal do Governo do Ceará. Por fim, Mariana Carvalho⁷ (Republicanos/MA), autodeclarada parda, substituiu Aluísio Mendes (Republicanos/MA), licenciado para tratar de assuntos de interesse particular.

No Senado Federal são 81 cadeiras e nas últimas eleições 27 delas estavam em disputa, o que equivale a 33,33% do total. Destas somente seis (22,58% de 27) foram conquistadas por candidatos autodeclarados negros, todos homens, como mostra a Tabela 2. Ou seja, nenhuma mulher negra foi eleita para o Senado Federal no último pleito.

Tabela 2 - Senadores (as) Federais eleitos (as) em 2022

Cor/Raça	Quantidade	Gênero	
Branca	18	Masculino – 14	
		Feminino – 4	
Negra	6	Pretos - 3	Masculino - 3
		Pardos - 3	Masculino - 3
Indígena	2	Masculino – 2	
Não declarou	1	Masculino – 1	
Total Geral	27		

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados do TSE (2022).

Entretanto, nesta Casa Legislativa há três parlamentares pardas em exercício, que corresponde a 3% do total. Trata-se de Eliziane Gama⁸ (PSD/MA), titular que foi eleita em 2018; Ana Paula Lobato⁹ (PSB-PDT¹⁰/MA), que inicialmente assumiu como suplente de Flávio Dino (PSB/MA), quando este licenciou-se para ser ministro da Justiça e, posteriormente, assumiu como titular com a ida dele para o Supremo Tribunal Federal (STF); e Jussara Lima¹¹ (PSD/PI), suplente de Wellington Dias (PT/PI), licenciado para assumir o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social.

Assim, das 594 cadeiras que compõem o Congresso Nacional, no primeiro ano da Legislatura atual¹², 36 (6,06%) chegaram a ser ocupadas por mulheres autodeclaradas negras

⁶ Data da posse na Câmara Federal: 22/08/2023. Afastou-se em 14/ 11/2023.

⁷ Data da posse na Câmara Federal: 30/11/2023

⁸ Mandato 2019 – 2027.

⁹ Foi suplente de Flávio Dino de 02/02/2023 até 31/01/2024. Retornou em 21/02/2024 como senadora federal titular.

¹⁰ Ana Paula Lobato foi eleita pelo PSB, porém, em 2024 filiou-se ao PDT.

¹¹ Data da posse no Senado Federal: 06/02/2023. Afastou-se em 12/12/2023, retornou em 14/12/2023 e segue no cargo.

¹² 57ª Legislatura - 1º de fevereiro de 2023 a 31 de janeiro de 2027.

e 2023 terminou com 34 (5,72%) parlamentares negras em exercício, sendo 31 deputadas federais e três senadoras federais. Contudo, é importante ressaltar que há somente 31 parlamentares negras titulares, com as licenças, as suplentes podem assumir e/ou sair a qualquer momento dos cargos.

Considerando o total de legisladores federais, com base na composição da população brasileira, é possível afirmar que o Congresso Nacional possui uma representação totalmente contrária à formação multicultural do país. No ano de 2022, quando foram realizadas as últimas eleições gerais, a população brasileira foi estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE (2023), em mais de 203 milhões de habitantes e segundo o TSE (2022), o país possuía cerca de 156 milhões de eleitores. Tanto na quantidade de habitantes quanto na de eleitores, as mulheres são maioria, correspondendo a 51,5% e 52,65% do total, respectivamente. Entretanto, ao olhar para o parlamento federal, onde estão ou deveriam estar representantes dos estados e de toda a população, constata-se uma realidade completamente diferente, com predomínio de homens brancos.

Essa representação não ocorre de maneira proporcional também quando se trata da cor dos brasileiros, pois de acordo com o IBGE (2023), os negros (pretos e pardos) são 55,5% da população. No grupo das mulheres, 55,3% delas são negras, ou seja, quando se refere à quantidade, as mulheres negras também são maioria, entretanto, em termos de representatividade, elas estão abaixo dos homens negros e das mulheres brancas. Proporcionalmente, elas são minoria inclusive na comparação com as mulheres indígenas. De acordo com o IBGE, em 2022, o número de indígenas residentes no Brasil representava 0,83% da população total do país e, para a Câmara Federal, foram eleitos cinco parlamentares desta etnia, sendo quatro mulheres.

O Informe de Monitoramento e Avaliação - Edição Mulheres Negras, elaborado pelo Ministério da Igualdade Racial, MIR (2023), traz informações sobre a situação de mulheres negras referentes à educação; trabalho, renda e pobreza; participação em programas sociais do Governo Federal; saúde e segurança pública. O levantamento foi realizado com base em informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, o Sistema de Informações de Mortalidade, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal. De acordo com o relatório, as informações apuradas deixam evidentes os efeitos do racismo e do sexismo sobre as condições de vida e o bem-estar das mulheres negras, que são o grupo de maior vulnerabilidade socioeconômica e ocupam a base da pirâmide social do Brasil (MIR, 2023).

O Informe é mais uma ferramenta que evidencia a importância e a necessidade das mulheres negras terem uma maior representação política. Em termos de gênero e raça, elas são o maior grupo populacional do Brasil, logo, são fundamentais para a elaboração de políticas públicas específicas para o enfrentamento das desigualdades raciais, sociais e econômicas enfrentadas pela população negra brasileira.

Porém, apesar de a quantidade de negras eleitas nas últimas eleições ter sido superior a de legislaturas passadas, pois, oficialmente, esta é a maior representação de mulheres pretas ou pardas da história do parlamento brasileiro (Carriconde, 2023), não é possível comemorar esse resultado de maneira isolada, focando somente no número. Como não existe uma banca de heteroidentificação, a exemplo do que ocorre em concursos públicos e processos seletivos de universidades, ainda é grande a possibilidade de as autodeclarações serem burladas, principalmente porque os partidos são obrigados a preencher as cotas feminina e racial, e recebem verbas específicas para isso.

Foi somente nas eleições de 2014 que o TSE passou a coletar informações sobre a raça dos candidatos. Ou seja, antes não era possível a identificação oficial de candidatos negros participantes das eleições. A coleta é realizada pelo preenchimento da autodeclaração racial do Formulário de Registro de Candidatura. Em 2020, ano de eleições municipais, o TSE decidiu que a distribuição dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e do tempo de propaganda eleitoral gratuita deveriam ser proporcionais ao total de candidatos negros que o partido apresentasse no pleito (ACM, 2022).

Matéria publicada pelas jornalistas Simone Freire e Beatriz Mazzei (2022) no site Uol, com o título “Metade dos parlamentares eleitos que dizem ser negros são brancos”¹³, evidencia a possibilidade de fraudes nas autodeclarações raciais. Os jornalistas Thiago Mali e Carolina Nogueira apontam também indícios de fraudes na matéria “1 em cada 3 negros eleitos em 2022 já se declarou branco”¹⁴, veiculada no site Poder 360.

Paralelamente a esta realidade, frente à expansão das redes sociais digitais e à influência que tem na sociedade contemporânea, o *Instagram* se destaca, frente ao *YouTube*, *Twitter*¹⁵, *Facebook* e ao *Tik Tok*. De acordo com Agência Global *We Are Social* (Social,

¹³ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/11/20/metade-dos-parlamentares-eleitos-que-dizem-ser-negros-sao-brancos.htm>. Acesso em: 13 de mar.2023.

¹⁴Disponível em: <https://www.poder360.com.br/eleicoes/1-em-cada-3-negros-eleitos-em-2022-ja-se-declarou-branco/>. Acesso em: 13 de mar. 2023.

¹⁵ Em 2022, o *Twitter* foi adquirido pelo bilionário Elon Musk, que em 2023 mudou o nome da rede social para X, YUGE (2023).

2023), especialista em comportamento digital, a plataforma é a segunda na preferência dos usuários no mundo, ficando atrás apenas do *Whatsapp*.

O *Digital 2023* (Social, 2023), relatório produzido pela *We Are Social* sobre as tendências globais de mídia social, internet, dispositivos móveis e comércio eletrônico, constatou que a influência das redes sociais na forma como as pessoas vivem continua crescendo, desde as compras até a procura por entretenimento, informações e notícias. Em média, as pessoas passam mais de duas horas e meia nas redes sociais, todos os dias, o que equivale a 40 minutos a mais do que assistindo à televisão, (Social, 2023).

O *Instagram* possui 2 bilhões de usuários no mundo e 113 milhões no Brasil. A plataforma é uma ferramenta de comunicação muito utilizada por políticos para interagir com o público (Mali, 2022), além de divulgar as ações de seus mandatos, as proposições apresentadas e posicionamentos referentes ao governo ou pautas em debate na sociedade.

Segundo Mali (2022), nas eleições de 2022, a presença de candidatos nas redes sociais digitais aumentou: 45% deles declararam ao TSE que tinham perfis nas plataformas digitais. Esse percentual é quase o dobro dos 25% que fizeram a mesma declaração nas eleições de 2020, as primeiras nas quais o dado foi informado à Justiça Eleitoral. Isso demonstra que o *Instagram* ultrapassou o *Facebook* na preferência dos políticos. Foram 39,5% os candidatos que declararam ter perfil nesta rede social, contra 35,8% que colocaram links para o *Facebook* (Mali, 2022).

Neste cenário em que as redes sociais digitais adquiriram lugar privilegiado na política nacional e no qual as mulheres negras seguem com dificuldades de acesso, definimos como objetivo geral da pesquisa, desenvolver uma análise cultural sobre as identidades e representações das parlamentares federais negras que ocupam o Congresso Nacional atualmente. Ainda, como objetivos específicos, temos o propósito de (a) analisar qual o lugar da mulher negra na política brasileira; (b) refletir sobre a baixa representatividade das mulheres negras e sobre a apropriação indevida da negritude no Congresso Nacional c) observar como as parlamentares federais negras se apropriam do *Instagram* para gerar representações e construir identidades; e (d) investigar se a produção legislativa das deputadas e senadoras negras é voltada para garantia dos direitos das mulheres e combate ao racismo.

Para alcançar tais objetivos, será utilizada a Teoria das Mediações Latino-Americana, de Martín-Barbero (2009), por meio da qual realizaremos uma análise cultural dos usos e apropriações praticados no processo comunicacional das parlamentares federais negras, como forma de mediação de suas identidades e representações. A Teoria das Mediações considera a

comunicação um processo que media todas as relações culturais e políticas, não se concentra em apenas uma parte do processo comunicacional, todos os momentos e atores envolvidos são importantes e o foco é dado à relação entre eles.

Também serão necessários à análise cultural proposta, autores que dêem sustentação às reflexões sobre a configuração atual das mulheres negras no parlamento federal. Nesse sentido, não podemos deixar de discutir sobre o racismo estrutural (Almeida, 2019) no Brasil que inviabiliza uma representatividade justa de mulheres negras em cargos de poder dessa natureza e sobre as marcas do patriarcado e do machismo no país, que ainda oprimem as mulheres, especialmente, as não-brancas, prejudicando sua vida profissional, por isso, buscamos apoio teórico nos feminismos negro e decolonial das autoras bell hooks (2020); Djamila Ribeiro (2018); Lélia Gonzalez (2020); María Lugones (2014) e Sueli Carneiro (2019).

Além disso, irão contribuir no debate sobre identidade e representação, autores como Stuart Hall (2016) e Kabengele Munanga (2012). Para compreender as redes sociais e plataformização da internet buscamos as obras de Raquel Recuero (2009) e Ismar Capistrano Costa Filho (2022). A análise referente ao comportamento dos eleitores, enquanto cidadãos e consumidores, terá como base a produção teórica de Néstor García Canclini (1995).

A abordagem metodológica será guiada pelo mapa das mediações (Martín-Barbero, 2009), que foi adaptado para o nosso propósito de pesquisa. Para compreender as apropriações e as relações estabelecidas pelas parlamentares federais negras, dentro e fora do *Instagram*, adotamos o segundo modelo do mapa barberiano, das mediações comunicativas da cultura, pois entendemos que o estudo do uso que legisladoras negras fazem de uma rede social digital vai muito além da análise do conteúdo produzido para a plataforma e da compreensão de suas funcionalidades tecnológicas. Portanto, para um entendimento mais aprofundado do tema, compreendemos que é preciso lançar um olhar mais abrangente para o processo histórico-social-cultural de formação do Brasil, o que nos leva a pensar em processos de mediações, através das relações institucionais, técnicas, sociais e rituais (de consumo).

Para sistematizar nosso trabalho, propomos, no segundo capítulo, discorrer sobre a abordagem utilizada para realizar a pesquisa, baseada na Teoria das Mediações Latino-Americana. Tratamos sobre o protocolo analítico, o mapa das mediações, explicando os conceitos e relacionando a aplicação das relações estabelecidas (tecnicidade, ritualidade, sociabilidade e institucionalidade) no processo comunicacional das legisladoras negras. No terceiro capítulo abordamos o cenário da política brasileira contemporânea, com ênfase na

trajetória de participação das mulheres, principalmente das negras. Este panorama é traçado a partir de estudos feministas, com o intuito de pensar o modo como a representatividade política se configurou no Brasil, levando em consideração questões de gênero, raça e classe.

No quarto capítulo, tratamos do *Instagram*, explicando como a rede funciona e analisando aspectos que refletem diretamente em sua utilização, como a plataformização da *internet* e o racismo algoritmo. No quinto capítulo, analisamos as publicações realizadas pelas parlamentares em suas páginas públicas no Instagram em duas datas que avaliamos como relevantes para mulheres negras: o Dia Internacional da Mulher, celebrado em 8 de março, e o Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra, comemorado em 20 de novembro.

No sexto capítulo, observamos a produção legislativa das deputadas e senadoras, com foco nos projetos de lei elaborados em 2023, primeiro ano da legislatura atual, com o intuito de identificar matérias voltadas especificamente para a mulher negra. Por fim, o sétimo e último capítulo, foi destinado à apresentação das análises e discussões da pesquisa referentes ao processo comunicacional das parlamentares negras federais, destrinchando e relacionando a maneira que se apresentam no *Instagram*; o conteúdo que publicam na plataforma e a produção dos projetos de lei, relacionando com falas das entrevistadas, de acordo com a proposta definida no percurso metodológico, o mapa das mediações. Desta forma, a partir das mediações constitutivas da comunicação, cultura e política, interpretamos as relações institucionais, técnicas, rituais e sociais, que ocorrem dentro das lógicas de produção-circulação e consumo.

Deste modo, com esta pesquisa, esperamos poder contribuir para o campo da Comunicação oferecendo uma análise sobre a presença e representatividade efetiva das mulheres negras na política nacional. Ao investigar as trajetórias, discursos e estratégias dessas parlamentares, buscamos não apenas compreender como elas se inserem neste espaço historicamente restrito, mas também refletir sobre os desafios e as contradições que permeiam a atuação delas. Além disso, esperamos e acreditamos que este estudo pode fomentar novos debates sobre a apropriação da identidade racial na política, incentivando pesquisas futuras e promovendo uma discussão mais ampla sobre equidade, representatividade e os caminhos para uma democracia que seja de fato inclusiva.

1.1 Aproximação pessoal com o objeto de pesquisa: como descobri-me negra

Para além da justificativa teórica, peço licença para fazer uma justificativa mais pessoal para a escolha do tema da pesquisa, acionando, somente neste item do trabalho, o foco narrativo na 1ª pessoa do singular, em alinhamento com os relatos e memórias que aqui serão expostos.

Eu, Nayara Cristina Silva Ferreira, sou uma mulher negra, preta, com o tom de pele claro e os cabelos crespos. Faço essa autodeclaração hoje, aos 37 anos, com certo orgulho e com alegria. Entretanto, nem sempre foi assim. Nunca fui branca, essa certeza sempre tive também, mas até os meus 24 anos eu me via como morena e não tinha muita consciência sobre questões relacionadas à raça. A mudança veio ao passar pela transição capilar, processo no qual deixa-se de utilizar químicas de alisamento para assumir a textura natural do cabelo.

Meu cabelo foi alisado pela primeira vez por volta dos meus sete anos, pelas minhas irmãs, que também passavam pelo mesmo procedimento. Sou a caçula de um “time de futebol”, somos quatro homens e sete mulheres, filhos e filhas do mesmo casal: o goiano Domingos Alves Ferreira e a maranhense Luiza Silva Ferreira.

Segundo minha mãe, todos (as) nós havíamos puxado a família do meu pai, que tinha o “cabelo ruim”, apesar de ela mesma também não ter os cabelos lisos e de não ser branca, mas era mais clara que ele e tinha o cabelo “melhor”. E era para ter o cabelo melhor, mais fácil de cuidar, com menos volume e mais bonito que passávamos pelo processo de alisamento.

Eu não me lembrava como era meu cabelo natural, mas sabia, pela memória da minha mãe e de minhas irmãs, que era “ruim” e “difícil”, das sete filhas, era a que tinha mais cabelo e ainda o “mais ruim”. Isso justificava me submeter a demorados processos de alisamentos, com a utilização de produtos químicos fortes, que muitas vezes feriam o couro cabeludo e tinham um mau cheiro horrível, muito parecido com o odor de fossas sépticas.

Todo esse sofrimento era compensado pela alegria de ter um cabelo que balançava e que podia ser usado solto. Quando surgiram as progressivas, que inicialmente proporcionavam um alisamento muito semelhante ao cabelo liso natural, eu realizei um grande sonho, tive uma franjinha. Uma das minhas irmãs fez a progressiva e o corte com franja em mim. Foi uma sensação maravilhosa, me sentia linda e extremamente feliz quando diziam que eu estava parecendo uma índia.

Entretanto, o belo efeito da progressiva durou pouco. O procedimento passou a ser a minha droga e eu realizava os retoques mensalmente, período muito menor do que o recomendado. A aplicação frequente de químicas danificou bastante meu cabelo. O estrago

foi tamanho que eu me vi obrigada a dar uma pausa nos alisamentos, para deixar meu cabelo se recuperar e foi assim que, sem saber ainda, eu iniciei meu processo de transição capilar.

Em janeiro de 2012 fiz uma progressiva pela última vez. E a partir daquele momento, na busca por maneiras de como cuidar do cabelo, descobri um novo mundo através das redes sociais e principalmente do *YouTube*. Assim como eu, muitas outras mulheres passavam pela transição capilar e compartilhavam suas vivências, experiências e aprendizados na internet.

Foi na busca por cuidados com os cabelos que aprendi mais sobre racismo e conheci o feminismo negro. A partir dos relatos sobre a não aceitação do cabelo, compreendi que o que eu vivenciei não era uma realidade singular, era algo muito comum para tantas outras crianças, adolescentes e mulheres negras. A não aceitação, a raiva e até mesmo o ódio aos nossos cabelos, a nossa cor e aos nossos traços negróides eram resultantes do racismo enraizado e naturalizado em nossa sociedade.

O alisamento dos cabelos era apenas uma das táticas que nos foi ensinada compulsoriamente para nos aproximarmos do padrão estético de beleza eurocêntrico, no qual o ideal é ser branco, ter cabelos lisos, olhos claros e nariz afilado. Ao mesmo tempo em que aprendíamos a nos “embranquecer”, nos distanciávamos da nossa identidade negra.

Em 2011, eu fui aprovada em um concurso público na Câmara Municipal de Parauapebas (PA). Na época, havia 11 vereadores no total na Casa de Leis, destas apenas duas mulheres, ambas brancas. Na legislatura seguinte, 2013/2016, o número de parlamentares aumentou e passou para 15. Entretanto, novamente, apenas duas mulheres foram eleitas, sendo uma branca e outra negra. No mandato seguinte, 2017/2020, houve um recorde na história do município e a bancada feminina atingiu o número máximo de mulheres já eleitas em Parauapebas, com quatro vereadoras. Duas brancas e duas autodeclaradas pardas. Na legislatura atual 2021/2024 houve um declínio e apenas uma mulher foi eleita, sendo ela branca.

Nas três legislaturas completas que acompanhei de perto, realizando a cobertura de sessões, audiências públicas e demais ações dos vereadores e vereadoras, inclusive com a redação de textos referentes às proposições aprovadas, não vi matérias específicas para a população negra. As vereadoras, no geral, até apresentaram projetos voltados para a garantia dos direitos das mulheres, mas nada especificamente voltado para a temática racial, como medidas de combate e conscientização referentes ao racismo e a discriminação, bem como políticas inclusivas.

As mulheres eleitas para a Câmara de Parauapebas foram poucas e, em sua maioria, eram evangélicas e com atuação mais conservadora. As duas eleitas para a legislatura

2013/2016 eram evangélicas, sendo que uma delas tinha até o vocativo “Irmã” junto ao nome. No mandato seguinte, 2013/2016, duas das quatro eleitas eram evangélicas e uma delas era pastora. Na legislatura atual, a única vereadora que temos é evangélica e está no seu terceiro mandato.

Atuando como jornalista na Câmara Municipal de Parauapebas, o meu olhar para a atuação parlamentar mudou. Tive mais consciência sobre o papel do Legislativo na sociedade e do impacto que o trabalho de vereadores (as), deputados (as) e senadores (as) tem na vida da população. Assim, me reconhecendo como uma mulher negra e entendendo como funciona o Poder Legislativo, constatei no dia a dia a importância de existir mais negros neste poder e principalmente mais mulheres negras com atuação voltada para garantia de direitos e proteção das mulheres negras.

O processo de transição capilar me empoderou, me levou ao autoconhecimento, a ter mais informações sobre o racismo a brasileira e sobre as desigualdades de gênero, raça e classe, mas, também possibilitou que eu me “tornasse” negra e tivesse orgulho disso.

A filósofa brasileira Djamila Ribeiro (2018), uma das primeiras ativistas do feminismo negro a qual tive acesso, nos diz que o empoderamento é o comprometimento com a luta pela equidade. Não se restringe a algo individual, promove também a ajuda mútua, para que alcancemos uma sociedade mais justa e igualitária.

Eu desejo que mais mulheres negras sejam empoderadas e espero que meu trabalho possa contribuir de alguma maneira com este processo de autoreconhecimento, pois acredito que o conhecimento nos leva ao reconhecimento e este à emancipação. Ou seja, ter consciência de quem somos, nos leva a reconhecer nossa condição e consequentemente nos impulsiona a lutar por mudanças e a buscar transformações.

2 PERCURSO METODOLÓGICO E AS ESCOLHAS DE PESQUISA

[A] cultura não pode ser pensada fora de suas relações com a sociedade. As instituições e práticas sociais da cultura não podem ser vistas como distintas do conjunto de instituições e práticas sociais mais amplo, em geral reconhecido como “sociedade”. [...] Para os cultural studies, então, Compreender a cultura implicará compreender as “relações entre os elementos de um sistema geral de vida” (Williams, 1969).

Itania Gomes (2004)

A pesquisa proposta, que pretende analisar as identidades e representações de deputadas e senadoras negras do Congresso Nacional brasileiro num contexto comunicacional, em alguns momentos aciona o campo empírico do *Instagram*, em outros esse campo empírico se alarga para a trajetória de vida das protagonistas, para suas produções legislativas e mesmo para seus próprios relatos, em ocasião de entrevistas. A abordagem teórico-metodológica é baseada na Teoria das Mediações Latino-Americana. Este campo tem como principal expoente o filósofo, antropólogo e semiólogo Jesús Martín-Barbero, e conceitua a comunicação como um processo que medeia todas as manifestações culturais e políticas, não se concentrando em apenas uma parte do processo comunicacional, mas em todos os momentos e atores envolvidos. O foco do estudo é dado na relação entre eles.

Assim a comunicação se tornou para nós questão de mediações mais que de meios, questão de cultura e, portanto, não só de conhecimentos mas de re-conhecimento. Um reconhecimento que foi, de início, operação de deslocamento metodológico para re-ver o processo inteiro da comunicação a partir de seu outro lado, o da recepção, o das resistências que aí têm seu lugar, o da apropriação a partir de seus usos (Martín-Barbero, 2000, p. 16).

Martín-Barbero nasceu na Espanha, mas foi naturalizado Colombiano, escolhendo assim a América Latina para viver e como fonte principal de seus estudos. Para o autor, a comunicação é um processo cíclico, que não se restringe à transmissão de informações e está ligada a uma noção de cultura mais ampla e antropológica. Na obra, “*De los medios a las mediaciones: comunicacion, cultura y hegemonia*”, publicada em 1987 e com a primeira edição brasileira em 1997, Martín-Barbero traz uma nova perspectiva, que rompe com o estudo clássico da comunicação, até então focado nos meios e nos formatos que por ela eram

produzidos, entretanto, ignorava como a mensagem era recebida e interpretada pelo destinatário, bem como o contexto em que este estava inserido.

Para mim, vendo o que eu via na América Latina, na Colômbia principalmente, era impossível entender a verdadeira importância que os meios tinham na vida das pessoas se não estudávamos a vida dessas pessoas. Eu, desde o começo, por intuição, me opus à visão hegemônica, norte-americana, de estudar os efeitos dos meios. Eu não negava a importância dos meios, mas dizia que era impossível entender a importância, a influência nas pessoas, se não estudássemos como as pessoas se relacionavam com os meios (Martín-Barbero, 2000, p. 153).

Neste aspecto, o foco dos estudos da comunicação sai dos meios e vai para as mediações, que são as relações estabelecidas pelos sujeitos e a produção de sentido da vida. Ou seja, a atenção se concentra no contexto da vida social, no cotidiano das pessoas, nos espaços da cultura e política.

As mediações são esse 'lugar' de onde é possível compreender a interação entre o espaço da produção e o da recepção: o que [a mídia] produz não responde unicamente a requerimentos do sistema industrial e a estratégias comerciais, mas também a exigências que vêm da trama cultural e dos modos de ver. (Martín-Barbero e Munhoz, 1992, p. 20).

Na perspectiva de Martín-Barbero (2000), as mediações são as formas de comunicação estabelecidas à pessoa e a mensagem recebida pelos meios dentro do seu contexto sociocultural. Para o autor, a visão norte-americana de que havia um indivíduo ilhado, sobre o qual incidia, exclusivamente, o impacto do meio, não existia. "Mediação significava que entre estímulo e resposta há um espesso espaço de crenças, costumes, sonhos, medos, tudo o que configura a cultura cotidiana", (Martín-Barbero, 2000, p. 153). Estudiosa da obra barberiana, Cardoso (2016) apresenta, sucintamente, a seguinte conceituação:

[...] as mediações são "o lugar" a partir do qual se atribui sentido à comunicação e esse lugar é a cultura. Sob esse viés, estudar o processo de comunicação significa compreender que entre a produção e a recepção dos produtos midiáticos há um espaço em que a cultura cotidiana se reelabora (Cardoso, 2016, p. 14).

Para Martín-Barbero, analisar a importância dos meios, sem levar em consideração a bagagem cultural, a visão de mundo de cada indivíduo, é o mesmo que falsificar a vida para que caiba no modelo dos estudos dos meios. O autor reconhece que os meios exercem influência sobre as pessoas, "mas conforme o que elas pedem aos meios" (Martín-Barbero, 2000, p. 154). Assim, para falar de influência, é necessário estudar a relação das pessoas com o meio, e essa relação varia de acordo com as características de cada pessoa (classe

econômica, religião, raça, região em que vive, grupo familiar). Muito do que consumimos faz parte de escolhas individuais, entretanto, "essa maneira individual está impregnada, moldada, por uma série de dimensões culturais, que são coletivas" (Martín-Barbero, 2000, p. 154).

Na perspectiva da Teoria Latino-Americana das Mediações, a comunicação não se restringe à mídia, toda prática cultural é vista como uma prática comunicativa, envolvendo hábitos, relações sociais e, inclusive, o próprio consumo das mídias. Para a pesquisadora dos Estudos Culturais na Comunicação, Ana Luiza Coiro Moraes, a análise cultural “pode ser localizada no que Lakatos e Marconi (2003, p. 221) nomeiam métodos de procedimentos, que “pressupõem uma atitude concreta em relação ao fenômeno”; ou, como indica Gil (2008), como um dos métodos que indicam os meios técnicos da investigação” (Coiro Moraes, 2016, p. 30).

A autora recorre à noção de cultura do professor e crítico literário Raymond Williams, que a apresenta como um “sistema de significações mediante o qual necessariamente (se bem que entre outros meios) uma dada ordem social é comunicada, reproduzida, vivenciada e estudada” (Williams, 1992, p. 13). Para o autor, existe uma convergência entre os sentidos antropológico e sociológico de cultura como um “modo de vida global” distinto, que se somam às formas de atividade social e a um sentido mais especializado, que enxerga a cultura como "atividades artísticas e intelectuais". Estas abrangem "não apenas as artes e as formas de produção intelectuais tradicionais, mas também todas as práticas significativas - desde a linguagem, passando pelas artes e filosofia, até o jornalismo, moda e publicidade" (Williams, 1992, p. 13).

Na visão de Ana Carolina D. Escosteguy, Williams "mostra que a cultura é uma categoria-chave que conecta tanto a análise literária quanto a investigação social" (Escosteguy, 2000, p. 140). A autora acrescenta que nos Estudos Culturais há uma extensão do significado de cultura de textos e representações para práticas vividas, com foco na produção de sentido.

O ponto de partida é a atenção sobre as estruturas sociais (de poder) e o contexto histórico enquanto fatores essenciais para a compreensão da ação dos meios massivos, assim como o deslocamento do sentido de cultura da sua tradição elitista para as práticas cotidianas (Escosteguy, 2000, p. 143).

Para o sociólogo Stuart Hall, a cultura não se restringe a uma prática “nem apenas a soma descritiva dos costumes e culturas populares [*folkways*]” das sociedades, como ela tende a se tornar em certos tipos de antropologia. Está perpassada por todas as práticas sociais e

constitui a soma do interrelacionamento das mesmas. [...]” (Hall, 2009, p. 128). Assim, a cultura é observada não apenas como uma prática de hábitos e costumes, mas sim como um sistema de usos e apropriações, de relações e produções de sentidos.

A partir destes aspectos da conceituação de cultura, a análise cultural tem três características predominantes: “é política, conjuntural e articula produção e consumo cultural” (Coiro Moraes, 2016, p. 29). Portanto, seu protocolo analítico é engajado, deve observar questões de ordem econômica e política; precisa buscar respostas para as condições conjunturais no contexto sócio-histórico ao qual está inserida; e demanda pela identificação dos padrões contidos nas práticas sociais vivenciadas e executadas pelos sujeitos. Para a autora, a análise cultural investiga a formatação da vida real de uma maneira mais ampla.

Isso porque “a tradição cultural não é somente uma seleção, mas também uma interpretação” (Williams, 2003, p. 61). De tal modo, o que a análise cultural deve apontar, segundo o autor, são as interpretações, as alternativas históricas e os específicos valores contemporâneos através dos quais são trazidos para o presente uma obra, o acervo ou a experiência dos sujeitos de determinado período, de dado lugar (Coiro Moraes, 2016, p. 31).

A nossa pesquisa é política e engajada, à medida que trata do lugar da mulher negra e das percepções sobre ela no cenário político brasileiro, revisitando os diversos papéis sociais que lhe foram atribuídos historicamente. Também faz uma denúncia social sobre o processo de exclusão das mulheres negras nos espaços decisórios e a partir daí busca uma transformação/ intervenção dessa conjuntura. O recorte de uma rede social digital, o *Instagram*, situa a análise no panorama contemporâneo, vivenciado por nós enquanto pesquisadoras e usuárias desta ferramenta, e também das legisladoras de nosso tempo.

De acordo com Hall (2009), a análise cultural trabalha com estruturas de sentimento, logo, articula o que é de ordem emocional, individualizando as experiências compartilhadas por certo grupo social entre si, com o que é experiência reflexiva, percebido nas relações dos sujeitos com as estruturas institucionais. “O propósito da análise é entender como as inter-relações de todas essas práticas são vividas e experimentadas como um todo em um dado período, essa é sua ‘estrutura de experiência’ [*structure of feeling*]” (Hall, 2009, p. 128).

A estrutura de sentimentos manifesta-se neste trabalho desde a sua concepção, pois o interesse pelas identidades das parlamentares surgiu a partir da experiência da autora, que é uma mulher negra, ou seja, faz parte do mesmo grupo social estudado, e que passou pelo processo de heteroidentificação da sua própria identidade, como relatado no tópico

“Aproximação pessoal com o objeto de pesquisa: como descobri-me negra”, na introdução desta dissertação.

Para realizar a análise cultural, Coiro Moraes (2016) indica a orientação de Richard Hoggart, que aconselha a buscar entender o que os hábitos representam para além daquilo que demonstram, através do real significado das declarações e respostas, que podem inclusive ter sentido oposto ao que se diz, para que desta forma possamos identificar fatores emocionais implícitos, expressões que ultrapassam seus significados literais e práticas rituais.

Assim, a metodologia empregada nesta pesquisa tem um percurso teórico-metodológico guiado pelo mapa das mediações, por meio do qual realizaremos uma análise cultural que vai estudar e relacionar os usos e apropriações do *Instagram* pelas parlamentares federais negras, com a produção legislativa dessas mulheres e os próprios relatos de parlamentares interlocutoras da pesquisa, como forma de mediação de suas identidades e representações.

2.1 Mapa das mediações: o caminho escolhido para compreender

A obra de Martín-Barbero é dividida em três fases e para cada uma delas é atribuído um mapa metodológico das mediações, a partir do qual foi elaborado um esquema em forma de círculo, que busca abranger o processo de produção cultural, com seus momentos e mediações. De acordo com a pesquisadora Maria Immacolata Vassallo Lopes, referência nos estudos da obra barberiana, o mapa sofre variações no decorrer do tempo, pois não existe “uma definição única de mediação, uma vez que ela parece ser uma noção movente, que acompanha permanentemente as transformações da sociedade e especificamente as da comunicação” (Lopes, 2018, p. 15).

Para analisar a construção das identidades e representações das parlamentares federais negras, adotamos o segundo mapa metodológico das mediações de Martín-Barbero, que prevê uma aproximação qualitativa e empírica com o campo de pesquisa. Lopes (2018) explica que por meio deste mapa “é possível operacionalizar a análise de qualquer fenômeno social que relaciona comunicação, cultura e política, impondo-se como uma dimensão da articulação entre produtores, mídia, mensagens, receptores e cultura” (Lopes, 2018, p. 17).

De acordo com a estudiosa, o segundo mapa barberiano estuda a cultura a partir da comunicação, deslocando o estudo das mediações culturais da comunicação para o das mediações comunicativas da cultura. No centro dele, como mostra a Figura 1, estão as mediações constitutivas: comunicação, cultura e política, que remetem a dois eixos: o

diacrônico ou histórico de longa duração, entre Matrizes Culturais (MC) e Formatos Industriais (FI); e o sincrônico, entre Lógicas da Produção (LP) e Competências da Recepção ou Consumo (CR). MC, FI, LP e CR são os momentos em que ocorre a comunicação. Durante este processo comunicacional são estabelecidas as seguintes relações: tecnicidade, ritualidade, sociabilidade e institucionalidade.

Figura 1 - Segundo Mapa das Mediações (Lopes, 2018, p.17)



Fonte: Adaptado de Martín-Barbero (1998; 2001). Introducción 2.

Segundo a pesquisadora Veneza Mayora Ronsini (2010), as **Lógicas de Produção** referem-se ao momento onde se encontra a preocupação com a organização das formas culturais no que diz respeito aos interesses do Estado e do mercado na regulação dos discursos pela técnica para atender às demandas da recepção e, também, com os interesses políticos e econômicos institucionalizados que incidem nas formas culturais. Nos **Formatos Industriais** percebe-se um tratamento das formas simbólicas e sua transformação em discursos e gêneros, materializa a cultura em produtos e programas. Nesta instância são identificadas as análises que se concentram nas características discursivas, narrativas ou textuais do produto cultural. Já as **Matrizes Culturais** condensam a produção hegemônica de comunicação baseada no capital e nas transformações tecnológicas e sua cumplicidade com o imaginário subalterno. Por fim, as **Competências de Recepção/Consumo** abrangem as práticas sociais que condicionam a produção de sentido.

Detalhando o conceito de cada mediação que compõe o segundo mapa barberiano e que é responsável pela inter-relação entre os momentos do processo comunicativo, “a

tecnicidade é a mediação que se refere às inovações tecnológicas e à competitividade no campo cultural” (Cardoso, 2016, p. 128). Já a ritualidade está relacionada aos diferentes usos sociais dos meios e aos diferentes trajetos de leitura. “Esses últimos estão estreitamente associados à qualidade da educação, aos saberes constituídos em memória étnica, de classe ou de gênero, e aos costumes familiares de convivência com a cultura letrada, a oral ou a audiovisual” (Cardoso, 2016, p. 113).

A socialidade refere-se às relações do dia a dia, baseadas nas formas de interação das pessoas e na formação de suas identidades. De acordo com Cardoso (2016), conecta a tradição cultural com a maneira como as pessoas (receptores) se relacionam com a cultura massiva.

Fechando o ciclo, a institucionalidade é a mediação que regula os discursos públicos e abrange as relações de poder dos grupos sociais, políticos e econômicos na instância da produção, segundo Cardoso (2016). Nela, o Estado é o agente principal que busca dar estabilidade à ordem constituída, em contrapartida, os cidadãos buscam defender seus direitos e se fazer reconhecer.

2.2 As mediações no estudo do processo comunicacional das parlamentares negras

Para realizar uma análise cultural sobre as identidades e representações das parlamentares federais negras brasileiras, compreendemos que não é possível separar a rede social digital *Instagram*, do mundo vivido. Portanto, para um entendimento mais aprofundado de tal temática, é necessário ampliar nosso olhar para o processo histórico-social-cultural de formação da sociedade brasileira, o que implica pensar em processos de mediações, no mundo vivido que está entre quem produz e quem consome. Ou seja, também faz parte do processo comunicacional das parlamentares, a sua trajetória política, seus discursos, os projetos de lei que desenvolvem, suas relações com eleitores, partidos/bandeiras políticas que defendem, e assim por diante.

Desta forma, traçamos um caminho através do mapa metodológico de Martín-Barbero, relacionando dados empíricos, metodologia e categorias teóricas, para estudar as mediações da comunicação das parlamentares federais negras. A perspectiva barberiana permite a utilização de conceitos e autores para explicar as mediações.

Para tratar do processo de comunicação das parlamentares federais negras brasileiras, **a institucionalidade** é onde ocorre a institucionalização da política: em órgãos institucionais como na Câmara dos Deputados e o no Senado Federal; nos cargos que elas ocupam, sejam elas deputadas ou senadoras federais; nos partidos políticos aos quais elas são filiadas, de

acordo com o que eles representam, se são de esquerda, de direita ou de centro, mais conservadores ou progressistas; nos movimentos sociais que compõem as bases eleitorais destas legisladoras; na forma como são representadas na mídia tradicional (televisão, rádio, jornais e revistas) ou na internet, em sites, *blogs* e redes sociais digitais; abrange ainda o modo como são vistas/estudadas pelo campo acadêmico. Trata-se do mundo social, que para as mulheres negras é marcado, principalmente, por sistemas de dominação e exclusão, como o machismo, o patriarcado e o racismo.

Para compreender a **institucionalidade**, recorreremos à realização de entrevistas com parlamentares negras, à análise de proposições legislativas e também às obras sobre feminismo negro/decolonial das autoras: bell hooks (2020), María Lugones (2014), Lélia Gonzalez (2020), Djamila Ribeiro (2018), Sueli Carneiro (2019); racismo estrutural, de Silvio Almeida (2019) e sobre a mulher na política, de Carole Pateman (1993). A partir do estudo das obras destas teóricas, da interpretação dos sentidos sobre as entrevistas, o conteúdo dos projetos de lei e a utilização do *Instagram*, analisaremos as trajetórias das parlamentares, buscando compreender se elas são afetadas ou não por esses aspectos institucionais e de que forma.

A **tecnicidade** está relacionada às estratégias tecnológicas discursivas das parlamentares federais negras. Por exemplo, as performances das legisladoras no *Instagram* são tecnicidades; as táticas discursivas que utilizam para se apresentar e se autodefinirem na rede social, o tipo de conteúdo que publicam, os formatos que predominam em seus perfis. Para dissertar sobre este tópico, usaremos como base apontamentos teóricos sobre análises de redes sociais, plataformização da internet, produção de conteúdo, alcance, interação e racismo algoritmo, presentes nas obras de Raquel Recuero (2009; 2017), Ismar Capistrano Costa Filho (2022; 2023) e Tarcízio Silva (2022). Assim, observamos as estratégias comunicativas que são as tecnicidades das parlamentares de forma empírica no *Instagram*, por meio da análise da formatação dos perfis, apresentação das parlamentares, formatos utilizados nas publicações, e ainda coletando dados de modo qualitativo, como ensina Recuero (2017), através das entrevistas com as deputadas e senadoras sobre a utilização da rede social, bem como analisando publicações.

Já a **ritualidade** pode ser percebida na relação das parlamentares negras com seus eleitores e seguidores no *Instagram*. Nesta mediação, entendemos o eleitor/seguidor como consumidor, de acordo com a perspectiva de Néstor García Canclini, em “Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização” (2005). Nesta obra, o autor nos faz compreender que consumir não é uma prática restrita à obtenção de produtos e serviços. Não

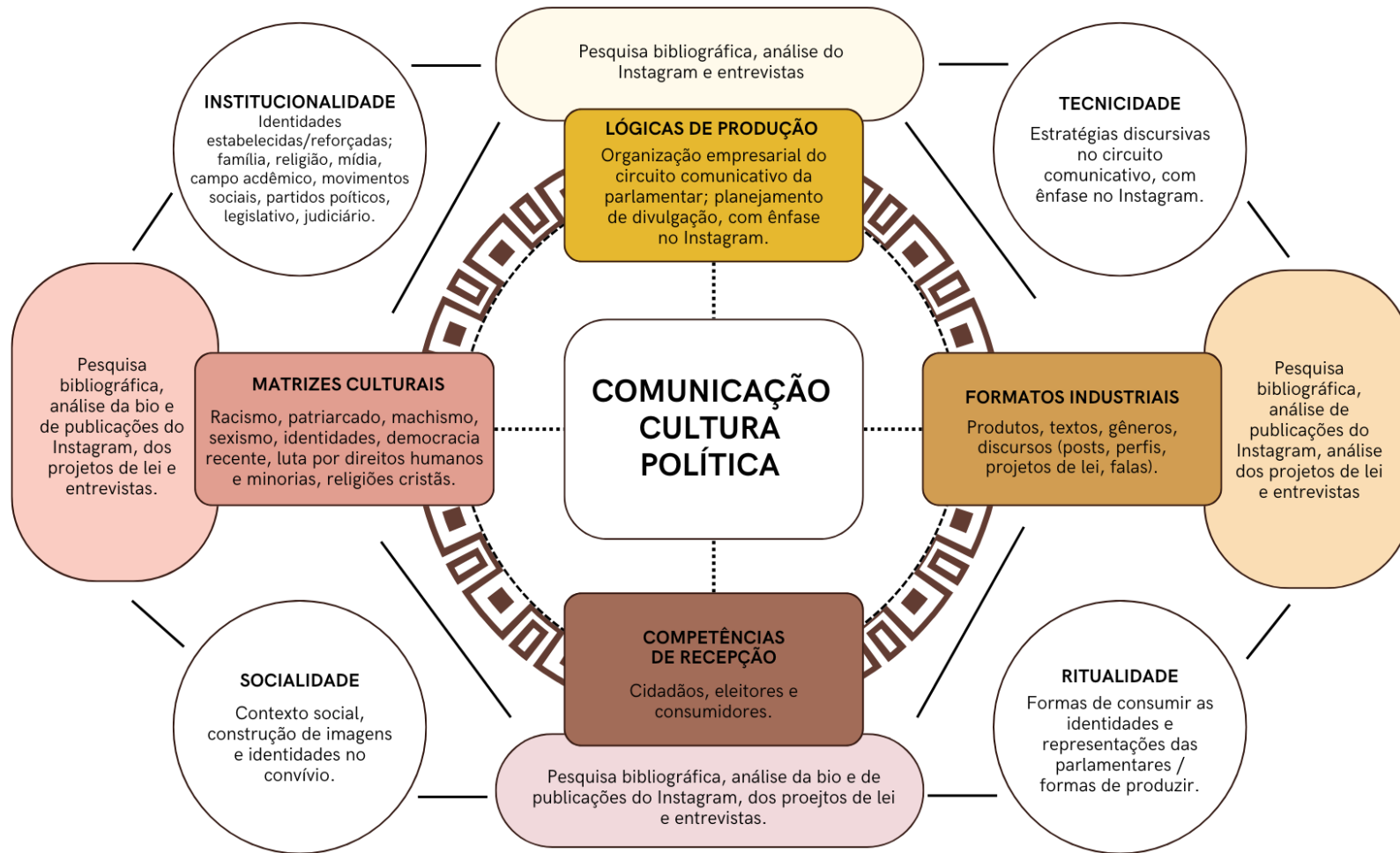
se trata de apenas adquirir algo, mas sim de se apropriar de um bem, de uma prática. E esta apropriação sofre interferências da globalização, mas ocorre principalmente com base na nossa formação cultural, na nossa identidade.

Entretanto, na ritualidade focamos na análise da produção das parlamentares tanto de conteúdo para o *Instagram*, quanto de proposições legislativas, ou seja, observamos a maneira como ocorre a prática social das deputadas e senadoras. Para estudar como é desenvolvida esta produção, coletamos informações nas entrevistas, nas publicações da rede social e em projetos de lei. Devido ao prazo disponível para este estudo, não incluímos na análise a recepção, ou seja, a forma como o eleitor/seguidor consome a prática social das legisladoras.

Por fim, a **socialidade** se manifesta nas relações e interações cotidianas das parlamentares com os colegas de trabalho, com suas bases eleitorais e também com seus seguidores, seja no ambiente de trabalho, no Congresso Nacional; nas ruas, em movimentos sociais; em ambientes como igrejas, veículos de comunicação como televisão e rádio, além das redes sociais. Assim, a socialidade parte da formação das identidades das legisladoras, pois a maneira como elas se identificam e a imagem que buscam transmitir repercute nas suas relações. Para melhor compreender esta mediação, teremos como base obras de Stuart Hall (2006; 2016) e de Kabengele Munanga (2012). Contribuirá para a análise da socialidade, conhecer a trajetória / biografia de cada parlamentar negra, bem como identificar os movimentos sociais por meio dos quais elas ingressaram na política e/ou o ambiente, a conjuntura política que as levou a se tornarem deputadas e senadoras. Portanto, as entrevistas, a análise da trajetória e dos conteúdos das publicações no *Instagram* também serviram para coletar dados referentes à socialidade das parlamentares.

Elaboramos o seguinte mapa relacional das parlamentares negras federais num contexto de comunicação, cultura e política (Figura 2):

Figura 2 - Mapa Teórico-Metodológico da dissertação



Fonte: Elaborado pela autora a partir do 2º mapa das mediações

Construir esse mapa foi necessário para visualizar o panorama no qual as parlamentares negras federais estão inseridas a partir da ótica do protocolo teórico-metodológico das mediações de Martín-Barbero (2009). Entretanto, reconhecendo sua complexidade e cientes de que seria necessário um prazo maior para esmiuçar e nos aprofundar em cada instância, concentramos nossa análise nas **Lógicas de Produção** e suas interrelações: **institucionalidade** e **tecnicidade**, ou seja, na parte superior do mapa, que permitiu compreender a organização do circuito comunicativo e o planejamento de divulgação, ou seja, as lógicas que gerenciam a cadeia produtiva das parlamentares – o que implica pensar nos processos de produção – circulação – consumo de forma integrada. Embora o foco da análise seja a produção do processo produtivo das parlamentares, a fim de entender como constroem suas identidades e representações na plataforma *Instagram* e em outras dinâmicas sociais, ao considerar a perspectiva das mediações, não se pode simplesmente ser indiferente às lógicas de circulação (formatos industriais) e ao consumo (competências de recepção), de tal modo que buscamos relacioná-las e em certa medida descrevê-las, sem aprofundar a análise nessas dimensões do mapa, o que deixamos para estudos futuros.

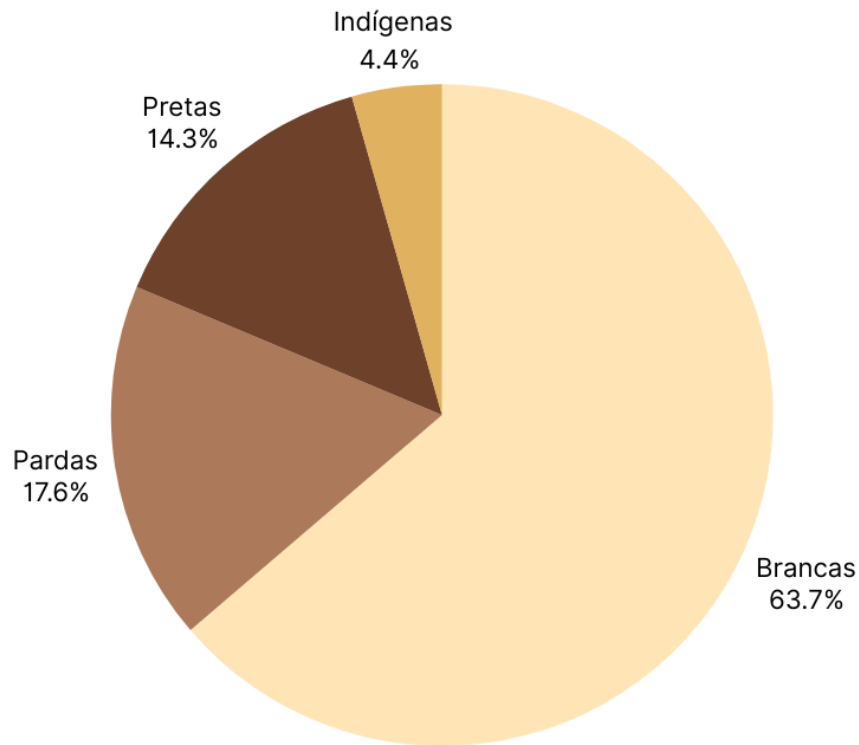
2.3 Retrato das mulheres parlamentares negras: identificando as protagonistas da pesquisa

Para identificar as parlamentares federais negras, primeiramente realizamos um levantamento do resultado das eleições de 2022, observando as categorias raça e gênero. Assim, foi possível identificar, especificamente, que para a Câmara Federal foram eleitos 422 homens e 91 mulheres. Em seguida, conferimos a ficha de cada eleita no DivulgaCand¹⁶ do TSE, para verificar a autodeclaração de cor das mesmas, chegamos aos dados do Gráfico 1.

¹⁶ Sistema disponibilizado na internet para todos os cidadãos com informações sobre as candidaturas registradas em todo o Brasil conforme dados repassados à Justiça Eleitoral.

Gráfico 1 - Autodeclaração racial das deputadas federais

Deputadas federais eleitas em 2022

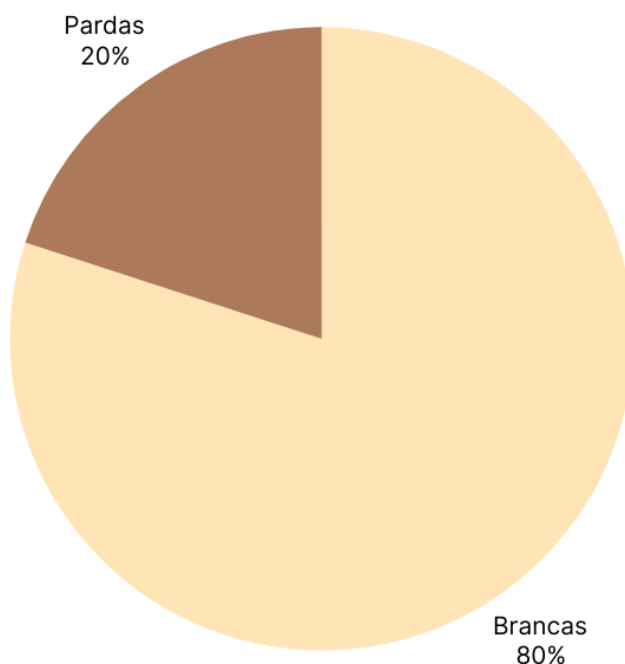


Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do DivulgaCand do TSE (2022).

O mesmo procedimento de checagem foi realizado quanto ao Senado Federal, com a diferença que realizamos a conferência dos 81 membros desta Casa Legislativa e não apenas dos 27 eleitos em 2022, tendo em vista que não foi eleita nenhuma mulher negra nas últimas eleições. Assim, constatamos que havia 66 senadores e 15 senadoras em exercício. No Gráfico 2 apontamos a autodeclaração racial das mulheres que compõem o Senado.

Gráfico 2 - Autodeclaração racial das senadoras federais

Senadoras federais eleitas em 2022

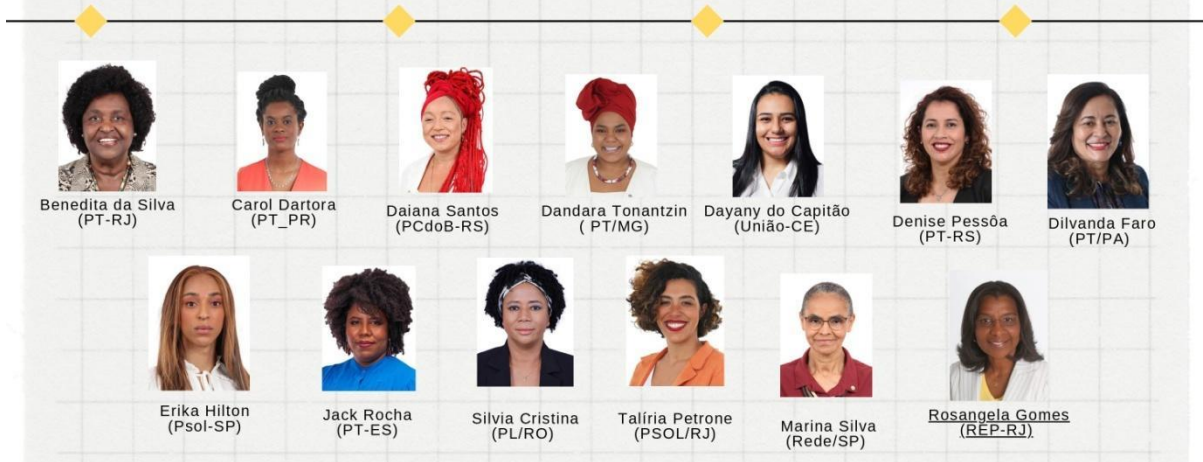


Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do DivulgaCand do TSE (2018; 2022).

Elaboramos quadros a partir de imagens das parlamentares disponibilizadas em suas biografias nos sites da Câmara e do Senado, para personalizar/visualizar as deputadas negras (Quadro 1) e pardas (Quadro 2), bem como as senadoras pardas (Quadro 3). Na sequência, elaboramos perfis com informações das deputadas e senadoras negras em exercício, acrescentando informações e imagens coletadas nos perfis do *Instagram* das legisladoras.

Quadro 1 - Deputadas federais autodeclaradas pretas

Deputadas federais autodeclaradas pretas



Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados do TSE (2022) e imagens do site da Câmara Federal.

As deputadas autodeclaradas pretas têm o tom de pele mais escuro. Cinco delas são negras retintas¹⁷: Benedita da Silva (PT/RJ), Carol Dartora (PT/PR), Jack Rocha (PT/ES), Silvia Cristina (PL-PP¹⁸/RO) e Rosângela Gomes (REP-RJ). As demais têm o tom de pele mais claro, o que já demonstra que não há um tom uniforme para quem se autodeclara preta. Além do tom da pele, visualmente, outras características atribuídas a pessoas negras são identificadas, como cabelos crespos e/ou cacheados, traços negroides como nariz largo, lábios grossos. Há ainda a utilização de adereços como turbantes, faixa de cabelo e tranças. Temos três com cabelos lisos nas fotos: Dayany do Capitão (União/CE) e Rosângela Gomes (REP-RJ), que não sabemos se são lisas naturais, alisadas ou se utilizam perucas ou laces¹⁹, e Erika Hilton (PSOL/SP), mas esta tem o cabelo crespo e na foto está utilizando lace.

Foram eleitas 13 deputadas federais autodeclaradas pretas, entretanto, no primeiro ano da 57ª Legislatura, ou seja, em 2023, duas mantiveram-se de licença. Marina Silva (Rede/SP) continua ocupando o cargo de Ministra do Meio Ambiente do Governo Federal, e Rosângela Gomes (Republicanos/RJ) segue Secretária de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos

¹⁷ Que tem cor carregada, muito intensa e escura. *In*: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2024. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/retinto/>. Acesso em: 15/08/2024.

¹⁸ Silvia Cristina foi eleita pelo PL, porém, em 2024 filiou-se ao PP.

¹⁹ Prótese na qual os fios são colocados um a um sobre o tecido, o que permite um efeito mais semelhante ao couro cabeludo e ao cabelo naturais. *In*: Lace: o que é, como usar e qual a diferença entre lace e peruca. Vogue. Disponível em: <https://vogue.globo.com/beleza/noticia/2022/03/lace-o-que-e-como-usar-e-qual-diferenca-entre-lace-e-peruca.html>. Acesso em: 15/08/2024.

Humanos, no Rio de Janeiro. Como nossa pesquisa engloba também a atuação legislativa das parlamentares, a análise restringiu-se às deputadas e senadoras titulares em exercício, ou seja, não tratamos das legisladoras licenciadas. Assim, na Tabela 3, elaboramos o perfil das 11 deputadas titulares em exercício.

Tabela 3 - Perfil das deputadas federais autodeclaradas pretas

Benedita da Silva (PT/RJ)	
	
Fonte: Site da Câmara Federal	Fonte: @instadabene
Benedita Souza da Silva Sampaio nasceu em 26/04/1942, no Rio de Janeiro (RJ). É servidora pública, professora, auxiliar de enfermagem e assistente social. Foi a 1ª negra a ocupar uma cadeira na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro; a 1ª Senadora negra; Vice-Governadora do Rio de Janeiro e foi eleita para seu 6º mandato na Câmara Federal aos 80 anos. Além dos cargos eletivos, atuou como empregada doméstica, professora, vendedora ambulante; Ministra e secretária de Estado. Entre as bandeiras que defende estão os direitos das mulheres, a igualdade racial e os direitos trabalhistas para empregadas domésticas. Na <i>bio</i>²⁰ do <i>Instagram</i> informa “reeleita deputada pelo PT-RJ para continuar na luta contra o racismo e a fome. Continuarei a ecoar as vozes da favela, mulheres, juventude e Cultura”.	
Carol Dartora (PT/PR)	

²⁰ Biografia – seção da rede social destinada à apresentação da pessoa, empresa, ou serviço de que trata o perfil na rede social digital.

	
Fonte: Site da Câmara Federal	Fonte: @caroldartora13
Ana Carolina Moura Melo Dartora nasceu em 01/05/1983, em Curitiba (PR). É professora, bacharel em História, mestre em Educação e doutoranda em Tecnologia e Sociedade. Atuou como professora e foi Secretária da Mulher e dos Direitos LGBTI+ do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP Sindicato). Foi a 1ª vereadora negra de Curitiba e é a 1ª deputada federal negra do Paraná, eleita com 39 anos. Defende a população negra, a classe trabalhadora, a população migrante, a comunidade LGBTQIAP+²¹, o acesso à moradia e à cidade. Na <i>bio do Instagram</i> informa que é a “primeira Deputada Federal negra do Paraná e a primeira Vereadora negra de Curitiba”.	
Daiana Santos (PCdoB/RS)	
	
Fonte: Site da Câmara Federal	Fonte: @daianasantospoa
Daiana Silva dos Santos nasceu em 29/01/1982, no município de Júlio de Castilhos (RS), é graduada em Saúde Coletiva, Educadora Social e Sanitarista. Foi vereadora de Porto Alegre (RS), compondo a 1ª bancada negra da história da cidade, eleita aos 40 anos. É a 1ª deputada federal negra e assumidamente lésbica do Rio Grande do Sul. Trabalhou diretamente nas ruas, acolhendo mulheres em situação de violência e vulnerabilidade e pessoas em situação de rua. Na <i>bio</i> informa que é a “primeira Deputada Federal Negra e Sapatão do Rio Grande do Sul”.	
Dandara Tonantzin (PT/MG)	

²¹ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer ou Questionadores, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais e as demais pessoas que não se identificam como heterossexuais ou cisgêneros.

	
Fonte: Site da Câmara Federal	Fonte: todandara
Dandara Tonantzin Silva Castro nasceu em 23/01/1994, na cidade de Gurinhatã - MG. É professora, graduada em Pedagogia e mestra em Educação. Cresceu com pais militantes dentro do PT, atuando nos assentamentos, ocupações do Movimento Sem Terra (MST) e nas pastorais. Iniciou a atuação política dentro do Movimento Estudantil. Foi vereadora em Uberlândia (MG) e está no 1º mandato na CF, eleita aos 28 anos. Suas bandeiras principais são a defesa das mulheres, da negritude, do povo que vive nas periferias e da comunidade LGBTQIAP+. Na <i>bio</i> informa que é deputada, vice-líder do PT na Câmara e coordenadora da Frente Parlamentar Mista Antirracismo.	
Dayany do Capitão / Dayany Bittencourt (União/CE)	
	
Fonte: Site da Câmara Federal	Fonte: @dayanybittencourt
Dayany Bittencourt Santil nasceu em 13/09/1981, em Fortaleza (CE). Segundo o sistema de divulgação do TSE, é dona de casa e possui Ensino Médio incompleto. É casada com o Capitão da Polícia Militar, Wagner Sousa, que já foi vereador, deputado estadual e federal, e atualmente é Secretário de Saúde de Maracanaú (CE). Eleita com 41 anos, está no 1º mandato na Câmara Federal. A inclusão da pessoa com deficiência e de autistas, os direitos dos idosos, a saúde da mulher, a proteção dos animais e o endurecimento de penas para criminosos estão entre as bandeiras da parlamentar. Na <i>bio</i> informa que é esposa do @capitaowanersousa e defende “a família, animais, idosos, mulheres e a inclusão de verdade”.	
Denise Pessôa (PT/RS)	

	
Fonte: Site da Câmara Federal	Fonte: @denise_pessoa
Denise da Silva Pessoa nasceu em 17/06/1983, no município de Caxias do Sul (RS). É graduada em Arquitetura e Urbanismo. Iniciou sua trajetória política no Movimento Estudantil, atuando em diretório acadêmico; atuou também na Pastoral da Juventude e em conselhos e foi eleita vereadora a primeira vez aos 24 anos. Sempre esteve filiada ao PT. Foi vereadora por quatro mandatos em Caxias do Sul e está no 1º mandato na CF, eleita aos 39 anos. Tem uma atuação voltada para a garantia dos direitos das mulheres, dos idosos, das crianças, dos trabalhadores (as), da comunidade LGBTQIAP+; saúde pública; segurança pública, desenvolvimento econômico, social e ambiental; agricultura sustentável; educação pública de qualidade; direito à cidade; direitos humanos e combate à fome. Na <i>bio</i> informa que é “mãe, arquiteta e urbanista, feminista e antirracista”.	
Dilvanda Faro (PT/PA)	
	
Fonte: Site da Câmara Federal	Fonte: @deputadadilvandafaro
Dilvanda Furtado Faro (PT/PA) nasceu em 08/05/1969, no município de Bujaru (PA). De origem ribeirinha, iniciou a vida política aos 17 anos, na Pastoral da Igreja Católica, e filiou-se ao PT em 1987. Foi deputada estadual no Pará e há mais de 30 anos está casada com Beto Faro (PT), que atualmente é senador federal e anteriormente foi deputado federal por cinco mandatos consecutivos. Eleita para a CF pela primeira vez, aos 53 anos, luta em defesa das mulheres, da Amazônia, do campo e dos rios. De acordo com sua <i>bio</i>, é de “origem ribeirinha e luta em defesa das mulheres”.	
Erika Hilton (PSOL/SP)	

	
Fonte: Site da Câmara Federal	Fonte: @hilton_erika
Erika Santos Silva (PSOL/SP) nasceu em 09/12/1992, na cidade de Franco da Rocha (SP). Mulher Trans, ela é a 1ª deputada federal negra e trans eleita na história do Brasil, aos 30 anos. Graduada em pedagogia, foi vereadora de São Paulo (SP), sendo a mais votada do Brasil nas eleições de 2020. É ativista dos direitos humanos, da luta por equidade para a população negra, no combate à discriminação contra a comunidade LGBTQIAP+ e pela valorização das iniciativas culturais jovens e periféricas. No perfil do <i>Instagram</i> informa que é “travesti preta eleita”.	
Jack Rocha (PT/ES)	
	
Fonte: Site da Câmara Federal	Fonte: @jackelinerocha.13
Jackeline Oliveira Rocha (PT/ES) nasceu em 26/08/1983, em Colatina (ES). Com uma formação dentro das comunidades eclesiais de base e no movimento sindical, É filiada ao PT desde 2001. Atuou no movimento sindical e no movimento da juventude. Foi Secretária de Municipal de Imprensa de Colatina e é a 1ª mulher negra do Espírito Santo eleita deputada federal e está no 1º mandato no legislativo federal. Suas principais bandeiras são a defesa dos direitos das mulheres, da diversidade, do desenvolvimento regional sustentável, da cultura, do povo negro e da juventude, da classe trabalhadora e do acesso de toda a população a serviços públicos de saúde e educação com qualidade. Na <i>bio</i> informa que é a “1ª Deputada Federal negra eleita pelo ES”.	
Silvia Cristina (PL/RO)	

	
Fonte: Site da Câmara Federal	Fonte: @silviacristina.ro
Silvia Cristina Amancio Chagas (PL-PP/RO) nasceu em 15/01/1974, na cidade de Linhares (ES). É graduada em Pedagogia e Letras. Atuou como professora e jornalista. Foi vereadora de Ji-Paraná (RO) por dois mandatos (2013/2016 e 2017/2019). É a 1ª mulher negra eleita deputada federal por Rondônia e está no 2º mandato na Câmara Federal, aos 48 anos. Após ser acometida por um câncer de mama, a parlamentar tem como principal bandeira a prevenção e o tratamento da doença. Segundo a biografia do seu perfil no <i>Instagram</i>, é “jornalista e primeira mulher negra eleita deputada federal por Rondônia”.	
Talíria Petrone (PSOL/RJ)	
	
Fonte: Site da Câmara Federal	Fonte: @taliriapetrone
Talíria Petrone Soares (PSOL/RJ) nasceu em 09/04/1985, na cidade de Niterói (RJ). É formada em História e é mestre em Serviço Social. Atuou como professora da rede pública de ensino estadual do Rio de Janeiro. Foi vereadora uma vez de Niterói e está em seu 2º mandato na CF, eleita aos 37 anos. É militante dos direitos humanos; dos direitos da mulher; do movimento negro e dos direitos da comunidade LGBTQIAP+. Na <i>bio</i> informa que é “negra, feminista, ecossocialista”.	

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados da Câmara Federal e dos perfis do Instagram das deputadas.

Das 11 deputadas autodeclaradas pretas, nove são filiadas a partidos de esquerda: PT (Partido dos Trabalhadores), Partido Socialismo e Liberdade (Psol) e Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Apenas duas integram partidos de direita: União Brasil e Partido Liberal (PL). São seis parlamentares petistas: Benedita da Silva, Carol Dartora, Dandara Tonantzin, Denise Pessôa, Dilvanda Faro, Jack Rocha. Duas filiadas ao Psol: Erika Hilton e Talíria

Petrone; e uma ao PCdoB: Daiana Santos. Ao partido União Brasil temos Dayany do Capitão e ao PL é Silvia Cristina.

As deputadas de esquerda têm trajetórias ligadas e engajadas em movimentos sociais, sindicatos e associações, com atuação voltada para garantia dos direitos dos estudantes, servidores públicos, trabalhadores, mulheres, negros e comunidade LGBTQIAP+. As duas parlamentares de direita têm perfis e atuação diferentes. Dayany do Capitão (União/CE) ingressou na política por intermédio de seu marido, Wagner Sousa, que foi vereador, deputado estadual e federal pelo Ceará. Nas eleições de 2022, ele se lançou-se candidato ao Governo do Estado e ela a deputada federal. Silvia Cristina (PL/RO) é jornalista, trabalhou em rádio e televisão, depois ingressou na política e foi vereadora por dois mandatos em Ji-Paraná. As duas deputadas têm em comum a atuação voltada para saúde da mulher. Dayany, principalmente, em medidas relacionadas à endometriose, doença a qual foi acometida. Já Silvia, busca ações para enfrentamento ao câncer, enfermidade que também enfrentou.

As deputadas autodeclaradas pardas (Quadro 2) são 16 no total. Assim que elaboramos o quadro com as imagens delas, o primeiro impacto foi: "elas são brancas!". Todas elas têm o tom de pele claro, o que nos levou a questionar se neste grupo não houve apropriação das cotas raciais para benefício eleitoral. À primeira vista, todas têm os cabelos lisos, apenas Nely Aquino tem cachos, entretanto, ela é uma das que tem a pele mais clara. Além dos cabelos lisos, há ainda loiras e/ou com cabelos claros.

Quadro 2 - Deputadas federais autodeclaradas pardas



Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados do TSE (2022) e imagens do site da Câmara Federal.

Neste grupo, há legisladoras filiadas a partidos de esquerda, centro e direita, com predomínio para este último. De esquerda temos apenas três: Alice Portugal (PCdoB/BA), Ivoneide Caetano (PT/BA), Lídice da Mata (PSB/BA); de centro são seis: Amanda Gentil (PP/MA); Andreia Siqueira (MDB/PA), Helena Lima (MDB/RR), Renilce Nicodemos (MDB/PA), Delegada Ione (Avante/MG), Laura Crneiro (PSD/RJ) e de direita são sete: Antônia Lúcia (Republicanos/AC), Maria Rosas (Republicanos/SP) Cristiane Lopes (União/RO), Meire Serafim (União/AC), Silvyne Alves (União/GO), Detinha (PL/MA) e Nely Aquino (Podemos/MG).

Tabela 4 - Perfil das deputadas federais autodeclaradas pardas

Alice Portugal (PCdoB/BA)	
	
Fonte: Site da Câmara Federal	Fonte: @aliceportugal
Alice Mazzuco Portugal (PCdoB/BA) nasceu em 16/05/1959, na capital da Bahia, Salvador. É farmacêutica bioquímica e servidora pública da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Foi deputada estadual por dois mandatos e está no 6º mandato na Câmara Federal. Suas bandeiras são a luta pelos direitos das mulheres, da juventude, dos aposentados, do serviço público e pela defesa da democracia. Na <i>bio</i> informa que “foi eleita pela 13ª vez uma das mais influentes do Congresso”.	
Amanda Gentil (PP/MA)	

	
Fonte: Site da Câmara Federal	Fonte: @amandagentill
Amanda Kelly Gentil Guimarães nasceu em 25/12/1998, no município de Caxias (MA). É engenheira e está em seu 1º mandato na CF. Vem de uma família de políticos, é filha do atual prefeito de sua cidade, Fábio Gentil, que foi vereador por cinco mandatos consecutivos e é prefeito reeleito; além de ser neta de José Gentil Rosa (falecido em 2020) que foi secretário municipal e vereador em Caxias, além de deputado estadual por três mandatos. Eleita com 23 anos, é a mais jovem da 57ª Legislatura. Foi secretária municipal de Governo e Articulação Política da prefeitura de Caxias. A parlamentar tem como principais pautas a defesa das mulheres e crianças; combate ao abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes. Na bio informa que é a “deputada mais jovem da 57ª Legislatura”.	
Andreia Siqueira (MDB/PA)	
	
Fonte: Site da Câmara Federal	Fonte: @andreiasiqueira
Andreia Brito Gonçalves Siqueira (MDB/PA) nasceu em 19/08/1992, em Tucuruí (PA). Empresária, é bacharel em Direito e está em seu 1º mandato na CF, eleita aos 30 anos. Foi secretária municipal de Assistência Social de Tucuruí e é casada com o prefeito da cidade, Alexandre Siqueira (MDB). É fundadora da instituição beneficente Mulheres em Ação e defensora dos animais. De acordo com sua bio, é “defensora das mulheres, parceira das causas sociais e municipalista”.	
Antônia Lúcia (Republicanos/AC)	

	
Fonte: Site da Câmara Federal	Fonte: @depantonialucia
Antônia Lucilêia Cruz Ramos Câmara (Republicanos/AC) nasceu em 17/07/1970, no município de Senador Guiomard (AC). É economista e bispa da Igreja Assembleia de Deus. Está no 3º mandato na Câmara Federal. Defende os princípios cristãos e é casada com o também deputado federal e pastor Silas Câmara, que está no 7º mandato consecutivo na CF. Na <i>bio</i> informa que é casada com o deputado federal Silas Câmara e preside FPM em apoio as Defensorias Públicas.	
Cristiane Lopes (União/RO)	
	
Fonte: Site da Câmara Federal	Fonte: @cristianelopesro
Cristiane Lopes da Luz Benarrosh (União/RO) nasceu em 17/11/1983, na capital de Rondônia, Porto Velho. É jornalista e atuou como apresentadora, foi vereadora de Porto Velho e secretária-adjunta de Educação do Governo do Acre. Está no 1º mandato na CF. De acordo com suas redes sociais digitais é serva de Cristo, pregadora e conservadora. Segundo sua <i>bio</i>, é “serva de Cristo” e preside a Frente Parlamentar que cuida das mães atípicas.	
Delegada Ione (Avante/MG)	

	
Fonte: Site da Câmara Federal	Fonte: @delegadaione
Ione Maria Moreira Dias Barbosa (Avante/MG) nasceu em 20/03/1974, Barbacena (MG). É graduada em Direito e mestre em Ciências Sociais. Está em seu 1º mandato na CF. Esteve à frente da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher e foi candidata a prefeita de Juiz de Fora. De acordo com suas redes sociais, é cristã e atua na defesa da mulher e na segurança pública. Na <i>bio</i> informa que é “delegada de mulheres, que atua na defesa da mulher e da segurança pública”.	
Detinha (PL/MA)	
	
Fonte: Site da Câmara Federal	Fonte: @detinhapl
Maria Deusdete Lima Cunha Rodrigues (PL/MA) nasceu em 25/01/1979, no município de Cariús (CE). É graduada em Serviço Social. Casada com o deputado federal Josimar Maranhãozinho. Atuou como secretária de Assistência Social de Maranhãozinho (MA); foi prefeita por dois mandatos de Centro do Guilherme (MA) e deputada estadual. Está em seu 1º mandato na CF e foi a mais votada do Maranhão. Na <i>bio</i> informa que foi a deputada federal mais votada do Maranhão e é “mãe, casada e assistente social”.	
Helena Lima (MDB/RR)	

	
Fonte: Site da Câmara Federal	Fonte: @helenadaasatur
Maria Helena Teixeira Lima (MDB/RR) nasceu em 30/03/1976, na cidade de Araguaatins (TO). Tem graduação em Licenciatura Plena em Biologia e Direito. É empresária, professora, profissional técnica, administradora e servidora pública. É proprietária da empresa Asatur Turismo, fundada em 2001, que atua no transporte de passageiros por ônibus, tendo como linha principal a rota entre atua Boa Vista (RR) e Manaus (AM). Está no 1º mandato na CF. De acordo com sua <i>bio</i>, é “avó, mãe, esposa e temente a Deus”.	
Ivoneide Caetano (PT/BA)	
	
Fonte: Site da Câmara Federal	Fonte: @ivoneidecaetanooficial
Ivoneide Souza Caetano (PT/BA) nasceu em 10/09/1972, em Biritinga (BA). É advogada e administradora com pós em gestão pública e está no 1º mandato na CF. É casada com Luiz Caetano, que foi prefeito de Camaçari, município da Região Metropolitana de Salvador, por dois mandatos (2005 e 2012), e Secretário Estadual de Relações Institucionais da Bahia, de 2021 a 2024, quando saiu para concorrer ao cargo de prefeito de Camaçari. Na <i>bio</i> informa que é casada com Luiz Caetano e mãe de dois filhos.	
Laura Carneiro (PSD/RJ)	

	
Fonte: Site da Câmara Federal	Fonte: @rjlauracarneiro
Maria Laura Monteza de Souza Carneiro (PSD/RJ) nasceu em 01/05/1963, na capital Rio de Janeiro (RJ). É advogada e servidora pública. Foi Assessora Legislativa, na Assembleia Nacional Constituinte; exerceu cargos como secretária municipal do Rio de Janeiro de Desenvolvimento Social, de Projetos Especiais e de Assistência Social. Foi vereadora por quatro mandatos no Rio de Janeiro e está no 6º mandato na CF. É filha de Nelson Carneiro, que foi deputado federal por cinco mandatos e senador federal por três mandatos. No perfil do <i>Instagram</i> informa que é “filha de Nelson Carneiro” e “autora de milhares de projetos e leis de defesa da mulher, da criança, do adolescente” e é “coautora do Estatuto do Idoso”.	
Lídice da Mata (PSB/BA)	
	
Fonte: Site da Câmara Federal	Fonte: @lidicedamata
Lídice da Mata e Souza (PSB/BA) nasceu em 12/03/1956, no município de Cachoeira (BA). É economista e está no quarto mandato na Câmara Federal, o primeiro foi em 1986 e participou da Assembleia Nacional Constituinte, que elaborou a Constituição Federal. Ingressou na política no movimento estudantil, quando cursava Ciências Econômicas na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Participou das lutas populares pela anistia, contra a ditadura e na campanha das Diretas Já. Foi vereadora, primeira e única mulher prefeita de Salvador (BA), além de deputada estadual por dois mandatos e senadora federal uma vez. De acordo seu perfil no <i>Instagram</i>, é “mãe, avó e feminista”.	
Maria Rosas (Republicanos/SP)	

	
Fonte: Site da Câmara Federal	Fonte: @mariarosas.official
Maria do Parto Mendes Rosas (Republicanos/SP) nasceu em 01/10/1965, Angra dos Reis (RJ). Cristã, é administradora e professora. Está no 2º mandato na CF. Atuou como professora na rede municipal e estadual, além de presidente da antiga Pestalozzi de São Paulo (SP). Sua principal bandeira é a inclusão e garantia de direitos das pessoas com deficiência e autistas. Na <i>bio</i> do <i>Instagram</i> diz que é “Cristã”.	
Meire Serafim (União/AC)	
	
Fonte: Site da Câmara Federal	Fonte: @dep.meireserafim
Rozimeire Ribeiro Andrade (União/AC) nasceu em 10/02/1975, no município de Ji-Paraná (RO). É graduada em administração. Atuou como empresária e também foi secretária municipal de Assistência Social, de Sena Madureira (AC), além disso, foi deputada estadual do Acre. Está no 1º mandato como a CF. É casada com o atual prefeito reeleito de Sena Madureira (AC), Mazinho Serafim. Na <i>bio</i> informa que é “temente a Deus” e casada com Mazinho Serafim.	
Nely Aquino (Podemos/MG)	

	
Fonte: Site da Câmara Federal	Fonte: @nelyaquinooficial
Neli Pereira de Aquino (Podemos/MG) nasceu em 17/11/1972, no município de São Sebastião do Maranhão (MG). Foi vereadora da Câmara Municipal de Belo Horizonte por dois mandatos 2017/2020 e 2021/2022. É irmã de Valdivino Pereira de Aquino, que foi eleito vereador de Belo Horizonte por duas vezes. A primeira vez que Nely se candidatou, usou o nome do irmão na urna “Nely do Valdivino”, saiu vitoriosa nas urnas e a candidatura do irmão foi declarada inapta pela justiça eleitoral. Está em seu 1º mandato na CF. De acordo com sua <i>bio</i>, é fundadora do “Projeto Rumo Certo”, uma iniciativa que oferece cursos profissionalizantes, prática de esportes e atendimentos gratuitos à população	
Renilce Nicodemos (MDB/PA)	
	
Fonte: Site da Câmara Federal	Fonte: @renilcenicodemoss
Renilce Conceição Nicodemos de Albuquerque (MDB/PA) nasceu em 08/12/1976, no município de Marapanim (PA). É graduada em Gestão Pública, atuou como diretora financeira e secretária na Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do Pará, e foi deputada estadual. Está no 1º mandato na CF. Na <i>bio</i> informa que é mãe e casada.	
Silvye Alves (União/GO)	

	
Fonte: Site da Câmara Federal	Fonte: @silvyealves
Silvye Alves da Silva (União/GO) nasceu em 08/11/1980, Goiânia (GO). É graduada em jornalismo e Letras. Era apresentadora do telejornal Cidade Alerta, na TV Record de Goiás. Foi a deputada federal mais votada de Goiás. Está no 1º mandato na CF. Na <i>bio</i> informa que foi “campeã de votos em Goiás” e que é “presidente estadual do União Brasil Mulher”.	

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados da Câmara Federal e dos perfis do *Instagram* das deputadas.

Entre as deputadas autodeclaradas pardas, temos três com carreiras longas na política: Alice Portugal (PCdoB/BA) e Laura Carneiro (PSD/RJ) estão no 6º mandato na Câmara Federal. Lídice da Mata (PSB/BA) está no 4º mandato, e já foi vereadora, prefeita e senadora. Há legisladoras que são herdeiras políticas, como Amanda Gentil (PP/MA), que tem pai e avô políticos; Nely Aquino (Podemos/MG), que tem irmão ex-vereador; já Andreia Siqueira (MDB/PA), Detinha (PL/MA), Ivoneide Caetano (PT/BA) e Meire Serafim (União/AC) são casadas com políticos. Antônia Lúcia (Republicanos/AC) também é casada com um político e bispa ligada a igreja evangélica. Outras duas são jornalistas, Cristiane Lopes (União/RO) e Silvye Alves (União/GO). Há ainda da área da segurança: a Delegada Ione (Avante/MG); empresarial: Helena Lima (MDB/RR); com atuação em projetos assistenciais: Maria Rosas (Republicanos/SP) e com atuação em cargos políticos em seu estado: Renilce Nicodemos (MDB/PA).

No Senado Federal, a Legislatura atual iniciou com três parlamentares autodeclaradas pardas, nenhuma preta. É importante lembrar que Ana Paula Lobato (PSB-PDT/MA) tornou-se titular no Senado Federal em 2024, após a saída definitiva de Flávio Dino para ocupar uma cadeira no Supremo Tribunal Federal (STF). Em contrapartida, Jussara Lima continua na vaga como suplente de Wellington Dias (PT/PI).

Senadoras autodeclaradas pardas



Eliziane Gama (PSD/MA)



Ana Paula Lobato (PSB/MA)



Jussara Lima (PSD/PI)

Elaborada pela autora a partir de dados do TSE (2022) e imagens do site do Senado Federal.

Assim como as deputadas pardas, as senadoras pardas também têm o tom de pele claro, com exceção de Eliziane Gama (PSD/MA), Ana Paula Lobato (PSB/MA) e Jussara Lima (PSD/PI) são brancas, “estão” loiras e com cabelos lisos, o que também nos levou a questionar a possibilidade de apropriação indevida das cotas raciais para benefício eleitoral. No Senado Federal vamos focar nas parlamentares titulares, tendo em vista que a suplente pode deixar o cargo a qualquer momento.

Tabela 5 - Perfil das senadoras federais autodeclaradas pardas

Eliziane Gama (PSD/MA)	
	
Fonte: Site do Senado Federal	Fonte: @elizianegama

Eliziane Gama (PSD/MA) nasceu em 27/02/1977, no município de Monção (MA). Formada em jornalismo, foi deputada estadual duas vezes e federal por um mandato (2015/2019). Foi candidata a prefeitura de São Luís (MA) duas vezes, mas não se elegeu. É evangélica da Igreja Assembleia de Deus e filha de pastor. Eleita em 2018 para o Senado Federal, está em seu 1º mandato. De acordo com sua *bio*, é "Senadora, Relatora CPMI 8/1, Atuante na #cpicovid19, Coord. Bancada Maranhense. Líder Bloco Parlamentar Resistência Democrática. Esposa. Mãe. Cristã".

Ana Paula Lobato (PSB/MA)



Ana Paula Lobato (PSB-PDT/MA) nasceu em 11/05/1984, no município de Pinheiro (MA). Disputou a primeira eleição em 2014 para o cargo de deputada estadual, mas não foi eleita. Em 2016, tentou se eleger vice-prefeita em sua cidade natal, mas também perdeu. Entretanto, em 2020, conseguiu se eleger vice-prefeita de Pinheiro. Graduada em Enfermagem, é empresária e atua no ramo de aluguel de equipamentos e comércio de máquinas para construção. É casada com o deputado estadual Othelino Neto (PCdoB), que está no quarto mandato e já exerceu funções de secretário de estado no Governo do Maranhão. Está no 1º mandato no Senado Federal. Na *biografia* *Instagram* informa que é "Senadora do Maranhão, Ex-Vice-Prefeita de Pinheiro, casada e mãe de dois filhos".

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados do Senado Federal e dos perfis do *Instagram* das senadoras.

Coincidentemente, ambas as senadoras autodeclaradas negras são do estado do Maranhão, entretanto elas têm trajetórias diferentes. Eliziane Gama (PSD/MA) construiu uma carreira política com base no segmento evangélico e exerceu outras funções legislativas antes de chegar ao Senado Federal. Já Ana Paula Lobato (PSB/MA) é herdeira política do marido Othelino Neto e também foi “herdeira” de Flávio Dino, já que este era o titular da chapa na qual ela foi eleita. No período das eleições de 2022, Neto era presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão e em troca de apoio a Dino, negociou a 1ª suplência na chapa deste para a esposa Ana Paula Lobato. Na matéria “Em crise, Flávio Dino recorre a Othelino Neto para salvar articulação de pré-candidatura ao Senado”²², de Yuri Almeida, há mais detalhes dessa articulação.

²² Disponível em: <https://atual7.com/noticias/politica/2022/05/em-crise-flavio-dino-recorre-a-othelino-neto-para-salvar-articulacao-de-pre-candidatura-ao-senado/>. Acesso em 16/08/2024.

2.4 Técnicas metodológicas: conhecendo o campo empírico da pesquisa

A nossa pesquisa, que busca realizar uma análise cultural das identidades da parlamentares negras, é qualitativa, logo, nossa preocupação, desde o início, foi em realizar um estudo mais aprofundado, mesmo que não conseguíssemos analisar todas as parlamentares federais autodeclaradas negras.

Para realizar a análise, além de observar a atuação social destas mulheres, compreendemos que precisamos conhecer qual percepção elas têm de si próprias. Deste modo, utilizamos como técnica de coleta de dados também a entrevista, que privilegia a fala das legisladoras pesquisadas e possibilita uma compreensão mais individualizada de seus discursos. De acordo com Fraser e Gondim (2004, p. 140), “a forma específica de conversação que se estabelece em uma entrevista para fins de pesquisa favorece o acesso direto ou indireto às opiniões, às crenças, aos valores e aos significados que as pessoas atribuem a si, aos outros e ao mundo circundante”.

Existem duas modalidades mais gerais de entrevista, segundo Fraser e Gondim (2004): a face a face, na qual entrevistador e entrevistado se encontram um diante do outro e estão sujeitos às influências verbais, às não-verbais e às decorrentes da visualização das reações faciais do interlocutor; e a mediada, que é realizada por telefone, por computador e por questionários, “que também estão sujeitas às mesmas influências verbais e não-verbais, mas de modo diferenciado, em especial quando não permitem avistualização das reações faciais do interlocutor” (Fraser; Gondim, 2004, p. 143).

Nós realizamos entrevistas mediadas por computador e/ou telefone, para facilitar o acesso às parlamentares, além de evitar custos com deslocamentos, pois a realização de entrevistas face a face demandaria viajar até Brasília (DF), onde está localizado o Congresso Nacional, ou até os estados das parlamentares, onde elas residem. Para realizar as entrevistas, utilizamos o *Google Meet*, ferramenta de videoconferência *online* que possibilita a comunicação entre duas ou mais pessoas. O acesso ao aplicativo pode ser feito por aparelhos de celular, *tablets* e/ou computadores.

Em relação à estrutura, optamos pela realização de entrevistas semi-estruturadas, por entender que é a abordagem que melhor se aplica ao formato da nossa pesquisa, que é qualitativa. De acordo com Eva Maria Lakatos e Marina de Andrade Marconi (2003, p.197), as entrevistas padronizadas/estruturadas seguem “um roteiro previamente estabelecido; as perguntas feitas ao indivíduo são predeterminadas”. As entrevistas foram guiadas por uma estrutura dividida em cinco partes: identificação; formação/experiências profissionais;

política; vida e representatividade na política, com 11 perguntas; e, por fim, utilização do *Instagram*, com 11 questionamentos.

O roteiro das entrevistas, disponível no Apêndice 1, mescla perguntas fechadas e abertas, de modo que as entrevistadas tiveram a possibilidade de discorrer sobre os temas em questão sem se prender à indagação formulada, de acordo com suas vivências, experiências e especificidades. Os questionamentos iniciais são mais objetivos, abrangem informações que podem e, inclusive, já tinham sido obtidas por outras fontes, como o TSE, a Câmara e o Senado, mas foram mantidas para proporcionar uma introdução/ambientação das parlamentares nas entrevistas.

Posteriormente, nas questões sobre vida e representatividade na política e utilização do *Instagram*, buscamos dados mais subjetivos, que segundo Maria Cecília S. Minayo (2010) são aqueles diretamente ligados ao indivíduo entrevistado, tratam da reflexão do próprio sujeito sobre suas vivências e podem ser obtidos apenas com a contribuição da pessoa. “Constituem uma representação da realidade: ideias, crenças, maneira de pensar, opiniões, sentimentos, maneiras de sentir: maneiras de atuar, condutas: projeções para o futuro; razões conscientes ou inconscientes de determinadas atitudes e comportamentos” (Minayo, 2010, p.262).

Assim, o roteiro prévio foi um guia para a entrevistadora e garantiu que as mesmas perguntas fossem feitas às entrevistadas, de modo que durante as análises, possibilitou também a comparação entre as opiniões e vivências das parlamentares sobre os mesmos temas e situações.

Antes de tentar realizar as entrevistas, enviamos e-mails²³ às parlamentares federais negras (pretas e pardas) titulares em exercício, ou seja, 27 deputadas e duas senadoras. Na mensagem, que pode ser vista no Apêndice 2, apresentamos a pesquisa, seu objetivo geral e solicitamos a entrevista, para ser realizada de acordo com a disponibilidade das legisladoras, na modalidade virtual, por meio do *Google Meet*. Como essa pesquisa é qualitativa e buscamos realizar uma análise mais aprofundada da representação e identidade das deputadas e senadoras negras, a ideia inicial era nos aprofundar na elaboração dos perfis das parlamentares que respondessem positivamente aos e-mails, colocando-se à disposição para as conversas. Entretanto, apenas duas responderam e aceitaram conceder as entrevistas, a primeira foi Denise Pessôa (PT/RS) e a segunda Dayany Bittencourt (União/CE).

²³ Os emails foram enviados no dia 24 de abril de 2024, para os endereços eletrônicos institucionais das parlamentares, obtidos nos sites da Câmara Federal e do Senado Federal.

Partimos então para a tentativa de contato através das redes sociais, enviando mensagens diretas nos perfis do *Instagram* e telefones institucionais (números fixos dos gabinetes na Câmara e no Senado, dos escritórios nos estados e *whatsapp*). Porém, infelizmente, não obtivemos resposta positiva das demais. Como 2024 foi um ano de eleições municipais, as parlamentares estavam envolvidas nas campanhas em seus estados, algumas como candidatas à prefeitura, outras apoiando candidatos. Tentamos contato após as eleições, entretanto, ainda assim, não obtivemos sucesso. Assim, o número de entrevistas projetado inicialmente ficou reduzido, mas, as conversas realizadas possibilitaram um aprofundamento do estudo e de perspectivas opostas, tendo em vista que as entrevistas são de espectros políticos antagônicos.

Para coletar e analisar dados referentes ao *Instagram*, utilizamos o estudo dos sites de redes sociais (SRSs) desenvolvido pela pesquisadora Raquel Recuero (2009). De acordo com a autora, redes sociais são espaços que permitem a elaboração de um perfil ou página pessoal, a interação e a exposição pública. Os SRSs são formatados por aspectos que podem influenciar as pessoas, são eles: a visibilidade, a reputação, a popularidade e a autoridade. Portanto, analisaremos os perfis no *Instagram* das parlamentares federais negras observando estes quatro fatores na plataforma. O detalhamento dos conceitos referentes a redes sociais está no nosso quarto capítulo.

Essa observação iniciou em junho de 2023 com a coleta de dados referente à quantidade de seguidores e para verificar em quais plataformas elas estavam ou não presentes. O levantamento reuniu informações do *Instagram*, *Facebook*, *YouTube*, *Twitter* (atual *X*) e *TikTok*. O Apêndice 3 apresenta uma tabela com a quantidade de seguidores que cada parlamentar federal possuía nestas redes. Entre titulares e suplentes em exercício no referido período, há dados referentes a 95 deputadas e 15 senadoras. Esta primeira análise do *Instagram* de todas as parlamentares federais em exercício foi realizada com o intuito de nos ambientar e aproximar da rede social, de modo a ter uma visão panorâmica dos perfis das deputadas e senadoras.

Posteriormente, no ano de 2024, realizamos um levantamento das postagens das parlamentares realizadas no *Instagram* em duas datas: o Dia Internacional da Mulher, que é celebrado em 8 de março, e o Dia da Consciência Negra, comemorado em 20 de novembro.

Entendendo que as pautas defendidas pelas parlamentares negras também estão relacionadas à formatação de suas identidades, sentimos a necessidade de observar a produção legislativa das deputadas e senadoras, para verificar se as proposições apresentadas por elas são direcionadas para a garantia dos direitos das mulheres e combate ao racismo. Assim

sendo, realizamos um levantamento dos projetos de lei apresentados pelas deputadas e senadoras no primeiro ano do mandato atual, ou seja, 2023. A coleta de dados foi realizada nos sites institucionais da Câmara Federal e do Senado Federal.

Após a coleta dos dados, por meio das entrevistas, estudo dos perfis no *Instagram* e das proposições legislativas, realizamos a análise das relações estabelecidas e os sentidos produzidos pelas parlamentares federais negras em todo o processo de produção – circulação – consumo. Assim, a fim de compreender as representações e as identidades de deputadas e senadoras negras no contexto comunicacional, temos disponíveis as dimensões de tecnicidade, ritualidade, socialidade e institucionalidade, indicadas no mapa das mediações, para tatear empiricamente esse recorte da realidade social.

3 GÊNERO, RAÇA E IDENTIDADE NA POLÍTICA BRASILEIRA

As mulheres negras não existem. Ou, falando de outra forma: as mulheres negras, como sujeitos identitários e políticos, são resultado de uma articulação de heterogeneidades, resultante de demandas históricas, políticas, culturais, de enfrentamento das condições adversas estabelecidas pela dominação ocidental eurocêntrica ao longo dos séculos de escravidão, expropriação colonial e da modernidade racializada e racista em que vivemos.

Jurema Werneck (2010)

O senso comum faz crer que a eleição, apenas, de pessoas negras é uma maneira que pretos e pardos têm de garantir representatividade tanto na proposição e elaboração de leis quanto na execução da legislação e de políticas públicas específicas para essa parcela da população. O mesmo se atribui à eleição de mulheres e de mulheres negras. Mas, ter uma mulher negra eleita é garantia de representação de pautas feministas e antirracistas? Que tipo de cidadão (ã) as parlamentares negras federais representam?

Para responder essas perguntas, é necessário entender os conceitos de representação democrática, reconhecimento e identidade. De acordo com Nádia Urbinati (2006), apesar de o voto (autorização eleitoral) ser essencial para estabelecer limites ao poder político, sobretudo aos políticos, ele não é sinônimo da política representativa em uma sociedade democrática.

(...) embora a autorização eleitoral seja essencial para se determinar os limites e a responsabilidade do poder político, ela não nos diz muito a respeito da verdadeira natureza da política representativa em uma sociedade democrática. As eleições “engendram” a representação, mas não “engendram” os representantes. No mínimo, elas produzem um governo responsável e limitado, mas não um governo representativo (Urbinati, 2006, p.193).

Para a autora, a representação é um processo em constante mudança, que sofre alterações de acordo com o tempo e a formação da sociedade, envolvendo diferentes atores. A democracia representativa é um modelo no qual a representação se funda na teoria do consentimento, que vê a eleição como a expressão do direito de participar da produção das leis, não como um método de transferência das preferências do eleitor para o político.

Uma teoria da democracia representativa envolve uma revisão da concepção moderna de soberania popular que conteste o monopólio da vontade na definição e na prática da liberdade política. Ela marca o fim da política do sim ou não e o início da política como uma arena de opiniões contestáveis e decisões sujeitas à revisão a qualquer tempo (Urbinati, 2006, p.193).

Para Débora Almeida (2014), a legitimidade da representação está baseada em uma relação de mão dupla que envolve a capacidade do representante de expressar distintos interesses e do representado reconhecer a legitimidade desses atos. "A democracia representativa começa com eleições, mas desenvolve-se para além delas, incluindo tanto a participação quanto a representação não eleitoral exercida por atores sociais" (Almeida, 2014, p. 178). Neste cenário, a representação tem uma natureza dupla. "Por um lado, transmite a ideia de agir no lugar do outro como agente autorizado, por outro, a noção de que é um processo de criação de uma unidade que não existia antes" (Almeida, 2014, p. 178).

Para ser representado (a), o ideal seria que o (a) cidadão (ã) tivesse plena consciência de quem é na sociedade, levando em conta aspectos históricos, sociais, culturais e econômicos. Tratando de uma representatividade que leve em consideração os vieses de cor e gênero, esses são quesitos que deveriam contar para aquelas que se reconhecem como mulheres negras. A teoria do reconhecimento, de acordo com Ricardo Mendonça (2012), não se restringe aos jogos de poder que ocorrem no sistema político. O conceito de política é retomado abrangendo coletividade e identidade.

E o que diz respeito à coletividade, nessa abordagem, é aquilo que permeia os processos identitários, fortalecendo ou cerceando as condições de autorrealização. Na medida em que as identidades são percebidas como políticas, as interações cotidianas de diversas naturezas passam a merecer atenção, visto ajudarem a compreender as opressões e lutas que atravessam processos sociais (Mendonça, 2012, p. 131).

Para o autor, a formação das identidades é política não apenas no sentido de que há identidades coletivas que apresentam demandas públicas, mas também individuais.

Na visão de Honneth, a base interacional da construção dos selves é política, visto ser atravessada por relações de poder de diversas ordens. O self se constrói intersubjetivamente, e tal processo abre possibilidades para lutas permanentes. Quando sujeitos veem negadas suas expectativas morais, podem lutar, de diversas maneiras, para deslocar práticas e gramáticas morais de modo a ampliar as condições da autorrealização (MENDONÇA, 2012, p. 131).

Mendonça (2012) entende que as opressões sofridas e as lutas para enfrentá-las são complexas, de tal maneira que não é suficiente democratizar o sistema político. É necessário

democratizar as relações sociais, perceber as desigualdades que restringem a liberdade das pessoas e a possibilidade de autorrealização. “É preciso combater as práticas sociais que inviabilizam que certos sujeitos participem da configuração coletiva da sociedade em que vivem. É preciso expandir a ideia de autogoverno para que ele tenha algum sentido prático” (Mendonça, 2012, p. 132).

Para Marlise Matos (2018), os principais desafios da democracia brasileira são a promoção da igualdade e da justiça de gênero e raça, pois não condiz com uma nação democrática manter padrões de exclusão social e política de grupos considerados "minoritários", mas que na verdade correspondem a maior parte da população. A partir da análise de indicadores sociais é possível notar as enormes distâncias que separam os homens das mulheres e os/as negros/as dos/as brancos/as no Brasil.

Ainda mais desafiante se constitui a situação das mulheres negras (e de outras etnias, tais como as indígenas) brasileiras que ocupam a condição de maior exploração e subordinação. Sob qualquer dimensão ou aspecto que mobilize - educação, trabalho, saúde, mundo doméstico, violência etc. -, a dureza da persistência da exclusão de certos grupos deixa explícita as desigualdades (Matos, 2018, p. 264).

A autora destaca que, por princípio, todo projeto democrático deveria ser inclusivo, entretanto, a democracia ocidental burguesa foi construída em um formato de democracia liberal representativa, estruturada a partir do capitalismo, responsável não apenas pela exclusão de pobres e trabalhadores, mas também das mulheres e dos negros. "O liberalismo foi compatível, durante séculos, com a profunda opressão das mulheres e a escravidão da população negra" (Matos, 2018, p. 266).

Para compreender o papel social da mulher negra no cenário político brasileiro atual, precisamos analisar fatores históricos e sociais que formataram a participação da mulher na política e a construção de suas identidades.

3.1 A mulher na política: entendendo a separação entre a esfera pública e a esfera privada

No livro “O contrato sexual”, a cientista política britânica Carole Pateman traz uma reinterpretação da teoria política do contrato social dos séculos XVII e XVIII, com questionamentos feministas e por meio de exemplos de relações contratuais cotidianas, como o casamento e o mercado de trabalho. A autora aponta falhas no contrato social original a

partir da observação da relação de dominação e submissão estabelecida entre homens e mulheres na sociedade.

De acordo com Pateman (1993), o contrato original é um pacto sexual-social, que teve a parte sexual suprimida e deu origem a uma sociedade patriarcal, tratando também da gênese do direito político, “porém, essa história trata o direito político enquanto direito patriarcal ou instância do sexual - o poder que os homens exercem sobre as mulheres” (Pateman, 1993, p. 16).

Segundo Matos (2018), estudiosa da obra de Carole Pateman, em todas as sociedades existe algum tipo de divisão do trabalho entre homens e mulheres, de modo que seja possível a realização das atividades necessárias à produção (assalariada) e à reprodução (da vida). Essa repartição é chamada de divisão sexual do trabalho, na qual as mulheres ficam responsáveis pelo cuidado com os filhos (trabalho reprodutivo), a casa e a família. Já os homens atuam em tarefas voltadas para a produção de bens e serviços, em espaços públicos e com remuneração para sustentar a família (trabalho produtivo).

Matos (2018) ainda pontua que essas divisões e diferenciações hierarquizadas entre homens e mulheres são tradicionais e tem recebido críticas em prol de mudança atualmente, entretanto, as segregações continuam fortes. Foi tendo como base essa divisão sexual do trabalho que se formatou na sociedade a separação entre as esferas públicas e privadas, estabilizando e enraizando uma forte associação e legitimação do público ao masculino e do privado ao feminino. “Com esse formato de divisão binarizante, durante séculos, foi justificada a exclusão das mulheres dos espaços públicos” (Matos, 2018, p. 267).

O contratualismo moderno, de acordo com a conceituação de Pateman (1993), reforçou a ideia de que as mulheres são menos racionais do que os homens, logo, seriam incapazes de atuar de maneira imparcial e neutra na esfera pública/política. Desta maneira, sem racionalidade e autonomia, as mulheres não poderiam ser consideradas cidadãs independentes, “pois não tinham condições próprias de consentir e/ou escolher contratar” (Matos, 2018, p. 268). As mulheres não participaram do contrato social como contratantes e, sim, como objetos do contrato.

Essa construção do papel da mulher na sociedade criou obstáculos que até hoje impedem ou dificultam as mulheres de terem algum protagonismo na política. Matos (2018), pelo olhar crítico de Pateman, nos diz que “o contrato social não foi apenas um instrumento isolado e sutil de organização social. Ele foi uma grande e bem-sucedida estratégia de exclusão social” (Matos, 2018, p. 269), trazendo consigo, opressões para as mulheres e desumanização da população negra.

Assim, a posição das mulheres na sociedade moderna foi formatada a partir da separação entre o público e privado, com uma visão patriarcal, ou seja, de dominação masculina. Na obra "Feminismo e Política" (2015), Flávia Biroli e Luis Felipe Miguel (2015) explicam que "a crítica às desigualdades de gênero está geneticamente ligada à crítica às fronteiras convencionais entre o público e o privado nas abordagens teóricas, na prática política, nas normas e nas instituições" (2015, locais do Kindle 477-478), pois a garantia de liberdade para as mulheres depende da politização de aspectos da esfera privada. A tipificação da violência doméstica é um exemplo de interferência na vida privada.

Além disso, a defesa de relações mais justas e democráticas na esfera privada leva a refletir sobre os papéis convencionais de gênero e a divisão do trabalho, expondo suas implicações para a participação paritária de mulheres e homens na vida pública. Relações mais justas na vida doméstica permitiriam ampliar o horizonte de possibilidades das mulheres, com impacto em suas trajetórias pessoais e suas formas de participação na sociedade. (Biroli e Miguel, 2015, locais do Kindle 483-487).

O enfrentamento a essa imposição de subalternidade da mulher ao homem veio, principalmente, do feminismo, ou seja, da luta das mulheres por direitos iguais e autonomia. O "feminismo se mostrou crucial" para "questionar e complexificar as categorias centrais por meio das quais era pensado o universo da política, tais como as noções de indivíduo, de espaço público, de autonomia, de igualdade, de justiça ou de democracia" (Biroli e Miguel, 2015, locais do Kindle 194-195).

Entretanto, a origem branca e ocidental do feminismo estabeleceu sua hegemonia, priorizando as opressões sofridas por mulheres brancas. Mesmo que, através do feminismo, tenham sido alcançadas contribuições fundamentais para a discussão sobre a discriminação pela orientação sexual, não aconteceu o mesmo com outros tipos de discriminação, como as sofridas pelas mulheres negras. Para a filósofa, escritora e antropóloga brasileira Lélia Gonzalez, "o que geralmente se constata, na leitura dos textos e da prática feminista, são referências formais que denotam uma espécie de esquecimento da questão racial" (Gonzalez, 2020, p. 44). Assim, constatamos que além da exclusão por gênero, as mulheres negras estão submetidas também a exclusão pela raça.

3.2 Esfera da exclusão: o não lugar da mulher negra na política brasileira

No decorrer da história, recapitulando o que expomos no tópico anterior, vimos que o movimento feminista provocou mudanças significativas na luta pela igualdade de direitos

entre homens e mulheres. Entretanto, as lutas e reivindicações privilegiaram mulheres brancas. No livro “Teoria feminista: da margem ao centro” (2020), publicado em 1984, a escritora norte-americana e feminista negra bell hooks²⁴ faz críticas ao feminismo, que costuma ser branco, de classe média, acadêmico, heteronormativo e desigual, e defende uma revolução feminista negra, que enfrente o sexismo, o racismo e o capitalismo, ou seja, abrangendo a compreensão do gênero, da raça e da classe. Na visão da autora, a existência de mulheres não brancas e de mulheres brancas pobres foi ignorada pelas primeiras pensadoras feministas.

Para bell hooks, as mulheres brancas que dominavam o discurso e a teoria feminista, pouco ou nada compreendiam da supremacia branca como política racial, do impacto psicológico das classes e do seu estatuto político dentro de um estado racista, sexista e capitalista. A autora afirma que existem muitas provas que comprovam a realidade de que a identidade racial e de classes cria diferenças na qualidade de vida, no estatuto social e no estilo de vida que prevalecem sobre a experiência comum partilhada pelas mulheres – diferenças que raramente são ultrapassadas.

O princípio fundamental do pensamento moderno feminista tem sido a afirmação de que "todas as mulheres são oprimidas". Esta afirmação pressupõe que as mulheres partilham um destino comum, que fatores como classe, raça, religião e preferência sexual, etc. não criam uma diversidade de experiências que determina em que medida o sexismo será uma força opressora na vida de cada mulher. O sexismo está institucionalizado como sistema de domínio, porém nunca determinou de forma absoluta o destino de todas as mulheres nesta sociedade. Ser oprimido significa a ausência de escolhas. É o principal ponto de contacto entre o opressor e o oprimido. Muitas mulheres nesta sociedade têm escolha (por mais inadequada que seja), portanto "exploração" e "discriminação" são palavras que descrevem com maior precisão a situação das mulheres coletivamente nos Estados Unidos da América (Hooks, 2020, p.4).

Seguindo a lógica de que o feminismo deve buscar a igualdade de direitos e lutar para combater as opressões que atingem as mulheres, considerando suas diferenças e englobando aspectos de gênero, raça e classe, temos as contribuições da socióloga argentina María Lugones (2014), que nos apresenta o conceito de feminismo decolonial. Segundo a autora, a colonização das Américas e do Caribe partiu de uma distinção dicotômica hierárquica entre humano e não humano que foi imposta sobre os/as colonizados/as a serviço do homem ocidental e inclui também, entre outras, a distinção hierárquica dicotômica entre homens e mulheres.

²⁴ A autora chamava-se Gloria Jean Watkins, mas usava o pseudônimo bell hooks, com iniciais minúsculas, e foi assim que ficou conhecida.

Essa distinção tornou-se a marca do humano e a marca da civilização. Só os civilizados são homens ou mulheres. Os povos indígenas das Américas e os/as africanos/as escravizados/as eram classificados/as como espécies não humanas – como animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens (LUGONES, 2014, p. 936).

Para tratar do feminismo decolonial, Lugones (2014) resgata o conceito de “colonialidade do poder” desenvolvido pelo sociólogo peruano Anibal Quijano (1991). O termo traz uma referência à classificação das populações do mundo em termos de raças, descrevendo a racialização das relações entre colonizadores e colonizados/as como constitutiva do sistema de poder capitalista do mundo. De acordo com o autor, a “colonialidade do poder” cria um padrão mundial de poder que se baseia na ideia de raça, com a imposição de uma classificação racial/étnica: índios, negros, marrons, amarelos, brancos, mestiços; e uma classificação geocultural: América, África, Oriente Distante, Oriente Próximo, Ásia Ocidental ou Europa.

O conceito de Quijano (1991), restrito à raça, segundo Lugones (2014) não é suficiente para definir a colonialidade do poder, que precisa abranger também o gênero. Assim, a autora insere a categoria gênero no pensamento decolonial. A socióloga fornece então uma forma de compreensão da opressão de mulheres subalternizadas através de processos combinados de racialização, colonização, exploração capitalista e heteronormatividade. “Chamo a análise da opressão de gênero racializada capitalista de ‘colonialidade do gênero’. Chamo a possibilidade de superar a colonialidade do gênero de ‘feminismo descolonial’” (Lugones, 2014, p. 941).

Para Lugones (2014), o sistema de gênero, que é hierárquico, coloca a mulher racializada na base, sempre a última, em qualquer categoria que esteja ou que a coloquem. Assim, quando se fala na categoria “mulheres” referem-se apenas às mulheres brancas. Já na categoria “negro” referem-se aos homens negros.

Quando se tenta entender as mulheres na intersecção entre raça, classe e gênero, mulheres não brancas, negras, mestizas, indígenas ou asiáticas são seres impossíveis. São impossíveis porque não são nem mulheres burguesas europeias, nem machos indígenas. A interseccionalidade é importante quando mostra a falha das instituições em incluir discriminação ou opressão contra mulheres de cor (Lugones, 2014, p. 942).

A questão da hierarquização também é apontada na obra de Lélia Gonzalez. A autora explica que as sociedades ibéricas se estruturaram de forma hierarquizada, com castas sociais

diferenciadas e complementares e isso foi passado para as regiões colonizadas por Espanha e Portugal, por exemplo.

Nesse tipo de estrutura, onde tudo e todos têm um lugar determinado, não há espaço para a igualdade, principalmente para grupos étnicos diferentes. Herdeiras históricas das ideologias de classificação social (racial e sexual), assim como das técnicas jurídicas e administrativas das metrópoles ibéricas, as sociedades latino-americanas não podiam deixar de se caracterizar como hierárquicas (Gonzalez, 2020, p. 47).

Assim, racialmente estratificadas, as hierarquias garantem a superioridade dos brancos como grupo dominante. De acordo com Gonzalez (2020), o racismo latino-americano é tão eficiente que mantém negros e indígenas no interior das classes mais exploradas, graças à ideologia do branqueamento, que reproduz e perpetua a crença de que as classificações e os valores da cultura ocidental branca são os únicos considerados verdadeiros e universais.

Uma vez estabelecido, o mito da superioridade branca comprova sua eficácia e os efeitos de desintegração violenta, de fragmentação da identidade étnica por ele produzidos, o desejo de embranquecer (de “limpar o sangue”, como se diz no Brasil) é internalizado com a consequente negação da própria raça e da própria cultura (Gonzalez, 2020, p. 47).

Para Gonzalez (2020), outra prova da imposição da ideologia do branqueamento em países latino-americanos é a exclusão de indicadores raciais nos seus censos e em outros documentos. Em relação aos indígenas, tentam mantê-los como símbolo de resistência ao mesmo tempo em que os mantêm subordinados. Já em relação aos negros, são muitos os estudos sobre a situação deles no período escravocrata, entretanto, historiadores e sociólogos os silenciaram desde a abolição da escravatura até os dias de hoje, ao ignorarem suas existências e características específicas.

A filósofa e escritora brasileira Sueli Carneiro (2019) também defende um feminismo que considere o viés de cor, por entender que a mulher negra tem um histórico de opressão diferente da mulher branca, em todos os aspectos, entretanto, ao longo da história, o discurso clássico sobre a opressão da mulher não reconhece essas diferenças. A autora aponta diversos aspectos que evidenciam essas desigualdades.

Tratando do mito da fragilidade feminina, por exemplo, Carneiro (2019) afirma que as mulheres negras nunca foram vistas como frágeis, pelo contrário, sempre trabalharam, inclusive até na execução de serviços pesados. Estiveram a serviço das mulheres “frágeis”, mesmo quando estas estavam dentro de casa e continuaram quando estas saíram para trabalhar fora. O mito da rainha do lar também não se aplica à realidade das mulheres negras, que

“fazem parte de um contingente de mulheres que não são rainhas de nada, que são retratadas como antimusas da sociedade brasileira, porque o modelo estético de mulher é a mulher branca” (Carneiro, 2019, p. 326).

O famoso discurso da oradora e ex-escrava Sojourner Truth, realizado em 1851, na Convenção dos Direitos das Mulheres em Ohio, intitulado “E não sou eu uma mulher?”, também aponta as diferenças de tratamento dada às mulheres brancas e às mulheres negras.

Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregá-las quando atravessam um lamaçal, e elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou eu uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros, e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou eu uma mulher? Consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem — quando tinha o que comer — e aguentei as chicotadas! Não sou eu uma mulher? Pari cinco filhos, e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou eu uma mulher? (Truth apud Ribeiro, 2018, p.34).

O discurso de Sojourner Truth é citado no livro "Quem tem medo do feminismo negro?" (2018), da filósofa brasileira Djamila Ribeiro, que também avalia a situação da mulher negra como radicalmente diferente da situação da mulher branca. Para a escritora, ainda no século XIX, Truth “já anunciava que a situação da mulher negra era radicalmente diferente da situação da mulher branca. Enquanto àquela época mulheres brancas lutavam pelo direito ao voto e ao trabalho, mulheres negras lutavam para ser consideradas pessoas” (Ribeiro, 2018, p.34).

Diante de tantas diferenças entre as mulheres brancas e negras, é necessário que o feminismo tenha um recorte racial. Com este ponto de vista, Carneiro (2019) entende que o feminismo negro, que tem por base sociedades multirraciais, plurais e racistas, possui como principal eixo o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero. Assim, não basta lutar contra as desigualdades de gênero, é preciso também lutar contra as opressões resultantes do racismo.

O racismo estabelece a inferioridade social dos segmentos negros da população em geral e das mulheres negras em particular, operando ademais como fator de divisão na luta das mulheres pelos privilégios que se instituem para as mulheres brancas. Nessa perspectiva, a luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e de raça vem desenhando novos contornos para a ação política feminista e anti-racista (Carneiro, 2019, p. 327).

Para Carneiro (2019), quando o movimento de mulheres negras expõe as contradições que envolvem raça, classe e gênero, ele une as lutas históricas tanto do movimento negro,

quanto do movimento de mulheres, pois acaba “enegrecendo de um lado, as reivindicações das mulheres, tornando-as assim mais representativas do conjunto das mulheres brasileiras, e, por outro lado promovendo a feminização das propostas e reivindicações do movimento negro” (Carneiro, 2019, p. 327).

Enegrecer o movimento feminista brasileiro, de acordo com Carneiro (2019), significa jogar luz sobre a questão racial, ressaltá-la na agenda do movimento de mulheres. No âmbito das políticas públicas, por exemplo, são muitas as questões que precisam ser pensadas e/ou criadas levando em consideração o viés racial. Na questão da violência contra a mulher, a filósofa enfatiza que é preciso entender que a violência racial é um aspecto determinante das formas de violência sofridas pelas mulheres negras. Entender as doenças étnicas/raciais ou as doenças com maior incidência sobre a população negra também é fundamental para formular políticas públicas na área de saúde. No mercado de trabalho, é necessário criar mecanismos que combatam as seleções racistas e discriminatórias.

Ribeiro (2018) avalia o feminismo negro como extremamente importante para o debate político e ressalta que é preciso pensar como as opressões se entrecruzam na nossa sociedade e geram outras formas de opressão. O "arcabouço teórico e crítico trazido pelo feminismo negro serve como instrumento para se pensar não apenas sobre as próprias mulheres negras, categoria também diversa, mas sobre o modelo de sociedade que queremos" (Ribeiro, 2018, p. 123).

A escritora defende um feminismo interseccional, que pense a categoria “mulher” de forma não universal e crítica, percebendo as diversas possibilidades de ser mulher. “Pensar a interseccionalidade é perceber que não pode haver primazia de uma opressão sobre as outras e que é preciso romper com a estrutura. É pensar que raça, classe e gênero não podem ser categorias pensadas de forma isolada, porque são indissociáveis.” (Ribeiro, 2018, p. 123).

O filósofo e advogado brasileiro Silvio Almeida (2019) classifica o racismo como algo estrutural, que compõe a organização social, econômica e política da sociedade. “O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea” (Almeida, 2019, p. 15).

Almeida (2019) relata que no Brasil, o racismo possibilita a reprodução das desigualdades e violências, que se manifestam por meio de práticas conscientes ou inconscientes e resultam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, dependendo do grupo social a qual pertençam. É uma prática que ultrapassa as ações individuais e está presente também nas instituições.

O racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção (ALMEIDA, 2019, p. 33).

A configuração que a Câmara Federal e o Senado Federal possuem hoje é resultante de uma cultura machista e racista que teve início ainda no período de colonização do Brasil. No decorrer da história, as mulheres negras foram subalternizadas, colocadas às margens da sociedade. O feminismo branco e eurocentrado deixou de lado e em muitos momentos até excluiu as mulheres negras, o que justifica a necessidade de existir um feminismo interseccional, que leve em consideração o viés de cor.

A luta histórica de mulheres negras por reconhecimento, identificação e representação é o que possibilita que hoje tenhamos parlamentares negras no Congresso Nacional, mas, essa representação ainda é pequena, tendo em vista que mulheres negras precisaram e ainda precisam lutar contra opressões de gênero, raça e classe.

3.3 A formação de uma identidade negra brasileira

Para compreender a maneira como foi formatada a identidade da mulher negra no Brasil, primeiramente, buscamos entender a conceituação de identidade e de identidade negra. Previamente, é necessário destacar que a definição de identidade é algo complexo e diverso. De acordo com Hall (2006), a partir da era pós-moderna as identidades passaram por um processo de desconstrução, que transformou o modo como eram compreendidas, evidenciando-as assim como heterogêneas e plurais.

Hall (2006) apresenta três concepções de identidades: o sujeito do Iluminismo, o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno. O primeiro, que geralmente era descrito como masculino, trata-se de um indivíduo centrado e unificado, que nascia e desenvolvia sua identidade permanecendo idêntico por toda sua existência. Já o segundo tem sua identidade formada na interação entre o eu (interior) e a sociedade (exterior), o mundo pessoal e o mundo público. O indivíduo projeta sua identidade ao mesmo tempo em que internaliza significados e valores externos, ou seja, a identidade costura o sujeito à estrutura, tornando-os unificados.

O terceiro, por sua vez, o sujeito pós-moderno é aquele que não possui uma identidade fixa, essencial ou permanente, pois resulta das transformações do mundo moderno. A identidade torna-se uma "celebração móvel": formada e transformada continuamente em

relação às formas pelas quais somos representados nos sistemas culturais, sendo definida historicamente e não biologicamente.

O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um "eu" coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. ... A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia (Hall, 2006, p. 13).

Deste modo, resumidamente, Hall (2006) nos explica que a pessoa em sua essência não é autônoma, nem autossuficiente, mas construída em permanente processo, influenciada não apenas pelo meio em que vive, nem somente pelas questões biológicas ou naturais, mas sim por todos estes aspectos somados a configurações sociais, culturais, econômicas, entre outros fatores, incluindo os de ordem psicológica.

Com base nos aspectos históricos, sociais, culturais e econômicos da sociedade brasileira, podemos afirmar que as identidades negras no Brasil foram formatadas por meio de aspectos racistas, discriminatórios e excludentes. De acordo com Munanga (2012), a identidade nacional brasileira não é única, ela é atravessada por outras identidades de classe, sexo, religião, etnias, gênero, idade e raça, dependendo do contexto. E a identidade afro-brasileira ou negra passa pela negritude enquanto categoria sócio-histórica, e não biológica, e pela situação social do negro num universo racista.

Até pouco tempo, predominava, inclusive nas escolas, a reprodução da ideia de que o negro era escravo e não uma pessoa que foi escravizada. Prevaleceu na maneira como a história do país foi contada e ensinada, que somos um povo formado pela mistura de indígenas (nativos da terra), europeus (conquistadores, desbravadores) e africanos (escravos). No imaginário coletivo, segundo Munanga (2012), acredita-se que os africanos foram trazidos apenas como seres primitivos que chegaram nus, acorrentados e não trouxeram nada ao Brasil que importasse para ser considerado como uma contribuição digna de nome.

Para explicar o que significa a identidade negra, Munanga (2012) explicita, primeiramente, o que é identidade individual e identidade coletiva. Posteriormente, apresenta quais elementos constituem a última. De acordo com o autor, a nossa identidade individual é composta pela identidade pessoal, com a atribuição de um nome, que geralmente já indica qual o nosso gênero (menino ou menina) e a identidade familiar, com a adição dos sobrenomes dos pais. Essa identidade individual serve para marcar a diferença e mostrar que existimos, pois somos seres diferentes dos demais, "faz parte do processo de construção do ser, significando sua existência" (Munanga, 2012, p. 9).

Já a identidade coletiva é apresentada por Munanga (2012) como a definição de um grupo, que pode ser feita por ele próprio, por meio de atributos culturais, de sua história e de seus traços psicológicos. Entretanto, a identidade coletiva, em vez de ser uma autodefinição ou autoatribuição, pode ser também uma identidade atribuída por outro grupo, de acordo com sua visão de mundo. Deste modo, a identidade é tratada como categoria de hétero-definição ou hétero-atribuição. Neste sentido, os europeus, por exemplo, quando entraram em contato com povos diferentes deles atribuíram a eles identidades coletivas, de acordo com seu olhar cultural e não segundo as identidades que esses povos se autoatribuíam.

Para Munanga (2012), a identidade é constituída de quatro fatores: histórico, cultural, linguístico e psicológico, em todos, o negro foi excluído de sua construção. O primeiro fator que constitui a identidade é a história. Entretanto, a história do negro é pouco conhecida, pois ela foi relatada do ponto de vista do “outro”, de maneira depreciativa e negativa. Para conhecer a real identidade do negro, é necessário buscar a verdadeira história do que o liga à África, sem distorções e falsificações. De acordo com o autor, a consciência histórica faz o povo querer conhecer sua história e transmiti-la para as gerações seguintes. Por este motivo, a destruição da consciência histórica era uma das estratégias utilizadas pela escravidão e colonização, para destruir a memória coletiva dos povos escravizados e colonizados.

Por isso, no processo de construção da identidade coletiva negra, é preciso resgatar sua história e autenticidade, desconstruindo a memória de uma história negativa que se encontra na historiografia colonial ainda presente em “nosso” imaginário coletivo e reconstruindo uma verdadeira história positiva capaz de resgatar sua plena humanidade e autoestima destruída pela ideologia racista presente na historiografia colonial (Munanga, 2012, p. 10).

A cultura, outro fator que compõe a identidade negra, é percebida nas religiões, artes, medicinas, tecnologias, ciências, educação e visões do mundo. Porém, de acordo com Munanga (2012), quando se fala dos povos que constituíram o Brasil, pensam-se logo nos colonizadores portugueses e nos imigrantes italianos, alemães, espanhóis, árabes, sírio-libaneses e orientais. Nada é atribuído aos africanos, apesar de a cultura africana fazer parte do dia a dia dos brasileiros na culinária, nas artes musicais, visuais, religiões e na própria maneira de ser do brasileiro. A cultura brasileira e a identidade nacional foram modeladas pelos aportes da população negra, mas não são reconhecidas desta maneira. “Estas contribuições culturais precisam ser resgatadas positivamente, desconstruindo imagens negativas que fizeram delas e substituindo-as pelas novas imagens, positivamente reconstruídas” (Munanga, 2012, p. 11).

Outro fator constitutivo da identidade são as línguas. No caso das afrodescendentes, elas também se perderam no contexto escravista, pois aqui no Brasil os negros eram proibidos de falar seus idiomas nativos e obrigados a aprender o português. Mas, com relação à língua, Munanga (2012) não considera uma perda total, porque nos terreiros religiosos uma linguagem africana resistiu, enriquecida pela língua portuguesa, e constitui identidades no plano da religiosidade negra. E não somente nestes espaços, a etnolinguista brasileira, Yeda Pessoa de Castro, ao analisar a influência das línguas africanas no português falado no Brasil, defende que a língua brasileira foi africanizada pelas palavras ensinadas pelas "mucamas e damas de companhia" que eram mulheres negras que ninavam as crianças contando histórias. Castro (1983) cita diversos exemplos de palavras e expressões que foram assimiladas no vocabulário brasileiro em áreas diversas²⁵.

Por fim, o fator psicológico é outro elemento constitutivo da identidade apontado por Munanga (2012). Para o autor, neste aspecto, devemos nos questionar se existe um temperamento do negro diferente do branco que pode ser considerado como característica de sua identidade. Caso tal diferença exista, ela deveria ser explicada "a partir notadamente do condicionamento histórico do negro dentro da estrutura sociopolítica assimétrica, e também de acordo com suas estruturas sociais comunitárias, e não com bases nas diferenças biológicas, como pensaram os racialistas e racistas ocidentais" (Munanga, 2012, p. 11).

Falar da identidade negra passa pelo entendimento do seu processo de construção e pela cor da pele. Não está restrita a uma questão biológica, devido a diferença de pigmentação entre brancos e negros, nem ao olhar do branco sobre os negros. Na verdade, a negritude não se refere somente à cultura das pessoas de pele negra, o que esse grupo tem em comum é "o fato de terem sido na história vítimas das piores tentativas de desumanização e terem sido suas culturas não apenas objeto de políticas sistemáticas de destruição, mais do que isso, ter sido simplesmente negada a existência dessas culturas" (Munanga, 2012, p. 12).

O autor argumenta que não vivemos uma identidade coletiva única, somos atravessados por uma pluralidade de identidades coletivas que, dependendo do contexto relacional se expressam mais fortes que as outras. Muitas das identidades coletivas têm objetivos políticos e almejam mudanças na sociedade. Deste modo, a identidade negra que reúne todos os negros e todas as negras é a identidade política. Ela é composta por negros de todas as classes sociais, de todas as religiões, de todos os sexos, porque juntos todossão

²⁵ Além das palavras sócio-religiosas, Castro (1983) cita como exemplo, as relativas a instrumentos musicais: berimbau, cuíca, agogô; à flora: dendê, moranga, jiló; à fauna: camundongo, minhoca, marimbondo; ao corpo humano (bunda, corcunda, banguela) e à culinária: mocotó, moqueca, canjica.

vítimas da discriminação e exclusão raciais. Neste mesmo sentido, a identidade feminina também é uma identidade política, à medida que reúne todas as mulheres sob uma mesma bandeira.

3.4 Sobre tornar-se mulher negra no Brasil

Entendemos que a formação das identidades das parlamentares federais negras brasileiras passa primordialmente por identidades de gênero, de raça e de classe e essas identidades são carregadas de estereótipos. Gonzalez (1984) nos apresenta dois: o da mulata e o da doméstica, que tiveram origem na figura da mucama no período colonial e são vividos até hoje. Em tempos carnavalescos, a figura da mulata ganha destaque, “é nesse instante que a mulher negra transforma-se única e exclusivamente na rainha”, a sexualização do seu corpo transforma-o em objeto de desejo. O outro lado deste endeusamento ocorre no cotidiano dessa mulher negra, “no momento em que ela se transfigura na empregada doméstica” (Gonzalez, 1984, p. 228).

De acordo com Gonzalez, mulata e doméstica são termos atribuídos às mulheres negras, dependendo da situação em que são vistas. E eles derivam da figura da mucama, que era a escrava escolhida para auxiliar nos serviços domésticos, cuidando tanto da casa quanto das pessoas e tinha ainda a função de ama-de-leite. Além disso, era explorada sexualmente pelos senhores.

Apesar de terem origem na figura colonial da mucama, mulata e doméstica se contrapõem. A primeira é endeusada num momento de festa, já a segunda é a “mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas. Daí, ela ser o lado oposto da exaltação; porque está no cotidiano” (Gonzalez, 1984, p. 230).

Além disso, Grada Kilomba (2020) acrescenta que as mulheres negras têm seus corpos lidos como impróprios para os espaços de poder, quando chegam a posições de destaque são vistas como seres inferiores, que estão “fora do lugar”, enquanto ser branco significa “estar no lugar” e, portanto, “superioridade”.

No racismo, corpos negros são construídos como corpos impróprios, como corpos que estão “fora do lugar” e, por essa razão, corpos que não podem pertencer. Corpos brancos, ao contrário, são construídos como próprios, são corpos que estão “no lugar”, “em casa”, corpos que sempre pertencem. Eles pertencem a todos os lugares: na Europa, na África, no norte, no sul, leste, oeste, no centro, bem como na periferia (Kilomba, 2020, p. 56).

O que temos é uma identidade negra construída através e por meio de uma visão eurocêntrica e racista. Essa imagem vem mudando, à medida que pessoas negras tomam consciência de suas histórias e conquistam autonomia para contá-las e/ou reescrevê-las. De acordo com Neusa Santos Souza (1983), uma das formas de exercer autonomia é justamente possuir um discurso sobre si mesmo. Não existindo uma concepção positiva de si para se construírem laços identificatórios, o/a negro/a deve ater-se ao trabalho político e subjetivo de criar uma identificação positiva.

No livro "Tornar-se negro", a autora conclui que o negro brasileiro que ascende socialmente não possui uma identidade positiva, a qual possa afirmar ou negar. Para Souza (1983), a identidade negra não se restringe a ter a pele preta e/ ou outras características negroides; compartilhar da mesma história de desenraizamento, escravidão e discriminação racial.

Ser negro é, além disto, tomar consciência do processo ideológico que, através de um discurso mítico acerca de si, engendra uma estrutura de desconhecimento que o aprisiona numa imagem alienada, na qual se reconhece. Ser negro é tomar posse desta consciência e criar uma consciência que reassegure o respeito às diferenças e que reafirme uma dignidade alheia a qualquer nível de exploração. Assim, ser negro não é uma condição dada, a priori. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro (Souza, 1983, p. 77).

Para Souza (1983), a construção de uma identidade negra é uma tarefa política, que passa pela contestação do que foi ensinado ao negro de ser uma "caricatura do branco". Ser branco é algo impossível e inalcançável às pessoas negras e essa busca apenas traz sentimentos de dor, culpa, incapacidade e inferioridade. Entretanto, romper com este modelo é possível, e é somente com este rompimento que o negro terá condições de "construir uma identidade que lhe dê feições próprias, fundada, portanto, em seus interesses, transformadora da História — individual e coletiva, social e psicológica" (Souza, 1983, p. 78).

O Congresso Nacional é um espaço de poder, de tomada de decisões. As mulheres negras que chegaram a este ambiente, independentemente de suas trajetórias anteriores, ascenderam socialmente ao ocupar este lugar. À medida que o/a negro/a ascende aos espaços de poder, precisa dizer e reforçar sempre quem é, o que quer e o que defende, pois isso não está posto. É uma "figura" nova nestes ambientes, formatado sem a presença dos seus. A imagem da mulher negra que ocupa o cargo de deputada ou senadora federal ainda está sendo construída. Ela chegou a esta função há pouco tempo e é minoria no ambiente.

4 APROPRIAÇÕES DO *INSTAGRAM* PARA FINS POLÍTICOS

O racismo, o preconceito, a intolerância estruturam a forma como as relações se estabelecem na sociedade brasileira; materializam-se no convívio social, assim como no acesso, permanência e mobilidade nas instituições que a compõem e irão provocar, nos indivíduos negros, registros afetivos adversos.

Maria Lúcia da Silva (2017)

Para entender a maneira que as parlamentares federais negras se apropriam do *Instagram*, é necessário entender o funcionamento das redes sociais digitais, a maneira como se desenvolveram, a plataforma da *internet* e as práticas discriminatórias em ambientes virtuais, em especial, o racismo algoritmo.

4.1 Redes sociais e plataforma da *internet*

Autora de várias publicações sobre redes sociais na internet, Raquel Recuero traz no livro “Redes sociais na internet” (2009) uma análise sobre as mudanças provocadas na sociedade com o advento da Comunicação Mediada pelo Computador, buscando também compreender como as redes sociais na *internet* estão modificando os processos sociais e informacionais.

De acordo com a pesquisadora, os principais elementos das redes sociais são os atores, representados pelos nós (pessoas/instituições/grupos) e pelas conexões (interações ou laços sociais). Estas “são o principal foco do estudo das redes sociais, pois é sua variação que altera as estruturas desses grupos” (Recuero, 2009, p.30). Para estudar as redes, a autora aponta para alguns aspectos que devem ser observados, o primeiro deles refere-se a natureza delas, que são classificadas em dois tipos: redes emergentes e redes de filiação ou associativas.

As redes emergentes se configuram através das interações efetivas e mútuas entre os atores. Geralmente são pequenas, porque requerem disponibilidade para que ocorra a interação entre os atores sociais por meio do computador, ou seja, para que realmente realizem trocas sociais. “É o caso, por exemplo, de quando analisamos uma rede em um *weblog* ou *fotolog* a partir dos comentários trocados entre os atores sociais. Dizemos que é

uma rede emergente porque ela é constantemente construída e reconstruída através de trocas sociais" (Recuero, 2009, p. 95).

As redes de filiação ou associativas são caracterizadas pelas conexões forjadas através dos mecanismos de associação ou de filiação dos sites de redes sociais, não significa que exista uma interação social mútua. A autora cita como exemplos as listas de "amigos" no *Orkut* e a lista de pessoas que segue alguém no *Twitter*. "Uma vez adicionado um indivíduo, ele ali permanece independentemente da interação para manter o laço social" (Recuero, 2009, p. 98).

Para Recuero (2009), um dos aspectos mais importantes para compreender as redes sociais na *internet* é o estudo dos sites de redes sociais (SRSs). A autora utiliza a definição destes sites elaborada pelas pesquisadoras Danah Boyd e Nicole Ellison, que os conceitua como "sistemas que permitem i) a construção de uma persona através de um perfil ou página pessoal; ii) a interação através de comentários; e iii) a exposição pública da rede social de cada ator" (Recuero, 2009, p. 102).

Recuero (2009) classifica os sites de redes sociais como propriamente ditos e apropriados. Os sites de redes sociais propriamente ditos são aqueles onde existem perfis e espaços para a publicização das conexões entre os indivíduos, como por exemplo, *Orkut*, *Facebook* e *Linkedin*. Atualmente, o *Instagram* também se encaixaria neste tipo. Já os sites de redes sociais apropriados "são aqueles sistemas que não eram, originalmente, voltados para mostrar redes sociais, mas que são apropriados pelos atores com este fim" (Recuero, 2009, p. 104). Nestes não há espaços específicos para perfil e para publicização das conexões. *Fotolog*, *weblogs* e *Twitter* são citados como exemplos desse sistema pela autora.

Os sites de redes sociais são constituídos de valores que podem influenciar os atores sociais, são eles: a visibilidade, a reputação, a popularidade e a autoridade. De acordo com Recuero (2009), a visibilidade permite que os atores sociais estejam mais conectados e possibilita que eles sejam mais visíveis na rede. A reputação é entendida como a percepção de alguém pelos demais atores, assim, abrange três elementos: o "eu" e o "outro" e a relação entre ambos, "implica diretamente no fato de que há informações sobre quem somos e o que pensamos, que auxilia outros a construir, por sua vez, suas impressões sobre nós" (Recuero, 2009, p. 109).

A popularidade está relacionada à audiência, ao número de comentários, a quantidade de visitas recebidas por um perfil, o número de seguidores, as menções feitas a ele. "A popularidade pode ser, assim, uma medida quantitativa da localização do nó na Rede" (Recuero, 2009, p. 113). Já a autoridade "é uma medida da efetiva influência de um ator com

relação à sua rede, juntamente com a percepção dos demais atores da reputação dele" (*Idem, Ibidem*).

Compreender a maneira que se deu o funcionamento, a utilização e o desenvolvimento das redes sociais que precederam o *Instagram* na *internet* é fundamental para que possamos estudá-lo e entendê-lo. Tendo em vista que o mesmo apresenta uma evolução dos recursos e funcionalidades de redes antecessoras, bem como uma união de suas ferramentas. Lançado em outubro de 2010, o *Instagram* surgiu como uma espécie de álbum fotográfico digital, no qual as pessoas publicavam imagens diversas, principalmente as chamadas *selfies* (autorretratos). Em abril de 2012, foi comprado pelo *Facebook*, hoje Meta, e desde então tem passado por mudanças constantes em seu formato. Atualmente, o *Instagram* permite a captura, o processamento, a edição, a publicação e o compartilhamento instantâneo de *cards*,⁷ fotos e vídeos a partir de aparelhos celulares e de computadores. A rede possui também canais de transmissão (comunidades).

Para ter um perfil no *Instagram*, o usuário precisa se cadastrar e criar uma conta a partir do fornecimento de dados pessoais, definição de senha de acesso e escolha de um nome que será o seu identificador. Cada perfil possui um endereço único que pode ser acessado por meio de navegadores *web*, navegadores de dispositivos móveis e também por meio dos aplicativos para dispositivos móveis.

Os usuários são pessoas que participam da rede navegando por publicações, relatando seu cotidiano por meio de imagens e vídeos ou até mesmo construindo uma teia de relacionamentos para fins comerciais. As finalidades de participação no *Instagram* são inúmeras e dependem dos objetivos de cada usuário, mas em todos os casos só podem ser realizadas por meio de um perfil... Um usuário é um indivíduo, ou grupo de indivíduos, que opera o perfil no ambiente do *Instagram* (Bessa, pg 13, 2018).

Para entendermos o que é o *Instagram* hoje, precisamos entender o conceito de plataforma, que deriva de plataforma. De acordo com Poellet *al.* (2019), a definição de plataforma, tanto na academia quanto no mercado, sofreu várias mudanças desde o início do novo milênio. Na área da comunicação, o conceito evoluiu junto com "discussões sobre mudanças nas mais amplas tecnologias da comunicação, na economia da informação e na subsequente reorientação dos usuários como produtores ativos de cultura" (Benkler, 2006; Jenkins, 2006 *apud* Poell *et al.* 2019).

Assim, plataformas são definidas "como infraestruturas digitais (re)programáveis que facilitam e moldam interações personalizadas entre usuários finais e complementadores, organizadas por meio de coleta sistemática, processamento algorítmico, monetização e

circulação de dados” (Poell *et al.*, 2019, p. 4). Os autores ressaltam que as tradições de pesquisa discutidas concebem plataformas e plataformização principalmente em termos institucionais, como infraestruturas de dados, mercados e formas de governança.

Seguindo pesquisas em estudos de software, na área de negócios e na economia política, compreendemos plataformização como a penetração de infraestruturas, processos econômicos e estruturas governamentais de plataformas em diferentes setores econômicos e esferas da vida. E, a partir da tradição dos estudos culturais, concebemos esse processo como a reorganização de práticas e imaginações culturais em torno de plataformas (Poell *et al.*, 2019, p. 5).

O pesquisador Ismar Capistrano Costa Filho, que realiza estudos sobre plataformas digitais, algoritmos e cidadania comunicativa, explica que o “termo é uma alusão às plataformas de terminais rodoviários, onde se conectam passageiros a veículos. Uma plataforma digital, por sua vez, oferece ou intermedia, na internet, serviços a usuários ou usuários a outros usuários” (Filho, 2022, p. 2).

Poell *et al.* (2019) citam um estudo de caso sobre a história e a evolução do *Facebook*, no qual “a plataforma de mídias sociais é entendida como uma «infraestrutura de dados» que hospeda um conjunto variado e em constante evolução de «instâncias de plataformas”, por exemplo, aplicativos como o *Facebook Messenger* e o *Instagram*” (*Idem, Ibidem*, p. 4). Cada aplicativo contribui com a expansão da plataforma, “pois cria conexões computacionais e econômicas com complementadores, como desenvolvedores de conteúdo, empresas, produtores de conteúdo e anunciantes” (*Idem, Ibidem*).

Para Filho (2023), está na plataformização da *internet* o grande desafio para o exercício do direito a comunicação nos ambientes sociais. Atualmente, os serviços na rede estão concentrados em plataformas digitais, que pertencem a empresas de alta tecnologia de atuação mundial, as chamadas *big techs* como a *Alphabet/Google*, *Baidu*, *Yandrix*, *Meta/Facebook/Instagram*, *Byte Dance/Tik Tok*, *Twitter*, *Microsoft*, *Amazon* e *Apple*.

Esta concentração de fluxo na internet afeta não só a arquitetura da rede, mas também as sensorialidades que são construídas pelos usos das tecnologias destas plataformas. Assim, para compreender a luta pela cidadania, este ambiente é uma arena fundamental para a conquista do direito à comunicação e da democracia (Filho, 2023, p. 7).

Os modelos dos negócios das plataformas digitais são diversificados, segundo Filho (2023), e variam entre os que são baseados no pagamento de licenças para uso, na porcentagem das vendas realizadas, na comercialização de anúncios publicitários veiculados para os usuários ou na hibridização dessas práticas. Até os anos 2000, os planos de negócios

de serviços gratuitos de busca de conteúdo e de *e-mails* eram mantidos pela veiculação de anúncios difusos para públicos diversos, entretanto, este formato acabou ficando inviável, pois proporcionava uma navegação pesada para os usuários, não possibilitava precisão no público-alvo e, conseqüentemente, não trazia bons resultados para os anunciantes.

"A saída encontrada para monetizar, ou seja, viabilizar financeiramente, esses serviços 'gratuitos' e melhorar a experiência do usuário foi a personalização do conteúdo, inclusive publicitário" (Filho, 2023, p.8). E esta personalização tornou-se possível a partir da coleta de dados dos usuários em termos que aceitam para utilizar serviços gratuitos, bem como nas publicações, curtidas, compartilhamentos e utilização de sites de busca.

Para possibilitar essa atividade, há alto investimento em automação, por meio da programação dos servidores, chamada de algoritmos, um conjunto de instruções que possuem a função de busca, previsão, vigilância, filtragem, produção de conteúdo, recomendação e avaliação neste ambiente digital. A planificação algorítmica organiza assim a relação dos usuários com os serviços, captando as frequências e padrões de uso e conexão. Nas redes sociais, por exemplo, funciona como uma espécie de política editorial que recomenda os conteúdos que serão entregues ou não aos usuários a partir das preferências coletadas e a previsibilidade de permanência e engajamento nas postagens (Filho, 2023, p. 9).

Esse processo é chamado também de inteligência artificial ou maquina porque "as combinações são realizadas automaticamente seguindo um modelo determinado pela big tech" (O'Neil, 2020 *apud* Filho, 2023, p. 9). Neste aspecto, entra em evidência outra temática da nossa pesquisa sobre as parlamentares federais negras: o racismo algoritmo.

4.2 Racismo algoritmo: a discriminação racial em ambientes virtuais

O pesquisador brasileiro Tarcízio Silva (2020) define o racismo algorítmico como uma espécie de atualização do racismo estrutural, tendo em vista que a construção das tecnologias digitais de comunicação são racializadas a partir de uma lógica da supremacia branca.

Segundo Silva (2020), nos ambientes digitais o racismo se entrelaça às tecnologias digitais através de processos "invisíveis" nos recursos automatizados como recomendação de conteúdo, reconhecimento facial e processamento de imagens. Os algoritmos são formulados por pessoas, e pessoas incorporam seus vieses nos algoritmos.

No livro "Racismo algorítmico: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais" (2022), Silva analisa a incorporação de hierarquias raciais nas tecnologias digitais de comunicação e informação. Na obra, é demonstrado como o racismo algorítmico se tornou um

conceito necessário para entender como as tecnologias digitais, que priorizam ideais de lucro, impactam negativamente nas minorias raciais em torno do mundo.

A estrutura técnico-algorítmica pode facilitar manifestações de racismo, mas, ao mesmo tempo, as manifestações de racismo são fonte e conteúdo para aspectos da estrutura técnica. O volume de debate e de controvérsias sobre uma questão racial gera resultados em métricas de comunicação que são frequentemente transformadas em faturamento para as plataformas, incluindo a circulação de conteúdo inequivocamente racista e discurso de ódio – desde que gere engajamento (Silva, 2022, p. 29).

O *Instagram* não é mais uma rede social restrita à publicação de imagens. É uma plataforma de mídia social regida por algoritmos que operam para manter os usuários conectados por mais tempo, pois isso resulta em mais lucros financeiros. O espaço é duplamente excludente para parlamentares negras: primeiro porque é projetado, principalmente, para o entretenimento, a qual a política é desvinculada, segundo porque sua arquitetura reflete as desigualdades sociais e raciais (Silva, 2022), logo, tendem a valorizar mais conteúdos produzidos por pessoas brancas.

4.3 A estrutura atual do *Instagram*

Desde que foi fundado em 2010, o *Instagram* expandiu as ferramentas que disponibiliza para o usuário e, atualmente, é composto por: *feed*, *story*, *reels*, destaques e mais recentemente, o *Threads*. Tem funcionalidades como *Direct Messenger* (DMs), explorar e notas. Explicaremos a seguir como estas ferramentas funcionam e ilustraremos com *prints*²⁶ dos perfis do *Instagram* das parlamentares federais. Os perfis foram selecionados por ordem alfabética, intercalando pretas e pardas.

²⁶ Captura de uma imagem ou documento de um dispositivo digital, como um computador ou um *smartphone*.

Tabela 6 - Exemplo de *Feed* do *Instagram*

	
Feed da deputada Alice Portugal (PCdoB/BA)	Feed da deputada Benedita da Silva (PT/RJ)
<i>Feed</i> é o espaço destinado para a alimentação de conteúdo, no qual o usuário compartilha suas postagens de forma instantânea e se conecta com as pessoas que ele segue e com seus seguidores. Quando abre o <i>Instagram</i> ou atualiza seu <i>feed</i>, as fotos e vídeos que a rede acha que são mais importantes para o usuário aparecem na parte superior. Além de ver conteúdo de pessoas que segue, pode ver contas sugeridas que são relevantes para seus interesses.	

O que é o *feed* no *Instagram*? Fonte: *Instagram*²⁷

Tabela 7 - Exemplo de *Story* do *Instagram*

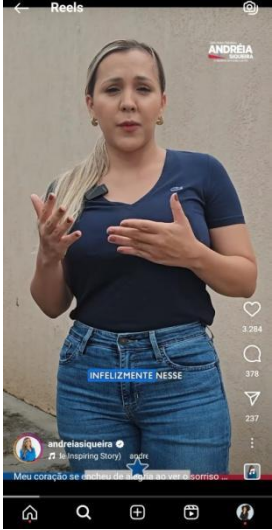
	
Story da deputada Amanda Gentil (PP/MA)	Story da deputada Carol Dartora (PT/PR)
<i>Story</i> é uma ferramenta que possibilita compartilhar fotos e vídeos que desaparecem do perfil, do <i>Feed</i> e de mensagens após 24 horas, a menos que eles sejam adicionados ao seu perfil como destaques.	

O que é o *story* no *Instagram*? Fonte: *Instagram*²⁸

²⁷ Disponível em:

[https://help.instagram.com/1986234648360433/?helpref=hc_fnav&bc\[0\]=Ajuda%20do%20Instagram&bc\[1\]=Como%20usar%20o%20Instagram](https://help.instagram.com/1986234648360433/?helpref=hc_fnav&bc[0]=Ajuda%20do%20Instagram&bc[1]=Como%20usar%20o%20Instagram) . Acesso em: 10 de jan 2025.

Tabela 8 - Exemplo de Reels do Instagram

	
Reels da deputada Andreia Siqueira (MDB/PA)	Reels da deputada Daiana Santos (PCdoB/RS)
O reels tem como finalidade a gravação e a edição de vídeos curtos, com a possibilidade de utilização de efeitos visuais e de voz. Permite gerenciar quem pode ver os seus reels ou usar o seu áudio, além de descobrir criadores de conteúdo no Instagram.	

O que é o reels no Instagram? Fonte: Instagram²⁹

Tabela 9 - Exemplo de Destaques do Instagram

	
Destaques da deputada Antônia Lúcia (Republicanos/AC)	Destaques da deputada Dandara Tonantzin (PT/MG)
Destaques permitem ao usuário adicionar stories para que eles sejam exibidos no perfil, logo abaixo da biografia, mesmo depois de desaparecerem, após 24 horas. Assim, os stories ficam arquivados no perfil.	

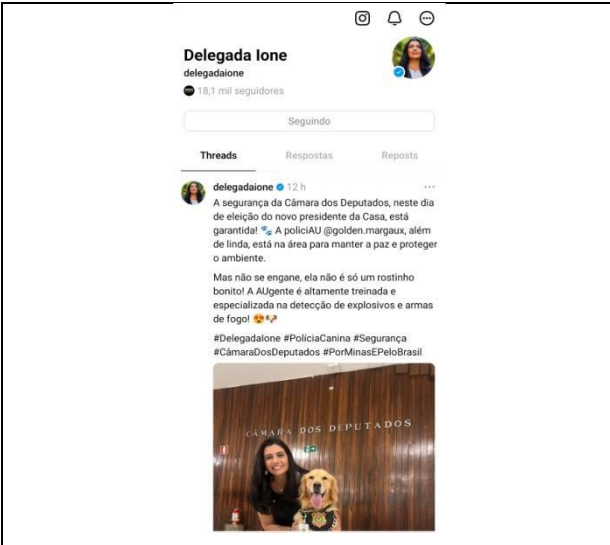
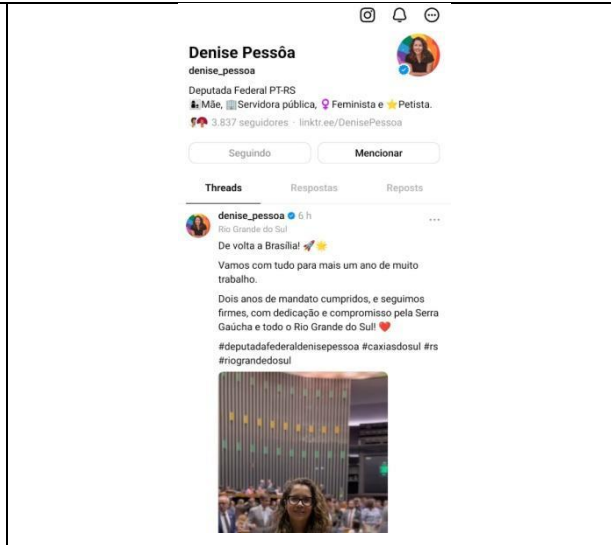
O que são os destaques no Instagram? Fonte: Instagram³⁰

²⁸ Disponível em: https://help.instagram.com/1660923094227526/?helpref=hc_fnav. Acesso em: 10 de jan 2025.

²⁹ Disponível em: https://help.instagram.com/270447560766967/?helpref=hc_fnav. Acesso em: 10 de jan 2025.

³⁰ Disponível em: <https://about.instagram.com/features/stories>. Acesso em: 10 de jan 2025.

Tabela 10 - Exemplo de *Threads* do *Instagram*

	
Threads da deputada Delegada Ione Barbossa (Avante/MG)	Threads da deputada Denise Pessoa (PT/RS)
Threads, que significa "tópicos", é uma plataforma lançada pelo <i>Instagram</i> em 2023, para compartilhar atualizações em forma de texto e participar de conversas públicas. O acesso pode ser feito usando a conta do <i>Instagram</i> e os <i>posts</i> podem ter até 500 caracteres. <i>Links</i> , fotos e vídeos de até 5 minutos também podem ser incluídos.	

O que são *Threads* no *Instagram*? Fonte: Meta³¹

As DMs, ou mensagens diretas, são o mensageiro instantâneo presente dentro do *Instagram*, com recursos para conversas individuais ou em grupo na rede social. Explorar é uma aba para pesquisa e busca de conteúdo, que permite descobrir novas publicações a partir de recomendações feitas pelo próprio *Instagram*, com base nas interações (curtidas, seguidores e comentários) que o usuário faz na plataforma. Notas são recursos que possibilitam deixar pequenos recados na área de mensagens do *Instagram*. Além de textos, a ferramenta permite adicionar músicas e *emojis* (figurinhas).

Para Bentes (2021), o *Instagram* “é um dispositivo privilegiado para mapear as trajetórias contemporâneas em disputa nas relações entre olhar, tecnologia, imagem, economia e subjetividade presente no regime de visibilidade contemporâneo” (p. 21). Como espaço específico para compartilhamento de momentos, a autora elenca três aspectos principais associados ao seu funcionamento.

Em primeiro lugar, ele é uma materialidade pela qual é possível dar um tipo específico de forma para cada um contar sua própria história. Sobre esse aspecto não humano, ele é um aplicativo que envolve softwares, algoritmos, interfaces e recursos técnicos particulares. Em segundo lugar, para que essa forma seja de fato colocada

³¹ Disponível em: <https://about.fb.com/br/news/2023/07/apresentamos-threads-um-novo-jeito-de-compartilhar-com-textos/>. Acesso em: 10 de jan 2025.

em uso, implica empreendimentos racionalizados para desenvolver seus limites e possibilidades. Nesse sentido, o Instagram também é uma empresa, com seus funcionários, programas, discursos, investimentos e estratégias. O terceiro nível envolve aqueles que de fato usam essa forma para contar ou compartilhar suas experiências. Assim, as interações dos usuários por meio do aplicativo-empresa o definem também como rede social (Bentes, 2021, p. 22).

Nesta dissertação, a análise pretendida recai, principalmente, sobre o primeiro aspecto apontado por Bentes (2021), que se refere à materialidade tecnológica do *Instagram*, ou seja, aos elementos não humanos que compõem e estruturam a plataforma. Nesta dimensão, constatamos que o *Instagram* não é um espaço neutro, no qual os usuários acessam e criam momentos espontaneamente, mas sim um ambiente digital condicionado por sua infraestrutura técnica, que influencia diretamente a forma como as interações ocorrem e na maneira que os conteúdos são produzidos.

O *Instagram* funciona por meio de códigos e algoritmos que determinam quais conteúdos são exibidos para cada usuário. As publicações, as recomendações de perfis e de conteúdo não aparecem aleatoriamente, seguem padrões definidos pelo algoritmo. Esse sistema prioriza certos conteúdos com base em critérios como engajamento (curtidas, comentários, compartilhamentos), tempo de visualização e interações anteriores do usuário. Assim, a experiência do usuário não é controlada por ele próprio, é mediada por decisões algorítmicas da plataforma. Portanto, é neste contexto que a produção de conteúdo das parlamentares federais negras para o *Instagram* está inserida.

5 ENTRE A CELEBRAÇÃO E A LUTA: DISCURSOS DAS PARLAMENTARES NEGRAS NO *INSTAGRAM* NO 8 DE MARÇO E NO 20 DE NOVEMBRO

Somos e estamos umas com as outras. E, quando o vazio no peito nos atormenta, não nos entregamos ao desespero, compartilhamos a dor ancestral que existe em cada uma de nós. [...] Pois o parecer ser, quando ninguém ainda percebe, é o ser.

Conceição Evaristo (2022)

O uso que as parlamentares federais negras fazem do *Instagram* efetiva parte da técnica utilizada por elas para reforçar suas institucionalidades (sua imagem construída politicamente). Desta feita, escolhemos para analisar publicações referentes a duas datas que avaliamos como importantes para mulheres negras nos perfis das deputadas e senadoras: o “Dia Internacional da Mulher”, celebrado em 8 de março, e o “Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra”, comemorado em 20 de novembro.

Os conteúdos descritos a seguir são apropriações que as parlamentares fazem do *Instagram*, por meio de representações, que correspondem a técnicas bem distintas, cada qual acionando traços de sua socialidade, o que implica em relações estabelecidas com os seguidores/eleitores/consumidores (ritualidade) e contribui para as formas de institucionalidades. Todos estes aspectos integram o processo comunicacional das parlamentares e colabora com a construção de suas identidades políticas.

As postagens selecionadas são do ano de 2024, para facilitar a busca, tendo em vista que o levantamento foi manual, sem utilização de nenhuma ferramenta automática ou aplicativo. Assim, no mês de janeiro de 2025, quando realizamos a coleta das informações, foi necessário rolar o *feed* de cada perfil até março e novembro do ano passado.

Outro fato que motivou a escolha pelas publicações do ano de 2024 é que, pela primeira vez, o “Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra”, foi celebrado como feriado nacional. A data tornou-se feriado por meio da Lei Federal 14.759, de 21 de dezembro de 2023, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva³².

O dia 20 de novembro marca a morte de Zumbi dos Palmares, um dos símbolos nacionais de luta e resistência à escravidão e enfrentamento ao racismo. Em 2011, a data entrou no calendário oficial do país e passou a ser celebrada como o Dia da Consciência

³² <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/12/22/dia-da-consciencia-negra-se-torna-feriado-nacional>

Negra, e de acordo com a Agência Senado (2023) já era considerado feriado em seis estados e cerca de 1,2 mil cidades. Porém, foi somente em 2023 que o Congresso Nacional aprovou a lei que transformou o Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra em feriado nacional.

O levantamento foi realizado nos perfis das 27 deputadas federais e das duas senadoras federais. Foram analisadas todas as publicações realizadas em 8 de março e 20 de novembro de 2024, porém, devido à limitação de tamanho para texto dissertativo de mestrado, pois o material totalizou 145 páginas, trouxemos para a dissertação uma publicação de cada parlamentar, referente a cada data.

5.1 Publicações das deputadas federais autodeclaradas pretas: Dias de luta, mobilização e resistência

- **Benedita da Silva (PT/RJ) - @instadabene**

Em 8 de março de 2024, “Dia Internacional da Mulher”, foram realizadas oito publicações no *Instagram* da deputada federal Benedita da Silva (PT/RJ), cinco delas em colaboração com outros perfis. Todas as publicações são relacionadas à referida data.

Figura 3 - *Print de post do Instagram de Benedita da Silva publicado em 08/03/2024*



Fonte: <https://www.instagram.com/reel/C4QWuncyzA-/?igsh=eW1hdzIzMG9zZ2Z0>

A publicação exibe uma fala de Benedita para o filme “Mulheres: uma outra história”, de Eunice Gutman, que aborda aspectos da participação das mulheres no cenário político brasileiro. A produção foi gravada durante a Assembleia Constituinte e contém entrevistas de lideranças feministas e de algumas deputadas que atuaram na elaboração da Constituição de 1988. No trecho postado, Benedita diz: “Fala você mulher, que lutou contra tantas coisas, mas que nesse momento está fortalecida pelo desejo, pelo prazer, pelo amor, pela vontade de mudar, pela vida, pela paz, você conquistará, evidentemente, os seus direitos, que não serão só seus, serão de todos”. Na legenda da publicação, Benedita diz que o recado dado por ela no passado ainda serve para as mulheres de 2024.

Já no “Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra”, Benedita da Silva fez 11 publicações em seu *Instagram*, três delas em colaboração com outros perfis e todas são relacionadas à referida data.

Figura 4 - Print de post do Instagram de Benedita da Silva publicado em 20/11/2024



Fonte: <https://www.instagram.com/reel/DCnQK9pOj1h/?igsh=MTdtdcmE2MnZsNnZleA%3D%3D>

A postagem exibe um vídeo no qual aparece um homem negro falando sobre o fato de, pela primeira vez, o Dia da Consciência Negra ser celebrado como feriado nacional. Um marco para o Brasil, um reconhecimento da história e da luta do povo negro. Um marco da luta pela liberdade e para lembrar daqueles que abriram caminhos. Uma data para celebrar, reconhecer que estamos avançando para enfrentar o preconceito e promover a igualdade racial. O vídeo é assinado pelo Ministério da Igualdade Racial, Ministério da Cultura e Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Na legenda, Benedita ressalta que vivemos um momento histórico, que celebra tanto o presente quanto a trajetória dos nossos ancestrais.

Para a deputada federal Benedita da Silva (PT/RJ), ambas as datas são momentos de celebrar, mas principalmente de lutar por mais direitos tanto para as mulheres quanto para a população negra. Em suas publicações, ela usa constantemente as palavras luta e resistência, enfatizando um posicionamento político que a alinha com pautas sociais progressistas e a

consolida como uma figura histórica dentro do movimento negro e feminista no Brasil. Além de publicações na rede social, ela participa de eventos oficiais e de atos públicos promovidos por sindicatos, associações, coletivo de mulheres e movimento negro, o que demonstra um engajamento que ultrapassa o ambiente digital, reforçando sua presença nas ruas e em espaços de mobilização social. Ao publicar imagens e vídeos de sua trajetória política, especialmente como deputada Constituinte, a parlamentar não apenas celebra conquistas, mas também se coloca como um elo entre o passado e o presente, ressignificando sua trajetória como símbolo de continuidade da luta. Essa estratégia fortalece sua legitimidade enquanto liderança e reforça a ideia de que avanços sociais são frutos de batalhas coletivas e históricas. O discurso e as ações de Benedita da Silva permitem compreender tanto os avanços conquistados quanto às barreiras ainda existentes para uma maior e mais igualitária participação das mulheres negras na política.

- **Carol Dartora (PT/PR) - @acaroldartora**

No Dia Internacional da Mulher, a deputada federal Carol Dartora (PT/PR) fez cinco publicações, todas de sua autoria e relacionadas com a data celebrada em 8 de março.

Figura 5 - Print de post do Instagram de Carol Dartora (PT/PR) publicado em 08/03/2024



Fonte: <https://www.instagram.com/p/C4QZWzWxdD1/?igsh=cjJsbDZidnJodWlw>

Publicação de um *card* com os dizeres “Ocupar espaços, resistir ao patriarcado e defender a democracia! 8M Dia Internacional de Luta das Mulheres. Lugar de mulher é onde ela quiser. Solidariedade ao povo palestino”. Na legenda, Carol Dartora ressalta que “tudo é político” e que “devemos ocupar todos os espaços, principalmente aqueles que são mais decisórios para nossa sociedade. Pois somos as mais interessadas na vida coletiva e estamos à frente de melhorias para nossas famílias e comunidades. Juntas, podemos conquistar uma democracia popular onde seremos verdadeiramente representadas e representaremos. Queremos um país sem machismo, sem LGBTQIAP+fobia, sem racismo e livre de qualquer opressão para que a democracia se torne real para todas e todos. Um país em que as oportunidades sejam iguais e onde possamos decidir com autonomia sobre nossos corpos, territórios e vidas. Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres!”.

No Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, Carol Dartora fez duas publicações, ambas relacionadas à data.

Figura 6 - Print de post do Instagram de Carol Dartora (PT/PR) publicado em 20/11/2024



Fonte: <https://www.instagram.com/reel/DCmRWWoOEhl/?igsh=c2FsOGE0cDh5cGJ1>

Na publicação, Carol Dartora declama o poema “Encontrei minhas origens”, do poeta e escritor Oliveira Silveira: “Encontrei minhas origens em velhos arquivos, livros. Encontrei em malditos objetos, troncos e grilhetas. Encontrei minhas origens no leste, no mar, em imundos tumbeiros. Encontrei em doces palavras, cantos em furiosos tambores, ritos. Encontrei minhas origens na cor de minha pele, nos lanhos de minha alma, em mim, em minha gente escura, em meus heróis altivos. Encontrei, encontrei-as enfim me encontrei”. Na legenda, a parlamentar ressalta que a data é feriado nacional.

Carol Dartora (PT/PR) segue o mesmo sentido da colega de partido Benedita da Silva (PT/RJ). Suas publicações, em ambas as datas, referem-se a esses dias não apenas como momentos de celebração, mas, sobretudo, como momentos de reafirmação da luta por direitos iguais. Também vai para as ruas e participa de atos públicos em seu estado, Paraná, assim, alinha discurso e prática, mostrando um engajamento que vai além do virtual, reforçando sua

presença nas ruas e sua participação em momentos de mobilização social. Seu discurso se baseia na ideia de que as conquistas obtidas até o momento são insuficientes diante das desigualdades estruturais que ainda afetam a população negra, em especial as mulheres negras e outros grupos historicamente subalternizados, como mulheres indígenas e a comunidade LGBTQIAP+. O diferencial da parlamentar está em uma abordagem que alcança a diversidade, ampliando a luta e demonstrando um alinhamento com o feminismo interseccional. Ao trazer essa interseccionalidade para o debate público, Carol Dartora não apenas fortalece a luta feminista, mas também contribui para uma maior articulação entre diferentes movimentos sociais.

- **Daiana Santos (PCdoB/RS) - @daianasantospoa**

No Dia Internacional da Mulher, a deputada federal Daiana Santos (PCdoB/RS) fez três publicações, todas de sua autoria e relacionadas à data.

Figura 7 - Print de post do Instagram de Daiana Santos (PCdoB/RS) publicado em 08/03/2024



Fonte: <https://www.instagram.com/p/C4P8fxbOrMy/?igsh=MWpkZHBrc3Z4MGN0cA%3D%3D>

A postagem tem um card com imagens de diversas mulheres e o seguinte questionamento: “8M pra quem?”. Na legenda, a parlamentar ressalta que o Dia Internacional da Mulher nunca foi e jamais será somente uma data celebrativa. É um dia de luta. Enfatiza ainda que a data deve ser para todas e não pode ignorar a realidade das mulheres negras, mulheres trans e mulheres indígenas. Finaliza com “Eu luto por políticas públicas que contemplem todas as corpos que existem na nossa sociedade. O meu 8M é, de fato, para TODAS!”.

No Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, Daiana Santos fez três publicações, todas elas de sua autoria e relacionadas à data.

Figura 8 - Print de post do Instagram de Daiana Santos (PCdoB/RS) publicado em 20/11/2024



Fonte: <https://www.instagram.com/p/DCI7SY1Onmv/?igsh=c3k5YXI2ZTFpMDdj>

A postagem é um card com montagem que intercala ilustrações de Zumbi dos Palmares e Dandara com os dizeres "Viva Zumbi e Dandara / Faremos Palmares de novo / Negro é a raiz da liberdade/ Se a coisa tá preta a coisa tá boa/ e a imagem da bandeira do Brasil, onde está escrito "Negras e Negros" no lugar de ordem e progresso.

Na legenda, a deputada ressalta que está iniciando a celebração do primeiro ano em que o 20 de novembro é feriado nacional. Uma vitória que é fruto de muita luta: “Essa

conquista é fruto de uma luta do povo negro brasileiro, que há mais de 500 anos resiste e batalha por igualdade, oportunidade e direitos. Viva Zumbi! Viva Dandara! Viva o povo negro do Brasil!”.

Daiana Santos (PCdoB/RS), em ambas as datas, faz publicações que refletem uma abordagem política voltada tanto para a informação quanto para a inclusão de diferentes grupos historicamente marginalizados. Suas postagens enfatizam que as lutas feministas e antirracistas não são homogêneas, mas atravessadas por diversas experiências de opressão e resistência, o que reforça a importância de um feminismo interseccional. Ao citar mulheres negras, indígenas, idosas e a comunidade LGBTQIAP+, a qual faz parte, a parlamentar busca ampliar o escopo do feminismo e da luta racial, reconhecendo que as mulheres são diversas e que algumas enfrentam opressões de forma mais acentuada na sociedade. A deputada dá um cunho informativo para suas publicações, trazendo dados sobre o histórico das datas e das conquistas alcançadas, ao mesmo tempo em que aponta para a necessidade de conscientização política e mobilização social. Daiana Santos ainda utiliza termos como “corpas” e “mandatas”, o que demonstra um questionando das estruturas tradicionais da linguagem que reforçam a predominância do masculino como padrão universal. O uso de uma linguagem não-binária é um posicionamento político também, que alinha a prática e o discurso da deputada no *Instagram* e fora dele.

- **Dandara Tonantzin (PT/MG) - @todandara**

No dia 8 de março de 2024, a deputada federal Dandara fez três publicações em seu perfil no *Instagram*, todas elas de sua autoria e relacionadas ao Dia Internacional da Mulher.

Figura 9 - Print de post do *Instagram* de Dandara Tonantzin (PT/MG) publicado em 08/03/2024

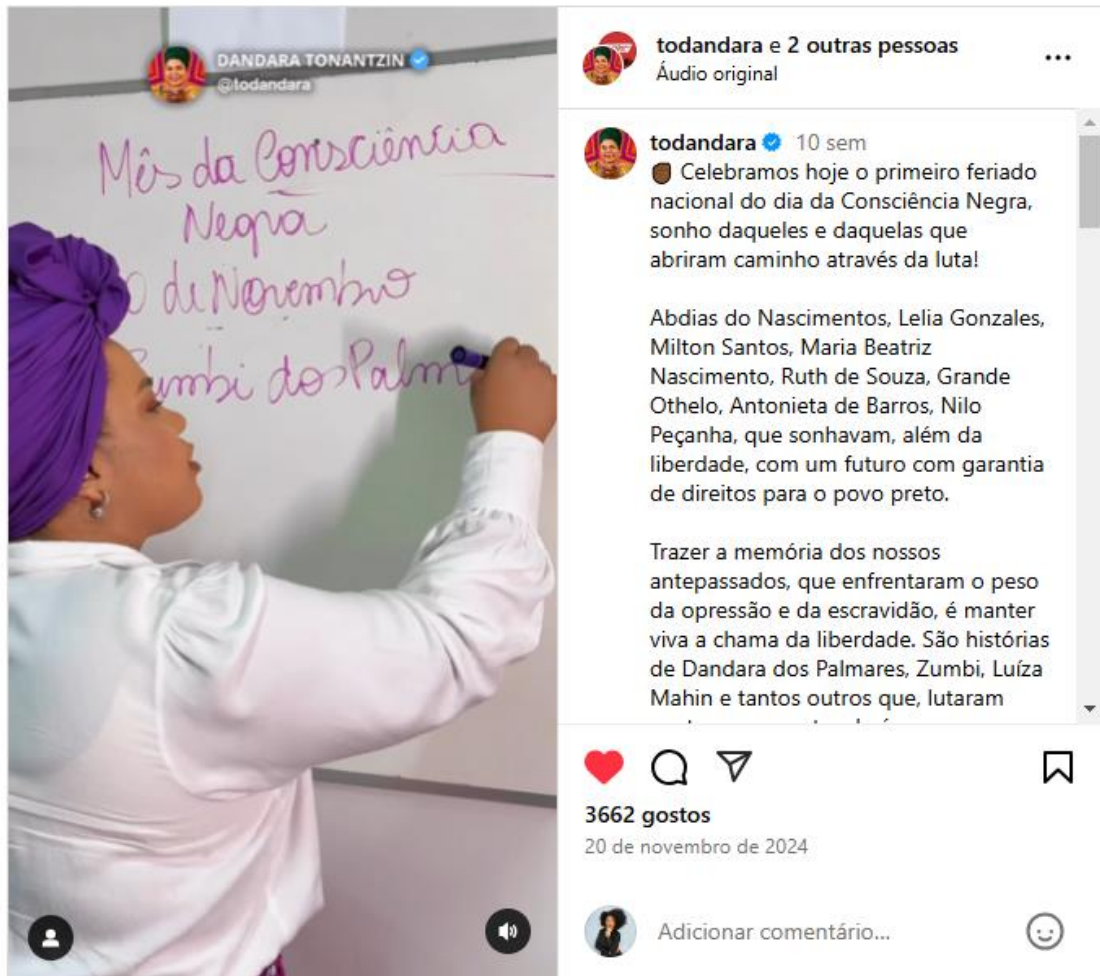


Fonte: <https://www.instagram.com/reel/C4QAc0Lu2fZ/?igsh=Y3Q1eXJhdGNkbHZn>

A postagem é um vídeo no qual a deputada Dandara cita momentos em que já duvidaram ou subestimaram de sua capacidade: “Eu sou mulher negra na política e é claro que eu já fui barrada mesmo estando com a identificação, por não ter cara de política. Eu sou a mulher negra de quebrada na política e é óbvio que eu já ouvi a frase clássica: você não tem o perfil, será que é pra você tá aqui? Eu sou mulher na política e é claro que já duvidaram da minha capacidade de articulação. Eu sou uma mulher na política e é óbvio que já falaram que eu deveria ser candidata pra cumprir a cota partidária, pra ajudar dando uns votinhos pra chapa. Duvidaram do nosso potencial eleitoral. Eu sou mulher negra na política e é óbvio que já tentaram me silenciar”. Na legenda, a deputada questiona quem concorda com essas vivências.

No Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, a deputada Dandara fez cinco publicações, sendo duas em colaboração com outros perfis, e todas elas sobre a data.

Figura 10 - Print de post do Instagram de Dandara Tonantzin (PT/MG) publicado em 20/11/2024



Fonte: <https://www.instagram.com/reel/DCI2gSoJam3/?igsh=YmZkMDJ1dXRvMG10>

A postagem é um vídeo no qual Dandara, que é professora, explica a origem do Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra. Escrevendo em um quadro e falando, a deputada conta que Zumbi foi um líder negro que lutou pela liberdade dos povos escravizados, o dia 20 de novembro é a data em que ele foi assassinado; e enfatiza que até chegar a ser considerado um feriado nacional, houve uma trajetória de lutas do movimento negro. Finaliza dizendo: “Eles fizeram por nós, nós fazemos por eles. Há muito ainda a avançar, mas é fundamental despertar a consciência racial”.

Na legenda, a deputada ressalta a luta dos antepassados e a realidade atual, que ainda mata jovens negros e negras e em que a cultura e a religiosidade ainda são discriminadas. Termina enfatizando que é hora de seguir lutando para transformar o amanhã, em que todas as crianças negras possam sonhar e realizar seus sonhos e onde a resistência e a transformação caminhem lado a lado. A postagem foi feita pelo perfil da deputada, em colaboração com

outros dois perfis: @desconstruindoconceitos, empresa de mídia/notícias, e @burguesia.fede, perfil que se apresenta como "Narrativas independentes fortalecendo o movimento progressista".

Dandara Tonantzin (PT/MG), em ambas as datas, fez publicações que refletem uma estratégia política que relaciona visibilidade pessoal, engajamento com movimentos sociais e reafirmação da luta coletiva por direitos. No Dia Internacional da Mulher, suas postagens destacam sua trajetória como mulher negra, jovem e periférica, evidenciando as barreiras que precisou superar para ocupar um espaço de poder na política institucional. Essa abordagem não é apenas um relato pessoal, mas um posicionamento político, por meio do qual a parlamentar busca dar voz às minorias, reforçando a ideia de que sua presença no Congresso é um avanço para a representatividade e para a representação da população negra e principalmente da mulher negra. Na data, a deputada também participou de manifestação dos professores, categoria da qual faz parte, demonstrando que defende pautas ligadas à educação e a valorização dos professores, o que reforça sua ligação com a juventude e com sindicatos, que têm um papel fundamental na luta por direitos trabalhistas e por uma educação de qualidade. No Dia de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra, Dandara fez postagens em tom educativo, o que é coerente com sua profissão de professora, ressaltando e explicando a importância de a data ser reconhecida como feriado nacional, enfatizando também que as conquistas alcançadas são resultantes de lutas e da resistência do povo negro. A estratégia da deputada busca mobilizar sua base e reforçar uma identidade coletiva de luta.

- **Dayany do Capitão / Dayany Bittencourt (União/CE) - @dayanybittencourt**

A deputada federal Dayany Bittencourt (União/CE) fez uma postagem no Dia Internacional da Mulher, sendo ela colaborativa e referente à data.

Figura 11 - *Print de post do Instagram de Dayany Bittencourt (União/CE) publicado em 08/03/2024*



Fonte: https://www.instagram.com/reel/C4QTG_MuAMG/?igsh=MXhrZWFlM2pucGI1Nw%3D%3D

A postagem é do perfil @capitaowagnersousa, esposo da deputada Dayany, em colaboração com o *Instagram* da deputada. O *post* é um vídeo que inicia com relatos de mulheres que sofreram violência doméstica. As vítimas são duas mulheres, identificadas apenas com a idade, uma de 42 anos e outra de 28 anos, que contam os episódios de violência que enfrentam. “Não posso sair de casa, sou ameaçada pelo meu marido”; “Moro no interior do Ceará e não tenho condições de sustentar meus três filhos. Eu denunciei o meu esposo, ele me batia muito”. Após as falas, surge uma tela dividida em duas partes, na superior está Capitão Wagner e na parte de baixo está Dayany. A posição das imagens se inverte à medida que falam. Capitão Wagner fala primeiro: “Até quando a vida e o sonho dessas mulheres serão interrompidos?”. Na sequência a deputada questiona: "E quando, finalmente, poderemos comemorar esse dia?". O vídeo encerra com manchetes de portais de notícias sobre diversos casos de feminicídios.

Na legenda, Capitão Wagner, que era candidato a prefeito de Fortaleza (CE), enfatiza que o 8 de Março “deveria ser um dia de comemoração, de celebração, mas para muitas mulheres não há o que comemorar, outras infelizmente não puderam ver este dia chegar. No Ceará, as mulheres precisam ser vistas, ouvidas e cuidadas!”.

No Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra, a deputada Dayany fez uma publicação tratando do assunto.

Figura 12 - Print de post do Instagram de Dayany Bittencourt (União/CE) publicado em 20/11/2024



Fonte: <https://www.instagram.com/p/DCIzITnOPU5/?igsh=OXV3Y2Jhc2l3aHF3>

A postagem é um *card*, com a imagem de Dayany à frente e fotos, desfocadas, de várias mulheres e homens negros ao fundo, escrito “20 de Novembro / Dia da Consciência Negra”. Na legenda, a deputada diz que a data é para: “lembramos nossa história, comemoramos as conquistas e reconhecemos que ainda temos muito pelo que lutar! Meu compromisso é seguir firme na busca por um Brasil mais justo, com igualdade racial de verdade e oportunidades para todos!”.

As postagens da deputada federal Dayany Bittencourt (União/CE) refletem um posicionamento político conservador que esvazia as pautas femininas e raciais de seu sentido

histórico de lutas. No Dia Internacional da Mulher, sua publicação é centrada na violência contra a mulher, com abordagem focada na lógica conservadora. O fato de a publicação ser feita a partir do perfil de seu marido, Capitão Wagner, e não pelo seu próprio, já demonstra uma subordinação simbólica, reforçada pelo enquadramento visual do vídeo. A imagem inicial, em que Capitão Wagner aparece em posição superior e fala primeiro, passa uma mensagem subliminar de autoridade masculina, enquanto Dayany assume um papel secundário e colaborativo. Esse enquadramento é intencional e reproduz estereótipos de gênero, pois reflete um discurso que coloca o homem como protetor da mulher, que é frágil, em vez de enfatizar a autonomia feminina e o enfrentamento estrutural das violências de gênero. É uma narrativa para dialogar com setores conservadores, que reconhecem a violência doméstica como um problema, mas evitam discutir suas raízes estruturais, propondo soluções individualizadas, como, por exemplo, o armamento de mulheres e a ênfase no papel da família tradicional como suposta proteção. Além disso, ao associar sua pauta à do marido, a deputada reforça a dependência dele em sua trajetória política. No Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra, a deputada se limita a fazer a postagem de um *card* genérico, sem mencionar Zumbi dos Palmares ou reconhecer a data como feriado nacional, ignorando o significado da luta negra no Brasil. Essa abordagem demonstra uma estratégia política que mantém a neutralidade para agradar o eleitorado conservador, pois, embora não rejeite abertamente a pauta racial, evita entrar em debates que questionem o racismo estrutural e a necessidade de políticas afirmativas. Seu posicionamento promove uma visão de igualdade na qual todos os indivíduos são considerados iguais perante a lei, mas ignora desigualdades estruturais que afetam a população negra e principalmente as mulheres negras. É uma postura que contribui para a invisibilização da luta do movimento negro e reforça a narrativa de que a questão racial não deveria ser politizada.

- **Denise Pessôa (PT/RS) - @denise_pessoa**

No Dia Internacional da Mulher, a deputada federal Denise Pessôa fez cinco publicações em seu perfil, três delas referentes ao 8 de Março e duas sobre outros temas.

Figura 13 - *Print de post do Instagram de Denise Pessôa (PT/RS) publicado em 08/03/2024*



Fonte: <https://www.instagram.com/p/C4QIcjXOujZ/?igsh=MTBqeGY1bTNlbTlscQ%3D%3D>

A postagem é a imagem de um artigo elaborado por Denise, com o seguinte título: "Que sejamos inspiração, força e trabalho para uma sociedade mais justa". Na publicação, a deputada parabeniza as mulheres, reconhecendo o trabalho de todas e enfatiza que temos ainda muito para avançar enquanto sociedade. Cita projetos de sua autoria voltados principalmente para mães e ressalta que temos um governo federal que dialoga com as mulheres. Na legenda, a deputada repete o título do artigo e deseja um feliz 8 de Março.

No Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra, a deputada Denise fez duas publicações em seu *Instagram*, ambas sobre a data.

Figura 14 - Print de post do *Instagram* de Denise Pessôa (PT/RS) publicado em 20/11/2024



Fonte: <https://www.instagram.com/reel/DCI2S2-iwR2/?igsh=MXRsbjYwZWYxbnA5OQ%3D%3D>

A publicação traz um vídeo onde Denise informa que o dia 20 de novembro foi transformado em feriado nacional e explica, ao responder o porquê desse feriado, que é uma maneira de reconhecer a importância da cultura negra na composição da identidade nacional e da luta negra durante todos esses anos pelo fim da escravidão. Informa também quem foi Zumbi, o líder do maior quilombo do Brasil, a República de Palmares, um grande movimento de resistência contra a escravidão e também contra o sistema colonial português, que junto com Dandara representam a resistência e a luta por liberdade. Na sequência, explica por que o combate ao racismo tem que ser diário: O Brasil foi o último país a acabar com a escravidão, e por isso a gente ainda vive o racismo estrutural. A população negra representa o maior número de desemprego, a menor renda familiar e enfrenta muitas dificuldades e desigualdades no acesso a políticas públicas na área da educação e da saúde. Finaliza o vídeo com a seguinte mensagem: “Que o legado de Dandara e de Zumbi siga nos inspirando a seguir construindo uma sociedade mais justa, com mais respeito e mais dignidade. O Dia da Consciência Negra é

hoje, mas a luta é sempre”. Na legenda, a deputada afirma que seu mandato está ao lado de cada voz que pede respeito e transformação. Encerra ressaltando que a data é um dia para lembrar ainda mais a história de resistência do povo negro e honrar a nossa ancestralidade.

Denise Pessôa (PT/RS), no Dia Internacional da Mulher, traz três tipos de publicações, que levam a reflexão sobre a data, a conexão com movimentos sociais e a apresentação de resultados concretos de sua atuação parlamentar. Essa abordagem reforça seu comprometimento com a luta pelos direitos das mulheres, evidenciando que seu discurso vai além de promessas e se concretiza na sua prática política. A destinação de recursos por meio de emendas para ações voltadas especificamente às mulheres de sua cidade é um exemplo de como essa prática se materializa em políticas públicas. No Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra, a deputada fez publicações informativas, explicando a origem da data, destacando a figura histórica de Zumbi dos Palmares e defendendo o feriado nacional. O discurso da parlamentar enfatiza a necessidade de combater o racismo e valorizar a ancestralidade negra, o que demonstra um alinhamento com pautas fundamentais do movimento negro, no entanto, sua autodeclaração como preta, apesar de sua pele ter um tom claro, nos faz questionar sobre uma apropriação indevida da cor. No Brasil, a cor da pele continua sendo um dos principais marcadores de discriminação racial, e pessoas de pele mais escura enfrentam o racismo de forma mais acentuada. Denise Pessôa é um exemplo controverso, por um lado, sua atuação política está alinhada com as demandas dos movimentos feminista e negro, por outro, sua presença em espaços de poder pode ser vista como uma apropriação que impede o acesso de pessoas negras retintas.

- **Dilvanda Faro (PT/PA) - @deputadadilvandafaro**

No Dia Internacional da Mulher, a deputada federal Dilvanda Faro fez três publicações, sendo duas referentes à data, ambas de sua autoria.

Figura 15 - *Print de post do Instagram de Dilvanda Faro (PT/PA) publicado em 08/03/2024*



Fonte: <https://www.instagram.com/reel/C4QDSRYtlqS/?igsh=MXYZc21ya2hzeTUyZA%3D%3D>

A postagem é um vídeo de Dilvanda falando que todos os dias são dias das mulheres. "Na minha opinião, todos os dias são dias das mulheres. Todo dia é um dia de luta, todo dia a gente quebra uma barreira". A parlamentar deseja às mulheres que comemorem a data como quiser: "Eu como cabocla, ribeirinha, que venci muitas batalhas quero, a todas as mulheres paraenses, a todas as mulheres brasileiras, desejar um ótimo dia". Finaliza convidando as mulheres a ingressarem na política: "Estamos em ano eleitoral, quero convidar todas as mulheres que tem essa vontade, que entre na política, que se candidate, que lute, vamos à luta. Vamos ocupar nossos espaços, até para diminuir a violência doméstica, diminuir o feminicídio, pra gente ocupar a Câmara Federal, as câmaras de vereadores, as prefeituras". Na legenda, a deputada ressalta que nós mulheres "somos capazes de ocupar espaços, de tomar decisões sobre nossos corpos, de tomar decisões pelos nossos coletivos e comunidades".

No Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra, a deputada Dilvanda fez quatro postagens, sendo duas delas referentes à data, de sua autoria, e as outras duas sobre temas diversos.

Figura 16 - Print de post do Instagram de Dilvanda Faro (PT/PA) publicado em 20/11/2024



Fonte: <https://www.instagram.com/p/DCmKrnGuhnc/?igsh=MTgyN2IzdmduMzFhOQ%3D%3D>

A publicação traz uma montagem com fotos de diversas personalidades negras, da música, literatura, esporte, das artes cênicas e do movimento social. Na legenda, Dilvanda ressalta que é dia de honrar nomes que marcaram o protagonismo negro, como Zumbi dos Palmares e tantos outros que abriram caminhos. A deputada reafirma ainda, como integrante da Comissão de Povos Tradicionais e Indígenas, que também representa as comunidades quilombolas, seu compromisso em defender os direitos e o protagonismo do povo negro.

Dilvanda Faro (PT/PA), no Dia Internacional da Mulher, fez publicações enfatizando que a data é para celebrar, mas também é dia de luta. Dá destaque às mulheres da Amazônia (incluindo ribeirinhas, quilombolas e indígenas) e ressalta a importância delas para preservação ambiental e sustentabilidade. Esse recorte regional pode ser visto como uma maneira de valorização das mulheres amazônidas, entretanto, não necessariamente significa que na prática resulta em ações e políticas públicas para elas. No Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra, a deputada fez postagens exaltando personalidades negras, celebrando a data, mas também ressaltando que é dia de luta. Tanto no Dia da Mulher quanto no Dia da Consciência Negra convida mulheres e negros para ingressar na política, para ocupar espaços de poder, que é o caminho apontado para alcançar a igualdade. Assim como

Denise Pessôa (PT/RS), a parlamentar tem uma atuação alinhada às lutas do movimento negro e das mulheres negras, e seu discurso é coerente com a necessidade de ampliar a representatividade política. Entretanto, sua autodeclaração como preta, apesar de ter o tom da pele claro, precisa ser observada, pois pode dar a ela privilégios em relação a parlamentares negras retintas.

- **Erika Hilton (PSOL/SP) - @hilton_erika**

No Dia Internacional da Mulher, a deputada federal Erika Hilton fez duas publicações em seu *Instagram*, ambas de sua autoria e sobre a data.

Figura 17 - Print de post do *Instagram* de Erika Hilton (PSOL/SP) publicado em 08/03/2024



Fonte: <https://www.instagram.com/reel/C4QA8MNALq3/?igsh=ZXpqY3JrbG5rNHRo>

A publicação é um vídeo no qual Erika Hilton diz: “Mais um 8 de Março e com ele reafirmamos a luta das mulheres por justiça, por equidade, por um país que nos acolha e nos

respeite. Lembramos também, lamentavelmente, na data de março, do falecimento, da execução brutal da nossa companheira de luta Marielle Franco. Março é mês de luta. Março é mês de organização feminina, março é mês de tomar as ruas pra dizer que nós precisamos de um país seguro para todas as mulheres. Que nós precisamos de uma política que não abandone e deixe pelo caminho mulher alguma: negra, indígena, transexual, trabalhadora doméstica, do campo, com deficiência, mãe. Todas as mulheres precisam ser lembradas, incluídas, respeitadas. Março nos lembra que não basta desejar apenas um feliz dia das mulheres, mas é preciso lutar ao lado das mulheres, para que as mulheres tenham condições justas e dignas de viver com equidade na sociedade. É dia de lembrar que o parlamento precisa ter paridade de gênero e que nós não podemos estar ameaçadas pelo simples fato de sermos mulheres. Que nossos mandatos e nossos corpos não podem ser colocados em cheque por conta de nossa raça ou de nossa identidade de gênero. Que as mulheres possam ser respeitadas, porque somos nós mulheres, nas nossas multiplicidades, nas nossas diversidades, que sempre estivemos à frente das lutas que construímos no Brasil. Março é mês de luta. Março é mês de resistência. Março é mês de lembrar de nossas trajetórias, de lembrar de Marielle Franco e de pedir justiça e equidade a todas as mulheres”. A deputada finaliza dizendo que estará afastada por conta da sua recuperação de um procedimento médico, mas ressalta que é na luta e nas ruas que nós nos encontramos. “Feliz dia das mulheres a todas as mulheres e sigamos firmes, vivas e em marcha”. Na legenda, Erika ressalta mais uma vez que a data é dia de luta de todas as mulheres.

No Dia de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra, Erika Hilton fez uma postagem sobre o tema.

Figura 18 - *Print de post do Instagram de Erika Hilton (PSOL/SP) publicado em 20/11/2024*



Fonte: <https://www.instagram.com/reel/DCm6Hr6yCa9/?igsh=bDBiZDkxcnFyemZk>

A publicação é um vídeo, no qual Erika aparece falando nas ruas, em ato realizado por movimentos sociais em alusão a data. "Ocupamos as ruas para lembrar que o povo negro merece viver, merece dignidade e merece respeito. Relembrar que esse país continua sendo um país racista, que rouba os nossos direitos, a nossa oportunidade, a nossa representação política, econômica e social. É por isso que nós ocupamos as ruas, para lembrar que a resistência de Zumbi e de Dandara segue firme em cada um de nós e que a despeito do racismo, do ódio e da violência, o povo negro segue organizado, avançando, abrindo caminhos, resistindo ao ódio, à barbárie e a violência. Mas hoje também não é dia só de falar de dor e de mazelas. É dia de lembrar da nossa ancestralidade, que nos dá poder, força e nos mantém de pé. É dia de lembrar o quanto nós comunidade negra somos incríveis e temos matado todos os dias um leão pela nossa dignidade, pelos nossos direitos e para manter a nossa cabeça erguida. É dia de celebrar nossa luta, é dia de celebrar nossos afetos, é dia de relembrar a nossa organização para enfrentar as estruturas de barbárie e de ódio que ainda nos

atinge pela cor da nossa pele, pelo nosso território. É dia de denúncia, é dia de organização, é dia de resistência, é dia de luta. É dia de seguir firme, organizados, de cabeça erguida, dizendo: racistas não passarão. O povo negro e organizado carrega esse país nas costas e tem uma devolutiva fundamental pra enfrentar todas as violências e não só as violências raciais. Ocuparemos as ruas, as redes, os parlamentos, todos os lugares, até que se entendam que as nossas vidas e os nossos direitos também importam. Viva Carolina Maria de Jesus! Viva Dandara! Viva Zumbi dos Palmares! Viva cada um de nós que segue lutando, resistindo e acreditando! Viva você que permanece viva, de cabeça erguida e enfrentando tudo que é ruim nesse país. Axé, vamos simhora!”. Na legenda, a deputada ressalta que o povo negro vai às ruas para lutar contra o racismo, a discriminação, a morte precoce e o encarceramento em massa da nossa população.

Erika Hilton (PSOL/SP), no Dia Internacional da Mulher, trouxe publicações na qual enfatiza que o mês de março é mês de luta por e para todas as mulheres, em todas as suas diversidades. É mês de luta e de ir para as ruas marchar, resgatando a tradição feminista de luta política e de mobilização social. A deputada também lembra que o mês ficou marcado pela execução da vereadora Marielle Franco, companheira de partido e de luta, símbolo da violência política de gênero e raça no Brasil. A lembrança de Marielle é uma homenagem, mas, acima de tudo, é uma reafirmação da luta contra a violência e o silenciamento das mulheres negras no cenário político. A deputada enfatiza que não basta desejar apenas um feliz dia das mulheres, é necessário lutar de fato por condições justas e igualdade. Érika ainda traz informações sobre sua atuação parlamentar, citando seus projetos e ações voltadas para as mulheres, demonstrando que sua presença no Congresso não se limita ao discurso, mas também se traduz em iniciativas legislativas concretas. Já no Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra, a deputada está nas ruas, usa palavras como lutar, resistir e ocupar para destacar que a data é momento de luta, demonstrando que, apesar das conquistas, a população negra continua enfrentando as desigualdades e o racismo estrutural. Em ambas as publicações, referentes às duas datas, a deputada tem um discurso coerente com sua trajetória. A tecnicidade usada é do discurso com apelo ao coletivo, relacionando sua identidade com a militância, pois demarca sua fala como uma mulher trans e preta.

- **Jack Rocha (PT/ES) - @jackelinerocha.13**

A deputada federal Jack Rocha fez cinco publicações em seu *Instagram* no Dia Internacional da Mulher, todas elas referentes à data e três publicadas em formato colaborativo.

Figura 19 - Print de post do Instagram de Jack Rocha (PT/ES) publicado em 08/03/2024



Fonte: <https://www.instagram.com/reel/C4Rjtd3LVU4/?igsh=amRxMHBwemxwdDY5>

A postagem é um vídeo da deputada Jack com a seguinte fala: "Estou aqui para falar da importância do mês de março, Mulheres e Democracia. É por isso que eu quero saudar toda a bancada do PT, que sempre esteve ao lado da luta e das mulheres brasileiras. Esse ano é ano de eleições e nós estamos aqui não só pautando para que os espaços possam ser mais democráticos e seguros para a participação e garantia das mulheres na política, mas também para fazer com que nossas vozes possam ser ampliadas nas câmaras municipais, nas prefeituras. Temos uma tarefa esse ano: eleger mulheres comprometidas com a luta e em defesa da igualdade e em defesa dos direitos. Eu não tenho dúvida de que essa missão vai ser a missão da bancada do PT na Câmara, de todo o nosso partido e principalmente da nossa militância, que sairão às ruas para fazer desse momento o fortalecimento das mulheres e da participação de todas nós, para o fortalecimento da democracia e para a construção de um

Brasil igual, mais justo para todas. Vamos à luta! Muito prazer, nesta bancada, somos as mulheres do PT. Na legenda, a parlamentar reforça que a política precisa ser um espaço seguro para as mulheres e isso só vai acontecer se houver compartilhamento de poder com todos os grupos da sociedade.

Já no Dia de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra, Jack Rocha fez três publicações em seu *Instagram*, todas elas sobre a data e uma em formato colaborativo com outros perfis.

Figura 20 - Print de post do Instagram de Jack Rocha (PT/ES) publicado em 20/11/2024



Fonte: <https://www.instagram.com/reel/DClxSzDxzFQ-0JFgANF19AQReJxD7vwydyMbI00/?igsh=MWlhdWFoeHNneDhiMw%3D%3D>

Na publicação, Jack Rocha faz um #tbt³³ e publica um vídeo no qual aparece falando da aprovação do projeto que reconheceu o dia 20 de novembro como feriado nacional. "Eu

³³ TBT é uma *hashtag* (termo associado a assuntos ou discussões que se deseja indexar nas redes sociais, inserindo o símbolo da cerquilha # antes da palavra, frase ou expressão) que significa "Throwback Thursday", ou "Quinta-feira do Retorno". É usada em publicações feitas as quintas-feiras para relembrar momentos do passado.

tenho muita alegria de no dia 31 de outubro ter apresentado o Projeto de Lei nº 5282/2023 e ele ter sido apensado a outros projetos que já haviam tramitado inclusive, mas que estavam paralisados. Fizemos um grande movimento junto com a bancada negra e a apensação desse projeto foi muito importante pra gente conseguir avançar na pauta do movimento negro no Brasil. Viva Zumbi! Vida Dandara! Viva os nossos heróis e heroínas negros e negras do povo brasileiro. Dia 20 de Novembro é feriado nacional”.

Na legenda, a deputada ressalta que o reconhecimento da data como feriado nacional é um passo importante para celebrar a luta e a história do povo negro no Brasil. A postagem foi feita por Jack, em colaboração com o perfil @azevedodamares, mas, a conta é fechada, ou seja, somente seguidores podem ter acesso, o que impossibilitou a identificação da pessoa.

Jack Rocha (PT/ES), no Dia Internacional da Mulher, fez publicações enfatizando a importância das mulheres para a democracia, destacando que a data é momento de celebrar, mas também de luta e mobilização. Ao destacar o papel das mulheres na democracia, a parlamentar evidencia que a participação feminina é fundamental para o fortalecimento do Estado democrático. Esse discurso é significativo, pois contrapõe a invisibilização das mulheres nos espaços de poder e reforça a necessidade de ampliar sua participação na política. Em suas postagens mostrou também que esteve nas ruas, participando das manifestações das mulheres em seu estado, Espírito Santo, demonstrando na prática que a transformação social não se dá apenas por meio da institucionalidade, mas também pela pressão, resistência e mobilização coletiva. No Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra, a deputada destacou a importância de a data ter se tornado feriado nacional, como reconhecimento das lutas e da resistência do povo negro na busca por liberdade e garantia de direitos. Fez postagens em tom celebrativo e de valorização da cultura negra, o que contribui para reforçar a identidade e o orgulho racial, elementos essenciais para o fortalecimento da autoestima e da organização política da população negra.

- **Silvia Cristina (PL-PP/RO) - @silviacristina.ro**

A deputada federal Silvia Cristina fez três publicações em seu *Instagram* no Dia Internacional da Mulher, todas elas relacionadas à data, sendo uma em colaboração com outro perfil.

Figura 21 - *Print de post do Instagram de Silvia Cristina (PL-PP/RO) publicado em 08/03/2024*



Fonte: <https://www.instagram.com/reel/C4QDZXoukUA/?igsh=MWhzOXpmeGhyMW05eg%3D%3D>

A publicação é um vídeo, no qual Silvia traz a seguinte mensagem: "Neste Dia Internacional da Mulher é tempo de celebrar a força, a resiliência e a conquista de todas nós mulheres ao redor do mundo. É momento de reafirmarmos a importância do empoderamento feminino e reconhecer que este empoderamento é importante em todos os aspectos da sociedade. O empoderamento feminino não é só dar voz a nós mulheres, é criar um ambiente para que as nossas vozes sejam ouvidas e colocá-las em prática. Todos nós sabemos que cada uma de nós guardamos em si um potencial incrível, que é capaz de mudar para melhor o mundo em que vivemos. E hoje é claro, é um dia oportuno de render homenagens a tantas mulheres inspiradoras como você, que nos permitiu te representar aqui na Câmara Federal e eu, em especial, render homenagens a duas mulheres muito especiais na minha vida: a minha mãe, a Dona Alzerita, que me inspira todos os dias, e à minha companheira Cláudia, que caminha comigo todos os dias e me dá força para essa jornada. Vamos seguir mulheres unidas, capazes de mudar para melhor esse mundo". Na legenda, a deputada deseja que

possamos seguir lutando por nossos espaços e que nossos direitos sejam respeitados. Finaliza afirmando que "a força da mulher nos inspira e nos motiva a buscar fazer mais".

No Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra, Silvia Cristina fez quatro publicações em seu perfil no *Instagram*, sendo duas delas relacionadas à data (uma colaborativa) e as outras se referem a outros temas.

Figura 22 - Print de post do *Instagram* de Silvia Cristina (PL-PP/RO) publicado em 20/11/2024



Fonte: <https://www.instagram.com/reel/DCIzwqQSFaQ/?igsh=MXZyeW9hdGg0Z2Q4Yg%3D%3D>

A publicação é um vídeo que inicia com os caracteres "Consciência Negra é reconhecer a luta e construir um amanhã melhor para todos". Em seguida, Silvia surge falando: "Sou a primeira negra eleita deputada federal por Rondônia e tenho orgulho dessa conquista, pois com nosso trabalho mostro que todos somos capazes, que é preciso construir uma sociedade a favor de uma plena igualdade racial e no Dia da Consciência Negra queremos muito mais que reflexão. Que a data sirva para construção de uma sociedade com

inclusão e com o fim da discriminação racial". Na legenda, a deputada ressalta que, pela primeira vez, o Dia da Consciência Negra é feriado nacional e lembra que foi a primeira negra eleita deputada federal por Rondônia. Finaliza afirmando que "é preciso construir uma sociedade a favor da plena igualdade racial".

Silvia Cristina (PL-PP/RO), no Dia Internacional da Mulher, fez publicações em tom celebrativo, parabenizando as mulheres pela força, divulgou programa que apresenta na Rádio Plan FM, em Ji-Paraná (RO), e publicou conteúdo colaborativo com a Frente Parlamentar Mista da Medicina (FPMed), a qual é integrante. Parabenizou todas as mulheres, a mãe e a companheira, o que nos causou surpresa, pois até o momento não sabíamos que a deputada era uma mulher lésbica. Ela não faz referência à comunidade LGBTQIAP+ nas postagens, nem na sua atuação como parlamentar. No Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra, Silvia Cristina fez publicações informando que a data foi decretada como feriado nacional pela primeira vez, mas não cita Zumbi em nenhuma das publicações, ignorando seu legado para a população negra. Enfatiza que foi a primeira negra eleita deputada federal por Rondônia e coloca-se como exemplo de que todas são capazes e fala em luta contra o racismo e a discriminação racial, ressaltando que as mulheres têm força para superar as dificuldades. Desta forma, aciona um discurso meritocrático, que desconsidera as barreiras estruturais que dificultam o acesso de pessoas negras, principalmente das mulheres negras, a espaços de poder. É importante ressaltar que Silvia é a única parlamentar autodeclarada preta, com tom de pele escuro, integrante de partido de direita, o PL no início do mandato e depois o PP. Assim, fica evidente que a estratégia da deputada é evitar temas considerados polêmicos por sua base eleitoral conservadora, como o feminismo, os direitos LGBTQIAP+ e a militância antirracista. Ser uma mulher negra e lésbica no Congresso Nacional é, por si só, um grande avanço, entretanto, quando essa vaga é ocupada por uma parlamentar que não tem compromisso com as pautas dos grupos que ela poderia representar, é um retrocesso para as mulheres negras e reforça a estrutura racista e patriarcal brasileira. A ocupação de um cargo por uma mulher preta não significa, necessariamente, que ela atuará em defesa de pautas femininas e raciais.

- **Talíria Petrone (PSOL/RJ) - @taliriapetrone**

No Dia Internacional da Mulher, a deputada federal Talíria Petrone fez duas publicações em seu perfil no *Instagram*, ambas referentes à data e sem colaboração.



Fonte: <https://www.instagram.com/reel/C4QQaGwr45j/?igsh=enQ2M2tsNm0zdnJu>

A publicação é um vídeo no qual a deputada Talíria Petrone está dentro do carro, no banco de carona e usando cinto de segurança, a caminho de uma de suas agendas em Niterói, e fala a seguinte mensagem: "Bom dia! Todo dia devia ser dia da mulher, porque nós fazemos a roda do mundo girar. Hoje é dia de denúncia do feminicídio, do assédio sexual no trabalho, do medo que a gente ainda sente quando anda na rua, de ser violentada. Denúncia de que 55% das mulheres com diploma ainda ganham menos que os homens. Denúncia da sobrecarga que as 11 milhões de mães solo vivenciam em casa. Denúncia do desespero de não ter creches para colocar o filho, como aqui em Niterói, com quase 3 mil crianças fora da escola. Mas também é dia de anúncio de que hoje a gente tem a Lei das Mães Cientistas para ser aprovada no Senado, a gente tem política pública para promover dignidade menstrual, tem política pública para promover igualdade salarial entre homens e mulheres, política para as Cozinhas Solidárias tirando a sobrecarga das mulheres nos lares. Temos muito para avançar, mas estamos caminhando. Para isso, é preciso que a gente esteja nos espaços de poder para

compartilhar o poder, coletivizar o poder, devolver o poder às mulheres, com a caneta na mão, seja nas prefeituras seja nos parlamentos seja em todo canto desse Brasil. Feliz dia de denúncia, mas também de anúncio de um novo tempo!". Na legenda, a deputada transcreveu a fala do vídeo e acrescenta sua autodescrição.

No Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra, Talíria Petrone fez duas publicações em seu perfil no *Instagram*, ambas relacionadas à data.

Figura 24 - Print de post do *Instagram* de Talíria Petrone (PSOL/RJ) publicado em 20/11/2024



Fonte: <https://www.instagram.com/reel/DCmJzaVuCxt/?igsh=MWM0cXdqajYwNDkYeQ%3D%3D>

A publicação é um vídeo de Talíria falando ao microfone, aparentemente trata-se de um trecho de entrevista em algum *podcast*, mas não há identificação nas imagens, nem na legenda. A deputada fala que o racismo é uma realidade no Brasil e não é uma questão de esquerda, nem de direita. "O Brasil teve quase quatro séculos de escravidão e é chocante como as pessoas não se mobilizam diante disso. Quase quatro séculos de pessoas sequestradas

da África, enfiadas em um navio negreiro, acorrentadas, obrigadas a trabalhar forçadamente, mães separadas dos filhos, obrigadas a abandonar suas culturas, suas religiões, seus nomes e sobrenomes. As marcas que isso deixa pra gente enquanto sociedade. O Brasil foi construído sob sangue e trabalho de africanos escravizados e tornados negros no Brasil. Então, os indicadores mostram uma abolição inconclusiva. A gente não teve reparação no Brasil. Quando a abolição acontece, com luta, não foi a princesa Isabel que entregou a abolição coisa nenhuma, foi luta, muita resistência, entre outras coisas da conjuntura da época. O que foi entregue pros negros? Nada! Ao contrário, veio trabalhador europeu pra ser mão de obra livre. Até hoje a gente não teve política de reparação diante da maior atrocidade que foram os quase quatro séculos de escravidão no Brasil. Então, essa ainda é uma chaga aberta, não é mimimi, não é pauta de um setor político. Ela é uma questão pra democracia, porque se a gente tem corpos que são desumanizados, que não cabem plenamente na democracia, a gente não tem democracia real". Na legenda, a deputada afirma que a realidade do povo preto é cruel, mas sua força é muito maior. E enfatiza que seguiremos ocupando os espaços e resistindo às opressões por nossas meninas e nossos meninos negros, pela luta de nossos ancestrais. Por todos nós!

Talíria Petrone (PSOL/RJ), no Dia Internacional da Mulher, fez publicações apontando os desafios que as mulheres precisam enfrentar, como o feminicídio e a segurança dos filhos, classifica a data como um dia de denúncia das mazelas enfrentadas pelas mulheres. Participa de manifestação e enfatiza a necessidade de mobilizar e lutar, ao mesmo tempo em que afirma que a data é momento de valorizar as mulheres, que são responsáveis por fazer a roda do mundo girar. Celebra as conquistas e políticas públicas já alcançadas, como o anúncio de um novo tempo, mas alerta que ainda há muito para avançar. No Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra faz publicações instigando as pessoas a refletir sobre a crueldade que foi a escravidão no país, que provocou o total apagamento dos negros traficados da África e não teve reparação. Chama atenção para a inexistência da democracia, sem a democracia racial, sem a inclusão de fato da população negra. Também faz postagem comemorando a implantação de uma bancada negra na Câmara dos Deputados. As publicações de Talíria, em ambas as datas, demonstram um compromisso político combativo e progressista, pautado na denúncia das desigualdades estruturais de gênero e raça e na necessidade de mobilização coletiva para transformação social, em consonância com sua trajetória política. A parlamentar tem uma visão progressista, alinhada com sua filiação partidária, o PSOL, à medida que reconhece avanços, porém, entende que é preciso lutar pela garantia de direitos e combate às opressões de uma sociedade patriarcal e racista.

5.2 Publicações das deputadas e senadoras autodeclaradas pardas: Comemoração e apagamento das lutas históricas

- **Alice Portugal (PCdoB/BA) - @aliceportugal**

A deputada federal Alice Portugal (PCdoB/BA) fez oito publicações em seu *Instagram* no Dia Internacional de Mulher, sendo seis delas relacionadas à data, destas duas colaborativas e outras duas eram sobre temas sem relação com o dia 8 de Março.

Figura 25 - Print de post do *Instagram* de Alice Portugal (PCdoB/BA) publicado em 08/03/2024



Fonte: <https://www.instagram.com/reel/C4QLNB3gwGu/?igsh=ZGJ5cDhnbWlqbGht>

A publicação é um vídeo da deputada Alice, em frente à Câmara Federal, em Brasília, no qual ela vai andando e falando: "Olá, mulheres brasileiras! Hoje é dia 8 de Março, um dia emblemático para as mulheres no mundo inteiro. Uma mulher comunista, defensora dos mais pobres, dos mais fracos, dos trabalhadores, foi quem levou pra ONU essa data, para

festejarmos a luta, a saga da mulher na história da humanidade. Em todas as etapas da vida da humanidade nós tivemos que lutar para ocupar espaços. Hoje, no mundo do lucro, do capitalismo, estamos aqui lutando por direitos. Somos cidadãs recentes no Brasil, só em 1932 tivemos direito a votarmos e sermos votadas. Depois, para que o voto fosse obrigatório, foi agora, há pouco tempo, em 1969. Aqui, nessa Câmara dos Deputados, nós somos apenas 94 mulheres, em 513 cadeiras de deputados federais. Essa realidade nos leva a uma condição de sermos minoria no poder. Também temos tido avanços, avanços da luta dos servidores públicos, da luta dos trabalhadores, mas para trabalho igual ainda temos salários diferentes. E olhe que o presidente Lula sancionou a Lei da equidade salarial, a qual fui autora preliminar. Sem dúvidas, também estamos lutando pra que tenhamos mais cargos de comando no setor público, nas empresas, porque ainda somos minoria. Mas apesar de tudo isso, somos mulheres, sorrimos para o futuro e te chamamos pra luta. Viva o 8 de Março! Viva a luta das mulheres!"

Na legenda, a parlamentar ressalta que é dia de reforçar a luta pela igualdade de gênero e contra a violência que atinge as mulheres. A publicação é feita pelo perfil de Alice em colaboração com o @pcdobbahia65, @ubmbahia (União Brasileira de Mulheres - UBM) e @pcdobnacamara.

No Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra, a deputada federal Alice Portugal fez quatro publicações em seu Instagram, sendo três delas relacionadas com a data, uma destas colaborativa.

Figura 26 - *Print de post do Instagram* de Alice Portugal (PCdoB/BA) publicado em 20/11/2024



Fonte: <https://www.instagram.com/p/DCmeePIJ1Ye/?igsh=dXRzdGlkanBodW40>

A publicação exibe uma imagem com várias mãos fechadas em punho, em diferentes tons de pele negra, com os dizeres: "20 de Novembro - Dia da Consciência Negra - Consciência, respeito e igualdade". Na legenda, Alice informa que é o primeiro feriado nacional da Consciência Negra e ressalta que é o momento de reforçarmos a importância da consciência racial, do respeito às diferenças e da busca pela igualdade em todos os espaços.

Alice Portugal (PCdoB/BA), no Dia Internacional da Mulher, fez publicações explicando o porquê da existência do dia 8 de Março, participou de manifestação e deu voz a outras mulheres do movimento feminista em seu *Instagram*. Mostra que a data é dia de luta, mobilização, reivindicação e celebração. O enfrentamento a violência contra a mulher e a busca por salários iguais são destaque em suas falas. No Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra, a parlamentar fez postagens com informações sobre a desigualdade racial de rendimentos no Brasil, referentes à violência contra a mulher negra e comemorando o fato da data ser reconhecida como feriado nacional. Também relaciona à data a luta e ressalta que o combate ao racismo é uma luta coletiva e diária. Em ambas as datas, a deputada faz postagens que alinham posicionamento, discurso e prática progressista, de acordo com sua trajetória de ativismo, filiação partidária com o PCdoB e atuação parlamentar.

- **Amanda Gentil (PP/MA) - @amandagentil**

No Dia Internacional da Mulher, a deputada federal Amanda Gentil (PP/MA) fez uma postagem em seu perfil no *Instagram*, a mesma referindo-se a data de 8 de Março.

Figura 27 - Print de post do *Instagram* de Amanda Gentil (PP/MA) publicado em 08/03/2024



Fonte: <https://www.instagram.com/reel/C4P48aXuGFW/?igsh=MW9ldnlqZGtkaWQxZA%3D%3D>

A postagem é um vídeo no qual a deputada Amanda traz a seguinte mensagem: "Neste Dia Internacional das Mulheres quero conversar com vocês sobre a importância do nosso papel na sociedade. Tenho trabalhado todos os dias como deputada federal para promover legislações que irão trazer mais segurança e conforto para nós mulheres na sociedade. Destaco a co-autoria da Lei Não é Não, que busca garantir condições de atendimento digno às vítimas de assédio ou violência em locais com venda de bebida alcoólica, promovendo ambientes mais seguros e respeitosos para todas as mulheres. Além disso, como relatora da lei que torna obrigatória a cirurgia plástica e reparadora da mama para mulheres com câncer e autora também do projeto que propõe habitações mais seguras para mulheres vítimas de violência,

reitero o meu compromisso em continuar lutando pelos direitos e pela dignidade das mulheres maranhenses e brasileiras como um todo. Parabenizo todas as mulheres pelos seu dia e asseguro que como deputada federal continuarei lutando pela nossa causa. Juntos podemos tornar o nosso mundo cada vez mais igualitário e justo para todas nós. Um feliz dia a todas as mulheres!". Na legenda, a deputada ressalta que continuará usando seu mandato para fortalecer a luta por direitos e representar as mulheres com coragem, garra e gentileza. "Nosso brilho e força transformam o mundo; jamais nos esqueçamos disso!".

No Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra, Amanda Gentil não fez nenhuma publicação em seu *Instagram*.

Amanda Gentil (PP/MA), no Dia Internacional da Mulher, fez a publicação de um vídeo, no qual fala de maneira delicada sobre três projetos voltados para as mulheres que foi autora, relatora e co-autora. Compromete-se a continuar lutando pelos direitos e pela dignidade das mulheres com coragem, garra e gentileza. Finaliza pedindo para as mulheres não esquecerem que o brilho e a força delas transformam o mundo. A abordagem da parlamentar indica uma estratégia discursiva voltada para uma imagem de liderança feminina conciliadora, resiliente e até submissa. Ao adotar um tom delicado, gentil como seu nome, ela reforça estereótipos de gênero, que atribuem docilidade às mulheres e impõe submissão. A deputada posiciona-se como uma legisladora produtiva e comprometida com a causa das mulheres, mas de maneira superficial, não trata as desigualdades e recorre a um feminismo mais liberal, que foca na ascensão individual sem questionar as bases da sociedade patriarcal, demonstrando alinhamento com seu partido, o PP. No Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra, a deputada não fez nenhuma publicação, o que demonstra um apagamento da data para ela e passa uma mensagem evidente de que a pauta racial não faz parte de sua atuação política. Como a parlamentar é autodeclarada negra, essa omissão do 20 de Novembro pode ser interpretada como uma confissão de que se apropriou da raça para benefício eleitoral. A pauta racial foi importante para que ela se elegeesse, pois utilizou cota racial, porém não é importante para seu mandato.

- **Andreia Siqueira (MDB/PA) - @andreiasiqueira**

No Dia Internacional da Mulher, a deputada federal Andreia Siqueira (MDB/PA) fez duas publicações em seu perfil no *Instagram*, ambas relacionadas ao 8 de Março.



Fonte: https://www.instagram.com/p/C4P_N0ZuS1R/?igsh=MWZ4MW11b3dkN3pjbg%3D%3D&img_index=2

A postagem, em formato carrossel, traz cinco fotos de Andreia com outras mulheres, entre elas as deputadas federais Benedita da Silva, Laura Carneiro e Helena Lima. Na primeira imagem, a parlamentar está entregando flores para outra mulher. Na legenda, Andreia diz: "Estaremos sempre juntas lutando por dias melhores para todas!".

No Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra, a deputada Andreia Siqueira fez duas publicações em seu *Instagram*, uma relacionada à data e outra sem relação com o tema.

Figura 29 - Print de post do *Instagram* de Andreia Siqueira (MDB/PA) publicado em 20/11/2024



Fonte: https://www.instagram.com/p/DC114riJ_zT/?igsh=MTJ1MWWhrZ3ZmYmtldg%3D%3D

A publicação é um card, com a imagem de uma mulher negra e os dizeres: "Igualdade, Solidariedade, Respeito - Dia da Consciência Negra - 20 de Novembro". Na legenda, Andreia reforça que a luta por justiça e equidade deve ser uma causa de todos.

Andreia Siqueira (MDB/PA), no Dia Internacional da Mulher, fez publicações em tom de celebração da data. Fala em lutar por dias melhores, mas de maneira superficial, sem se aprofundar nas causas e razões de luta das mulheres, sem abordar de maneira concreta quais são os principais desafios enfrentados e quais medidas efetivas são necessárias para combatê-los. Essa abordagem retira o sentido político da data, que está ligado à luta por direitos trabalhistas, igualdade de gênero, combate à violência contra as mulheres e maior representatividade feminina na política. A parlamentar não se posiciona, buscando transmitir certa neutralidade, para evitar atritos com o eleitorado mais conservador. Já no Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra, a parlamentar fez uma postagem de maneira genérica também, reconhecendo a importância da data, mas sem fazer referência a pautas raciais e a luta do movimento negro no Brasil. De tal forma que ela não se aprofunda na temática e não se insere no tema, como uma pessoa negra. A deputada é autodeclarada parda, apesar de ser branca e loira, demonstrando uma apropriação eleitoreira da cota racial e contribuindo para a manutenção de um sistema político estruturalmente excludente, que impede pessoas pretas de acessarem espaços de poder e decisão.

- **Antônia Lúcia (Republicanos/AC) - @depantonalucia**

A deputada federal Antônia Lúcia (Republicanos/AC) fez seis postagens no Dia Internacional da Mulher, quatro delas referentes a data e outras duas de assuntos diferentes.

Figura 30 - Print de post do Instagram de Antônia Lúcia (Republicanos/AC) publicado em 08/03/2024



Fonte: https://www.instagram.com/p/C4Qtx4BOl7_/?igsh=ZGZkNWEyYWpxa2hx

A postagem é um card, com a foto da deputada Antônia fazendo símbolo de coração com as mãos em um fundo rosa, com os dizeres: "Dia Internacional das Mulheres". Na legenda, a parlamentar ressalta seu respeito e admiração por todas as mulheres do Acre e do Brasil. "Suas contribuições são inestimáveis, e destaco a importância de cada uma no desenvolvimento de nossa sociedade. Que este dia seja celebrado com a valorização e o reconhecimento que todas merecem. Feliz Dia da Mulher!".

No Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra, a deputada Antônia Lúcia fez duas postagens, uma referente à data e outra sobre assunto não relacionado a 20 de Novembro.

Figura 31 - Print de post do Instagram de Antônia Lúcia (Republicanos/AC) publicado em 20/11/2024



Fonte: <https://www.instagram.com/p/DCMcMgnp6Ga/?igsh=MWI3d3p6dDg4NnAxZQ%3D%3D>

A postagem traz uma ilustração com pessoas com punho cerrado e os dizeres: "Lembrar a resistência do povo negro para avançar na luta por uma sociedade livre de toda forma de opressão - 20 de Novembro - Dia da Consciência Negra". Na legenda, Antônia ressalta que a data é para lembrar a contribuição do povo negro na construção do país, mas é também um dia para reconhecer que o racismo ainda é uma ferida aberta na nossa sociedade. "Precisamos lutar por políticas públicas que combatam a desigualdade racial, promovam oportunidades e deem voz àqueles que foram historicamente silenciados".

Antônia Lúcia (Republicanos/AC), no Dia Internacional da Mulher, faz publicações com uma abordagem que foca na valorização e no reconhecimento das mulheres dentro da sociedade com um sentido mais tradicional e conservador, de cuidado com o lar e a família, reforçando estereótipos de gênero. Evangélica e integrante de partido conservador, a deputada não fala em luta ou busca por garantia de direitos e igualdade, ignorando totalmente o sentido político que a data tem historicamente. Em suas postagens, aparece comemorando a data e recebendo flores. No Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra, a deputada reforça a resistência e as contribuições do povo negro e fala que precisamos de políticas públicas que combatam a desigualdade racial, entretanto, a abordagem é superficial, não especifica quais políticas seriam essas e não demonstra que a temática racial e de enfrentamento ao racismo faz parte de sua atuação parlamentar.

- **Cristiane Lopes (União/RO) - @cristianelopesro**

No Dia Internacional da Mulher, a deputada federal Cristiane Lopes fez quatro publicações, três delas relacionadas à data e uma referente a tema diverso.

Figura 32 - Print de post do Instagram de Cristiane Lopes (União/RO) publicado em 08/03/2024



Fonte: <https://www.instagram.com/reel/C4QNj7QL-11/?igsh=MXFhN3VxNjlwNWU1bQ%3D%3D>

A publicação é um vídeo, que mescla imagens da deputada Cristiane falando com cenas dela com outras mulheres, em diferentes lugares e eventos. A parlamentar traz a seguinte mensagem: "Mulheres de todo o Brasil, hoje celebramos não apenas a nossa existência, mas também a nossa força, sensibilidade, resiliência e contribuições inestimáveis para a sociedade. O Dia Internacional da Mulher é uma ocasião importante para celebrar as nossas conquistas e reconhecermos o nosso papel vital na construção de um futuro melhor para a próxima geração. Como representante parlamentar, vejo esta data como uma oportunidade para destacar não apenas as realizações individuais das mulheres, mas também para enfatizar a nossa capacidade de superar desafios e moldar o mundo ao nosso redor. É

crucial reconhecer que as mulheres têm o direito de buscar seus próprios caminhos e realizar seus próprios objetivos. É fundamental abordar questões como a violência doméstica, o acesso a serviços públicos de saúde de qualidade, a conciliação entre vida profissional e vida familiar. Isso pode ser alcançado por meio de políticas públicas que fortaleçam as instituições familiares, que promovam a educação e a autonomia financeira das mulheres e incentivem parcerias para oferecer serviços de apoio as mulheres em situações vulneráveis. Como deputada federal, não só neste dia, mas sempre, honro todas as mulheres, que vieram antes de nós, aquelas que estão ao nosso lado agora e aquelas que ainda estarão. Juntas somos poderosas. Juntas podemos alcançar a mudança que desejamos ver no mundo. Mulher, seu valor excede ao de muitas joias. Feliz Dia das Mulheres!". Na legenda, a deputada ressalta: "Hoje e todos os dias, Feliz Dia das Mulheres".

No Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra, a deputada federal Cristiane Lopes não fez nenhuma publicação.

Cristiane Lopes (União/RO), no Dia Internacional da Mulher, fez publicações ressaltando características como força, sensibilidade e resiliência das mulheres, o que reforça os estereótipos de gênero ao atribuir às mulheres papéis de cuidado com a família e de sacrifício, naturalizando o sofrimento feminino. Atribui às mulheres uma visão de família tradicional, excluindo aquelas que não se encaixam nesse perfil. No Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra, assim como Amanda Gentil (PP/MA), a deputada não fez nenhuma publicação, um demonstrativo de que não tem ligação com o movimento negro, nem envolvimento com pautas raciais. A postura da deputada dá margem para diversas interpretações, porém, destacamos duas: a omissão referente ao 20 de Novembro demonstra uma apropriação da raça para benefício eleitoral, pois é autodeclarada parda, e também é um demonstrativo de alinhamento partidário e ideológico, tendo em vista que é integrante do União Brasil, um partido de direita e tem um posicionamento conservador. A pauta racial foi importante e necessária apenas para que a deputada se elegesse.

- **Delegada Ione Barbosa (Avante/MG) - @delegadaione**

No Dia Internacional da Mulher, a deputada federal Delegada Ione Barbosa fez uma publicação em seu perfil no *Instagram*, a mesma relacionada à data.

Figura 33 - Print de post do *Instagram* de Delegada Ione Barbosa (Avante/MG) publicado em 08/03/2024



Fonte: https://www.instagram.com/p/C4ROjQNPfq/?igsh=ZmJueGt1dXowc3dy&img_index=1

A publicação, em formato carrossel, traz três fotos, sendo duas da Delegada Ione na reinauguração da Casa da Mulher Segura, em Juiz de Fora (MG), e outra em sessão solene em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, na Câmara Federal. Na legenda, a deputada traz a seguinte mensagem: “Nesse 8 de Março, eu renovo meus votos comigo mesma de seguir lutando pelo que eu acredito ser uma sociedade mais justa. O Dia Internacional da Mulher, pra mim, tem sabor de realização de sonhos. O combate à violência contra a mulher me guiou e, com a benção de Deus, seguirá me orientando em meus passos e conquistas. Essa semana, eu me emocionei com a honra de falar em plenário sobre essa causa. Hoje, me emocionei com a reinauguração da Casa da Mulher Segura, da qual sou fundadora. Eu me realizo para que outras mulheres também possam se realizar. Quando uma mulher se movimenta, quando uma mãe se movimenta, toda a sociedade se transforma. Vamos juntos, nos movimentar por um Brasil melhor. Feliz dia para todas!”

No Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra, a deputada federal Delegada Ione Barbosa não fez nenhuma publicação.

Delegada Ione Barbosa (Avante/MG), no Dia Internacional da Mulher, fez uma publicação ressaltando um projeto que tem em sua cidade, a Casa da Mulher Segura, voltado para o acolhimento de mulheres vítimas de violência. Mas não menciona políticas para prevenção, reeducação ou suporte econômico às mulheres em situação de vulnerabilidade.

Exalta a maternidade como principal ferramenta de transformação social das mulheres, reforçando o papel tradicional da mulher como cuidadora e excluindo mulheres que não são ou não querem ser mães. No Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra, assim como Amanda Gentil (PP/MA) e Cristiane Lopes (União/RO), a deputada não fez nenhuma publicação, o que passa uma mensagem de que a data não é importante para ela enquanto parlamentar que se autodeclara parda. Além disso, desvaloriza uma data significativa para os brasileiros, tendo em vista que a maior parte da população do país é negra. Assim como as outras duas deputadas, a Delegada Ione é mais um exemplo de apropriação indevida da pauta racial, que foi acionada apenas para benefício eleitoral.

- **Detinha (PL/MA) - @detinhapl**

No Dia Internacional da Mulher, a deputada federal Detinha (PL/MA) fez uma publicação em seu perfil no *Instagram*, a mesma referente à data.

Figura 34 - Print de post do Instagram de Detinha (PL/MA) publicado em 08/03/2024



Fonte: <https://www.instagram.com/reel/C4QbDo4sMJ9/?igsh=Z3ZxNmh0ZGlxZDR2>

A publicação é um vídeo que exhibe imagens da deputada Detinha com mulheres atendidas pelo projeto Sonho Meu, mantido pela parlamentar. No vídeo, uma das atendidas diz: "Eu me sinto uma mulher poderosa", outra fala: "Eu faço o que eu quero". Na sequência vem o informativo: "Esse projeto se chama Sonho Meu. O objetivo é capacitar mulheres, para que elas possam empreender. Uma iniciativa da deputada federal Detinha". Logo depois, mais depoimentos, sem colocar o nome das mulheres: "Tudo de bom, a fonte de renda aumentou. E a gente teve mais contato com os vizinhos"; "Graças a Deus você veio e tá vendo aqui nossos resultados". Detinha diz: "Quando a gente fala no mês da mulher, vocês também me deixaram fazer parte da vida de vocês. De uma certa forma, você diz: olha deputada Detinha me incentivou. Isso assim é muito importante pra mim. Obrigada!". Os depoimentos continuam: "Eu fiz vários cursos e me fez também largar de tá gastando tanto dinheiro com laço porque agora eu mesma faço"; "Eu sou uma mulher empoderada hoje"; "Eu tenho muito que agradecer você, falo em nome das meninas, que o curso veio em uma boa hora, foi 100% proveitoso". Na legenda, Detinha ressalta que os cursos ofertados tiveram 100% de aproveitamento e as mulheres que participaram conquistaram o empoderamento feminino e alcançaram a independência financeira. "Neste dia da mulher, queremos mostrar que mais do que homenagens e pedidos de valorização, nós estamos agindo e TRANSFORMANDO VIDAS!".

No Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra, a deputada Detinha não fez nenhuma publicação.

Detinha (PL/MA), no Dia Internacional da Mulher, fez publicação apresentando um projeto que mantém no Maranhão, seu estado, voltado para a capacitação de mulheres. Enfatiza que as mulheres atendidas conquistaram o empoderamento feminino devido a independência financeira possibilitada pelas capacitações. Promove uma visão neoliberal da emancipação feminina, na qual o progresso das mulheres é medido apenas pela capacidade de inserção no mercado de trabalho. Não leva em consideração outros aspectos essenciais para o empoderamento feminino, como os direitos reprodutivos e sexuais, e reforça estruturas patriarcais e capitalistas que perpetuam a desigualdade de gênero. No Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra, assim como Amanda Gentil (PP/MA), Cristiane Lopes (União/RO) e Delegada Ione Barbosa (Avante/MG), Detinha não fez nenhuma publicação, o que passa a mensagem de que a data não é importante para ela, que ignora o racismo estrutural existente no país e a luta do movimento negro, tão pouco celebra as conquistas. É parda para se eleger, mas não para legislar e atuar em prol das mulheres negras.

- **Helena Lima (MDB/RR) - @helenadaasatur**

No Dia Internacional da Mulher, a deputada federal Helena Lima (MDB/RR) fez duas publicações em seu *Instagram*, uma delas sobre a data, a outra tratando de tema não relacionado ao 8 de Março.

Figura 35 - Print de post do *Instagram* de Helena Lima (MDB/RR) publicado em 08/03/2024



Fonte: <https://www.instagram.com/reel/C4QDp4puYq7/?igsh=MW10cjlxadm0amZtNA%3D%3D>

A publicação é um vídeo no qual a deputada Helena está no sofá de casa e fala o seguinte: "A mulher exerce um papel fundamental na política devido essa característica dela saber, exatamente, onde que tá tendo as falhas, onde que está precisando mais de políticas públicas. A mulher, ela vai ao supermercado, ela sabe o que tá barato, o que tá caro, ela sabe comparar. Ela sabe como que tá a escola, indo à escola, levando o filho. Se a escola tá bem assistida, se as políticas públicas realmente estão acontecendo na escola como deve ser. A mulher ela é conhecedora dos seus direitos. Ela usa mais os serviços públicos. Ela que leva o

filho no hospital, pra vacinar, pra consultar quando ele tá doente. Então, ela é que vive as dificuldades do dia a dia, então, mais do que nunca, as mulheres, realmente, estão preparadas para trabalhar na política, porque elas vivem as políticas públicas boas e as políticas públicas ruins e elas sabem como direcionar, para que haja um melhoramento de tudo isso no cenário político. Quem conhece a minha história, sabe os verdadeiros motivos que eu vim para a política. Tudo começou com um problema de saúde que eu tive e a deficiência que eu senti no atendimento naquele momento. Então, a vontade de trabalhar, para que as pessoas tenham melhoria no atendimento, não só da saúde, mas da educação, segurança e outros, é que me trouxe para a política e hoje eu me sinto muito lisonjeada em ser deputada federal por Roraima, de poder trabalhar e ajudar, não só as mulheres, mas todas as pessoas que precisam de melhorias, de cuidado, que precisam de políticas públicas na ponta, onde as coisas acontecem, eu estou aqui, me sinto preparada e me sinto feliz por representar toda a população de Roraima e principalmente as mulheres". Na legenda, a deputada reitera que as mulheres são especialistas em políticas públicas, devido às experiências cotidianas.

No Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra, a deputada Helena fez uma postagem sobre a data.

Figura 36 - *Print de post do Instagram de Helena Lima (MDB/RR) publicado em 20/11/2024*



Fonte: https://www.instagram.com/p/DCmCja_ueql/?igsh=enI3dHQxeDQ0Zmo0

A publicação é uma ilustração com o desenho de uma mulher negra e o seguinte texto: "20 de Novembro - Dia da Consciência Negra - A consciência negra é o alicerce de uma sociedade mais justa, onde oportunidades e respeito caminham lado a lado". Na legenda, a parlamentar traz a seguinte mensagem: "Consciência Negra é mais que uma data, é um compromisso com a justiça, a igualdade e o respeito. Que cada dia seja uma oportunidade para construir uma sociedade onde todos caminham lado a lado".

Helena Lima (MDB/RR), no Dia Internacional da Mulher, traz uma publicação na qual defende que as mulheres são capacitadas para a política devido às práticas cotidianas que as colocam em contato direto e diário com os serviços públicos. Porém, não aborda o fato de que isso ocorre devido a sobrecarga a qual a mulher é submetida, no cuidado com a casa e a família. Ao citar que a mulher sabe sobre os preços do supermercado e da qualidade da saúde por levar os filhos para consulta médica, a parlamentar reforça que esse é um papel da mulher, não questiona a divisão desse trabalho com o homem. Além disso, se refere à mulher com papel em uma família tradicional, citando políticas para as áreas da saúde e educação, não fala de outras políticas públicas, nem das mulheres que estão inseridas em outras realidades. No Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra, a deputada fez uma publicação

confirmando a importância da data, porém, com um discurso generalista. Fala em uma sociedade na qual precisamos caminhar lado a lado, entretanto não explica como essa igualdade será alcançada. Além disso, ignora figuras históricas, símbolo do enfrentamento ao racismo, como Zumbi.

- **Ivoneide Caetano (PT/BA) - @ivoneidecaetanooficial**

A deputada federal Ivoneide Caetano fez cinco publicações no Dia Internacional da Mulher em seu perfil no *Instagram*, sendo uma sobre o dia 8 de Março.

Figura 37 - Print de post do *Instagram* de Ivoneide Caetano (PT/BA) publicado em 08/03/2024



Fonte:

https://www.instagram.com/p/C4QDW6wsyZv/?igsh=MTVwOG9ubWY0ZTZoMw%3D%3D&img_index=7

A publicação, em formato carrossel, traz sete imagens. A primeira é uma foto de Ivoneide, onde se lê: "Neste dia da mulher, celebre todas as suas versões" / A segunda é uma foto da parlamentar na Câmara Federal, escrito: "Deputada" / Terceira: foto de Ivoneide com o marido Luiz Caetano, onde se lê "esposa" / Quarta: Ivoneide com a filha, e a palavra "mãe" / Quinta: Ivoneide com o neto, e a palavra "avó" / Sexta: Ivoneide com uma mulher, e a palavra "amiga" / Na sétima os dizeres: Mulheres incríveis, celebrando força, amor próprio e conquistas. Juntas somos imparáveis. Feliz Dia da Mulher. Na legenda, a deputada enfatiza

"A nossa pluralidade é o que fortalece a nossa essência. Neste 8 de Março, abrace e celebre todas as suas versões. Feliz Dia da Mulher!".

No Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra, Ivoneide Caetano fez duas publicações em seu perfil no *Instagram*, uma referente à data e a outra sobre tema diverso.

Figura 38 - Print de post do *Instagram* de Ivoneide Caetano (PT/BA) publicado em 20/11/2024



Fonte: <https://www.instagram.com/p/DCmLfjvuf4b/?igsh=Z3JhcWp3cnQ2b3B6>

A postagem traz a imagem de uma mulher negra com o punho cerrado e a frase "Orgulho, resistência e história - Uma homenagem à força e à cultura que moldam nossa identidade". Na legenda, a deputada diz que é um dia importante de luta e valorização da vida e da cultura do povo negro. "Seguimos lutando por um país mais junto e com dignidade para todos!".

Ivoneide Caetano (PT/BA), no Dia Internacional da Mulher, traz publicação que reforça os papéis de gênero historicamente atribuídos à mulher como mãe, esposa e avó. Aconselha a mulher a celebrar suas várias versões, mas concentra essas versões nos papéis tradicionais. Não inclui mulheres que estão fora desses padrões, como aquelas que não são mães, e apesar de ser de um partido de esquerda, não trata a data como momento de reivindicar e lutar por direitos políticos para as mulheres. As publicações são de cunho festivo

e ignoram o sentido de luta histórica do 8 de Março, demonstrando uma incoerência com o posicionamento de seu partido, o PT. No Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra, a parlamentar fez uma publicação falando da data de forma superficial, apesar de ser da Bahia, estado que concentra a maior parte da população preta do país, de acordo com o IBGE (2023). A deputada destaca que a data é um importante marcador da luta e valorização do povo negro, sem abordar as principais pautas desta luta, que busca combater as desigualdades raciais resultantes do racismo estrutural. Além disso, a parlamentar, ou a equipe dela, cometeu um erro no *post* ao colocar a palavra “junto”, no lugar de “justo”, o que demonstra um certo descuido com o conteúdo.

- **Laura Carneiro (PSD/RJ) - @rjlauracarneiro**

No Dia Internacional da Mulher, a deputada federal Laura Carneiro fez três publicações, todas elas relacionadas com a data.

Figura 39 - Print de post do Instagram de Laura Carneiro (PSD/RJ) publicado em 08/03/2024



Fonte: <https://www.instagram.com/reel/C4QIj5ttS57/?igsh=MW5ldnNsdGsXNnc0cQ%3D%3D>

A postagem é um vídeo, no qual a deputada Laura traz a seguinte mensagem: "Dia de conscientização dos nossos direitos, das nossas lutas, das nossas vitórias e elas têm sido muitas. Eu estou lá em Brasília trabalhando para que cada dia mais a gente conquiste novos direitos. Compromisso do nosso mandato, do nosso grupo, da nossa equipe e da minha vida, o combate à violência contra as mulheres. Conversa com teu companheiro, com teu marido, com teu namorado, traz ele pra nossa luta. Traz ele para transformar o Brasil. E pra isso é preciso que os homens entendam a importância do trabalho que se faz aqui, defendendo direitos e garantias, que dizem muito, não só do empoderamento, mas das nossas necessidades, das nossas possibilidades. E que você possa estar em todos os espaços de poder. Que você possa estar na política. Que você possa estar numa empresa. Que você possa trabalhar, enfim, que você esteja onde você quiser, porque você tem direito a isso". Na legenda, a parlamentar afirma sentir orgulho de sua trajetória em defesa dos direitos das mulheres e de todas as conquistas.

No Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra, Laura Carneiro fez uma publicação em seu perfil no *Instagram* relacionada à data.

Figura 40 - *Print de post do Instagram* de Laura Carneiro (PSD/RJ) publicado em 20/11/2024



Fonte: <https://www.instagram.com/reel/DCmBNZXujNE/?igsh=MWc5dXhib2RqNzN6ZA%3D%3D>

A postagem é um vídeo que exibe a deputada Laura falando no plenário da Câmara Federal após a aprovação da ampliação da Lei de Cotas no Brasil referente aos concursos públicos: "Dizer, senhor presidente, da importância de aprovação dessa matéria. Eu fico muito feliz em termos todos, depois de tantas horas de discussão, ter encontrado uma solução que une o parlamento e une o parlamento em favor das pessoas que ao longo da sua vida tiveram seus direitos não garantidos, suas oportunidades não concedidas e que historicamente vem de uma geração de pessoas que sofreu muito neste país e que nós todos devemos resgatar de alguma maneira. É um país que ao longo de sua história não teve respeito aos afrodescendentes. Não adiantou nada a Lei Áurea se terminada a Lei Áurea as pessoas foram jogadas ao léu, sem nenhum tipo de chances pra sobreviver, ao lado daqueles que não foram escravizados nesse país. É por isso que a gente encontra, na maioria das favelas brasileiras, no meu estado especialmente, mais de 70% da população preta. Então, senhor presidente, esse é um país miscigenado, mas é principalmente um país que tem responsabilidade com sua

população e por isso, eu queria parabenizar a deputada Carol pelo relatório, pelo trabalho, e a essa Casa por votarmos nessa noite, às vésperas do dia 20 essa homenagem ao povo brasileiro". Na legenda, a deputada diz que foi um dia histórico, que votou sim ao projeto que reserva 30% das vagas para negros e indígenas em concursos públicos. "Uma conquista social muito importante para uma sociedade mais justa!".

Laura Carneiro (PSD/RJ), no Dia Internacional da Mulher, traz publicações falando do seu trabalho em Brasília, cita projetos de sua autoria voltados para as mulheres. Enfatiza que o combate à violência contra as mulheres é a sua principal bandeira e pede às mulheres que tragam os homens para a luta em favor dos seus direitos também. Medida, que até o momento, nenhuma parlamentar havia citado e é fundamental para a garantia dos direitos das mulheres, tendo em vista que os homens são maioria nos espaços de poder e de decisão, o que torna necessário o apoio deles para alcançar direitos. No Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra, a deputada fez uma publicação na qual reflete sobre a importância de políticas afirmativas, comentando a aprovação da ampliação da Lei de Cotas em concursos públicos. Laura reconhece que o país tem uma dívida histórica com a população negra, porém, ao falar não parece estar inserida neste grupo, refere-se como “geração de pessoas que sofreu muito” e “pessoas que não tiveram seus direitos garantidos”, diferente de como se refere às mulheres nas publicações feitas no Dia da Mulher, por exemplo, usando termos como “nossos direitos”, “nossas lutas”, “nossas vitórias”. Um indício de que a deputada mais um exemplo de parlamentar que utilizou a cota racial indevidamente.

- **Lídice da Mata (PSB/BA) - @lidicedamata**

No Dia Internacional da Mulher, a deputada federal Lídice da Mata (PSB/BA) fez quatro publicações em seu perfil no *Instagram*, todas elas relacionadas à data.

Figura 41 - *Print de post do Instagram de Lídice da Mata (PSB/BA) publicado em 08/03/2024*



Fonte: https://www.instagram.com/reel/C4P_TilgpP1/?igsh=MWpyOXk1ODJmNHI1MQ%3D%3D

A publicação é um vídeo no qual a deputada Lídice traz a seguinte mensagem: "A nossa luta continua sendo uma luta por direitos. O 8 de Março nesse momento serve para comemorarmos conquistas, mas acima de tudo, para nos comprometermos com a continuidade da luta por direitos. Esse é que é o objetivo maior do nosso movimento no dia 8 de março em todo o Brasil. É também necessário que possamos denunciar e combater a violência política, a violência física, o feminicídio que se abate contra a vida da mulher em nosso país. Nós estamos no início de março e já temos um grande número de feminicídios que aconteceram neste ano no Brasil. Violência Sexual, estupro, todos são casos que nós não podemos deixar passar sem a punição". Na legenda, a deputada ressalta que a data é um momento para reflexão, enfatiza que nas últimas décadas tivemos conquistas que devem ser comemoradas, mas é preciso combater o feminicídio. Lidice encerra trazendo dados sobre os assassinatos de mulheres e traz o recorte referente às mulheres negras. "São sete para cada dez assassinadas. A nossa luta não cessa nunca!".

No Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra, a deputada federal Lídice da Mata também fez quatro publicações, três referentes à data e uma sem relação com o 20 de Novembro.

Figura 42 - Print de post do Instagram de Lídice da Mata (PSB/BA) publicado em 20/11/2024



Fonte: <https://www.instagram.com/reel/DCmUwqLRfJA/?igsh=eTRhemld2ViYTN4>

A publicação é um vídeo no qual Lídice fala: "Olá, pessoal! Este 20 de novembro de 2024 será a primeira vez que nós vamos ter o 20 de Novembro como feriado nacional. Isto é uma conquista do movimento negro, que a vida inteira lutou por este reconhecimento. O dia de Zumbi dos Palmares como líder da resistência à escravidão em nosso país e é nesta data que é indispensável que nós possamos nos manifestar contra a permanência do racismo como marca da sociedade brasileira e que nós possamos avançar nas conquistas dos direitos da população que neste país continua sendo a população mais pobre, aquela que permanece na linha da pobreza, especialmente as mulheres negras e é por isso que todos os índices de

estatísticas da pobreza reservam o lugar especial, infelizmente, para esta população negra, que é a maioria da população do nosso país. Nós não estamos falando de um país onde a população negra é 10, 15, 20%. Nós estamos falando de um país onde a maioria da população, mais de 50% da população de todo território nacional é negra. Por isso mesmo, não podemos continuar convivendo com a violência, com a violência sobre a vida dos jovens negros nas grandes cidades desse país, que continuam sendo a grande vítima da segurança pública ou da insegurança pública no país. Apenas 3,5% de estudantes de medicina são negros no Brasil. Isso é um registro claro de quanto ainda há falta de oportunidade para a população de jovens negros. Continua a existir nas universidades brasileiras, mesmo com a adoção das cotas, por isso mesmo, vamos à luta! 20 de Novembro, viva Zumbi dos Palmares! Viva Dandara! Viva a luta da resistência! Nós negros pelo fim do racismo!". Na legenda, a parlamentar ressalta que pela primeira vez, o Brasil celebra o Dia da Consciência Negra como feriado nacional, reconhecendo a importância de Zumbi e Dandara dos Palmares e do protagonismo negro na construção da nossa história. "Esta data nos convida a refletir sobre o racismo estrutural e as desigualdades que ainda persistem".

Lídice da Mata (PSB/BA), no Dia Internacional da Mulher, fez publicações alinhadas às pautas feministas. Enfatiza que o machismo nos mata, nos estupra e nos oprime e ressalta a necessidade de termos mais políticas públicas específicas para enfrentar essas violências e de ocuparmos espaços de poder. A deputada vai às ruas, participa de manifestações dos movimentos sociais e enfatiza que as mulheres devem continuar se mobilizando e lutando. Também demonstra que as conquistas já obtidas foram alcançadas, por meio de muita luta, e devem ser comemoradas, mas ainda são insuficientes para tornar a mulher plena de direitos. No Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra, a deputada fez publicações celebrando o fato de a data ser reconhecida como feriado nacional, destaca a importância histórica de Zumbi, denuncia o racismo estrutural e as desigualdades que ainda persistem citando o baixo acesso da população negra ao ensino superior, a violência policial e a pobreza, que atinge principalmente mulheres negras. Também participa de manifestação no dia 20 de novembro, demonstrando que a data também é momento de mobilização e reivindicação.

- **Maria Rosas (Republicanos/SP) - @mariarosas.official**

No Dia Internacional da Mulher, a deputada federal Maria Rosas (Republicanos/SP) fez três publicações em seu perfil no *Instagram*, todas elas relacionadas à data.



Fonte: https://www.instagram.com/p/C4QPcOyOela/?igsh=MXZnbGo5ejZuanVtbg%3D%3D&img_index=1

A publicação, em formato carrossel, com oito imagens, traz informações sobre projetos elaborados por Maria Rosas para as mulheres. A postagem é colaborativa, com o perfil Mulheres Republicanas (@mulheresrepublicanas10sp), com os seguintes dados:

Projetos para MULHERES: SANCIONADO: PL 4734/2019 Dispõe sobre o atendimento belas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Deams). / PARA VOTAÇÃO EM PLENÁRIO: PL523/2020- Dispõe sobre o dano psíquico sofrido em contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher como lesão corporal. / PL 2959/2022 - Permite a prisão ou detenção de eleitor que praticar violência doméstica e familiar contra a mulher, desde 5 (cinco) dias antes e até 48 (quarenta e oito) horas depois do encerramento da eleição. / PL. 1798/2022 - Altera o código penal para qualificar como crime a violência física contra a mulher no ambiente de trabalho. / PROPOSTA APRESENTADA: PL 2478/2021 - Dispõe sobre a criação do Selo Empresa Amiga da Mulher. / PL 336/2023 - Assegura ao aluno regularmente matriculado em instituição de ensino pública ou privada, de qualquer nível, o acesso e a permanência de seus filhos ou pupilos nesta instituição durante as aulas. / PL 332/2023 Dispõe sobre a dispensa de comparecimento ao serviço sem prejuízo do salário em razão de sintomas graves associados ao fluxo menstrual. / PL 310/2023 Institui pensão especial a ser concedida a filhos com idade de até 18 (dezoito) anos, órfãos em razão do crime de feminicídio tipificado. / PL 1180/2022 - Aumenta as penas cominadas ao crime de maus-

tratos (crianças, mulher e idosos). / APROVADO EM COMISSÃO: PL 3700/2023 - Dispõe sobre a estabilidade provisória da empregada durante o período de vigência de medida protetiva de urgência. / PL 330/2023 - Dispõe sobre o diagnóstico e tratamento de trombofilias nas mulheres. / PL 311/2023 - Dispõe sobre o monitoramento eletrônico como meio de fiscalizar o cumprimento das medidas protetivas de urgência. / PL1214/2022 - Prevê a comunicação obrigatória pela autoridade policial sobre o descumprimento das medidas protetivas de urgência ao juiz no prazo de 24 (vinte e quatro) horas e dá outras providências.

RELATADOS: PL 1619/2019 - Garante a matrícula dos dependentes da mulher vítima de violência doméstica e familiar em instituição de educação básica mais próxima de seu domicílio. / SENADO: PL 3436/2021 - Dispõe sobre a obrigatoriedade da cirurgia plástica reparadora da mama pela rede de unidades integrantes do Sistema Único de Saúde-SUS nos casos de mutilação decorrentes de tratamento de câncer, para incluir a garantia de assistência fisioterapêutica aos pacientes submetidos à cirurgia de mastectomia. / PL 309/2023 - Dispõe sobre a capacitação das equipes de saúde em procedimentos humanizados e qualificados de atenção a mulheres vítimas de violência. / PL 1213/2022 - Dispõe sobre a aplicação obrigatória do Formulário Nacional de Avaliação de Risco no âmbito das Polícias Cíveis dos Estados e do Distrito Federal. / PROTOCOLADAS EM 2023: PL 5608/2023 Regula as condições de trabalho de mulheres que foram diagnosticadas, estão em tratamento ou em período de aguardo de remissão do câncer de mama. / PL PL 5376/2023 - Dispõe sobre a inclusão de procedimentos de neuromodulação não invasiva na lista de procedimentos do Sistema Único de Saúde - SUS.

Na legenda, a deputada ressalta seu compromisso com políticas públicas que garantam a luta dos direitos das mulheres, como o enfrentamento à violência, inserção de mais mulher na política, combate à violência política contra a mulher, independência financeira, inserção e paridade no mercado de trabalho, garantia dos serviços que promovam a saúde da mulher, aprovação de leis referentes ao tema na Casa e demais pautas para a sua promoção.

No Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra, a deputada Maria Rosas fez uma publicação em seu perfil no *Instagram*, mas não era referente ao feriado de 20 de Novembro.

Maria Rosas (Republicanos/SP), no Dia Internacional da Mulher, traz informações sobre as proposições de sua autoria ou que relatou referentes às mulheres. Entretanto, a divulgação das matérias parece mais autopromoção do que um reconhecimento às lutas e reivindicações das mulheres. Os projetos concentram-se em medidas para proteção contra a violência doméstica, direitos trabalhistas e saúde feminina. Também participa de eventos em

alusão ao Dia da Mulher, todos com sentido comemorativo, celebrando a data, passando a mensagem de que é um momento apenas de comemoração e não de luta e mobilização. Não faz referência às mulheres negras, indígenas, nem à comunidade LGBTQIAP+. No Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra, assim como Amanda Gentil (PP/MA), Cristiane Lopes (União/RO), Delegada Ione Barbosa (Avante/MG) e Detinha (PL/MA), a deputada Maria Rosas não fez publicação sobre a data, o que mostra falta de consideração com a população negra e não identificação da parlamentar com questões raciais. Ademais, a omissão da parlamentar sobre a pauta racial, é um indicativo de que também utilizou o sistema de cotas indevidamente, apenas para se eleger.

- **Meire Serafim (União/AC) - @dep.meireserafim**

No Dia Internacional da Mulher, a deputada federal Meire Serafim (União/AC) fez quatro publicações em seu perfil no Instagram, todas elas relacionadas à data.

Figura 44 - Print de post do Instagram de Meire Serafim (União/AC) publicado em 08/03/2024



Fonte: <https://www.instagram.com/p/C4QlKtyuaZQ/?igsh=c3Z5eHdsdmptNGs4>

A postagem é um *card* com uma montagem de fotos de Meire com outras mulheres, entre elas deputadas federais e a seguinte mensagem: "Feliz Dia da Mulheres! Que neste dia especial, cada mulher se sinta amada, valorizada e reconhecida por sua grandiosidade!".

Na legenda, a deputada reforça que a data é de celebração da força e capacidade da mulher de transformar o mundo. "Feliz Dia Internacional da Mulher para todas nós, que

somos guerreiras, líderes, amigas, mães, filhas, esposas e muito mais. Que possamos continuar avançando, desafiando estereótipos e conquistando cada vez mais nosso espaço. Este é o nosso dia, e que ele seja repleto de amor, respeito e igualdade".

No Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra, a deputada Meire Serafim fez duas publicações em seu perfil no Instagram, sendo uma referente à data e outra sem relação com a temática.

Figura 45 - Print de post do Instagram de Meire Serafim (União/AC) publicado em 20/11/2024



Fonte: <https://www.instagram.com/p/DCmFyfDuekE/?igsh=MTY3bHVkamx2enQ1cA%3D%3D>

A postagem traz a foto de uma mulher negra, com turbante, e as informações: "1º Feriado Nacional da Consciência Negra - Essa luta é de todos". Na legenda, a deputada Meire ressalta que o reconhecimento da data como feriado nacional é uma conquista para o povo afrodescendente e para o fortalecimento da luta contra o racismo no Brasil. "Este é um dia especial para celebrar a história, a cultura e a resistência do povo negro. Como deputada, me sinto honrada em poder votar matérias tão importantes e essenciais para nosso país. Que este feriado nos inspire a construir um país mais justo, a combater o racismo e a promover a equidade em todos os espaços".

Meire Serafim (União/AC), no Dia Internacional da Mulher, faz publicações recebendo flores e participando de evento em homenagem às mulheres. Em sua mensagem,

reforça estereótipos de gênero femininos, referindo-se às mulheres como "guerreiras, líderes, amigas, mães, filhas, esposas" e deseja de uma forma romantizada "amor, respeito e igualdade". Esse tipo de narrativa, embora pareça positiva, desconsidera a diversidade feminina e exclui mulheres que não se identificam com esses papéis tradicionais. Desta forma, as publicações tratam a data de forma despolitizada e não é inclusiva, à medida que refere-se às mulheres e mães. No Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra, a deputada ressalta o fato de ser feriado nacional pela primeira vez, mas traz uma publicação apenas em tom celebrativo e não se inclui como pessoa da comunidade negra. Essa abordagem demonstra que a parlamentar está alinhada com seu partido, o União Brasil, que é de direita, e ainda evidencia que desta forma ela evita se associar às pautas do movimento negro, provavelmente para não desagradar o eleitorado conservador, que não reconhece o racismo como uma questão estrutural e é contra políticas afirmativas.

- **Nely Aquino (Podemos/MG) - @nelyaquinooficial**

No Dia Internacional da Mulher, a deputada federal Nely Aquino fez três publicações no seu *Instagram*, todas elas relacionadas à data.

Figura 46 - *Print de post do Instagram* de Nely Aquino (Podemos/MG) publicado em 08/03/2024



Fonte: <https://www.instagram.com/reel/C4Q4WS6sbRb/?igsh=ZnptaDFuYXR3NW85>

A publicação é um vídeo onde a deputada Nely diz o seguinte: "Hoje, Dia Internacional das Mulheres, eu não posso deixar de vir aqui falar com você mulher que está no seu desafio diário, você que é mãe trabalhadora, você que tem tantas lutas, nós não podemos parar de lutar. Eu sei que seria um dia pra gente comemorar, mas ainda não é a hora. Continuamos firmes na luta pelo direito à vida, porque temos muitas irmãs sendo assassinadas todos os dias, temos que ter direito à saúde, garantia de saúde no SUS, garantia nas maternidades, garantia de saúde pros nossos filhos e essa luta ela é discutida onde? É discutida na política. Então, fica aqui o meu o meu convite. Venha discutir com a gente, participar com a gente e o Podemos é o partido das mulheres. O Podemos é o partido que abre o coração pra que todas as mulheres aceite esse desafio e lute junto com a gente, pra que a gente tenha um futuro melhor, pra nossas crianças, as nossas futuras mulheres. Feliz Dia Internacional das Mulheres pra todas as guerreiras do nosso Brasil e que continuemos firmes. Não somos poucas, somos muitas e ninguém larga a mão de ninguém. Mulher levanta mulher". Na legenda, a parlamentar finaliza: "Parabéns a todas as mulheres guerreiras pelo Dia Internacional das Mulheres! Que possamos continuar avançando juntas, inspirando e transformando o mundo com nossa força e determinação".

No Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra, a deputada Nely Aquino fez uma publicação em seu perfil no *Instagram*, a mesma referente à data.

Figura 47 - Print de post do *Instagram* de Nely Aquino (Podemos/MG) publicado em 20/11/2024



Fonte: <https://www.instagram.com/reel/DCm3WPayHaL/?igsh=MWJsZzVyNzJhMm0xMQ%3D%3D>

A publicação é um vídeo no qual o vereador de Guaxupé (MG), Pedro Alves, um homem branco, aparece segurando uma folha na qual está escrito: "Se liga na mensagem" e depois "Racismo é burrice - Gabriel O Pensador". Em seguida, ele começa a declamar trechos da música de Gabriel O Pensador: "Não seja um imbecil. Não seja ignorante. Não se importe com a origem ou a cor do seu semelhante. O que importa se ele é nordestino e você não? O que importa se ele é preto e você branco? Aliás, branco no Brasil é difícil, porque no Brasil somos todos mestiços. Se você discorda, então olhe pra trás, olhe nossa história, os nossos ancestrais. O Brasil colonial não é igual a Portugal. A raiz do meu país é multirracial. Tinha índio, branco, amarelo, preto. Nascemos da mistura, então, por que o preconceito? Barrigas

cresceram, o tempo passou, nasceram os brasileiros, cada um com a sua cor. Uns com a pele clara, outros mais escura, mas todos viemos da mesma mistura. Então, presta atenção nessa sua babaquice, pois como eu já disse, racismo é burrice. Dê à ignorância um ponto final, faça uma lavagem cerebral". Na legenda, a deputada coloca apenas "Dia de conscientização!" e marca o perfil do vereador @pedroalves.jkd.

Nely Aquino (Podemos/MG), no Dia Internacional da Mulher, fez publicações reforçando que a data é um momento de luta pelo direito à vida das mulheres, por direito à saúde para mães e filhos, o que exclui mulheres que não são mães e reforça o papel tradicional de cuidado atribuído à mulher. Reconhece que é por meio da política que as mudanças podem ser alcançadas e incentiva as mulheres a participarem do processo, apoiando-se na luta. No Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra, a deputada apenas reproduziu um vídeo, no qual um homem branco recita a música "Racismo é burrice", do cantor Gabriel O Pensador. A letra da música é problemática, pois nela o cantor argumenta que o racismo é burrice porque viemos da mesma mistura, somos todos mestiços, e desconsidera a segregação a qual a população negra foi submetida no país após séculos de escravidão. A letra diz "Barrigas cresceram, o tempo passou, nasceram os brasileiros", como se essas gravidezes não fossem, em sua maioria, resultantes do estupro de mulheres negras e indígenas. Ao reproduzir essa mensagem, a parlamentar quer dizer que concorda com a letra da música, que somos todos iguais. Além disso, ao utilizar um vídeo de um homem branco, ela transmite a mensagem de que sua consciência negra não é autônoma, é legitimada por um homem branco.

- **Renilce Nicodemos (MDB/PA) - @renilcenicodemoss**

No Dia Internacional da Mulher, a deputada federal Renilce Nicodemos (MDB/PA) fez três publicações em seu perfil no *Instagram*, todas elas relacionadas com a data.

Figura 48 - *Print de post do Instagram de Renilce Nicodemos (MDB/PA) publicado em 08/03/2024*



Fonte: <https://www.instagram.com/reel/C4Qi6o6LMQQ/?igsh=MXFobTFxMTdneGE1aA%3D%3D>

A postagem é um vídeo que intercala imagens de Renilce na Câmara dos Deputados, em eventos e ações do Instituto Ercília Nicodemoss, que ela mantém em seu estado, o Pará. As imagens são exibidas com a seguinte fala da deputada: "Bem-vindos ao meu mundo, onde a luta pela igualdade de gênero é constante e o empoderamento das mulheres é a minha missão. Aqui neste plenário, na linha de frente, estou comprometida em defender leis e políticas que promovam a igualdade de oportunidades para todas as mulheres, discutindo melhorias e votando projetos importantes para todas nós. Eu tenho no cuidado com as mulheres dos nossos municípios a mesma preocupação que tenho com a minha mãe, minhas irmãs e sobrinhas. Durante nossas ações, escuto atentamente as histórias dessas mulheres, para que possamos atender todas as necessidades. Por isso, criamos o Instituto Ercília Nicodemoss e o projeto Casa Rosa, para levar esse atendimento diferenciado para cada canto do nosso Pará, onde haja uma mulher precisando de consultas, exames ou apenas um abraço e uma palavra de conforto. No meu primeiro ano de mandato, criei a Frente Parlamentar em Defesa da Saúde

das Mulheres, uma iniciativa inédita na Câmara dos Deputados. Uma Frente para desenvolver ações e discussões que levem à criação de políticas públicas que ajudem as mulheres a terem acesso a atendimentos com especialistas, consultas e medicações, ajudar o governo a enxergar essas necessidades e priorizar esses serviços. No nosso gabinete, trabalhamos incansavelmente para elaborar e aprovar leis que protejam os direitos das mulheres e combatam a discriminação de gênero em todas as suas formas. Meu compromisso com as mulheres é contínuo e permanecerei lutando para construir um futuro mais justo e igualitário para todas nós. Nós temos a força da mulher paraense. Eu estou aqui por cada uma de vocês. Juntas somos mais fortes e podemos fazer a diferença e, assim, temos cada vez mais motivos para comemorar esse dia tão especial. Feliz Dia das Mulheres!". Na legenda, a deputada afirma que é importante reconhecer, celebrar e reafirmar seu compromisso contínuo com os direitos das mulheres e seu trabalho para a implementação de políticas públicas que promovam a igualdade de gênero.

No Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra, a deputada federal Renilce Nicodemos fez duas publicações em seu perfil no *Instagram*, uma referente à data e outra sobre tema não relacionado com o 20 de Novembro.

Figura 49 - Print de post do *Instagram* de Renilce Nicodemos (MDB/PA) publicado em 020/11/2024



Fonte: <https://www.instagram.com/p/DCmK73fJpHD/?igsh=cjlyNTBvdW5laGd3>

A publicação é um *print* de uma postagem da deputada Renilce no *Threads*, que traz a seguinte mensagem: "No Dia da Consciência Negra, é essencial destacar o papel da mulher

negra, que, com coragem e determinação, ocupa cada vez mais espaços de destaque na política, na cultura, na educação e em tantas outras áreas. Sua força inspira gerações, quebra barreiras e constrói um futuro mais justo e inclusivo. Reconhecer e valorizar as conquistas das mulheres negras é um passo fundamental para transformar nossa sociedade". Na legenda, a parlamentar repete a mesma mensagem.

Renilce Nicodemos (MDB/PA), no Dia Internacional da Mulher, fez postagens buscando demonstrar que tem uma atuação parlamentar preocupada, principalmente, com a saúde da mulher. Na data, promove ação social, levando atendimentos de saúde e serviços de beleza para as mulheres de seu estado, o Pará. Compromete-se a lutar por mais justiça e igualdade para todas as mulheres ao mesmo tempo em que faz um recorte regional, ao direcionar sua fala para as mulheres paraenses, entretanto, não faz referência a negras, indígenas e ribeirinhas. No Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra, Renilce faz uma publicação abordando o tema de forma superficial, sem relacionar a data com as lutas da população negra por direitos iguais, enfrentamento às violências e combate ao racismo estrutural. A deputada afirma que as mulheres negras estão ocupando cada vez mais espaços de destaque, porém, as mulheres negras ainda são subrepresentadas, principalmente nos espaços de poder, onde tem seus acessos são dificultados, inclusive por apropriações indevidas de políticas afirmativas, que parece ser o caso de Renilce, que é autodeclarada parda, mas não se inclui ao referir-se às mulheres negras.

- **Silvye Alves (União/GO) - @silvyealves**

No Dia Internacional da Mulher, a deputada federal Silvye Alves fez cinco publicações em seu perfil no *Instagram*, todas elas relacionadas com a data.

Figura 50 - *Print de post do Instagram de Silvye Alves (União/GO) publicado em 08/03/2024*



Fonte: https://www.instagram.com/reel/C4Rt0_SNCm0/?igsh=bG9xN3o2OGllbDBt

A postagem é um vídeo que mostra trechos da fala de Silvye em uma palestra, no Centro Cultural do município de Minaçu (GO). A deputada inicia apresentando dados sobre assassinatos de mulheres: "Eu vejo todo mundo de rosa e eu decidi vir de preto por uma causa muito objetiva e triste. Em 2022, 1.410 mulheres foram assassinadas pelos seus companheiros ou ex-companheiros. Em 2023, 1.463 mulheres. Só no estado de Goiás, 56 mulheres foram assassinadas em 2023. O Brasil é o quinto país que mais mata mulheres no planeta e desde 2015, quando a Lei do Feminicídio foi sancionada, nunca se matou tantas mulheres".

A parlamentar segue relatando que é filha da violência doméstica, pois o pai tentou matar a mãe várias vezes. Na sequência, fala da necessidade do poder público prestar assistência às mulheres vítimas de violência: "Não adianta nada essa mulher ter a coragem de denunciar, essa mulher ter ali o primeiro atendimento, passar ali pelo exame de corpo de delito, passar pela psicóloga, se ela não tiver para onde ir. É onde eu falo que o resgate vem do poder público. Mas vamos conseguir mudar essa realidade. Eu estou em conversa com o

governador [de Goiás] Ronaldo Caiado, nós vamos construir os primeiros abrigos pra mulheres do estado de Goiás. A gente precisa melhorar essa cena lamentável que a gente vive no nosso país. Mas a minha luta é para com vocês, para com os nossos filhos, com as nossas famílias. Eu acredito, de verdade, e eu gostaria que vocês também acreditassem no potencial que nós temos condição de mudar". Na legenda, a parlamentar conclui: "combater a violência e falar sobre isso é nossa missão!".

No Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra, a deputada Silvye Alves fez três publicações em seu perfil no *Instagram*, sendo uma relacionada à data e outras duas não tinham relação com o 20 de Novembro.

Figura 51 - Print de post do *Instagram* de Silvye Alves (União/GO) publicado em 20/11/2024



Fonte: <https://www.instagram.com/p/DC14q0kOtMM/?igsh=MTR0MjM4eXUyejVweA%3D%3D>

A publicação é um *card* com a imagem de uma mulher negra e a mensagem: "20 de Novembro - Consciência Negra - Por mais igualdade e respeito!". Na legenda, Silvye informa que, pela primeira vez, todos os estados brasileiros celebram o Dia da Consciência Negra como feriado nacional e acrescenta: "Que essa data nos faça repensar ainda mais sobre

respeito ao próximo, sobre igualdade, reconhecimento e, claro, sobre o combate ao racismo ainda tão vivo no nosso Brasil. A luta continua!".

Silvye Alves (União/GO), no Dia Internacional da Mulher, fez publicações ressaltando que sua principal bandeira é o enfrentamento da violência contra a mulher e a assistência a estas vítimas, entretanto, não aborda as causas estruturais da violência contra as mulheres, como desigualdade de gênero. Também celebrou a data com a realização de ação social, levando atendimentos de saúde e serviços de beleza para as mulheres de seu estado, Goiás, medida com cunho assistencialista. A deputada enfatiza a necessidade de ter mais mulheres na política e homens sensíveis às causas femininas. Atribui à mulher sensibilidade e responsabilidade pelo cuidado com a família, o que reforça estereótipos de gênero feminino, ligados ao cuidado e à família, em vez de reconhecer que essas atribuições são construções culturais que limitam a participação das mulheres em outras esferas, inclusive na política. No Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra, Silvye faz em sua postagem um reconhecimento simbólico da data, informa que é celebrada como feriado nacional pela primeira vez, mas ignora a figura histórica de Zumbi. A deputada ainda classifica o dia como um momento para repensar sobre a igualdade e o combate ao racismo, porém, não se aprofunda nas causas que perpetuam essas violências e desigualdades.

- **Ana Paula Lobato (PDT/MA) - @ana_paulalobato**

A senadora federal Ana Paula Lobato (PDT/MA) fez uma publicação em seu perfil no *Instagram* no Dia Internacional da Mulher, a mesma sobre a data.

Figura 52 - *Print de post do Instagram de Ana Paula Lobato (PDT/MA) publicado em 08/03/2024*



Fonte: <https://www.instagram.com/reel/C4QALD6OmpI/?igsh=aTljZGF3cWVpeDVw>

A publicação é um vídeo mostrando várias mulheres, ao som da música "Pra todas as mulheres", da cantora Mariana Nolasco. A senadora Ana Paula não aparece no vídeo, que inicia com a frase "É sobre nós..." e encerra com: "Tudo nasce do feminino. Feliz Dia da Mulher - 8 de março". O trecho da música que está no vídeo diz o seguinte: "Essa vai pra todas as mulheres / Marianas, índias, brancas, negras, pardas, indianas / Essa vai pra você que sentiu aí no peito o quanto é essencial ter no mínimo respeito / Essa dor é secular e em algum momento a de curar / Diga sim para o fim de uma era irracional, patriarcal / Abafaram nossa voz, mas se esqueceram de que não estamos sós. Na legenda, a senadora acrescenta: "Hoje, celebramos nossas lutas e conquistas ao longo da história, mas reconhecemos que a jornada por direitos iguais está longe de acabar. Continuarei sendo uma voz que representa outras mulheres, incentivando-as a ocuparem espaços de poder e cargos eletivos. Seguimos na luta sempre!".

No Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra, a senadora Ana Paula Lobato fez uma publicação em seu perfil no *Instagram*, a mesma relacionada à data.

Figura 53 - Print de post do *Instagram* de Ana Paula Lobato (PDT/MA) publicado em 20/11/2024



Fonte: <https://www.instagram.com/p/DCmf1rqJP06/?igsh=MnN0bHVrM2Jqc3Ns>

A publicação é um *print* de uma postagem da senadora Ana Paula no X (antigo *Twitter*), que traz a seguinte mensagem: "Hoje, no Dia da Consciência Negra, honramos a luta, a resistência e a riqueza cultural do povo negro. É um momento de reflexão sobre a urgência de combatermos as injustiças e o racismo que ainda marcam nossa sociedade. Como senadora, estou comprometida em lutar por políticas públicas que promovam igualdade de oportunidades, justiça social e respeito a todas as pessoas, independentemente de cor ou origem. Que possamos juntos construir um país mais justo, onde a diversidade seja nossa maior força. Contem comigo nessa caminhada!". Na legenda, a senadora repete a mensagem.

Ana Paula Lobato (PSB-PDT/MA), no Dia Internacional da Mulher, traz uma publicação em tom inspirador, de celebração pelas conquistas já alcançadas pelas mulheres, reforça a importância de continuar lutando por igualdade e se compromete a continuar incentivando as mulheres a ocuparem espaços na política. Porém, sua fala não se aprofunda para tratar das conquistas, nem das lutas que as mulheres precisam enfrentar. Também não informa o que tem feito ou pretende fazer para que mais mulheres ocupem cargos eletivos. No

Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra, a senadora também faz publicação com discurso genérico sobre o tema. Coloca-se como aliada na luta por políticas públicas que promovam igualdade de oportunidades, justiça social e respeito a todas as pessoas, mas falta aprofundamento sobre como alcançar essas políticas e especificidades, já que ela se autodeclara parda e a data faz referência à população negra.

- **Eliziane Gama (PSD/MA) - @elizianegama**

No Dia Internacional da Mulher, a senadora Eliziane Gama fez três publicações em seu perfil no *Instagram*, todas elas relacionadas à data.

Figura 54 - Print de post do Instagram de Eliziane Gama (PSD/MA) publicado em 08/03/2024



Fonte: <https://www.instagram.com/reel/C4QPcqNA2Mb/?igsh=MXVpaTJ1dmoyN3ZyMQ%3D%3D>

A publicação exibe uma foto de Eliziane Gama no Senado Federal sorrindo, com a mensagem: "Parabéns a todas as mulheres - 8 de março" e um áudio da parlamentar falando:

"Neste Dia Internacional da Mulher, eu quero parabenizar a todas as mulheres, principalmente as mulheres inspiradoras como a minha mãe, a missionária Dalvina e tantas outras mães trabalhadoras e profissionais liberais, parlamentares que contribuíram na transformação da sociedade brasileira. Prossigo na defesa dos direitos das mulheres e na luta por mais representatividade feminina em todos os setores. Sei que é com união, determinação e perseverança que vamos continuar avançando, pois quando uma mulher avança, todas avançam. Viva as mulheres brasileiras! Viva as mulheres maranhenses!". Na legenda, a senadora acrescenta: "Seguimos na luta por mais representatividade feminina e pela transformação da sociedade brasileira. Juntas, avançamos!".

No Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra, a senadora Eliziane Gama fez uma publicação em seu perfil no *Instagram*, a mesma referente à data.

Figura 55 - Print de post do Instagram de Eliziane Gama (PSD/MA) publicado em 08/03/2024



Fonte: <https://www.instagram.com/p/DCI999TMJpp/?igsh=NDlvZHV0dm10aGF1>

A publicação é um *card* com a imagem de uma mulher negra e a mensagem: "Igualdade / Respeito / 20 de Novembro / Dia da Consciência Negra. Na legenda, Eliziane deixa a seguinte mensagem: "Neste Dia da Consciência Negra, reforçamos o compromisso com a luta por igualdade e respeito. Juntos, construímos um Brasil mais justo!".

Eliziane Gama (PSD/MA), no Dia Internacional da Mulher, faz publicações reconhecendo a importância das mulheres na transformação social e defende o aumento da representatividade feminina em todas as áreas. Porém, defende que com união, determinação e perseverança continuaremos avançando, dando um caráter meritocrático para as conquistas femininas e ignorando a responsabilidade estrutural do Estado e da sociedade na manutenção das desigualdades de gênero e raça. No Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra, Eliziane também faz publicação genérica sobre o tema, apenas reforça seu compromisso com a luta por igualdade e respeito, sem se aprofundar na importância da data para a comunidade negra e/ou no significado histórico da mesma.

5.3 Sentidos produzidos: um balanço das publicações

Todas as parlamentares fizeram publicações no Dia Internacional da Mulher, inclusive, algumas fizeram mais de uma publicação, como Benedita da Silva (PT/RJ), que fez oito *posts*. Em contrapartida, no Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra, a quantidade de postagens foi menor, apesar de Benedita da Silva (PT/RJ) também ter produzido 11 postagens, cinco deputadas não fizeram nenhuma publicação. Trata-se de Amanda Gentil (PP/MA), Cristiane Lopes (União/RO), Delegada Ione Barbosa (Avante/MG), Detinha (PL/MA) e Maria Rosas (Republicanos/SP), como mostra o quadro abaixo.

Tabela 11 - Balanço das publicações feitas no *Instagram* das parlamentares em 08/03/2024 e 20/11/2024

Parlamentar	Dia Internacional da Mulher	Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra
Benedita da Silva (PT/RJ)	8	11
Carol Dartora (PT/PR)	5	2
Daiana Santos (PCdoB/RS)	3	3
Dandara Tonantzin (PT/MG)	3	5
Dayany Bittencourt (União/CE)	1	1
Denise Pessôa (PT/RS)	3	2
Dilvanda Faro (PT/PA)	2	2
Erika Hilton (PSOL/SP)	2	1
Jack Rocha (PT/ES)	5	3
Silvia Cristina (PL-PP/RO)	3	2
Talíria Petrone (PSOL/RJ)	2	2
Alice Portugal (PCdoB/BA)	6	3
Amanda Gentil (PP/MA)	1	0
Andreia Siqueira (MDB/PA)	2	1
Antônia Lúcia (Republicanos/AC)	4	1
Cristiane Lopes (União/RO)	3	0
Delegada Ione Barbosa (Avante/MG)	1	0
Detinha (PL/MA)	1	0
Helena Lima (MDB/RR)	1	1

Ivoneide Caetano (PT/BA)	1	1
Laura Carneiro (PSD/RJ)	3	1
Lídice da Mata (PSB/BA)	4	3
Maria Rosas (Republicanos/SP)	3	0
Meire Serafim (União/AC)	4	1
Nely Aquino (Podemos/MG)	3	1
Renilce Nicodemos (MDB/PA)	3	1
Silvyne Alves (União/GO)	5	1
Ana Paula Lobato (PSB-PDT/MA)	1	1
Eliziane Gama (PSD/MA)	3	1
Total	86	51

Fonte: Elaborada pela autora a partir das publicações das parlamentares federais negras.

As postagens feitas pelas parlamentares federais negras, em ambas as datas, apresentam diferenças significativas nas abordagens e nos discursos utilizados. Há um contraste evidente entre as integrantes de partidos de esquerda e de direita, tanto na forma como essas datas são tratadas quanto no nível de aprofundamento político. De um modo geral, as parlamentares negras filiadas a partidos de esquerda, como PT, PSOL, PSB e PCdoB, tendem a adotar um tom mais combativo, no qual convocam as mulheres para a luta, mobilização e resistência, além de enxergarem as datas como momentos políticos para reflexão e reconhecimento de conquistas históricas. Já as legisladoras filiadas a partidos de direita ou centro-direita, como PL, União Brasil, MDB, Republicanos, Podemos e PP, adotam uma abordagem celebrativa, motivacional e despolitizada.

No Dia Internacional da Mulher, as parlamentares de esquerda autodeclaradas pretas: Benedita da Silva (PT/RJ), Carol Dartora (PT/PR), Daiana Santos (PCdoB/RS), Dandara Tonantzin (PT/MG), Denise Pessôa (PT/RS), Erika Hilton (PSOL/SP), Jack Rocha (PT/ES), Talíria Petrone (PSOL/RJ); e as autodeclaradas pardas: Alice Portugal (PCdoB/BA) e Lídice da Mata (PSB/BA) destacam a data como momento para combater opressões e ampliar direitos. Ressaltamos os seguintes aspectos nos discursos destas políticas:

- Marco histórico da luta feminista: reconhecem que a data tem origem nas reivindicações das trabalhadoras por melhores condições de trabalho, como redução da jornada, além de direito ao voto;
- Mobilização: o dia é visto como um momento de mobilização e protestos nas ruas, com manifestações feministas para reivindicar políticas públicas que ampliem os direitos das mulheres e garantam equidade;
- Interseccionalidade: a abordagem adotada reconhece que as desigualdades de gênero se cruzam com questões referentes a raça, a classe e a orientação sexual. Mulheres brancas e ricas enfrentam opressões diferentes das mulheres negras, indígenas,

periféricas e LGBTQIAP+. A luta precisa ser interseccional e inclusiva, de forma que abranja todas as mulheres;

- Mudanças estruturais: os discursos são mais aprofundados, enfatizam que, para alcançar equidade, as mulheres precisam de autonomia sobre direitos reprodutivos, igualdade salarial, combate à violência de gênero, participação política e políticas afirmativas. Direitos que para se efetivarem dependem de mudanças estruturais e coletivas.

No Dia Internacional da Mulher, as parlamentares integrantes de partidos de direita autodeclaradas pretas: Dayany Bittencourt (União/CE) e Silvia Cristina (PL-PP/RO); e as autodeclaradas pardas: Amanda Gentil (PP/MA), Andreia Siqueira (MDB/PA), Antônia Lúcia (Republicanos/AC), Cristiane Lopes (União/RO), Delegada Ione Barbosa (Avante/MG), Detinha (PL/MA), Helena Lima (MDB/RR), Laura Carneiro (PSD/RJ), Maria Rosas (Republicanos/SP), Meire Serafim (União/AC), Nely Aquino (Podemos/MG), Renilce Nicodemos (MDB/PA), Silvyne Alves (União/GO), Ana Paula Lobato (PDT/MA) e Eliziane Gama (PSD/MA) adotam um discurso com tom de celebração, focado na homenagem às mulheres, exaltando sua força, resiliência e papel fundamental na família e na sociedade. Destacamos as seguintes questões abordadas pelas legisladoras:

- Estereótipos de gênero: a maior parte das publicações enfatiza que as mulheres são "guerreiras", "sensíveis", "mães", "esposas", "amorosas", "multitarefa", reforçando uma visão tradicional dos papéis femininos e excludentes, pois não abrange mulheres que não são mães e donas de casas;
- Ausência de reivindicações feministas: as postagens não fazem referência a temas como combate ao machismo estrutural, enfrentamento às opressões que recaem sobre a mulher na sociedade, preferindo um discurso mais neutro, superficial e conservador;
- Ênfase na proteção da mulher: abordam o combate à violência doméstica sem se aprofundar na discussão e reconhecer que é um reflexo da desigualdade de gênero resultante do machismo estrutural. Não propõem mudanças profundas nas políticas públicas;
- Despolitização da data: a data é tratada como um dia de respeito e gratidão às mulheres, como um momento de celebração da feminilidade, sem um aprofundamento sobre as desigualdades estruturais que elas enfrentam.

- Valorização do protagonismo masculino: os homens são apontados como protetores e até aliados, reforçando a visão tradicional de que o papel masculino é de provedor e protetor, enquanto o da mulher é de cuidadora subalterna.

No Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra, os discursos seguem o mesmo sentido, em ambos os espectros. As parlamentares de esquerda autodeclaradas pretas: Benedita da Silva (PT/RJ), Carol Dartora (PT/PR), Daiana Santos (PCdoB/RS), Dandara Tonantzin (PT/MG), Denise Pessôa (PT/RS), Erika Hilton (PSOL/SP), Jack Rocha (PT/ES), Talíria Petrone (PSOL/RJ); e as autodeclaradas pardas: Alice Portugal (PCdoB/BA) e Lídice da Mata (PSB/BA) destacam a data como um momento de luta, para combate ao racismo, de reconhecimento do legado do povo negro e de busca por mais direitos. Destacamos os seguintes aspectos nos discursos das legisladoras:

- Reconhecimento de Zumbi dos Palmares: as parlamentares citam Zumbi como um símbolo da resistência e da luta contra a escravidão no Brasil. Referem-se a ele, a Dandara e outros nomes que atuaram pela garantia de direitos para a população negra; celebram o reconhecimento do dia 20 de novembro como feriado nacional, sem deixar de reconhecer que se trata de uma conquista do movimento negro, alcançada após longo período de mobilização;
- Racismo estrutural: o discurso adotado enfatiza que o racismo no Brasil é estrutural e está enraizado nas estruturas do Estado, do mercado de trabalho, da segurança pública e da educação. Além de contrapor o mito da democracia racial, denunciando desigualdades que estão arraigadas na sociedade brasileira;
- Defesa das políticas afirmativas: a data é usada para defender políticas e ações de combate ao racismo, como cotas raciais. Além de ser um lembrete das desigualdades históricas resultantes da escravidão e da marginalização dos negros no Brasil;
- Valorização da cultura negra: os discursos enfatizam as contribuições da população negra para a cultura brasileira, como motivo de orgulho e de fortalecimento da autoestima de homens e mulheres negras; Crítica ao mito da democracia racial – A esquerda rejeita a ideia de que o Brasil é um país "sem racismo", denunciando como essa narrativa esconde desigualdades sociais profundas;
- Mobilização: o dia 20 de Novembro é uma data de luta, mobilização e resistência. As parlamentares participam de manifestações e protestos nas ruas, reforçando que a luta antirracista envolve discurso e prática, na medida que mostram um engajamento além do virtual.

Apesar de serem de um partido com visão mais progressista, Dilvanda Faro (PT/PA), autodeclarada preta, e Ivoneide Caetano (PT/BA), autodeclarada parda, adotaram abordagens mais genéricas, tanto no Dia Internacional da Mulher quanto no Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra. Mesmo que tenham atuações políticas alinhadas com as demandas dos movimentos feminista e negro, por outro, não se aprofundam nas questões históricas referentes em ambas as datas.

No Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra, as parlamentares integrantes de partidos de direita fazem um reconhecimento superficial e despolitizado da data ou nem publicam conteúdos. As autodeclaradas pretas: Dayany Bittencourt (União/CE) e Silvia Cristina (PL-PP/RO); e as autodeclaradas pardas: Andreia Siqueira (MDB/PA), Antônia Lúcia (Republicanos/AC), Helena Lima (MDB/RR), Laura Carneiro (PSD/RJ), Meire Serafim (União/AC), Nely Aquino (Podemos/MG), Renilce Nicodemos (MDB/PA), Silvyne Alves (União/GO), Ana Paula Lobato (PDT/MA) e Eliziane Gama (PSD/MA) não se aprofundam na questão racial. Ressaltamos os seguintes sentidos, em comum, nos discursos das parlamentares:

- Tom comemorativo e genérico: ao invés de abordar a desigualdade racial, reconhecendo-a como um problema estrutural, as parlamentares tratam a data como um dia de exaltação da cultura negra, de comemoração pelas conquistas alcançadas, ignorando que elas são resultantes de lutas históricas;
- Despolitização da data: a maioria não menciona Zumbi dos Palmares, símbolo da resistência negra, e não faz referência a criação do feriado nacional, quando o faz, cita apenas como Dia da Consciência Negra. Ademais, não enxerga a data como um demarcador histórico das lutas do movimento negro.
- Meritocracia – quando referem-se ao racismo, a abordagem é de que "todos devem ser tratados iguais" e que a ascensão social e política dos negros pode ser alcançada com esforço, por mérito próprio, sem reconhecer as barreiras estruturais, que precisam de ações e políticas de Estado para serem combatidas;
- Negação do racismo estrutural – há uma negação da necessidade de políticas afirmativas de reparação histórica e para enfrentamento racismo; não tratam da escravidão, nem de reparação histórica.

Já Amanda Gentil (PP/MA), Cristiane Lopes (União/RO), Delegada Ione Barbosa (Avante/MG), Detinha (PL/MA) e Maria Rosas (Republicanos/SP) formam um grupo de parlamentares autodeclaradas pardas que não realizaram publicações em seus perfis no

Instagram no Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra. Evidenciando assim um total apagamento da luta histórica que a data representa para o movimento negro. O silêncio das deputadas é um indicativo de que a pauta racial não faz parte das prioridades políticas das mesmas; reforça a ideia de que integrantes de partidos da direita evitam se posicionar sobre o racismo no Brasil, para não desagradar o eleitorado mais conservador; é um demonstrativo também de que enxergam a questão racial como um assunto irrelevante. A atuação dessas parlamentares acaba contribuindo com a manutenção do racismo estrutural e comprova que declararam-se negras abertas para obter benefícios eleitorais. São negras para se eleger, mas não para legislar, nem para atuar no combate às desigualdades raciais.

Os dados coletados apontam que o Dia Internacional da Mulher é mais aceito na política institucional, enquanto o Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra enfrenta uma resistência maior no debate sobre desigualdades estruturais. A questão racial ainda é minimizada ou invisibilizada dentro das instituições de poder. O que reitera a maior vulnerabilidade de mulheres negras e reforça a necessidade de seguir lutando por equidade de gênero e raça.

6 REPRESENTATIVIDADE NOS PROJETOS DE LEI: A MULHER NEGRA ESTÁ EM PAUTA?

Não se pode ignorar que o grupo “mulheres” é bastante heterogêneo, englobando outros traços de vulnerabilidade que tornam algumas mulheres ainda mais sujeitas à dominação masculina do que outras, como é o caso das mulheres negras e pobres no Brasil e das mulheres indígenas na maioria dos países latino-americanos.

Luciana Ramos (2014)

Analisamos a produção legislativa das parlamentares federais negras, buscando os sentidos produzidos nas matérias propostas por elas, levando em consideração que a construção das identidades dessas mulheres negras – ou mulheres negras por apropriação eleitoreira da raça – reflete não apenas na produção de tecnicidades relativas às práticas comunicativas no *Instagram* (como os *posts* analisados no capítulo anterior), como também nas tecnicidades relativas à atuação parlamentar de cada uma delas.

As proposições das parlamentares têm um importante caráter comunicacional, pois resultam de uma tecnicidade própria da atividade de legislador, mas também corrobora para a institucionalidade da parlamentar - a bandeira dela são as mulheres negras? São os evangélicos? É a acessibilidade? A saúde? São questões trabalhistas? - as proposições, assim como a circulação no *Instagram*, reforçam a institucionalização das deputadas e senadoras. Do mesmo modo, essa atividade parlamentar é decorrente tanto de experiências vividas por elas e de seu contexto partidário, cultural (socialidade) quanto supostamente atende a uma demanda de seu público, de seus eleitores/consumidores (ritualidade).

Entre os diversos tipos de proposições legislativas existentes, optamos por dar ênfase ao conteúdo dos Projetos de Lei (PL), que “destinam-se a regular as matérias de competência do Poder Legislativo, com a sanção do Presidente da República”³⁴. De acordo com os regimentos da Câmara Federal³⁵ e do Senado Federal³⁶, a função legislativa é exercida por

³⁴ Art. 109, inciso I, da Resolução nº 17/1989 (Regimento Interno da Câmara Federal).

³⁵ Resolução nº 17/1989. Versão atualizada disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/regimento-interno-da-camara-dos-deputados/arquivos-1/RICD%20atualizado%20ate%20RCD%2011-2024.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2024;

meio de projeto de lei ordinária ou complementar, de decreto legislativo ou de resolução, além da proposta de emenda à Constituição. Com exceção das que tratam de mudanças na Constituição Federal, as outras matérias regulam temas de competência do Poder Legislativo; de caráter político, processual, legislativo e administrativo, ou quando a Câmara/Senado deve se pronunciar sobre algum assunto. Como os projetos de lei dão origem às leis e são elaborados em maior número do que as propostas de emendas à Constituição, entendemos, portanto, que são as proposições produzidas por parlamentares mais importantes e de maior abrangência para a sociedade.

Os projetos de lei são divididos entre os de autoria (iniciativa própria para elaborar a proposição) e co-autoria (iniciativa de outro (a) parlamentar para propor a matéria, na qual colabora com elaboração e assinatura). Neste trabalho o foco foi dado aos projetos de lei de autoria das parlamentares negras federais. Como os PLs continuam tramitando mesmo que a legisladora não esteja em exercício, realizamos o levantamento das proposições de todas as deputadas e senadoras que atuaram no ano de 2023, foram 36 no total.

A coleta de dados foi realizada, de modo manual, ou seja, sem utilização de ferramentas automáticas, nos portais institucionais da Câmara Federal e do Senado Federal. Nos *sites*, buscamos pela produção legislativa de cada parlamentar e realizamos o preenchimento de uma planilha no *Google Drive*³⁷, denominada *Banco de Dados – PLs das parlamentares federais negras*, com os seguintes dados: autora, partido, região do país, autodeclaração, projeto de autoria própria (número e título), resumo da proposta, benefício para mulheres? (1-sim / 2-não); benefício para mulheres pretas e pardas, especificamente? (1-sim / 2-não); benefício para pessoas pretas e pardas? (1-sim / 2-não); observações; data da apresentação e status. Devido às limitações próprias de um trabalho de mestrado, pois o material totalizou 348 projetos de lei, trouxemos para a dissertação apenas um PL de duas parlamentares, para exemplificar e demonstrar como se deu o preenchimento da tabela. As legisladoras usadas no exemplo foram selecionadas por ordem alfabética, intercalando pretas e pardas.

³⁶ Resolução nº 93/1970. Versão atualizada disponível em: <https://www25.senado.leg.br/documents/12427/45868/RISF+2018+Volume+1.pdf/cd5769c8-46c5-4c8a-9af7-99be436b89c4>. Acesso em: 18 ago. 2024.

³⁷ Serviço de armazenamento em nuvem oferecido pelo Google, que permite a elaboração e edição de documentos, planilhas e apresentações em tempo real. Disponível em: <https://workspace.google.com/intl/pt-BR/products/drive/>. Acesso em 23 de nov. 2024.

Tabela 12 - Dados da planilha Banco de Dados – PLs das parlamentares federais negras. Exemplo: PL da deputada Alice Portugal (PCdoB/BA)

Autora	Alice Portugal
Partido	PCdoB/BA
Região do país	NE
Autodeclaração	Parda
Projeto de autoria própria (número e título)	PL nº 4193/2023
Resumo da proposta	Institui o reconhecimento do caráter educacional e formativo da capoeira em suas manifestações culturais, artísticas e sociais e permite a celebração de parcerias para o seu ensino nos estabelecimentos de educação básica, públicos e privados.
Política/Benefício para mulheres? (1-sim / 2-não)	2
Benefício para mulheres pretas e pardas, especificamente? (1-sim / 2-não)	2
Benefício para pessoas pretas e pardas? (1-sim / 2-não);	1
Observações	O projeto tem o propósito permitir que as escolas de educação básica do país possam oferecer aos seus alunos a oportunidade de conhecer e praticar a capoeira como manifestação cultural, artística e social, criada como símbolo de resistência pelos africanos subjugados pela cruel escravidão. Em 05/09/2023, foi apensado ao PL nº 453/2020, de Vilson da Fetaemg (PSB/MG), que altera a Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para incluir a prática da Capoeira na grade curricular dos níveis fundamental e médio, na rede pública de ensino.
Data da apresentação	29/08/2023
Situação	Aguardando parecer do(a) relator(a) na Comissão de Educação (CE). Última atualização em 11/09/2023.

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados do site institucional da Câmara Federal.

Tabela 13 - Dados da planilha Banco de Dados – PLs das parlamentares federais negras. Exemplo: PL da deputada Benedita da Silva PT/RJ

Autora	Benedita da Silva
Partido	PT/RJ
Região do país	SE
Autodeclaração	Preta
Projeto de autoria própria (número e título)	PL nº 3636/2023
Resumo da proposta	Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para dispor sobre regras da propaganda eleitoral gratuita de candidaturas de mulheres e de pessoas negras.
Política/Benefício para mulheres? (1-sim / 2-não)	1
Benefício para mulheres pretas e pardas, especificamente? (1-sim / 2-não)	1
Benefício para pessoas pretas e pardas? (1-sim / 2-não);	1
Observações	Foi apensado ao PL nº 2697/2022, que por sua vez foi anexado ao PL nº 4212/2021, de Edílázio Júnior (PSD/MA), que acrescenta o inc. X no § 1º do art. 11 e o § 16 do art. 11, ambos da Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições), para estabelecer a autodeclaração de cor como documento necessário ao pedido de registro de candidatura.
Data da apresentação	28/07/2023

Situação	Aguardando parecer da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial (CDHMIR). Última atualização, em 04/06/2024.
----------	--

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados do site institucional da Câmara Federal.

Para realizar a análise das proposições, utilizamos como referência agenda legislativa negra de Santos (2020), que traz os tipos de política que impactam a população negra do Brasil divididas nas seguintes categorias:

- Políticas de valor simbólico e afetivo:
 - (a) Datas comemorativas e feriados nacionais;
 - (b) Mudanças de nomes de rodovia;
 - (c) Ações e eventos de conscientização de afirmação do grupo;
 - (d) Políticas de educação voltadas a modificações na forma e no conteúdo de temáticas voltadas aos negros.
- Ações afirmativas:
 - (a) Políticas de acesso à educação;
 - (b) Políticas de acesso à cargos públicos;
 - (c) Políticas de acesso à política;
 - (d) Políticas de acesso à questões relativas ao bem-estar;
 - (e) Políticas de inclusão ao esporte;
 - (f) Políticas de fomento à manifestações culturais e artísticas;
 - (g) Políticas de acesso à saúde e prevenção de doenças em casos específicos;
 - (h) Políticas de acesso à capacitações e formações profissionais;
 - (i) Políticas de proteção aos povos Quilombolas.
- Enfrentamento ao racismo, injúria e discriminação racial
 - (a) Políticas de criminalização ao racismo, injúria e discriminação racial;
 - (b) Políticas de enfrentamento e criminalização às religiões de matriz africana;
 - (c) Políticas de criminalização a violência física e territorial dos povos Quilombolas
- Políticas sociais e estruturais:
 - (a) Políticas de segurança pública;
 - (b) Saúde pública;
 - (c) Previdência social;
 - (d) Direitos civis;
 - (e) Direitos trabalhistas;
 - (f) Acesso à moradia;

- (g) Emprego e mercado de trabalho;
- (h) Políticas de gestão do ensino público;
- (i) Políticas relativas ao sistema prisional brasileiro;
- (j) Políticas de acesso à moradia;
- (k) Políticas relacionadas ao programa Bolsa Família.

6.1 Omissão e apagamento: a mulher negra não é prioridade

No primeiro ano da atual legislatura, as 36 parlamentares federais negras que estiveram em exercício apresentaram 9.565 proposições, deste total, 348 eram projetos de lei, sendo 122 com políticas voltadas para as mulheres, 35 para mulheres negras e 43 à população negra em geral, como mostra a tabela abaixo.

Tabela 14 - Balanço das proposições das parlamentares federais negras em 2023

DEPUTADA PRETA	TOTAL DE PROPOSIÇÕES	PROJETOS DE LEI	BENEFÍCIO PARA MULHER	BENEFÍCIO ESPECÍFICO PARA MULHER NEGRA	BENEFÍCIO ESPECÍFICO PARA POPULAÇÃO NEGRA
Benedita da Silva (PT/RJ)	305	13 (6 autora e 7 como co-autora)	3	3	5
Carol Dartora (PT/PR)	331	22 (11 autora e 11 co-autora)	6	7	8
Daiana Santos (PCdoB/RS)	353	12 (6 autora e 6 co-autora)	2	1	3
Dandara Tonantzin (PT/MG)	174	9 (7 autora e 2 co-autora)	4	0	1
Dayany do Capitão (União/CE)	459	44 (41 autora e 3 co-autora)	8	0	0
Denise Pessôa (PT/RS)	334	28 (18 autora e 10 co-autora)	9	6	4
Dilvanda Faro (PT/PA)	45	5 (autora de todos)	3	0	0
Erika Hilton (PSOL/SP)	369	28 (19 autora e 9 co-autora)	2	4	5
Jack Rocha (PT/ES)	165	5 (1 autora e 4 co-autora)	0	0	1
Silvia Cristina (PL/RO)	384	11 (3 autora e 8 co-autora)	0	0	0
Talíria Petrone (PSOL/RJ)	462	29 (10 autora e 19 co-autora)	4	4	3

DEPUTADA PARDA	TOTAL DE PROPOSIÇÕES	PROJETOS DE LEI	BENEFÍCIO PARA MULHER	BENEFÍCIO ESPECÍFICO PARA MULHER NEGRA	BENEFÍCIO ESPECÍFICO PARA POPULAÇÃO NEGRA
Alice Portugal (PCdoB/BA)	253	6 (5 autora e 1 co-autora)	1	0	0
Amanda Gentil (PP/MA)	396	9 (6 autora e 3 co-autora)	1	1	1
Andreia Siqueira (MDB/PA)	337	16 (15 autora e 1 co-autora)	2	1	1
Antônia Lúcia (Republicanos/AC)	268	2 (autora)	0	0	0
Cristiane Lopes (União/RO)	333	13 (7 autora e 6 co-autora)	1	0	0
Delegada Ione Barbosa (Avante/MG)	407	12 (9 autora e 3 co-autora)	5	1	1
Detinha (PL/MA)	80	5 (autora)	3	2	2
Helena Lima (MDB/RR)	129	6 (4 autora e 2 co-autora)	1	0	0
Ivoneide Caetano (PT/BA)	82	7 (4 autora e 3 co-autora)	1	0	1
Laura Carneiro (PSD/RJ)	1.305	60 (50 autora e 10 co-autora)	24	2	2
Lídice da Mata (PSB/BA)	602	31 (16 autora e 15 co-autora)	1	0	1
Maria Rosas (Republicanos/SP)	201	18 (15 autora e 3 co-autora)	8	1	0
Meire Serafim (União/AC)	352	6 (autora)	1	0	0
Nely Aquino (Podemos/MG)	108	14 (8 autora e 6 co-autora)	4	0	0
Renilce Nicodemos (MDB/PA)	319	2 (1 autora e 1 co-autora)	1	0	0
Silvyne Alves (União/GO)	392	30 (19 autora e 11 co-autora)	10	1	1
DEPUTADAS SUPLENTE	TOTAL DE PROPOSIÇÕES	PROJETOS DE LEI	BENEFÍCIO PARA MULHER	BENEFÍCIO ESPECÍFICO PARA MULHER NEGRA	BENEFÍCIO ESPECÍFICO PARA POPULAÇÃO NEGRA
Eliane Braz (PSD/CE) - Parda	9	3 (autora)	0	0	0
Ely Santos (Republicanos/SP) - Parda	19	6 (autora)	3	0	0
Gisela Simona (UNIAO/MT) - Preta	34	4 (autora)	0	0	0

Mariana Carvalho (Republicanos/MA) - Parda	7 Requerimentos	Nenhum	0	0	0
Priscila Costa (PL/CE) - Parda	44	13 (11 autora e 2 co-autora)	3	0	0
Reginete Bispo (PT/RS) - Preta	228	8 (3 autora e 5 co-autora)	1	1	2
SENADORA PARDA	TOTAL DE PROPOSIÇÕES	PROJETOS DE LEI	BENEFÍCIO PARA MULHER	BENEFÍCIO ESPECÍFICO PARA MULHER NEGRA	BENEFÍCIO ESPECÍFICO PARA POPULAÇÃO NEGRA
Ana Paula Lobato (PSB/MA)	49	8 (autora)	7	0	0
Eliziane Gama (PSD/MA)	167	7 (autora)	3	0	0
Jussara Lima (PSD/PI)	70	7 (autora)	0	0	1
Total	9.565	348	122	35	43

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados dos sites institucionais da Câmara e do Senado Federal.

A partir das informações coletadas sobre a produção legislativa das parlamentares federais negras, percebe-se que há um predomínio de proposições voltadas para a garantia dos direitos e proteção das mulheres. Entretanto, chama atenção o fato de que, das 36 legisladoras, sete não propuseram nada para as mulheres, são elas: Jack Rocha (PT/ES), Silvia Cristina (PL/RO), Antônio Lúcia (Republicanos/AC), Eliane Braz (PSD/CE), Gisela Simona (UNIAO/MT), Mariana Carvalho (Republicanos/MA) e Jussara Lima (PSD/PI).

Entre as parlamentares que tratam diretamente de alguma questão relacionada às mulheres, destacam-se os projetos de lei para a ampliação de medidas protetivas e de combate à violência doméstica, aumento da punição para agressores, além de ações inclusivas no mercado de trabalho para mulheres e mães, acesso à saúde e educação. Importante ressaltar também a proposição de matérias que tratam da proteção de crianças e adolescentes, do combate à violência nas escolas, medidas de assistência social e garantia de direitos das pessoas com deficiências, autistas e idosos.

Já para as mulheres negras, foram 22 parlamentares que não apresentaram PLs, especificamente, para elas. Trata-se de: Dandara Tonantzin (PT/MG), Dayany do Capitão (União/CE), Dilvanda Faro (PT/PA), Jack Rocha (PT/ES), Silvia Cristina (PL/RO), Alice Portugal (PCdoB/BA), Antônio Lúcia (Republicanos/AC), Cristiane Lopes (União/RO), Helena Lima (MDB/RR), Ivoneide Caetano (PT/BA), Lídice da Mata (PSB/BA), Meire Serafim (União/AC), Nely Aquino (Podemos/MG), Renilce Nicodemos (MDB/PA), Eliane Braz (PSD/CE), Eliane Braz (PSD/CE), Gisela Simona (UNIAO/MT), Mariana Carvalho (Republicanos/MA), Priscila Costa (PL/CE), Ana Paula Lobato (PSB/MA), Eliziane Gama

(PSD/MA) e Jussara Lima (PSD/PI). Ou seja, essas mulheres entraram no parlamento se autodeclarando pretas ou pardas, mas não legislaram pela causa da negritude, o que colabora para confirmar nossa hipótese de que a raça vem sendo manipulada como conveniência política para a eleição de mulheres, mas não como legitimação, representatividade do cargo.

Deste modo, apenas 14 parlamentares apresentaram projetos de lei com medidas, ações e políticas para mulheres negras. Isto é um demonstrativo de que a parcela feminina negra da população também é menos assistida pelas legisladoras negras. Tal constatação demonstra que, boa parte das parlamentares autodeclaradas negras não se sente atingida por questões raciais e não demonstra preocupação com as mulheres negras.

Entre as autodeclaradas pretas, produziram mais projetos com benefícios específicos para as mulheres negras Carol Dartora (PT/PR), autora de sete. Já Dayany do Capitão (União/CE) foi quem elaborou mais projetos de lei, 44 no total, porém, nenhum deles é voltado para a mulher negra, nem para a negritude. Demonstrando que sua produtividade parlamentar é alta, entretanto, não tem compromisso com questões raciais.

No grupo de parlamentares pardas, a produção de projetos com medidas específicas para as mulheres negras é baixíssima e há um empate entre quem produziu mais. Detinha (PL/MA) e Laura Carneiro (PSD/RJ) são autoras de dois, se sobressaindo entre as outras que propuseram uma ou nenhuma matéria.

Ainda entre as pardas, chama à atenção a alta produtividade de Laura Carneiro (PSD/RJ), autora de 1.305 proposições, sendo 60 projetos de lei, dos quais 50 são de sua autoria, 24 destes projetos voltados para as mulheres. A parlamentar é de um partido que integra o centrão³⁸, notadamente conhecido por aliar-se a quem está no poder, independentemente de ser da direita ou da esquerda, sem pudores, de linha liberal e em alguns momentos social. Porém, os projetos de lei propostos pela parlamentar são mais progressistas, com políticas voltadas para ampliação de direitos da população feminina. Como a deputada está em seu 6º mandato, essa filiação a um partido do centrão pode significar uma estratégia para conseguir aprovar seus projetos, pois é importante ressaltar que o sucesso e a efetividade da atividade parlamentar não se restringem a proposição de leis, mas também a aprovação destas propostas e, consequentemente, a criação de normas.

O que nos leva a outro fator importante do *Banco de Dados – PLs das parlamentares federais negras* - que não está na tabela acima, por razões já justificadas - que refere-se a

³⁸ De acordo com Dantas (2022), o centrão é a união informal de partidos que constituem maioria no Congresso brasileiro. Diferentes governos o “contratam” para aprovar agendas. Isso implica enorme poder sobre o sistema político, que pode se manifestar em chantagem e corrupção.

situação dos projetos de lei apresentados pelas parlamentares negras em 2023. Dos 348, somente seis foram transformados em lei, sendo quatro deles de autoria de Laura Carneiro (PSD/RJ), como mostra a tabela.

Tabela 15 - Relação de projetos aprovados

Proposição	Autora e autodeclaração	Situação
PL nº 2245/2023: Institui a Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para População em Situação de Rua - PNTC PopRua - e dá outras providências. Data da apresentação: 28/04/2023	Erika Hilton (PSOL/SP) - preta	Transformada na Lei Ordinária nº 14.821, de 16 de janeiro de 2024.
PL nº 1394/2023: Constitui o Círio de Nazaré, no Estado do Maranhão, em Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil. Data da apresentação: 23/03/2023	Detinha (PL/MA) - parda	Transformada na Lei Ordinária nº 14972, de 13 de setembro de 2024
PL nº 4746/2023: Altera a Lei nº 11.597/2007, para dispor sobre a possibilidade de organização do Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria em subdivisões físicas como volumes, seções ou tomos. Data da apresentação: 28/09/2023 /	Laura Carneiro (PSD/RJ) - parda	Transformada na Lei Ordinária nº 14.984, de 24 de setembro de 2024
PL nº 2861/2023: Institui a parentalidade positiva e o direito ao brincar como estratégias intersetoriais de prevenção à violência contra crianças; e altera a Lei nº 14.344/2022. Data da apresentação: 30/05/2023	Laura Carneiro (PSD/RJ) - parda	Transformada na Lei Ordinária nº 14.826, de 21 de março de 2024.

PL nº 1852/2023: Altera a Lei nº 8.906/1994 (Estatuto da Advocacia), para incluir o assédio moral, o assédio sexual e a discriminação entre as infrações ético-disciplinares, no âmbito da Ordem dos Advogados do Brasil. Data da apresentação: 13/04/2023	Laura Carneiro (PSD/RJ) - parda	Transformada na Lei Ordinária nº 14.612 de 04 de julho de 2023
PL nº 1151/2023 - Altera o art. 87 da Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estender o direito ao atendimento psicossocial às crianças e aos adolescentes que tiverem qualquer dos pais ou responsáveis vitimados por grave violência ou presos em regime fechado. Data da apresentação: 14/03/2023	Laura Carneiro (PSD/RJ) - parda	Transformada na Lei Ordinária 14.987 de 26 de setembro de 2024

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados do site institucional da Câmara Federal.

A baixa aprovação dos projetos de lei das mulheres negras demonstra que as barreiras estruturais, institucionais, políticas e sociais atingem as parlamentares negras de modo mais intenso. Além de propor, as deputadas e senadoras precisam de traquejo político e apoio de homens brancos, que são maioria, para conseguir aprovar seus projetos.

Para que as mulheres negras tenham suas pautas efetivamente atendidas e sejam representadas politicamente, destacamos três grandes barreiras que precisam ser superadas:

- Primeiro: conseguir participar do processo eleitoral e se eleger, tendo em vista as dificuldades estruturais de acesso ao parlamento, que inclusive enfrenta fraudes nas cotas raciais;
- Segundo: ter parlamentares eleitas comprometidas com pautas específicas para mulheres negras;
- Terceiro: efetivar as políticas propostas, transformando-as em leis, que sejam realmente aplicadas.

O resultado dessa análise vem ao encontro do que defendem os autores citados neste trabalho: Urbinati (2006) e Almeida (2014) no âmbito da representação; Mendonça (2012) no aspecto do reconhecimento; Matos (2018) na inclusão democrática e Carneiro (2019) sobre raça e representação.

Em se tratando de democracia, o ato de votar é importantíssimo, mas não é suficiente para a existência de uma representação democrática. Para ter uma representação adequada, é necessário antes que haja o reconhecimento de quem o cidadão é, no coletivo e de forma individual, entendendo as opressões impostas, para perceber as desigualdades que limitam a liberdade das pessoas e as representações.

A promoção da igualdade de gênero e de raça está entre os principais desafios da democracia brasileira. Levando em consideração aspectos históricos, sociais, culturais e econômicos, as mulheres precisam de políticas específicas e as mulheres negras ainda mais, pois estão atrás das mulheres brancas e dos homens negros na conquista de direitos.

Apesar das possíveis fraudes e/ou tentativas de burlar a legislação eleitoral quanto à declaração racial, a produção legislativa voltada para as mulheres e combate ao racismo tem crescido. Isso, por si só, já é um avanço. Entretanto, ainda não é suficiente para que exista de fato uma democracia representativa. Contudo, é importante reconhecer as limitações deste trabalho e contextualizar que analisamos apenas uma parte das atividades das deputadas e senadoras federais, entendendo que o cargo tem mais funções e atribuições, bem como maior duração, que também precisam ser analisadas para compreender, de forma integral, a representatividade e a representação dos mandatos.

7 ENTRE O PATRIARCADO RACISTA E A DECOLONIALIDADE FEMINISTA: AS IDENTIDADES DO LEGISLATIVO FEMININO NEGRO

A ferida do presente ainda é a ferida do passado e vice-versa; o passado e o presente entrelaçam-se como resultado. [...] Somos quem descreve, somos quem narra, somos autoridade da nossa própria realidade. Assim, tornamo-nos sujeito.

Grada Kilomba (2019)

Tudo que uma parlamentar faz contribui para construir sua identidade. A maneira como se identifica, o modo como fala, a maneira que se veste, os adereços que utiliza, o que mostra nas redes sociais, os assuntos que dá destaque, as proposições que apresenta, as pautas que defende, as frentes parlamentares e comissões que integra, a manifestação dos votos contrários ou favoráveis, os acordos e alianças políticas que faz, os eventos de que participa, os movimentos sociais em que atua e a maneira que se posiciona em debates públicos constroem sua identidade representativa. Todos estes aspectos estão interligados e fazem parte das relações estabelecidas e dos sentidos produzidos pelas parlamentares negras em seu processo comunicacional, que inclui produção – circulação – consumo.

Desta forma, para realizar uma análise cultural sobre as identidades e representações das legisladoras negras, com base nas dimensões de tecnicidade, ritualidade, socialidade e institucionalidade, dividimos a interpretação das entrevistas em três categorias analíticas: modo de acesso ao parlamento (movimentos sociais e/ou herança política); estratégias discursivas utilizadas no *Instagram* (religião, raça, reprodução do machismo, feminismo) e produção legislativa (proposições específicas para mulheres e/ou mulheres negras). A análise foi realizada por meio da base teórica apresentada, interligando com as informações coletadas sobre as deputadas e senadoras negras nos sites institucionais da Câmara e do Senado, no *Instagram*, nos projetos de lei e nas entrevistas realizadas com as deputadas Denise Pessoa (PT/RS) e Dayany do Capitão / Dayany Bittencourt (União/CE).

7.1 Institucionalidades e sociabilidades: modos de acesso das mulheres negras ao Poder Legislativo

O acesso de mulheres negras ao parlamento tem ocorrido, principalmente, por duas maneiras: atuação em movimentos sociais ou por herança política. E a maneira como se dá esse acesso reflete diretamente na atuação que elas têm no exercício da função parlamentar, pois quanto mais envolvida em movimento social, mais engajadas elas são com pautas feministas e questões raciais.

Nossa primeira entrevistada, Denise Pessôa (PT/RS), exemplifica bem essa constatação. Filha de uma professora e de um pedreiro, ela relata que foi "criada no meio dos movimentos sociais". A mãe era servidora pública e participava de sindicato e associação de servidores. Já o pai era uma liderança comunitária.

Ele me levava muito a manifestações e protestos por melhorias para o bairro que a gente cresceu, que era um bairro periférico. E foi aí que eu acabei me envolvendo também nos movimentos sociais. Fui da Pastoral da Juventude, fui dirigente estudantil e depois acabei sendo, acabei me tornando vereadora com 24 anos, então, fui uma das mais jovens eleitas aqui. Na época, fui a mais jovem eleita na cidade [informação verbal³⁹].

O envolvimento com a associação de moradores influenciou a deputada na escolha da profissão e também na atuação política.

Desde os movimentos comunitários com o meu pai, que eu acabei também participando da associação de moradores, da luta por moradia e por isso que eu acabei também estudando, fazendo Arquitetura e no trabalho, onde eu atuei como vereadora, como deputada, eu sempre procuro tratar dessa questão da moradia, da cidade, do direito à cidade como um todo [informação verbal].

Em contrapartida, Dayany do Capitão / Dayany Bittencourt (União/CE) tem uma vivência completamente diferente de Denise Pessôa (PT/RS), é herdeira política do marido, o Capitão da Polícia Militar, Wagner Sousa (União). Ele já havia sido vereador em Fortaleza (CE), deputado estadual e federal pelo Ceará. Nas eleições de 2022, foi candidato ao Governo do Ceará e lançou a esposa como candidata a deputada federal. Ele saiu derrotado, mas ela venceu. Assim, ele segue, indiretamente, na política. Em 2024, Capitão Wagner foi candidato a prefeito de Fortaleza, porém, não conseguiu se eleger.

Tá, é o seguinte, não vou mentir, nunca pensei em entrar na política, nunca pensei, né? E o meu esposo entrou na política e eu vendo o trabalho dele, eu vendo os resultados do trabalho dele, isso começou a me encantar pra entrar na política. [...] Eu percebi que, se eu desse essa oportunidade pra mim mesma entrar, ficar próxima

³⁹ Entrevista concedida para esta pesquisa por Denise Pessôa (PT/RS), via *Google Meet*, em 08.07.2024.

ao público, ficar próxima às causas que eu defendo, eu iria gostar, só que eu não sabia que eu iria me apaixonar [informação verbal⁴⁰].

O relato da deputada romantiza sua visão da política e coloca o trabalho do marido como um espelho para o trabalho dela. Ela existe apenas em comparação ou complementação a ele; é praticamente um não-lugar. Além disso, chama os cidadãos/eleitores de público, dando caráter empresarial para a política e não institucional e social. Questionada se é herdeira política do marido, Dayany Bittencourt (União/CE) diz que sim, mas no sentido de dar continuidade ao trabalho dele como deputado federal, não de transferência de votos ou de facilidade na eleição porque ele já tinha um reduto eleitoral.

Não facilitou. Não foi tão fácil. Por quê? Meu esposo foi o deputado federal mais bem votado do estado do Ceará, 394 mil votos. Eu tirei 54 mil votos e uns quebrados. [...] E graças a Deus, esse trabalho que a gente fez, é... Eu consegui não alcançar a quantidade de votos dele, mas eu consegui alcançar uma quantidade de votos onde me permitiu conquistar uma vaga na Câmara Federal [informação verbal].

Para a deputada, eleger-se é difícil para qualquer pessoa, "independente de você ter algum político na família, se você não fizer um trabalho, não dá certo pra ninguém. Entendeu? [...] É difícil das duas formas, não é fácil" [informação verbal].

Na nossa concepção, Dayany Bittencourt é um exemplo clássico de herdeira política, condição comum na política brasileira, onde homens lançam suas esposas, filhos (as) e/ou netos (as) como postulantes a algum cargo eletivo. É uma maneira de manter um legado e de não sair do cenário político, pois mesmo quando não se está exercendo algum cargo eletivo, como é o caso de Capitão Wagner (União/CE) no momento, consegue-se manter o grupo, a base eleitoral ativa. Além de Dayany Bittencourt (União/CE), identificamos como herdeiras políticas também Amanda Gentil (PP/MA), que tem pai e avô políticos; Laura Carneiro (PSD/RJ), que é filha de político; Nely Aquino (Podemos/MG), que tem irmão político; Andreia Siqueira (MDB/PA), Antônia Lúcia (Republicanos/AC), Detinha (PL/MA), Dilvanda Faro (PT/PA), Ivoneide Caetano (PT/BA), Meire Serafim (União/AC), Renilce Nicodemos (MDB/PA) e Ana Paula Lobato (PDT/MA), que são casadas com políticos.

No total, são 12 parlamentares que identificamos como herdeiras políticas. Todas elas são autodeclaradas pardas, com exceção de Dayany Bittencourt (União/CE) e Dilvanda Faro

⁴⁰ Entrevista concedida para esta pesquisa por Dayany Bittencourt (UNIÃO/CE), via *Google Meet*, em 23.07.2024.

(PT/PA), que declaram-se pretas, porém têm o tom de pele mais claro. Outro fato que merece destaque é que a maior parte delas é integrante de partidos de direita.

Oriundas de movimentos sociais, além de Denise Pessôa (PT/RS), temos Benedita da Silva (PT/RJ) - movimento negro, feminista e sindical; Carol Dartora (PT/PR) - movimento negro, sindical e LGBTQIAP+; Daiana Santos (PCdoB/RS) - movimento de luta pela saúde pública e LGBTQIAP+; Dandara Tonantzin (PT/MG) - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), movimento estudantil e pastorais da Igreja Católica; Erika Hilton (PSOL/SP) - movimentos de luta por direitos humanos e comunidade LGBTQIAP+; Jack Rocha (PT/ES) - movimento sindical e da juventude; Talíria Petrone (PSOL/RJ) - movimentos negro, feminista, de direitos humanos e comunidade LGBTQIAP+; Alice Portugal (PCdoB/BA) - movimento sindical e feminista; Lídice da Mata (PSB/BA) - movimento sindical e estudantil.

Identificamos 10 parlamentares vindas de movimentos sociais, sendo oito autodeclaradas pretas e apenas Alice Portugal (PCdoB/BA) e Lídice da Mata (PSB/BA) que são pardas. Todas elas são integrantes de partidos de esquerda.

Temos ainda três parlamentares que vieram da área da comunicação e são jornalistas: Silvia Cristina (PL/RO); Cristiane Lopes (União/RO) e Silvyne Alves (União/GO). Há duas servidoras públicas: a Delegada Ione Barbosa (Avante/MG), com atuação na Delegacia de Atendimento à Mulher; e Maria Rosas (Republicanos/SP), professora da rede municipal e estadual, porém trabalhou em entidade filantrópica com atuação voltada para pessoas com deficiência. Por fim, Helena Lima (MDB/RR), que é empresária e proprietária de uma empresa que atua no transporte de passageiros por ônibus.

Neste aspecto, observamos a manifestação da institucionalidade e da socialidade, pois relaciona a origem política das mulheres negras, a influência da estrutura social sobre essa formação (contexto social, construção de imagens e identidades no convívio) e o cargo ao qual elas chegaram, de parlamentares na Câmara ou no Senado.

7.2 Técnicas e ritualidades: estratégias discursivas das parlamentares negras

Nos perfis do *Instagram* das parlamentares, observamos a mediação da técnica, que se manifesta nas estratégias discursivas utilizadas por elas para apresentarem-se na rede social e para divulgar a atividade parlamentar. Em sintonia com a ritualidade, que trata do consumo, aqui focando na produção do que será consumido, investigando com quem as parlamentares querem se comunicar a partir dos discursos que adotam.

Para esta dissertação, analisamos, inicialmente, a *bio*/biografia dos perfis do *Instagram* das 29 legisladoras (27 deputadas e 2 senadoras), que é o espaço onde o usuário pode colocar informações sobre ele e/ou seu trabalho com até 150 caracteres. Encontramos informações referentes a sete áreas: bandeiras/pautas; atividade parlamentar; profissão/formação; orientação sexual; gênero; religião/fé; estado civil e maternidade.

O discurso religioso, especialmente o cristão evangélico, é bastante utilizado, principalmente por parlamentares de direita. Benedita da Silva (PT/RJ), por exemplo, é evangélica, mas não informa isso em sua *bio*. Ela utiliza o espaço para reafirmar suas pautas: combate ao racismo e a fome, além de ecoar as vozes da favela, mulheres, juventude e Cultura. Em contrapartida, Cristiane Lopes (União/RO) define-se como “serva de Cristo”; Helena Lima (MDB/RR) como “temente a Deus”; Maria Rosas (Republicanos/SP) é “cristã”; Meire Serafim (União/AC) também é “temente a Deus” e Eliziane Gama (PSD/MA) é “cristã”.

No período observado inicialmente, em 2023, Dayany Bittencourt não colocou em sua *bio* que é evangélica, mas durante a entrevista, falou que é “cristã”, inclusive ao ser questionada se é feminista.

Feminista? Eu sou cristã. Feminista, não. Não, eu sou cristã. Eu me considero uma mulher de Deus. Uma mulher que luta pela família, que luta pela sociedade. Eu sou uma mulher que... Que olha para o povo, que enxerga o povo, independente da sua escolha [informação verbal].

A parlamentar afirma que luta pela garantia dos direitos das mulheres, mas não denomina essa luta como ser feminista.

[...] eu não rotulo esse nome feminista para gerar o direito das mulheres. Eu não vou rotular, isso que se fala, né? Não vou colocar esse nome. Eu luto pelos direitos das mulheres. Eu sou uma pessoa cristã que luta pelos direitos das mulheres. Eu não preciso ter esse nome, essa palavra, comigo. Eu luto pelos direitos das mulheres. Se for bom para as mulheres, tô lá. Se for mau para as mulheres, não contem comigo [informação verbal].

Ser feminista é colocado pela parlamentar como uma contraposição a ser cristã, de uma forma que sutilmente “demoniza” o feminismo. Depreende-se que para ser cristã, não se pode ser feminista ou que toda feminista é, necessariamente, anti-cristã. A apropriação do discurso religioso vem sendo cada vez mais utilizado por homens e mulheres, principalmente de direita, como justificativa para acessar cargos políticos. De acordo com o IBGE, o número

de evangélicos no Brasil cresceu cerca de 61,5% nos últimos 10 anos⁴¹, consequentemente, eles representam uma parcela significativa e decisiva nas eleições. Neste cenário, na disputa eleitoral de 2022 foi eleita a maior bancada evangélica da história⁴². É importante ressaltar que nem todos os parlamentares evangélicos pertencem à bancada, pois além da filiação religiosa, a maioria dos membros compartilha valores e visões de mundo alinhados ao conservadorismo, e faz oposição, por exemplo, a pautas relacionadas à ideologia de gênero e à legalização do aborto e das drogas (Sestrem, 2022).

Denise Pessôa (2024), por sua vez, não apenas deixou explícito em sua *bio* do *Instagram* que é feminista, como reforçou essa identidade ao se apresentar durante a entrevista. “Sou uma mulher negra, mãe, feminista e carrego comigo o signo dos movimentos sociais populares”, descreveu-se. A parlamentar não faz qualquer referência à religião durante sua entrevista. O único momento em que ela trata sobre a temática religião é apenas uma citação referente à sua produção legislativa, ao informar que tem projetos voltados para religiões de matriz africana. Entretanto, não fala, em nenhum momento se tem alguma religião ou maneira de professar sua fé. Ressaltamos que, nas entrevistas, não foi colocada nenhuma questão referente à religião/fé. Portanto, a maneira que Dayany Bittencourt (União/CE) e Denise Pessôa (PT/RS) abordam ou não essa temática não foi provocada por questionamentos, assim o tema da religiosidade foi abordado por cada uma sem direcionamentos e cada uma deu a importância que quis.

Na *bio* do *Instagram*, apenas três deputadas definem-se expressamente como “feminista”. Além de Denise Pessôa (PT/RS), Talíria Petrone e Lídice da Mata (PSB/BA). O que não significa que entre as demais negras não haja feministas. Outras cinco legisladoras, do mesmo modo que Dayany Bittencourt (União/CE), descrevem-se como defensoras das mulheres: Benedita da Silva (PT/RJ), Dayany do Capitão, Dilvanda Faro (PT/PA), Andréia Siqueira (MDB/PA), Delegada Ione Barbosa (Avante/MG) e Laura Carneiro (PSD/RJ). Mas neste âmbito, a defesa das mulheres é discursivamente diferente, as parlamentares de esquerda têm uma atuação ligada ao movimento feminista e negro, o que não se observa nas parlamentares de direita.

⁴¹Número de evangélicos cresce 61% no Brasil, diz IBGE. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/numero-de-evangelicos-cresce-61-no-brasil-diz-ibge,c0addc840f0da310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>. Acesso em: 17 ago. 2024

⁴²Bancada evangélica terá recorde de membros para enfrentar pautas progressistas no Congresso. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/bancada-evangelica-congresso-tera-recorde-membros-proxima-legislatura/>. Acesso em: 17 ago. 2024.

7.2.1 A cor em negociação na política

As parlamentares federais negras são em sua maioria autodeclaradas pardas e têm o tom de pele claro. Logo no início, assim que visualizamos as imagens das deputadas e senadoras, isso nos levou a questionar se houve apropriação das cotas raciais eleitorais para que se beneficiassem na corrida eleitoral, entretanto, a questão da declaração de cor no Brasil, que é um país com forte miscigenação de negros, brancos e indígenas, é algo complexo e difícil, principalmente para quem não é retinto. Quando se tem a pele clara, apenas o tom não é suficiente para classificar a pessoa como negra.

Por exemplo, nas bancas de heteroidentificação de universidades públicas, que validam as autodeclarações raciais, além da cor da pele, é observado se o candidato apresenta traços negroídes, textura do cabelo, formato do rosto, nariz e lábios. Entretanto, até essas características, devido ao processo de embraquecimento e negação a qual a população negra foi submetida, podem ser alteradas. Assim como a textura e a cor do cabelo pode passar de crespa ou cacheada, para alisada e loira, o nariz pode ser afilado, por meio de procedimentos estéticos. Ou seja, só o tom da pele não era suficiente para nos embasar para questionar ou definir a negritude das parlamentares autodeclaradas pretas ou pardas. Essa definição só viria a partir da interpretação de uma série de fatores, que vai desde a trajetória pessoal e familiar dessas mulheres, passa pela vida pública até chegar ao Congresso Nacional, observando a repercussão em suas atuações legislativas.

Denise Pessôa (PT/RS) e Dayany Bittencourt (União/CE) são autodeclaradas pretas, mas visualizando suas fotos, nós as vimos como pardas, pois têm o tom de pele mais claro. A nossa percepção vai ao encontro das características e vivências pessoais sobre o que é ser negro no Brasil, mas a nossa interpretação não pode ir contra a vivência das pessoas estudadas. Denise Pessôa relatou que sempre se viu como uma pessoa negra, principalmente a partir da adolescência, após ingressar no movimento estudantil, compreendeu suas origens, sua identidade e o feminismo. Ela não aceita ser definida como parda e diz ter essa compreensão antes mesmo de iniciar na política.

Tipo, pardo é uma, sei lá, é uma forma de diminuir a minha ancestralidade, então, eu sou negra. Mas aí, agora a Justiça Eleitoral, ela insiste em classificar pessoas pardas, né? E aí eu estava dizendo, gente, eu não vou ser obrigada agora a me identificar como parda, né? Eu não me identifiquei, não. Mesmo antes, quando eu não tinha sei lá, financiamento de campanha, sabe? Desde a minha primeira campanha, em 2008, tá lá, né? Negra [informação verbal].

A parlamentar, que é de um município de colonização italiana, relatou que já enfrentou diversos episódios em que sofreu racismo, comuns a pessoas negras, como não ser atendida em uma loja; perguntarem se trabalhava no local que estava. Na Câmara de Caxias do Sul (RS), onde foi vereadora por quatro mandatos consecutivos, quando iniciou era comum questionarem com qual parlamentar ela trabalhava. Não cogitavam a possibilidade de que ela fosse a legisladora. E esse tipo de situação é comum até hoje. A legisladora narrou uma situação que ocorreu na sua posse na Câmara Federal: “Eu achei engraçado, no dia da posse, o meu pai é um homem negro, né? Então, ele tem a pele muito mais escura, né? E, na posse, ele estava de terno e as pessoas se portavam a ele como se ele fosse deputado [risos] E eu, as pessoas perguntavam se eu trabalhava com qual deputado, né?” [informação verbal].

Este episódio nos remeteu ao que Maria Lugones (2014) e Lélia Gonzalez (2020) nos dizem sobre vivermos em uma sociedade hierarquizada, na qual a mulher negra é a base. Um homem negro, bem vestido (é bom que se ressalte), na Câmara Federal, até pode ser um deputado, mas uma mulher negra não. Neste espaço, ela é associada, primeiramente, a um papel de serviço, ou seja, de alguém que estaria ali trabalhando para algum parlamentar, jamais seria ela a titular do cargo máximo daquela Casa de Leis.

Dayany Bittencourt também afirmou que sempre se viu como uma mulher negra. A clareza sobre sua identidade étnica veio na adolescência.

Descobri que eu era uma pessoa negra, uma mulher negra, uma criança, uma adolescente negra, na minha adolescência. Já, assim, já partindo quase de criança pra adolescência, até então a gente acha que todo mundo é igual e quando a gente vai percebendo que um é branco, o outro é negro e aí eu comecei a perceber isso [informação verbal].

A deputada, que é casada com um homem branco e tem um casal de filhos brancos, relatou um episódio de racismo que sofreu e a marcou bastante. Ela estava em um cursinho, com o filho no colo, e aguardava o marido que estava ministrando aula, quando uma pessoa se aproximou.

Lembro como se fosse hoje. Veio uma pessoa, se aproximou de mim e disse: a mãe dele está assistindo aula ali dentro? Aí eu disse, não, a mãe dele sou eu. A mãe dele não está assistindo aula, não, que a mãe dele sou eu. Ah, você que é a mãe dele? Eu disse, sim, eu sou a mãe dele. É que o meu esposo é branco. Aí ela, tá certo, desculpa. Eu digo, não, tranquilo. Mas aquilo, na hora, doe um pouco, né? Porque eu nunca tinha passado por isso, nunca tinha presenciado esse tipo de situação. E aí, depois disso, já vieram várias, várias coisas [risos] [informação verbal].

Neste momento, eu, Nayara Cristina, aciono novamente, a narrativa na 1ª pessoa do singular, para relatar uma memória de algo semelhante que ocorreu com uma de minhas irmãs e eu presenciei. Minha irmã Alice é negra, também casou-se com um homem branco e tem um casal de filhos. A filha mais velha, Thaís, é branca e tem os olhos verdes. Certa vez, quando aguardávamos um ônibus, uma mulher questionou se minha irmã era a babá da criança branca que estava em seu colo. Na época, eu era adolescente, não sabia ainda que aquela situação tratava-se de uma prática racista, mas senti, porque não é necessário saber o que é racismo para senti-lo, sabendo ou não do que se trata, ele fere. E me feriu, lembro que chorei depois, escondido. Também foi algo que me marcou profundamente.

Esses casos de racismo, vividos por Alice e Dayany Bittencourt, remetem ao estereótipo da doméstica descrito por Lélia Gonzalez (1984). A mulher negra associada à imagem da pessoa que cuida da casa e dos filhos da patroa. Uma mulher negra com uma criança branca é logo associada à babá dela e não a figura de mãe.

Entre as 29 parlamentares autodeclaradas negras, identificamos oito que já haviam se declarado como brancas em eleições anteriores, são elas: Alice Portugal (PCdoB/BA), Cristiane Lopes (União/RO), Delegada Ione Barbosa (Avante/MG), Detinha (PL/MA), Laura Carneiro (PSD/RJ), Maria Rosas (Republicanos/SP), Nely Aquino (Podemos/MG) e Eliziane Gama (PSD/MA).

Entre as 18 parlamentares autodeclaradas pardas, oito delas, para nós, são mulheres brancas, considerando os aspectos de socialidade, sendo sete deputadas e uma senadora, como é possível verificar na Tabela 5.

Tabela 16 - Parlamentares pardas lidas como brancas pela autora

Amanda Gentil (PP/MA)	Andreia Siqueira (MDB/PA)	Antônia Lúcia (Rep/AC)
		
Detinha (PL/MA)	Nely Aquino (Podemos/MG)	Renilce Nicodemos (MDB/PA)



Fonte: Elaborada pela autora com fotos retiradas dos perfis das parlamentares no *Instagram*.

Entretanto, como dissemos anteriormente, acreditamos que, apenas baseadas nas imagens, não podíamos definir se elas são negras. Além de procedimentos estéticos, que podem influenciar na fisionomia e na aparência destas mulheres, há também os filtros e programas de edição de fotos que podem ser utilizados nas redes sociais. Os filtros são ferramentas usadas para retoques de beleza, maquiagem e rejuvenescimento, inclusive, há dispositivos que embranquecem rostos negros e promovem padrões eurocêtricos de beleza, como aborda Silva (2020), ao tratar de racismo algoritmo.

Um caso que destoou das demais parlamentares, para além de nossas percepções, foi da deputada Cristiane Lopes (União/RO). Quando entramos em contato, via *Whatsapp*, com a assessoria dela para solicitar a entrevista e informamos que se tratava de uma pesquisa referente às parlamentares federais negras, a pessoa responsável⁴⁴ quis saber se ela poderia participar mesmo não sendo negra. “Poxa, que legal! Só tem um detalhe, a deputada Cristiane Lopes não é negra. Tem algum problema?” [informação verbal]⁴⁵. Informamos que ela declarou-se parda ao TSE e, de acordo com o IBGE, negros são pardos e pretos. Ao que a assessoria respondeu: “Eu vou falar com ela e aí eu te dou uma posição” [informação verbal].

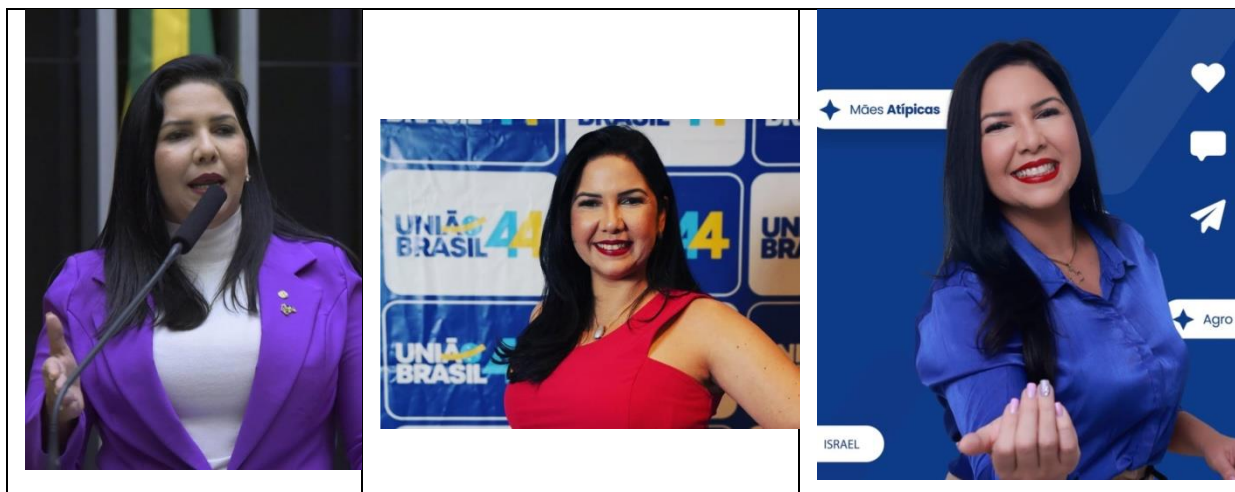
⁴³ Em abril de 2024, Ana Paula Lobato saiu do PSB e filiou-se ao PDT.

⁴⁴ Optamos por não informar a identidade da pessoa, para evitar qualquer tipo de retaliação ou constrangimento, tendo em vista que o foco aqui é a deputada e não sua assessoria, que são trabalhadores.

⁴⁵ O questionamento foi feito por mensagem de voz, enviada via *Whatsapp*.

Entretanto, não obtivemos mais resposta. Na Tabela 17 reunimos fotos retiradas do *Instagram* da deputada, nas quais ela apresenta diferentes tons da cor da pele.

Tabela 17 - Seleção de fotos de Cristiane Lopes (União/RO)



Fonte: @cristianelopesro

Esse episódio com Cristiane Lopes (União/RO) nos possibilitou analisar a ritualidade na perspectiva da recepção, pois a equipe da parlamentar também é consumidora da sua prática social, em consonância com a sociabilidade, referente ao convívio social, temos a construção de uma identidade no convívio, que vai além da imagem física.

Após analisar as *bios* do *Instagram*, as publicações referentes ao Dia Internacional da Mulher e ao Dia Nacional de Zumbi dos Palmares da Consciência Negra, os projetos de lei, a trajetória dessas parlamentares afirmamos que as mesmas não aparentam ser negras e também não se indentificam como negras na utilização das redes sociais, nem em suas produções legislativas. No caso específico de Cristiane Lopes (União/RO), ainda tivemos uma declaração de que ela não é negra dada por quem está perto dela, ou seja, ela não é lida socialmente como negra. Portanto, as informações obtidas apontam que elas se autodeclararam negras para obter benefícios eleitorais, usando a raça por conveniência política e para benefício eleitoral.

Entre as parlamentares autodeclaradas pretas, cinco delas declaram-se expressamente como “mulher negra” ou “negra” em suas *bios* no *Instagram*: Carol Dartora (PT/PR), Daiana Santos (PCdoB/RS), Jack Rocha (PT/ES), Talíria Petrone (PSOL/RJ) e Sílvia Cristina (PL/RO). Com exceção desta última, as demais são todas de esquerda, o que reforça nosso entendimento de que quanto mais envolvida em movimentos sociais, mais clareza essas

mulheres têm de suas identidades negras e na prática parlamentar, ou seja, não é apenas discurso, é ação. Entre as pardas, nenhuma utiliza esses termos.

7.2.2 O patriarcado como traço das identidades das parlamentares

O machismo estrutural e o patriarcado estão tão presentes como matriz cultural no Brasil que mesmo as mulheres que chegam ao poder legislativo acionam também como estratégia discursiva os papéis convencionais que foram atribuídos à mulher na sociedade, de cuidado com os filhos, a casa e a família, ou seja, o trabalho reprodutivo (Pateman, 1993).

Na *bio* do *Instagram*, 10 parlamentares utilizam palavras como: mãe, esposa, casada e avó para se autodescreverem. Detinha (PL/MA), Ivoneide Caetano (PT/BA), Renilce Nicodemos (MDB/PA) e Ana Paula Lobato (PDT/MA) decrevem-se como “mãe e casada”; Helena Lima (MDB/RR) e Lídice da Mata (PSB/BA) são “mãe e avó”; Meire Serafim (União/AC) é “casada”; Eliziane Gama (PSD/MA) é “esposa e mãe”; Denise Pessôa (PT/RS) é “mãe” e Dayany Bittencourt (União/CE) é “esposa”.

Denise Pessôa (2024) inclui a função materna em sua descrição, mas não se restringe a ela. Na *bio* ela é “mãe, arquiteta e urbanista, feminista e antirracista”. Durante a entrevista, ao ser questionada sobre “Quem é Denise Pessôa?”, ela respondeu: “Sou uma mulher negra, mãe, feminista e carrego comigo o signo dos movimentos sociais populares” [informação verbal]. Demonstrando clareza quanto a sua identidade e papel social.

Dayany Bittencourt (União/CE) também acrescenta mais informações em sua *bio*, além de esposa do @capitaowanersousa informa que defende “a família, animais, idosos, mulheres e a inclusão de verdade”. Em sua entrevista, ao ser questionada sobre “Quem é Dayany Bittencourt?”, ela formulou a seguinte resposta:

Eu sou a Dayany Bittencourt. Hoje, eu estou como deputada federal. Fui eleita com 54.300 e quantos votos? E alguma coisa, tá? E sou dona de casa, cuido dos meus filhos, cuido das minhas pets, cuido do meu marido, das coisas dele. Mesmo hoje estando como deputada federal, não deixo de fazer todas essas coisas [informação verbal].

A deputada acumula as funções de legisladora e de esposa tradicional, que cuida dos filhos, do marido e da casa. Ao dar destaque para essa situação, ela reproduz um discurso que naturaliza a sobrecarga a qual a mulher é submetida na sociedade. Este é mais um aspecto da trajetória de Dayany Bittencourt (União/CE) que demonstra o quanto sua atuação é ligada e subordinada ao marido. Quando lançou-se candidata, o nome registrado na urna foi “Dayany

do Capitão”. Seu perfil no *Instagram*, até o início do mandato era @dayanydocapitao e posteriormente foi alterado para @dayanybittencourt. Ela não possuía uma identidade como mulher autônoma, sua existência era restrita ao papel de esposa, situação que vem de encontro ao que explica Beauvoir (2014) em "O Segundo Sexo". De acordo com a autora, a mulher é definida como "o outro" em relação ao homem, que é visto como o padrão da humanidade. Essa construção social leva as mulheres à subordinação e à objetificação, pois desde a infância são educadas para serem submissas e dependentes do homem.

7.3 Para quem são as leis elaboradas pelas parlamentares negras?

Observando a produção legislativa das deputadas federais negras, percebe-se que há um predomínio de proposições voltadas para a garantia dos direitos e proteção das mulheres. A maior parte dos projetos de lei trata diretamente de alguma questão relacionada às mulheres, com destaque para medidas de enfrentamento a violência contra a mulher e também para políticas de cuidado e proteção de crianças, idosos e pessoas com deficiência, além de acesso à saúde e educação. Entretanto, quando se refere, especificamente, ao racismo, há uma produção menor de normas.

As proposições de Dayany Bittencourt (União/CE) se encaixam neste perfil. Em 2023, ela apresentou 459 proposições legislativas, destas 44 eram projetos de lei, dos quais 41 foram de iniciativa própria, ou seja, foi à autora. Nenhum deles tratava de benefícios específicos para as mulheres negras ou a população negra em geral. Essa constatação veio ao encontro de que a deputada respondeu durante a entrevista, ao ser questionada se o seu mandato era voltado para pautas raciais e combate ao racismo. "Eu avalio o meu mandato no geral. Eu não vou te botar só no racismo, porque não é uma causa que eu sou focada, mas no geral. É como eu disse, mulher, criança, idoso, animal. Então, assim, eu tô lá pra lutar por todas as causas. O que for melhor pro povo, eu tô lá" [informação verbal].

Já Denise Pessôa (PT/RS) apresentou 334 proposições em 2023, sendo 28 projetos de lei, dos quais 18 eram de sua autoria. Entre estes, quatro tratavam de benefícios específicos para a população negra e seis especificamente para mulheres negras. Durante sua entrevista, ao ser questionada se tem um mandato voltado para questões raciais, a deputada respondeu que sim. "A gente já apresentou vários projetos, a gente procura debater, investir, através de emendas também, projetos, tanto na questão da comunidade quilombola, na questão das religiões de matriz africana, projetos de combate ao racismo" [informação verbal]. A petista afirma que sua atuação sempre tem o recorte de gênero e raça, por entender que as mulheres

negras são mais vulneráveis. A legisladora cita como exemplo a alteração na reforma tributária, para garantir a isenção de impostos sobre itens da cesta básica.

Nós estamos falando da mulher negra, que é chefe de família, né? Que compra mais comida, então, se a gente baratear a comida, a gente está melhorando a vida dessa mulher. Porque hoje, no Brasil, quem mais compra comida são as mulheres. E as mulheres negras são, muitas são chefes de família, né? Então, tem várias questões que a gente tem que ir fazendo de forma transversal [informação verbal].

Dayany Bittencourt (União/CE) e Denise Pessôa (PT/RS) são autodeclaradas pretas, ainda assim percebemos na análise da produção legislativa delas uma diferença que já se mostrou evidente dentro do grupo de parlamentares negras. As parlamentares pretas e de esquerda têm uma atuação mais progressista e voltada especificamente para questões que atingem as mulheres negras. Já as parlamentares pardas, que são, em sua maior parte, de direita, têm uma atuação mais conservadora e com pautas voltadas para o papel social convencional da mulher.

Quando falamos de projetos voltados para as mulheres, não significa que as mulheres pretas não serão beneficiadas por eles. Uma das bandeiras de Dayany Bittencourt (União/CE), por exemplo, é a endometriose, doença que atinge mulheres independentemente de sua cor, portanto, as mulheres negras que têm endometriose certamente serão beneficiadas por tais proposições. Logo, é importante sim e necessário que projetos voltados para proteção e garantia de direitos da mulher sejam elaborados, mas, as mulheres negras precisam que suas representantes atuem para além desta limitação e levem em conta o viés racial. Não existe diferença entre uma parlamentar negra e uma parlamentar branca que atua “apenas” em benefício das mulheres. Mas, há uma diferença quando a parlamentar tem um olhar específico para a mulher negra.

7.4 Como as parlamentares negras utilizam o *Instagram*?

A presença de todas as parlamentares federais negras no *Instagram* já demonstra que a plataforma é uma ferramenta relevante e até mesmo necessária no processo comunicacional de agentes políticos na sociedade contemporânea. Elas não mantêm apenas um perfil na rede social, são ativas e produzem conteúdos constantemente. O ambiente permite que o parlamentar mantenha um contato constante com sua base, de modo mais informal e acessível, sem depender da mídia tradicional para levar sua mensagem. Além de possibilitar uma maior transparência nas ações, pois acaba se colocando em maior evidência, e permitir

que o político tenha seu lugar de fala, reforçando sua identidade, seu discurso e sua atuação política.

Nossas entrevistadas confirmaram o que dizem os dados do TSE sobre o *Instagram* ser a rede preferida dos políticos. Tanto Denise Pessôa (PT/RS) quanto Dayany Bittencourt (União/CE) afirmaram que é a rede social que mais utilizam, porém, a presença neste espaço não deixa de ser de certa forma uma imposição atualmente, para que consigam visibilidade.

Ambas as deputadas tem equipes que trabalham diretamente com seus perfis no *Instagram*, atuando no planejamento, produção e elaboração de conteúdo para a plataforma. Denise Pessôa (PT/RS) tem três pessoas. “Uma que fica em Brasília e duas em Caxias. Uma que fica mais me acompanhando e fazendo imagens, produzindo material e tal, e outra que fica na base e daí produz os conteúdos mais frios, que a gente chama, né? Que não é o dia a dia, e vai fazendo às vezes de *social media*” [informação verbal].

Já Dayany Bittencourt (União/CE) tem quatro pessoas que cuidam da sua Comunicação, com ênfase para as redes sociais. “São quatro pessoas que ficam responsáveis, ficam na linha de frente junto comigo, nas redes sociais. E essas quatro pessoas são as que comandam as minhas redes sociais, é isso” [informação verbal].

Mesmo tendo equipes, as duas parlamentares enfatizam que participam de todo o processo de produção de conteúdo para o *Instagram* e também produzem material. Dayany Bittencourt (União/CE) informou que a plataforma é a única de suas redes sociais que usa diretamente, as demais são geridas por sua equipe de comunicação. “Eu tô mais no *Instagram*. Respondo, eu tento responder as pessoas, eu mesma, entendeu? Só quando não dá. Mas eu tô sempre lá, respondendo os comentários. O que eu posso fazer, eu faço na rede social, no *Instagram*” [informação verbal]. Segundo a deputada, tudo que é produzido passa por ela e o seu grupo político.

Tudo é combinado, né? Tudo a gente tem um grupo, então tudo que a gente pensa em fazer é passado por mim, pelo grupo. Tipo assim, a última palavra não pode ser só a minha, porque eu trabalho com um grupo, então a última palavra é de todo mundo. Toda decisão é partida de todo grupo, não é só minha. A gente tem que entrar num consenso e soltar e dá certo [informação verbal].

Denise Pessôa (PT/RS) relatou que têm conteúdos que ela mesma faz também e a decisão sobre o que será publicado ou não, passa por sua anuência. “Eu estou sempre meio que coordenando, sabe? Acontece tal tema, gente, tem que falar tal coisa lá, fazer uma postagem sobre isso, sobre aquilo” [informação verbal].

A diferença de abordagem das deputadas evidencia mais ainda a falta de autonomia de Dayany Bittencourt (União/CE), quando a mesma afirma que a decisão final é o consenso do grupo. Além de passar a impressão de que é algo muito pensado e produzido, em contraposição ao posicionamento de Denise Pessôa (PT/RS), que transmite a idéia de que o poder de decisão final é somente dela, além do fato de que ela também propõe conteúdos, alertando a equipe de assuntos que precisam ter visibilidade, pois ela sabe o que é relevante dentro das pautas que defende. A produção de conteúdo não é algo esvaziado, tem sentido e propósito, não ocorre para atender a lógica mercantil de plataformização do *Instagram*.

Mesmo pertencentes a partidos com ideologias opostas, com atuação parlamentar e trajetórias diferentes, Dayany Bittencourt (União/CE) e Denise Pessôa (PT/RS) são vítimas de ataques machistas e misóginos nas redes sociais. Durante a entrevista, a deputada Dayany Bittencourt (União/CE) leu um dos comentários que já recebeu.

Sua maldita desgraçada, imunda, asquerosa... Está tudo aqui (aponta para o celular). Uma vergonha pro Nordeste. A lei do retorno nunca falha. A lei do retorno dando respostas. Espero que você... Espero que você seja estuprada. Espero que a sua filha seja estuprada. Espero que você morra, você e seus filhos [informação verbal]

A deputada diz que acompanha seus *directs* e comentários. “Vejo as pessoas falando coisas horríveis, sabe? Mas esses episódios só reforçam a importância de continuar lutando pelo povo, sabe? Eu não me deixo abater por isso, não” [informação verbal]. E acrescenta que entende esses ataques como uma consequência da vida pública. “A gente que está na vida pública, à gente está sujeito a essas coisas. E a gente gosta? Não. Quem é que gosta? Não é isso? Eu não gosto. Então é isso, tá?”.

Questionada se sente que os ataques são mais intensos com as mulheres, Dayany Bittencourt (União/CE) afirma que sim. “Nós, mulheres, nós estamos à mercê desses ataques bem mais severos, sabe? Eles achando que a gente não sabe se cuidar e não sabe responder. Mas estão enganados. A gente é mais forte do que eles pensam” [informação verbal]. Porém, a percepção da deputada não aponta para a situação como um reflexo da sociedade machista e patriarcal que vivemos, além de indicar que o problema pode ser enfrentado de forma individual, atribuindo uma força natural à mulher.

Denise Pessôa (PT/RS) relatou que sofre ataques tanto machistas quanto racistas, para ela, “as redes sociais sempre liberam o que as pessoas têm de pior” [informação verbal], pois falam coisas que pessoalmente não teriam coragem de expor.

Ao vivo, eu dificilmente tive ataque, sabe? Assim, da forma como é verbalizado numa rede social. Não, pessoalmente as pessoas não fazem isso, né? Mas em rede social tu vê muita... muitas situações. Ah, olha essa aí, veio lá do Garbim, tipo, do bairro que eu vim, que é bairro de periferia, né? Ah, quem que é essa aí? Essa negrinha? Não sei o quê, tem umas coisas assim? Tem, mas isso não é verbalizado pessoalmente, né? [informação verbal]

Segundo a deputada, em seu perfil no *Instagram*, os ataques até que são poucos atualmente. Mas no “pós-golpe contra a presidenta Dilma, dali para... Durante o governo Bolsonaro, nossa, era uma... Tinham aberto... não sei se é robô, mas é muito ódio na rede” [informação verbal]. Isso é um demonstrativo de que, além do machismo e do racismo, os ataques que sofre também abrangem o posicionamento partidário e ideológico de Denise Pessôa (PT/RS), que defende pautas progressistas e emancipatórias.

O relato das deputadas corrobora com o que já dissemos anteriormente. O *Instagram* faz parte do mundo vivido, dentro dele as pessoas reproduzem as mesmas práticas do mundo sem conexão com a *internet*, que foi construído com base em desigualdades sociais, políticas e econômicas. Além disso, a plataforma, assim como outras redes sociais digitais, não foi criada com o propósito de acolher minorias ou promover mudanças sociais de forma direta. Sua estrutura, plataformizada, é voltada para o mercado, funcionando como um espaço de consumo e publicidade, onde os algoritmos priorizam conteúdos que geram engajamento e lucro para a plataforma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela, porque tudo é desestabilizado a partir da base da pirâmide social onde se encontram as mulheres negras, muda-se a base do capitalismo.

Angela Davis (2017)

Esta dissertação teve como objetivo desenvolver uma análise cultural sobre as identidades e representações das parlamentares federais negras brasileiras, a partir de suas páginas públicas no *Instagram*, seus projetos de lei e relatos concedidos em entrevistas, acionando o protocolo teórico-metodológico das mediações (Martín-Barbero, 2009). Partindo do princípio de que o estudo da comunicação é abrangente e ultrapassa a interpretação conteudista e tecnicista; que a análise refere-se a práticas culturais, compreendendo a cultura não apenas como uma reprodução de hábitos e costumes, mas sim como um sistema de usos e apropriações, de relações e produções de sentidos, realizamos um estudo comunicacional que foi além da rede social.

O *Instagram* não está dissociado do mundo vivido. Logo, para um entendimento mais aprofundado de sua utilização, foi necessário ampliar nosso olhar para o processo histórico-social-cultural de formação da sociedade brasileira. Para isso, traçamos um caminho, relacionando dados empíricos, metodologia e categorias teóricas, que possibilitou estudar as mediações da comunicação das parlamentares federais negras. Além da análise da plataforma digital, a pesquisa abarcou ainda a produção legislativa das lesgisladoras e a realização de entrevistas.

Nosso olhar, no *Instagram*, focou no modo como as deputadas e senadoras se apresentam na biografia de seus perfis e nas publicações realizadas no *feed* em duas datas significavas para mulheres negras: o Dia Internacional da Mulher - 8 de março – e o Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra – 20 de Novembro. Já nas proposições legislativas, nossa atenção se concentrou na busca por matérias que tratassem de questões relacionadas aos direitos das mulheres e combate ao racismo. Com relação às

entrevistas, o intuito foi conhecer a percepção que as parlamentares têm de si próprias da utilização do *Instagram*.

Ao observar a maneira como as parlamentares federais autodeclaradas negras se apresentam na biografia do *Instagram*, seus discursos em publicações na rede social, seus projetos de lei e ouvi-las nas entrevistas, constatamos uma divisão clara entre as identidades e representações das legisladoras pretas e das pardas. As deputadas pretas são, em sua maioria, integrantes de partidos de esquerda, vêm dos movimentos sociais e têm uma atuação mais progressista, com bandeiras e causas voltadas, especificamente, para minorias como mulheres negras, indígenas e a comunidade LGBTQIAP+, além do combate ao racismo. Já as pardas são vinculadas a partidos de direita, a maior parte delas, com atuação mais conservadora, onde evocam a figura tradicional da mulher na sociedade de esposa, mãe, cuidadora e seguidoras da religião cristã eurocêntrica. Isto demonstra que não são apenas estratégias de visibilidade, mas a identificação destas mulheres repercute em suas atuações enquanto parlamentares.

A deputada ou senadora que se apresenta na *bio* do *Instagram* como mãe, esposa, cristã é a mesma que elabora projetos pautados em princípios como família, reforçando estereótipos de gênero, atribuindo o cuidado exclusivamente à mulher; a segurança pública punitivista, com penas mais duras e fortalecimento das forças de segurança; e trabalho autossuficiente, vinculando a ideia de sucesso a mérito. Muitas destas legisladoras estão inseridas em partidos que não priorizam agendas do movimento negro e do movimento feminista e até mesmo se opõem a políticas afirmativas.

Em contrapartida, a parlamentar que se apresenta como feminista e negra tem proposições voltadas para contemplar demandas específicas das mulheres negras, como políticas de combate ao racismo estrutural, acesso a direitos reprodutivos, equidade salarial e enfrentamento à violência de gênero e raça. As políticas para a área da segurança pública são focadas na prevenção, no combate às causas da criminalidade e não na punição. Para o campo do trabalho, também propõe medidas estruturais que mesclam proteção social e combate às desigualdades.

O antagonismo entre as parlamentares segue o mesmo sentido quando olhamos para as publicações referentes às datas comemorativas do Dia Internacional da Mulher e do Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra. Para as deputadas e senadoras que se apresentam como mães, esposas e cristãs, as postagens no Dia Internacional da Mulher seguem com tom celebrativo e despolitizada. Reforçam os estereótipos de gênero, exaltando a mulher como mãe e cuidadora, sem incluir a diversidade das mulheres existentes e tendo a maternidade como principal indicador da identidade feminina. Ignoram pautas feministas e as

lutas históricas do movimento. Abordam a luta por direitos iguais, mas sem citar a necessidade de políticas afirmativas ou cotas. Os atos que participam ou promovem na data são festivos, com ações voltadas para a estética da mulher e presentes.

Por outro lado, para as parlamentares feministas e negras, no Dia Internacional da Mulher, as publicações são em tom totalmente político. A data é para lutar, mobilizar, reivindicar, protestar e resistir. O 8 de março é retratado como um dia de luta e resistência histórica das mulheres por direitos, especialmente os trabalhistas, sociais e reprodutivos. O foco está na busca pela igualdade de gênero e no combate a violências e às opressões estruturais, resultantes do machismo, do racismo e da desigualdade socioeconômica. Além de ser interseccional e inclusivo, pois fazem a defesa dos direitos de mulheres negras, indígenas, idosas, jovens, com deficiência física, LGBTQIAP+, periféricas, do campo e da cidade, reconhecendo que diferentes opressões afetam as mulheres de forma desigual.

No Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra, data que foi reconhecida como feriado em todo o país, pela primeira vez em 2024, as celebrações seguem de maneiras antagônicas. As parlamentares que são “mãe, esposa e cristã”, fazem referência a data de maneira superficial, sem se aprofundar em nenhuma pauta e ignoram a figura histórica de Zumbi. Já as legisladoras “feministas e negras” fazem postagens ressaltando que a data também é um dia de luta e resistência. Celebram o feriado, ressaltando que é uma conquista histórica; destacam a figura de Zumbi e Dandara dos Palmares, entre tantas outras figuras históricas e ancestrais; participam de manifestações nas ruas, com entidades e ativistas do movimento negro; comemoram as conquistas alcançadas, mas reforçam que ainda há muito pelo que lutar; fazem publicações educativas, explicando o significado da data e porque ela é necessária.

A quantidade de publicações que as parlamentares produziram nas datas também demonstra que, estes dias são mais relevantes para as feministas e negras. No Dia Internacional da Mulher foram produzidas 86 publicações pelas legisladoras. Já no Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra elas fizeram 51 publicações. A maior parte das deputadas e senadoras fez mais de uma postagem nas datas, com destaque para a deputada Benedita da Silva (PT/RJ), que fez oito *posts* em 8 de Março e 11 em 20 de Novembro. Por outro lado, tivemos também cinco parlamentares que não produziram nenhum conteúdo no Dia da Consciência Negra: Amanda Gentil (PP/MA), Cristiane Lopes (União/RO), Delegada Ione Barbosa (Avante/MG), Detinha (PL/MA) e Maria Rosas (Republicanos/SP). Mais do que um demonstrativo de desprezo pela data, pela população

negra e por tudo que ela representa, estas parlamentares demonstram também que não são negras e não se preocupam com as pautas relevantes para o movimento negro.

Este panorama evidencia ainda mais a necessidade de lutar pela manutenção e aprimoramento da democracia brasileira. O ato de votar é importantíssimo, mas não é suficiente para a existência de uma representação democrática. Para ter uma representação adequada, é necessário antes que haja o reconhecimento de quem o cidadão é, no coletivo e de forma individual, entendendo as opressões impostas, para perceber as desigualdades que limitam a liberdade das pessoas e as representações.

A promoção da igualdade de gênero e de raça está entre os principais desafios da democracia brasileira. Levando em consideração aspectos históricos, sociais, culturais e econômicos, as mulheres precisam de políticas específicas e as mulheres negras ainda mais, pois estão atrás das mulheres brancas e dos homens negros na conquista de direitos e, proporcionalmente, estão em menor número do que as indígenas nas Casas de Lei. As mulheres negras foram submetidas durante séculos à exploração de sua força de trabalho, tiveram suas histórias e culturas apagadas e suas vozes silenciadas. Estiveram relegadas à servidão e à exploração sexual, o que as levou para a situação desigual na sociedade contemporânea.

O Congresso Nacional é um espaço de poder, de tomada de decisões. As mulheres negras que chegaram a este ambiente, independentemente de suas trajetórias anteriores, ascenderam socialmente ao ocupar este lugar. À medida que o/a negro/a ascende aos espaços de poder, precisa dizer e reforçar sempre quem é, o que quer e o que defende, pois isso não está posto. É uma “figura” nova nestes ambientes, formatado sem a presença dos seus.

A imagem da mulher negra que ocupa o cargo de parlamentar federal ainda está sendo construída. Ela chegou a esta função há pouco tempo e é minoria no ambiente, porém, apesar das fraudes e/ou tentativas de burlar a legislação eleitoral, a quantidade de legisladoras negras vem crescendo. Os resultados obtidos neste estudo demonstram a necessidade urgente de elegermos mais mulheres negras que sejam, efetivamente, progressistas e defendam de fato os direitos, específicos, das mulheres negras. O caminho, acreditamos, passa por três medidas: investimento em educação como ferramenta de conscientização, implementação de políticas que coíbam fraudes das cotas de gênero e raça, e, a luta/resistência, pois como nos disse Benedita da Silva (PT/RJ): “Precisamos voltar a marchar!”. Nesse sentido, a comunicação é um espaço estratégico de mediação das trajetórias, das lutas, dos movimentos que pode atuar pedagogicamente junto à sociedade, promovendo conhecimento sobre representatividade e sobre como votar melhor.

As vivências das parlamentares negras não vão alterar o passado, não mudarão a maneira como foi constituída a identidade da mulher negra no Brasil atual, mas, certamente vão contribuir com as mudanças que estão ocorrendo e que refletirão nas estruturas sociais, culturais e históricas, gestando novas identidades por mulheres negras, que se sintam efetivamente representadas em espaços de decisão.

REFERÊNCIAS

ACM Neto: entenda como funciona a autodeclaração racial nas eleições. **Estadão**, 22 setembro 2022. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/acm-neto-entenda-como-funciona-a-autodeclaracao-racial-nas-eleicoes/>. Acesso em 10 de jul. 2023

AGÊNCIA SENADO. Dia da Consciência Negra se torna feriado nacional. **Senado Notícias**, Brasília, 22 dez. 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/12/22/dia-da-consciencia-negra-se-torna-feriado-nacional>. Acesso em: 28 jan. 2025.

ALMEIDA, Débora R. Representação como processo: a relação Estado/sociedade na teoria política contemporânea. **Revista de Sociologia e Política**, v.22, n.50, pp.175-199, 2014.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ALVES, Alê. Angela Davis: “Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”. **El País**, São Paulo, 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/27/politica/1501114503_610956.html Acesso em: 09 jan. 2024.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Nova Fronteira, 2014.

BENTES, Anna. **Quase um tique: economia da atenção, vigilância e espetáculo em uma rede social**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2021.

BESSA, Alexandre Regattieri. **Influenciadores em redes sociais digitais: uma análise aplicada ao Instagram: o processo de desenvolvimento do ambiente e das possibilidades interativas em comunicação**. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e política: uma introdução**. Boitempo Editorial, 2015, edição Kindle.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Quem são os deputados**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/quem-sao/resultado?search=&partido=&uf=&legislatura=57&sexo=F>. Acesso em 19 jul. 2023.

BRASIL. Senado Federal. **Senadores em exercício**. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/senadores/em-exercicio?_gl=1*16l4xl3*_ga*NzA0NjUxMjYyLjE2ODE4MzE4NDE.*_ga_CW3ZH25XMK*MTY5MTQwNTUxOS4xMS4wLjE2OTE0MDU1MTkuMC4wLjA. Acesso em 20 jul. 2023.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

CARDOSO, Letícia Conceição Martins. **As mediações no Bumba Meu Boi do Maranhão: uma proposta metodológica de estudo das culturas populares**. 2016

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 324-333.

CARRICONDE, Gabriel. Cresce participação de mulheres negras na política, mas violência persiste. **Brasil de Fato**, Curitiba, 31 de jul. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/07/31/cresce-participacao-de-mulheres-negras-na-politica-mas-violencia-persiste>. Acesso em: 05 de ago. 2023.

CASTRO, Yeda Pessoa de. **Das línguas africanas ao português brasileiro**. Afro-Ásia, n. 14, 1983.

COIRO MORAES, A. L. A análise cultural: um método de procedimentos em pesquisas. *Questões Transversais*, São Leopoldo, Brasil, v. 4, n. 7, 2016. Disponível em: <https://revistas.unisinus.br/index.php/questoes/article/view/12490>. Acesso em: 28 mar. 2024.

DANTAS, Humberto. O “centrão” no Congresso brasileiro e os espaços da política. **Diálogo Político**, 09 de ago. 2022. Disponível em: <https://dialogopolitico.org/debates/centrao-no-congresso-brasileiro/>. Acesso em: 08 de fev. 2025.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina et al. Estudos Culturais: uma introdução. **O que é, afinal, Estudos Culturais**, v. 3, p. 133-166, 2000.

EVARISTO, Conceição. **Canção para ninar menino grande**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2022.

FILHO, Ismar Capistrano Costa. CIDADANIAS COMUNICATIVAS ALGORÍTIMICAS: os desafios do direito à comunicação nas mutações culturais. In: ANAIS DO 32º ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 2023, São Paulo. **Anais eletrônicos...** Campinas, Galoá, 2023. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2023/trabalhos/cidadanias-comunicativas-algoritmicas-os-desafios-do-direito-a-comunicacao-nas?lang=pt-br>. Acesso em: 03 dez. 2023.

FILHO, Ismar Capistrano Costa. **Plataformas digitais, algoritmos e cidadania comunicativa: o direito à comunicação na internet**. 2022. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2022/resumo/0809202212152262f27a0ac3533.pdf>. Acesso em 03 dez. 2023.

FRASER, Márcia Tourinho Dantas; GONDIM, Sônia Maria Guedes. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia** (Ribeirão Preto), v. 14, p. 139-152, 2004.

FREIRE, Simone; MAZZEI, Beatriz. Metade dos parlamentares eleitos que dizem ser negros são brancos. **Uol**, São Paulo, 20 de nov. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/11/20/metade-dos-parlamentares-eleitos-que-dizem-ser-negros-sao-brancos.htm>. Acesso em: 13 de mar. 2023.

GAIER, Rodrigo Viga. Número de evangélicos cresce 61% no Brasil, diz IBGE. 29 jun. 2024. **Terra**. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/numero-de-evangelicos-cresce-61-no-brasil-diz-ibge,c0addc840f0da310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>. Acesso em: 17 ago. 2024.

GOMES, Itania. Estudos Culturais, Cultura e Cultura de Massa. In: GOMES, Itania Maria Mota. **Efeito e Recepção: A interpretação do processo receptivo em duas tradições de investigação sobre os media**. Rio de Janeiro: E-papers, 2004.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 42-56.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Tradução de Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009

HOOKS, Bell. **Teoria feminista**. São Paulo: Perspectiva SA, 2020.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: características gerais dos moradores 2020-2021**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101957_informativo.pdf. Acesso em: 13 mai. 2023.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 29 nov. 2023.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 07–17, 2010. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/303>. Acesso em: 9 fev. 2025.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. Jesús Martín-Barbero e os mapas essenciais para compreender a comunicação. **Intexto**, p. 14-23, 2018.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. Mediação e recepção. Algumas conexões teóricas e metodológicas nos estudos latino-americanos de comunicação. **Matrizes**, v. 8, n. 1, p. 65-80, 2014.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, n. 22, Florianópolis, set. – dez./2014, p. 935-952.

MALI, Tiago. Sobe número de candidatos nas redes sociais; saiba as preferidas. **Poder 360**. 18 ago. 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/eleicoes/sobe-numero-de-candidatos-nas-redes-sociais-saiba-as-preferidas/>. Acesso em 15 nov. 2022.

MALI, Thiago; NOGUEIRA, Carolina. 1 em cada 3 negros eleitos em 2022 já se declarou branco. **Poder 360**, São Paulo, 12 de out. 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/eleicoes/1-em-cada-3-negros-eleitos-em-2022-ja-se-declarou-branco/>. Acesso em: 13 de mar. 2023.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações. Comunicação, cultura e hegemonia**. 6. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Comunicação e mediações culturais. (Entrevista concedida a Claudia Barcellos). **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. Diálogos Midiológicos. vol 6. ano XXIII. n. 1, janeiro/junho de 2000. p. 151-163.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Dos meios às mediações: 3 introduções. **Matrizes**, v. 12, n. 1, p. 9-31, 2018.

MARTÍN-BARBERO, Jesús; MUNHOZ, Sonia (Coord.). **Televisión y melodrama: géneros y lecturas de la telenovela en Colombia**. Bogotá: Tercer Mundo, 1992.

MATOS, Marlise. Inclusão democrática no Brasil contemporâneo. In: Mendonça, R.F.; Cunha, E.S.M. (Orgs.). **Introdução à Teoria Democrática: Conceitos, histórias e questões transversais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

MENDONÇA, Ricardo F. Democracia e desigualdade: As contribuições da teoria do reconhecimento. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.9, Brasília, set.- dez./2012, pp.119-146.

MINAYO, Maria Cecília S. Técnicas de pesquisa: entrevista como técnica privilegiada de comunicação. In: _____. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010. p. 261- 297.

MIR, Ministério da Igualdade Racial. **Informe MIR - Monitoramento e avaliação - Edição Mulheres Negras**. n. 2. Brasília: MIR, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/composicao/secretaria-de-gestao-do-sistema-nacional-de-promocao-da-igualdade-racial/diretoria-de-avaliacao-monitoramento-e-gestao-da-informacao/informativos/InformeMIRMonitoramentoeavaliaon2EdioMulheresNegras.pdf> . Acesso em: 29 no. 2023.

MUNANGA, Kabengele. NEGRITUDE E IDENTIDADE NEGRA OU AFRODESCENDENTE: um racismo ao avesso?. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S. l.], v. 4, n. 8, p. 06–14, 2012. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/246>. Acesso em: 27 abr. 2024.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**; trad. Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

POELL, Thomas; NIEBORG, David; VAN DIJCK, José. Plataformização. **Revista Fronteiras**, v. 22, n. 1, 2019.

QUIJANO, Anibal. “Colonialidad, modernidad/racialidad”. **Perú Indígena**, v. 13, n. 29, p. 11-29, 1991.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009. (Coleção Cibercultura).

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RONSINI, Veneza Mayora. A perspectiva das mediações de Jesús Martín-Barbero (ou como sujar as mãos na cozinha da pesquisa empírica de recepção). Artigo apresentado no Grupo de Trabalho “Recepção, Usos e Consumo Midiáticos”. XIX Encontro da Compós. PUC-RJ. Rio de Janeiro, junho/2010.

SANTOS, Caio Cavalcante dos. **O quilombo da Praça dos Três Poderes: uma análise da atuação parlamentar em torno de uma agenda legislativa negra**. Dissertação de Mestrado, Repositório da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

SESTREM, Gabriel. Bancada evangélica terá recorde de membros para enfrentar pautas progressistas no Congresso. 13 dez. 2022. **Gazeta do Povo**. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/bancada-evangelica-congresso-tera-recorde-membros-proxima-legislatura/>. Acesso em 17 ago. 2024.

SILVA, Maria Lúcia da. Racismo no Brasil: questões para psicanalistas brasileiros. In: KON, Noemi Moritz; SILVA, Maria Lúcia da; ABUD, Cristiane Curi. (Orgs.). **O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise**. São Paulo: Perspectiva, 2017. p. 33-44.

SILVA, Tarcizio. Racismo Algorítmico em Plataformas Digitais: microagressões e discriminação em código. In: _____. (org.). **Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: olhares afrodiaspóricos**. São Paulo: LiteraRUA, 2020. p. 121-135.

_____. **Racismo algorítmico: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais**. São Paulo: Edições Sesc, 2022.

SOCIAL, We Are. **THE CHANGING WORLD OF DIGITAL IN 2023**. 2023. Disponível em: <https://wearesocial.com/uk/blog/2023/01/the-changing-world-of-digital-in-2023/>. Acesso em: 31 jul. 2023.

SOUSA, Diego. 1,33 bilhões de perfis: Instagram é a rede social que mais cresce. **Isto é Dinheiro**. 13 jun. 2023. Disponível em: <https://istoedinheiro.com.br/133-bilhoes-de-perfis-instagram-e-a-rede-social-que-mais-cresce/>. Acesso em 20 jun. 2023.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: Ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

Tribunal Superior Eleitoral. **Estatísticas eleitorais**. Disponível em: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-candidaturas/painel-perfilcandidato?session=7811618945662>. Acesso em 15 de março de 2023.

URBINATI, Nadia. **O que torna a representação democrática?** Lua Nova, São Paulo, n.67, p.191-228, 2006.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

YUGE, Cláudio. Twitter oficializa troca de nome jurídico para X Corp. **Canaltech**. 18 abr. 2023. Disponível em: <https://canaltech.com.br/mercado/twitter-oficializa-troca-de-nome-juridico-para-x-corp-247066/>. Acesso em: 15 abr. 2024.

APÊNDICE 1 – Roteiro de entrevista das parlamentares federais negras

Identificação
Nome - Data de nascimento – Cidade Natal –
Formação / Experiências profissionais
Grau de escolaridade – Formação – Experiências profissionais – Cargos que exerceu -
Política
Partido – Mandatos – Têm parentes na política? Caso sim, quais? Trajetória na política - Ideologia – () Direita () Esquerda () Centro () Outra _____ Bandeiras / Principais causas que defende –

Vida e representatividade na política

1. Quem é a (nome da deputada/senadora)?
2. Como se identifica em relação ao gênero?
3. Como gostaria de ser vista pela população, por seus eleitores?
4. A senhora sente que é mais difícil para a mulher se inserir na política? Na sua trajetória enfrentou dificuldades? Caso sim, quais foram os momentos mais difíceis?
5. A senhora avalia que tem uma atuação voltada para a garantia dos direitos das mulheres?
6. A senhora é feminista?
7. Como a senhora se identifica etnicamente?
8. Sempre foi clara sua identificação étnica? Caso a resposta seja não, a partir de quando e/ou de que momento/acontecimento teve essa consciência?
9. A senhora acredita que vivemos em um país racista?
10. Já sofreu algum episódio de racismo? Caso sim, relate o mais marcante.
11. Sua atuação tem uma preocupação com o combate ao racismo e a discriminação racial?

Utilização do Instagram

1. A partir de um levantamento de dados do TSE, referente a utilização das redes sociais nas eleições de 2022, foi constatado que o Instagram se tornou a plataforma preferida dos políticos, a mais utilizada. A senhora faz parte dos políticos que prefere o Instagram?
2. Qual a importância do Instagram na sua comunicação atualmente?
3. Acredita que o Instagram contribui com a formação/construção da sua imagem pública?
4. Como é a sua produção e publicação de conteúdo no Instagram? A senhora dispõe de equipe para produzir conteúdo para a plataforma? Caso sim, quantas pessoas diretamente envolvidas na produção?
5. Qual a frequência de postagens? Que tipo de conteúdo prioriza?
6. Que tipo de postagem jamais faria na plataforma?
7. A senhora já sofreu algum tipo de ataque machista / misógino no Instagram?
8. A senhora já sofreu algum tipo de ataque racista no Instagram?
9. Conhece o termo racismo algorítmico? Caso sim, acredita que ocorre no Instagram?
10. Como avalia o alcance do seu perfil no Instagram? Ao que atribui o número de seguidores?
11. Acredita que o total de seguidores que possui no Instagram tem alguma relação com o fato de ser uma mulher negra?

APÊNDICE 2 – Email de solicitação de entrevistas

Assunto: Solicitação de entrevista para pesquisa acadêmica sobre parlamentares negras

Olá, Deputada _____! / Olá, Senadora _____ !

Gostaria de contribuir com a realização de uma pesquisa acadêmica sobre parlamentares federais negras e o Instagram?

Eu me chamo Nayara Cristina Silva Ferreira, sou jornalista e estudante do Mestrado em Comunicação da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus Imperatriz. Com a orientação da Profª. Dra. Letícia Conceição Martins Cardoso, estou elaborando uma dissertação que analisa a representatividade e as identidades de parlamentares negras no Congresso Nacional brasileiro, no contexto da rede social digital Instagram.

O objetivo geral da pesquisa é compreender como as parlamentares federais negras se apropriam do Instagram para a construção de sua imagem pública. Sua contribuição com nossa pesquisa consistiria em nos conceder uma entrevista, na qual abordaremos sua trajetória, a importância da representação feminina, atuação parlamentar, bandeiras que defende e a maneira como trabalha sua comunicação, principalmente no Instagram.

Caso queira e possa participar da pesquisa, informe-nos sobre quando terá disponibilidade: data, horário e duração da conversa. A entrevista é virtual e ocorrerá por meio da plataforma Google Meet.

Pode responder por este email e/ou também por nayaracristinasf@gmail.com e/ou pelo meu celular/whatsapp: (94) 981727325.

Desde já, agradecemos imensamente sua atenção.

Com carinho, Nayara Cristina.

APÊNDICE 3 – Quantitativo de seguidores das parlamentares federais

DEPUTADAS BRANCAS					
Nome	Instagram	Facebook	YouTube	Twitter	Tik Tok
1 - Adriana Ventura – Novo/SP	111 mil seguidores	112 mil seguidores	22,3 mil inscritos	30,5 mil seguidores	
2 - Amália Barros – PL/MT	290 mil seguidores	22 mil seguidores	4,89 mil inscritos	39,5 mil seguidores	
3 - Ana Paula Leão – PP/MG	17 mil seguidores	8,4 mil seguidores		2.901 seguidores	
4 - Ana Paula Lima – PT/SC	20,6 mil seguidores				
5 - Ana Pimentel – PT/MG	24,7 mil seguidores	2,2 mil seguidores	86 inscritos	6.329 seguidores	
6 - Any Ortiz – Cidadania/RS	31,5 mil seguidores				
7 - Bia Kicis– PL/DF	1,6 milhões de seguidores	1,6 milhões de seguidores	242 mil inscritos	2,1 milhões de seguidores	6.960 seguidores
8 - Camila Jara – PT/MS	129 mil seguidores				
9 - Carla Zambelli – PL/SP	3,2 milhões de seguidores	3 milhões de seguidores		2,2 milhões de seguidores	404,6 mil seguidores
10 - Carmen Zanotto – Cidadania/SC Licenciada - Secretária de Estado de Saúde de Santa Catarina.					
11 - Caroline de Toni – PL/SC	728 mil seguidores			737,5 mil seguidores	
12 - Chris Tonietto– PL/RJ	172 mil seguidores				
13 - Clarissa Tércio – PP/PE	846 mil seguidores				
14 - Coronel Fernanda – PL/MT	24,3 mil seguidores				
15 - Dani Cunha – União/RJ	25,6 mil seguidores				
16 - Daniela do Waguinho – Daniela Carneiro - União/RJ Licenciada – Ministra do Turismo	62 mil				
17 - Daniela Reinehr – PL/SC	65, 6 mil seguidores				

18 - Delegada Adriana Accorsi – PT/GO	48,7 mil seguidores				
19 - Delegada Katarina – PSD/SE	33,9 mil seguidores	85 seguidores		742 seguidores	
20 - Dra. Alessandra Haber – MDB/PA	56,5 mil seguidores	13 mil	441 inscritos		
21 - Duda Salabert– PDT/MG	277 mil seguidores	51 mil seguidores		99,1 mil seguidores	
22 - Elcione Barbalho – MDB/PA	57,9 mil seguidores	55 mil seguidores		8.456 seguidores	
23 - Enfermeira Ana Paula – PDT/CE Suplente de Eduardo Bismarck	68,8 mil seguidores	9,3 mil seguidores		461 seguidores	484 seguidores
24 - Erika Kokay – PT/DF	178 mil seguidores	321 mil seguidores		256,9 mil seguidores	
25 - Fernanda Melchionna– Psol/RS	269 mil seguidores			186,5 mil seguidores	159,4 mil seguidores
26 - Fernanda Pessoa – União/CE	21,8 mil seguidores	19 mil seguidores			
27 - Flávia Moraes – PDT/GO	41,7 mil seguidores	80 mil seguidores			
28 - Flavinha / Flávia Rodrigues - MDB/MT Suplente de Juarez Costa	10,6 mil seguidores	1 mil seguidores			
29 - Franciane Bayer – Republicanos/RS	12,7 mil seguidores	44 mil seguidores	286 inscritos	1.748 seguidores	
30 - Geovaniade Sá – PSDB/SC É suplente de Carmen Zanotto	42,9 mil seguidores	70 mil seguidores		4.950 seguidores	
31 - Gleisi Hoffmann – PT/PR	862 mil seguidores	1,7 milhões de seguidores	194 mil inscritos	1,2 milhões de seguidores	408,8 mil seguidores
32 - Greyce Elias – AVANTE/MG	42,1 mil seguidores	44 mil seguidores	104 inscritos	1.914 seguidores	
33 - Iza Arruda – MDB/PE	40,9 mil seguidores	468 seguidores			
34 - Jandira Feghali – Pcdob/RJ	561 mil seguidores	1,4 milhões de seguidores		659 mil seguidores	

35 - Julia Zanatta – PL/SC	274 mil seguidores	61 mil seguidores	3,8 mil inscritos	150,3 mil seguidores	133 mil seguidores
36 - Leandre Dal Ponte – PSD/PR Licenciada para ocupar Secretária da Mulher e Igualdade Racial do Paraná	10,8 mil seguidores				
37 - Lêda Borges – PSDB/GO	25,1 mil seguidores				
38 - Luisa Canziani – PSD/PR	35,5 mil	43 mil seguidores		4.147 seguidores	
39 - Luiza Erundina – PSOL/SP	457 mil seguidores	397 mil seguidores		440,7 mil seguidores	
40 - Luizianne Lins – PT/CE	96,9 mil seguidores	124 mil seguidores	2,65 mil inscritos	29,5 mil seguidores	
41 - Magda Mofatto – PL/GO	71,4 mil seguidores	180 mil seguidores		2.284 seguidores	
42 - Maria Arraes – Solidariedade/PE	36,5 mil seguidores	123 seguidores		2.744 seguidores	14 mil seguidores
43 - Maria do Rosário – PT/RS	239 mil seguidores	439 mil seguidores	3,47 mil inscritos	556 mil seguidores	53,6 mil seguidores
44 - Marussa Boldrin – MDB/GO	22,6 mil seguidores	291 seguidores		489 seguidores	
45 - Natália Bonavides – PT/RN	166 mil seguidores	80 mil seguidores	4,21 mil inscritos	165,4 mil seguidores	
46 - Professora Goreth Sousa – PDT/AP	7.246 seguidores	3,6 mil seguidores	5 inscritos	224 seguidores	48 seguidores
47 - Professora Luciene Cavalcante – PSOL/SP Suplente de Marina Silva e Sônia Guajajara	12,6 mil seguidores	2,5 mil curtidas	256 inscritos	3.749 seguidores	
48 - Renata Abreu – Podemos/SP	52,4 mil seguidores	267 mil seguidores	850 inscritos	9.610 seguidores	377 seguidores
49 - Roberta Roma – PL/BA	37,4 mil seguidores	911 seguidores	62 inscritos	1.384 seguidores	
50 - Rogéria Santos – Republicanos/BA	45,6 mil seguidores	33 mil seguidores	2,41 mil inscritos	569 seguidores	90 seguidores
51 - Rosana Valle – PL/SP	103 mil seguidores	284 mil seguidores	3,05 mil inscritos	10,1 mil seguidores	
52 - Rosângela Moro – União/SP	248 mil seguidores	705 mil seguidores		49,4 mil seguidores	2.273 seguidores
53 - Rosângela Reis – PL/MG	22,1 mil	56 mil seguidores	345 inscritos	496 seguidores	56 seguidores

54 - Roseana Sarney – MDB/MA	110 mil seguidores	452 seguidores		2.455 seguidores	
55 - Sâmia Bomfim – PSOL/SP	739 mil seguidores	656 mil seguidores		649,1 mil seguidores	
56 - Simone Marquette – MDB/SP	45,9 mil seguidores	73 mil seguidores		640 seguidores	
57 - Socorro Neri – PP/AC	20 mil seguidores	6,5 mil seguidores / 19 mil seguidores		1.691 seguidores	
58 - Sonize Barbosa – PL-AP	3.041 seguidores	380 seguidores			
59 - Soraya Santos – PL/RJ	19,6 mil seguidores	51 mil seguidores	89 inscritos	2.990 seguidores	
60 - Tabata Amaral – PSB/SP	901 mil seguidores	513 mil seguidores	76,8 mil inscritos	471,4 mil seguidores	480,7 mil seguidores
61 - Yandra Moura - União/SE	48,7 mil seguidores	721 seguidores	318 inscritos	604 seguidores	1.021 seguidores
DEPUTADAS PARDAS					
Nome	Instagram	Facebook	YouTube	Twitter	Tik Tok
62 - Alice Portugal – PcdB/BA	68,3 mil seguidores				
63 - Amanda Gentil – PP/MA	53,7 mil				
64 - Andreia Siqueira – MDB/PA	84,9 mil seguidores	12 mil seguidores		135 seguidores	
65 - Antônia Lúcia – Republicanos/AC	20,7 mil seguidores	7.895 seguidores			
66 - Cristiane Lopes – União/RO	20,8 mil seguidores	37 mil seguidores			0 seguidores
67 - Delegada Ione Barbosa – Avante/MG	57,6 mil seguidores	114 mil seguidores		368 seguidores	
68 - Detinha – PL/MA	73,3 mil seguidores	25 mil seguidores	1,21 mil seguidores		
69 - Helena Lima - MDB/RR	6.307 seguidores				
70 - Ivoneide Caetano – PT/BA	45,2 mil seguidores	13 mil seguidores		744 seguidores	
71 - Laura Carneiro – PSD – RJ	20,6 mil seguidores	44 mil seguidores	660 inscritos	3.446 seguidores	
72 - Lídice da Mata – PSB/BA	44,2 mil seguidores	91 mil seguidores	1,89 mil seguidores	54,4 mil seguidores	

73 - Maria Rosas Republicanos/SP	42,4 mil seguidores	105 mil seguidores	390 inscritos	2.299 seguidores	
74 - MEIRE SERAFIM – União/AC	4.420 seguidores	4,7 mil amigos		17 seguidores	
75 - Nely Aquino – Podemos/MG	21,7 mil inscritos	39 mil seguidores	175 inscritos		
76 - Renilce Nicodemos – MDB/PA	105 mil seguidores	35 mil seguidores		602 seguidores	
77 - Silvye Alves – União/GO	1,3 milhões de seguidores	7,9 mil seguidores		8.140 seguidores	156 seguidores
DEPUTADAS PRETAS					
Nome	Instagram	Facebook	YouTube	Twitter	Tik Tok
78 - Benedita da Silva – PT/RJ	228 mil	164 mil seguidores	4,48 mil inscritos	242,3 mil inscritos	5.963 seguidores
79 - Carol Dartora– PT/PR	71,8 mil seguidores	9,1 mil seguidores	571 inscritos seguidores	35,6 mil seguidores	41,2 mil seguidores
80 - Daiana Santos – Pcdob/RS	52,1 mil seguidores	12 mil seguidores		13,2 mil seguidores	
81 - Dandara Tonantzin– PT/MG	63 mil seguidores	4,6 mil seguidores		17,5 mil seguidores	26,3 mil seguidores
82 - DayanyBittencourt/ Dayany Do Capitão – União/CE	64,2 mil seguidores	5,6 mil seguidores		367 seguidores	1.635 seguidores
83 - Denise Pessôa – PT/RS	14,4 mil seguidores	31 mil seguidores	103 inscritos	2.973 seguidores	
84 - Dilvanda Faro – PT/PA	10,3 mil seguidores	16 mil seguidores		606 seguidores	
85 - Erika Hilton – PSOL/SP	639 mil seguidores	55 mil seguidores		280,7 mil seguidores	
86 - Jack Rocha - PT/ES	13,1 mil seguidores	4,5 mil seguidores		1.160 seguidores	432 seguidores
87 - Marina Silva – Rede/SP Licenciada -Ministra do Meio Ambiente	688 mil inscritos	2,1 milhões de seguidores	22 mil inscritos	2,4 milhões de seguidores	198,6 mil seguidores
88 - Reginete Bispo – PT/RS Suplente de Paulo Pimenta, Secretário de Comunicação	8.717 seguidores	4,9 mil seguidores		1.949 seguidores	

89 - Rosangela Gomes – Republicanos/RJ Licenciada para assumir o cargo de Secretária de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos – RJ / Direito	36,7 mil seguidores	88 mil seguidores		3.162 seguidores	
90 - Silvia Cristina – PL/RO	41,3 mil seguidores	22 mil seguidores		797 seguidores	
91 - Talíria Petrone - PSOL/RJ	330 mil seguidores	129 mil seguidores	515 inscritos	325,3 mil seguidores	15,9 mil seguidores
DEPUTADAS INDÍGENAS					
Nome	Instagram	Facebook	YouTube	Twitter	Tik Tok
92 - Célia Xakriabá – PSOL/MG	233 mil seguidores	25 mil seguidores	418 inscritos	30,8 mil seguidores	18,7 mil seguidores
93 - Juliana Cardoso – PT/SP	28 mil seguidores	108 mil seguidores	1,58 mil inscritos	9.888 seguidores	
94 - Silvia Waiãpi – PL/AP	148 mil seguidores	17 mil seguidores		40,7 mil seguidores	
95 - Sônia Guajajara – Psol/SP Licenciada: Ministra dos Povos Indígenas	764 mil seguidores	158 mil seguidores	428 inscritos	213,6 mil seguidores	

SENADORAS FEDERAIS BRANCAS					
Nome	Instagram	Facebook	YouTube	Twitter	Tik Tok
1 - Augusta Brito - PT/CE Eleita em 2022 Suplente de Camilo Santana – Ministro da Educação	35,9 mil	33 mil seguidores		1.576 seguidores	
2 - Damares Alves - Republicanos/DF Eleita em 2022	2,8 milhões de seguidores	611 mil seguidores	19 mil inscritos	2,2 milhões de seguidores	
3 - Daniella Ribeiro - PSD/PB Eleita em 2018	81,1 mil seguidores	25 mil seguidores		16,1 mil seguidores	

4 - Ivete da Silveira - MDB/SC Eleita em 2018 Suplente de Jorginho Mello – Governador de SC	981 seguidores				
5 - Leila Barros - PDT/DF Eleita em 2018	65,8 mil seguidores	49 mil seguidores	2,52 mil inscritos	46,1 mil seguidores	
6 - Mara Gabrilli - PSD/SP Eleita em 2018	127 mil seguidores	360 mil seguidores	11,4 mil inscritos	66,2 mil seguidores	95 seguidores
7 - Margareth Buseti – PSD/MT Eleita suplente em 2018, assumiu em 2022 suplente de Carlos Fávaro – Ministro da Agricultura	16,6 mil seguidores	3,1 mil seguidores			
8 - Professora Dorinha Seabra - União/TO Eleita em 2022	42,1 mil seguidores	23 mil seguidores		9.641 seguidores	
9 - Soraya Thronicke - União/MS Eleita em 2018	260 mil seguidores	76 mil seguidores	2,73 mil inscritos	187 mil seguidores	
10 - Teresa Leitão - PT/PE Eleita em 2022	78,9 mil seguidores	34 mil seguidores	18 inscritos	13,9 mil seguidores	
11 - Tereza Cristina - PP/MS Eleita em 2022	513 mil seguidores	89 mil seguidores	706 inscritos	935,7 mil seguidores	3.629 seguidores
12 - Zenaide Maia - PSD/RN Eleita em 2018	57,1 mil seguidores	39 mil seguidores	391 inscritos	9.938 seguidores	
SENADORAS FEDERAIS PARDAS					
Nome	Instagram	Facebook	YouTube	Twitter	Tik Tok

13 - Ana Paula Lobato - PSB/MA Eleita em 2022 Suplente de Flávio Dino – Ministro da Justiça	35,6 mil seguidores	438 seguidores		4.654 seguidores	
14 - Eliziane Gama - PSD/MA Eleita em 2018 1º mandato de SF (2019-2027)/	93,6 mil inscritos	48 mil seguidores	872 inscritos	125,9 mil seguidores	
15 - Jussara Lima (PSD) – Piauí / Eleita em 2022/ Suplente de Wellington Dias - Ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	8.475 seguidores	109 seguidores		49 seguidores	